RELATÓRIO
DA GESTÃO

2020
2022

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



RELATÓRIO
DA GESTÃO

2020
2022

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



BRASÍLIA, 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Supremo Tribunal Federal – Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal

Brasil. Supremo Tribunal Federal (STF).
Relatório da gestão 2020 2022 [recurso eletrônico] / Supremo Tribunal Federal. -- Brasília : Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2022.
eBook (492 p. : il., gráfs., fots., gravs.)

Modo de acesso: < https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/presidenciaSTFPublicacoes/anexo/relatorio_gestao_min_fux_2020_2022.pdf >

ISBN 978-65-87125-62-6

1. Tribunal supremo, atividades, Brasil, 2020-2022. 2. Relatório de gestão, Brasil, 2020-2022. 3.Fux, Luiz, 1953-. I. Título.

CDDir-341.4191



Supremo Tribunal Federal – 2022



Ministro
Luiz Fux
Presidente – 3.3.2011



Ministra
Rosa Weber
Vice-presidente – 19.12.2011



Ministro
Gilmar Mendes
Decano – 20.6.2002



Ministro
Ricardo Lewandowski
16.3.2006



Ministra
Cármen Lúcia
21.6.2006



Ministro
Dias Toffoli
23.10.2009



Ministro
Roberto Barroso
26.6.2013



Ministro
Edson Fachin
16.6.2015



Ministro
Alexandre de Moraes
22.3.2017



Ministro
Nunes Marques
5.11.2020



Ministro
André Mendonça
16.12.2021



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Chefe de Gabinete da Presidência
PATRÍCIA ANDRADE NEVES PERTENCE

Juiz Auxiliar
ABHNER YOUSSIF MOTA ARABI

Assessor de Segurança da Informação
MARCELO ANTÔNIO DA SILVA

Assessor-Chefe de Cerimonial
MARCO AURÉLIO MARTINS GONÇALVES

Assessor-Chefe de
Articulação Parlamentar
FLÁVIO RIBEIRO SANTANA

Assessor-Chefe de
Assuntos Internacionais
RICARDO NEIVA TAVARES

Assessores Especiais da Presidência
GABRIEL CAMPOS S. DA FONSECA
GABRIELA BERBERT BORN

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Secretário-Geral da Presidência
PEDRO FELIPE DE OLIVEIRA SANTOS

Chefe de Gabinete
ANDREA LEÃO TAVARES

Assessor-Chefe Processual
ALDO JOSÉ BARROS BARATA DE OLIVEIRA

Assessora-Chefe do Plenário
CARMEN LILIAN O. DE SOUZA

Assessor-Chefe do Núcleo
de Análise de Recursos
LEONARDO DE MENEZES CURTY

Assessor-Chefe da Central do Cidadão
ADAUTO CIDREIRA NETO

Assessor-Chefe de Projetos Judiciais
RAULINO PALHA DE MIRANDA

Secretário de Gestão de Precedentes
MARCELO ORNELLAS MARCHIORI

Secretária de Comunicação Social
MARIANA ARAÚJO DE OLIVEIRA

Secretária Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE M. MARTINS

Secretário de Altos Estudos,
Pesquisa e Gestão da Informação
ALEXANDRE REIS SIQUEIRA FREIRE

Secretário de Gestão Estratégica
VINÍCIUS NASCIMENTO PORTO

SECRETARIA DO TRIBUNAL

Diretor-Geral
EDMUNDO VERAS DOS S. FILHO

Chefe de Gabinete
LUCIANO RIBEIRO DE SANTANA

Assessor-Chefe Jurídico
LUCIANO QUADRADO DE MORAES

Assessor-Chefe de Apoio à
Governança e Conformidade
FREDERICO LOBO DE OLIVEIRA

Assessora-Chefe de Apoio Gerencial
ANDREIA SILVA REGO

Secretário de Administração
de Serviços e Gestão Predial
EDMILSON PALMA LIMA

Secretária de Orçamento,
Finanças e Contratações
MÔNICA MARIA GOMIDE MADRUGA RIBEIRO

Secretária de Gestão de Pessoas
ALDA MITIE KAMADA

Secretário de Serviços
Integrados de Saúde
WANDERSON KLEBER DE OLIVEIRA

Secretário de Tecnologia da Informação
VENÍCIO GLEBSON D. DA SILVA

Secretário de Segurança
MARCELO CANIZARES S. SEABRA

AUDITORIA INTERNA

Auditor-Chefe
ARMANDO AKIO SANTOS DOI



“Palavra do Presidente”



Como nos lembram as inspiradoras palavras de João Guimarães Rosa, ***“o real não está na saída nem na chegada / Ele se dispõe para gente é no meio da Travessia / e quem elegeu a busca não pode recusar a Travessia”.***

Encerramos a gestão 2020-2022 com uma sensação de dever cumprido. E não apenas porque, ao atingirmos a linha de ***chegada***, vemos concretizados os objetivos que traçamos na ***saída***. Mas sobretudo porquanto, no último biênio, percorremos uma corajosa ***travessia***: tão árdua quanto profícua, tão desafiadora quanto bela, e cujos principais trechos, frutos e aprendizados são ilustrados nas páginas deste Relatório.

APRESENTAÇÃO

Em 10 de setembro de 2020, recebi de meus eminentes pares os votos de confiança para exercer a missão mais honrosa e desafiadora da minha trajetória profissional: a tarefa de conduzir o Supremo Tribunal Federal durante o biênio 2020-2022, na qualidade de seu Presidente, em parceria com a Vice-Presidente, eminente Ministra Rosa Weber.

Em nosso Plano Estratégico (2020/2022), definimos como **norte** de nossa gestão a **Vocação Constitucional e a Governança com Eficiência**, com a **visão** de alcançarmos o **patamar de Corte preponderantemente constitucional 100% digital, com prestação jurisdicional eficiente e alinhamento entre inteligência humana e inteligência artificial.**

Nessa linha, elencamos quatro objetivos estratégicos, organizados em duas perspectivas: **(i)** aumentar o foco no julgamento dos processos de conteúdo essencialmente constitucional e **(ii)** oferecer 100% dos serviços da Corte *on-line*, sob a perspectiva das **entregas à sociedade**; e **(iii)** integrar a Agenda ONU 2030 ao STF e **(iv)** aprimorar a governança e a gestão organizacional, sob a perspectiva dos **processos internos**.

No afã de prestar contas à sociedade, os quatro primeiros capítulos do presente relatório espelham precisamente cada um dos objetivos estratégicos traçados em nosso plano de gestão.

De início, o **Capítulo 1 – Vocação Constitucional** retrata os avanços no processo de reposicionamento do STF de Tribunal com alta demanda recursal para o patamar de Corte eminentemente constitucional.

Para ilustrar esse escopo, o capítulo está organizado em duas partes. A **primeira** – que concerne ao tradicional relatório de **Prestação Jurisdicional** – evidencia a produtividade do STF no biênio 2020-2022 e a progressiva mudança do perfil decisório da Corte.

Dando continuidade ao empenho de gestões anteriores, logramos diminuir ainda mais o acervo do Tribunal: com **21% a menos** de processos em relação à data em que assumimos a Presidência, conquistamos o recorde de **menor acervo total dos últimos 27 anos**. Em sentido convergente, encerramos esta gestão com uma **redução de 17,5%** do acervo da Presidência.

Para além dessas expressivas conquistas quantitativas, em novembro de 2020, alcançamos um importante marco qualitativo no sentido de alinhar o STF com sua vocação institucional de Corte Constitucional. Pela primeira vez na história do Tribunal, o número de processos recursais em trâmite se mostrou inferior ao acervo de processos originários.

Entre as variadas medidas que contribuíram para esses avanços, o aprimoramento da gestão dos precedentes qualificados do STF permitiu à Corte explorar – com mais eficiência – o efeito multiplicador das decisões às quais atribui efeitos *erga omnes*.

Como resultado, tem-se observado uma tendência significativa de **diminuição** tanto da quantidade de recursos **recebidos** pelo STF como daqueles **efetivamente processados** pelo Tribunal. À guisa de exemplo, mais de um quarto – *i.e.*, **26%** – de todos os processos recursais recebidos pela Corte no período da gestão foi **devolvido às origens** pela sistemática da repercussão geral.

Por essa razão, a **segunda** parte do Capítulo 1 foi inteiramente dedicada ao tema do **Gerenciamento de Precedentes**. Nesse tópico, são apresentados os motivos que levaram à criação de uma nova unidade na estrutura administrativa da Corte – a Secretaria de Gestão de Precedentes (SPR) –, com destaque para a missão que lhe foi atribuída e os principais resultados alcançados pela SPR no biênio.

Nesse aspecto, vale realçar que, dos **131 novos temas** de repercussão geral apreciados até o momento, 106 foram incluídos no Plenário Virtual pela própria Presidência, por intermédio da Secretaria de Gestão de Precedentes. Desses 106 temas, 54 foram apontados como representativos da controvérsia pelos demais tribunais do País.

Esse **aumento de 500%** na inclusão de paradigmas indicados pela origem em relação ao quantitativo dos três anos anterio-

res à gestão reflete o êxito dos esforços de articulação institucional e de integração administrativa com os demais tribunais, realizados pela novel Secretaria.

Ainda no que se refere aos temas **afetados**, ressaltamos a inclusão dos **primeiros casos de precedentes qualificados** criados no Código de Processo Civil (CPC) de 2015 – incidentes de resolução de demandas repetitivas (IRDR) e incidentes de assunção de competência (IAC) – como temas de repercussão geral.

No tocante aos 121 temas **julgados** no biênio, destacam-se a **redução de 25%** do quantitativo de temas pendentes de julgamento em relação ao início da gestão e a **liberação de mais de 193 mil processos** nas instâncias de origem.

É dizer: coube aos demais tribunais brasileiros aplicar – com protagonismo e em definitivo – os precedentes de repercussão geral firmados por esta Corte, de modo que quase 200 mil processos **deixaram de tramitar** no STF no último biênio graças à sistemática da repercussão geral.

Além de viabilizar a consolidação de uma jurisprudência cada vez mais estável, íntegra e coerente, tal como preconizado pelo CPC/2015, esses esforços também se traduziram em uma jurisdição constitucional cada vez mais tempestiva e eficaz na tutela dos direitos fundamentais. Não por acaso, observamos que **80% do acervo atual da Corte compõe-se de processos com menos de dois anos de autuação**.

Por fim, o Capítulo 1 também compila os julgamentos de especial relevância proferidos pelo plenário do STF durante o biênio 2020-2022. Sob esse viés qualitativo, a complexidade das questões de fundo e a amplitude dos impactos das decisões colegiadas da Corte igualmente refletem a solidificação de sua Vocação Constitucional. Na sequência, o **Capítulo 2** aborda a ambiciosa meta desta gestão no sentido de transformar o STF na primeira **Corte Constitucional 100% Digital** do mundo, por meio de dois enfoques.

O **primeiro enfoque** diz respeito à digitalização da integralidade do acervo da Corte e, por conseguinte, ao desenvolvimento de tecnologias de suporte à tramitação do

processo judicial eletrônico. Nesse sentido, o capítulo descreve as iniciativas conduzidas no âmbito do Inova STF – o Laboratório de Inovação do Supremo Tribunal Federal –, que representou a aposta desta gestão para impulsionar a implementação dos expedientes tecnológicos voltados a conferir mais eficiência à prestação jurisdicional.

Já o **segundo enfoque** abarca a disponibilização *on-line* de todos os serviços prestados pela Corte aos jurisdicionados, como alternativa ao atendimento presencial. Nessa perspectiva, são apresentadas as estatísticas e as iniciativas da gestão relacionadas ao aperfeiçoamento da disponibilidade dos serviços, da transparência e do acesso às informações produzidas pelo STF.

Os resultados desses esforços não poderiam ser mais satisfatórios: hoje, o STF **oferece virtualmente 100% dos seus serviços**, jurisdicionais e administrativos, e alcançou a marca de **digitalização de 100% do acervo histórico e de 98,8% do acervo atual** – excetuados apenas os processos cuja digitalização não é materialmente possível ou não é recomendada por questões de segurança da informação.

Sem embargo, não apenas cumprimos a meta de transformar o STF em Corte 100% digital, como fomos **adiante** nessa nobre missão. Em maio de 2022, lançamos o "**Corte Aberta**" – programa de governança dos dados judiciais do Tribunal, voltado a torná-los cada vez mais precisos, confiáveis, íntegros e acessíveis a toda a população.

Além de **(i)** sanear inconsistências na produção das estatísticas judiciais da Corte e de **(ii)** aprimorar a forma como essas informações são disponibilizadas aos cidadãos, o programa Corte Aberta conta com eixos voltados à **(iii)** adequação dos procedimentos e serviços da Corte às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e ao **(iv)** incremento das medidas de segurança da informação do STF.

Em seguida, o **Capítulo 3** aborda a implementação da **Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) pelo Supremo Tribunal Federal.** Nesse plano, evidencia-se que a concretização desse compromisso por parte do STF não apenas contribuiu para o processo de internacionalização do Tribunal, mas culminou também na humanização e no aprimoramento de seus processos institucionais internos.

De fato, os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram profundamente cristalizados na governança e na rotina da Corte no último biênio. A título de exemplo, o esforço de indexação do acervo do STF consoante a pertinência temática aos ODS vem permitindo a priorização dos julgamentos que impactam positivamente os ideais da Agenda.

Além disso, o interesse e a familiaridade dos nossos servidores perante essa carta de intenções têm se mostrado intensos fomentadores para o desenho de soluções inovadoras, tal como a RAFA 2030 ("Redes Artificiais Focadas na Agenda 2030"). Ao lado do VICTOR, trata-se da segunda ferramenta de inteligência artificial (IA) da história da Corte e a primeira desenvolvida **integralmente** pelos servidores do próprio Tribunal.

Deveras, nosso Supremo Tribunal Federal conta com uma legião de servidores altamente capacitados para solucionar desafios complexos e fortemente empenhados no objetivo de servir à Nação. Foi graças à dedicação, ao senso de inovação e ao espírito cívico do corpo exemplar de magistrados, assessores, servidores e colaboradores do Tribunal que concretizamos cada um desses avanços.

Cientes da importância do bem-estar desses verdadeiros **tesouros humanos**, envidamos esforços para aprimorar a **Governança e a Gestão** no âmbito do STF, tema elucidado pelo **Capítulo 4** deste relatório.

Nesse aspecto, cumpre destacar iniciativas como: **(i)** a **instituição do Sistema de Governança Organizacional** (SIGOV), mecanismo de liderança transversal na Corte; **(ii)** a **parceria firmada com a Universidade de Oxford** para o desenvolvimento de pesquisas voltadas ao aprimoramento da gestão e ao desenvolvimento da força de trabalho do Tribunal; **(iii)** a **transição para o novo Modelo de Gestão Operacional**, pensado como uma solução de gestão sustentável a longo prazo para regulamentar as modalidades de trabalho remota, híbrida e presencial na nova realidade instaurada pelo advento da Covid-19; e **(iv)** as **alterações na estrutura orgânica** do STF – como a criação e a reorganização de secretarias e assessorias – direcionadas a atualizar os processos decisórios, administrativos e gerenciais às demandas e oportunidades dos tempos hodiernos.

Em complemento a essa necessária prestação de contas relacionada aos quatro objetivos estratégicos traçados no início

da gestão, o **Capítulo 5** versa sobre outro importante papel desempenhado pelo STF nos últimos dois anos: o de atuar em prol da **Articulação Institucional** e da proteção de nossa **Democracia.**

Nesse sentido, registram-se os esforços de interlocução do STF com representantes dos demais poderes; as visitas institucionais a outros tribunais; os encontros com representações diplomáticas, cortes e acadêmicos de outros países; as audiências públicas promovidas pelo Tribunal; e os principais acordos de cooperação técnica firmados durante a gestão.

A despeito dos duros ataques e ameaças sofridos pela Corte no último biênio, o Supremo Tribunal Federal se manteve altivo, resiliente e coeso na missão de zelar pela força normativa da Constituição e de proteger os pilares da democracia, sempre dirimindo – com celeridade – os conflitos constitucionais ajuizados pelos entes legitimados.

Nesse ensejo, aproveito para externar o meu profundo agradecimento aos Ministros e às Ministras desta Suprema Corte pelo apoio incondicional no exercício dessas árduas tarefas. Sem dúvida, nossa harmonia em prol da defesa dos valores constitucionais demonstrou que o dissenso institucionalizado – aspecto natural da judicatura colegiada – não se confunde com discórdia visceral. A sustentabilidade do regime democrático exige que haja **unidade na diversidade**.

Consectariamente, é necessário ressaltar que todos os gabinetes e equipes desta Suprema Corte foram corresponsáveis pelos avanços descritos nas páginas deste relatório. O sucesso desta gestão se deve, em grande parte, à parceria incondicional da Ministra Rosa Weber e ao valioso legado da gestão conduzida pelo Ministro Dias Toffoli no biênio 2018-2020, a qual lavrou terreno fértil para várias das conquistas que floresceram no último biênio.

Por fim, em um cenário de desordem informacional, o **Capítulo 6 – Compromisso com o Conhecimento** aborda um outro virtuoso papel que vem sendo desempenhado pela Corte com cada vez mais proficiência: o de atuar na geração e na transmissão de conhecimentos formativos da educação e da identidade cidadãs.

Nesse ponto, é indispensável mencionar a criação da Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação (SAE), a partir da reestruturação da antiga Secretaria de Documentação (SDO). Além de conservar a memória documental da Corte, a SAE assumiu o desafio de criar um espaço cultural de produção e de circulação de conhecimentos jurídicos e institucionais do STF, máxime a partir da interlocução com a academia, com a sociedade civil, com *think tanks* e com instituições – nacionais e internacionais – de excelência comprovada.

A abertura de nossos canais institucionais e de nossa governança às múltiplas perspectivas e experiências desses atores tem fornecido os alicerces necessários para firmar o STF como instituição de vanguarda, cada vez mais aberta à inovação e acessível por todos – seja o cidadão brasileiro, seja o público internacional.

Nesse contexto, o último capítulo elenca as iniciativas que espelham o compromisso da Corte com a produção e a difusão de conhecimento. A título ilustrativo, destacam-se: **(i)** a produção da **primeira pesquisa científica desenvolvida institucionalmente pela Corte** em toda a sua história – o estudo empírico-descritivo *O Plenário Virtual na Pandemia da Covid-19*; **(ii)** o lançamento do **primeiro periódico acadêmico-científico** organizado pelo STF, a *Suprema – Revista de Estudos Constitucionais*, de periodicidade semestral, que já conta com dois volumes; **(iii)** a implementação do projeto Supremo Internacional, com o desenvolvimento de **linhas editoriais em inglês** sobre a jurisprudência da Corte; e ***(iv)*** a inauguração do novo **Museu do STF**, que passou a concentrar o acervo histórico da Corte em um espaço interativo, moderno e inspirador.

De outra parte, para além da difusão de conhecimentos confiáveis e qualificados, o capítulo também descreve os esforços do Tribunal no sentido de conter os efeitos negativos da propagação das informações falsas sobre a Corte. Nesse aspecto, registram-se a criação do **Programa de Combate à Desinformação do STF** e os primeiros eventos, ações e parcerias institucionais firmadas no âmbito desse projeto.

* * *

Para concluir esta apresentação, valho-me das palavras de minha conterrânea carioca, a ilustre poetisa Cecília Meireles: "*Em toda a vida, nunca me esforcei por ganhar nem me espantei por perder. A noção ou o sentimento de transitoriedade de tudo é o fundamento mesmo da minha personalidade*".

Em síntese, tudo passa! Não há espaço para lamúrias, vaidades ou devaneios. Todas essas preocupações se apequenam diante da finitude humana e se desvanecem com o alvorecer do tempo. Quem integra as fileiras da magistratura por vocação não teme os desafios e não reclama das adversidades.

O nosso verdadeiro legado reside nas ações que realizamos em prol do desenvolvimento nacional, e a perenidade de nossa gestão encontrará espaço nas iniciativas citadas ao longo deste Relatório, as quais trarão – sem dúvida – pacificação social e acesso à Justiça para o povo brasileiro.

Boa leitura!

Ministro **Luiz Fux**
Presidente do Supremo Tribunal Federal

Sumário



Capítulo 1 **25**

Vocação Constitucional



Capítulo 2 **123**

Corte Constitucional 100% Digital



Capítulo 3 **175**

Agenda 2030



Capítulo 4 **201**

Governança e Gestão



Capítulo 5 **275**

Democracia e Articulação Institucional



Capítulo 6 **379**

Compromisso com o Conhecimento



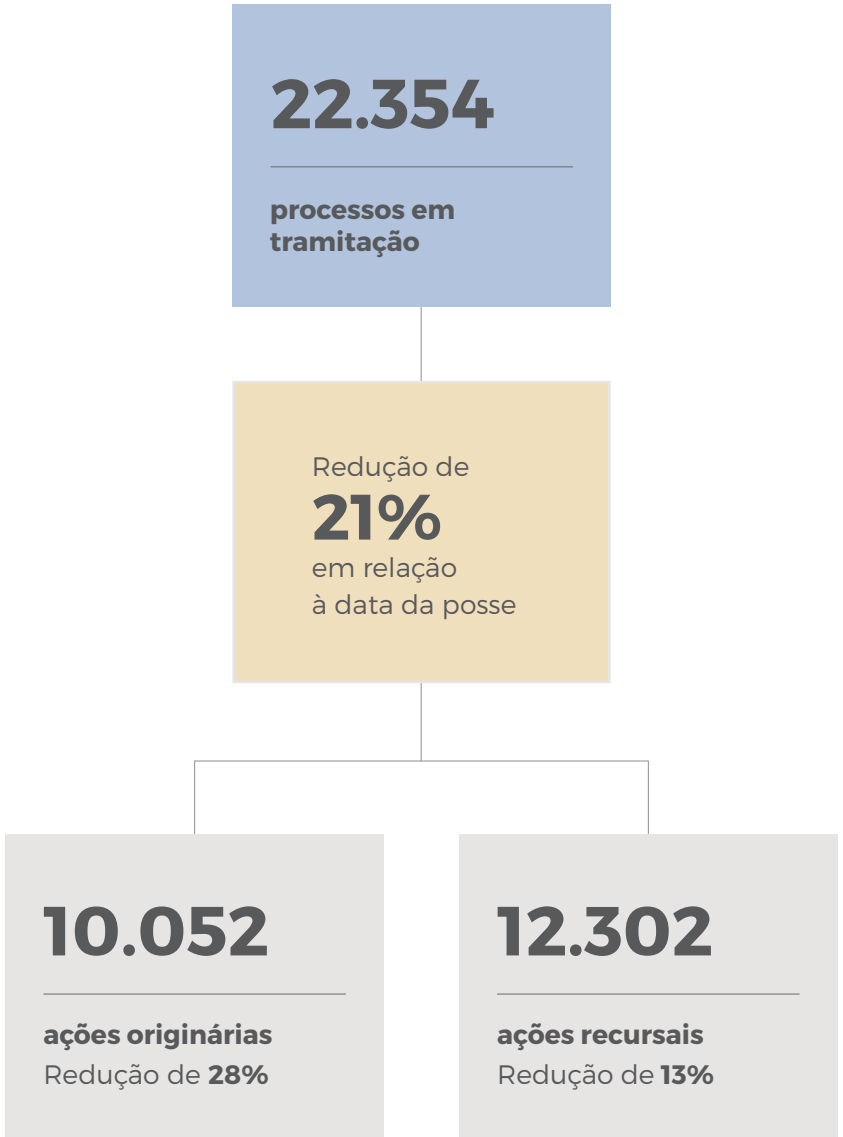
“Vocação Constitucional”

> “A vocação constitucional *stricto sensu* do Supremo Tribunal Federal merecerá especial atenção nos próximos dois anos, porquanto não se justifica que sejamos a Corte Suprema que mais julga processos em todo o mundo. (...)
>
> Julgar muito não significa necessariamente julgar bem. Por isso mesmo, o gerenciamento dos precedentes desta Corte e o monitoramento de sua correta aplicação pelas demais instâncias do Poder Judiciário permitirão a redução do número de ações que chegam desnecessariamente ao Supremo Tribunal Federal. Essa mudança permitirá reposicionar cada vez mais o STF como uma **corte eminentemente constitucional**.”

Ministro Luiz Fux, em seu discurso de posse na Presidência do Supremo Tribunal Federal.



10.9.2020 – Sessão solene de posse do Ministro Luiz Fux na Presidência do STF.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF.


22.354
processos em tramitação
Redução de
21%
em relação
à data da posse
10.052
ações originárias
Redução de 28%
12.302
ações recursais
Redução de 13%

141.269

processos recebidos durante a gestão

44.090

ações originárias
31%

97.179

ações recursais
69%

87.366

processos registrados à Presidência
Média de **3.798** processos por mês

64.107

processos distribuídos aos Ministros
Média de **2.787** processos por mês

182.839

decisões proferidas

153.649

decisões monocráticas

49%

decisões da Presidência

35.999

recursos interpostos

29.190

decisões colegiadas

98%

em sessões virtuais

145.869

processos baixados

246

sessões plenárias

9.890 processos julgados

3,3%

a mais do que o quantitativo de processos recebidos

243

sessões nas Turmas

18.947 processos julgados

Resultados de setembro/2020 a agosto/2022

1.1 Prestação jurisdicional

1.1.1 Acervo geral

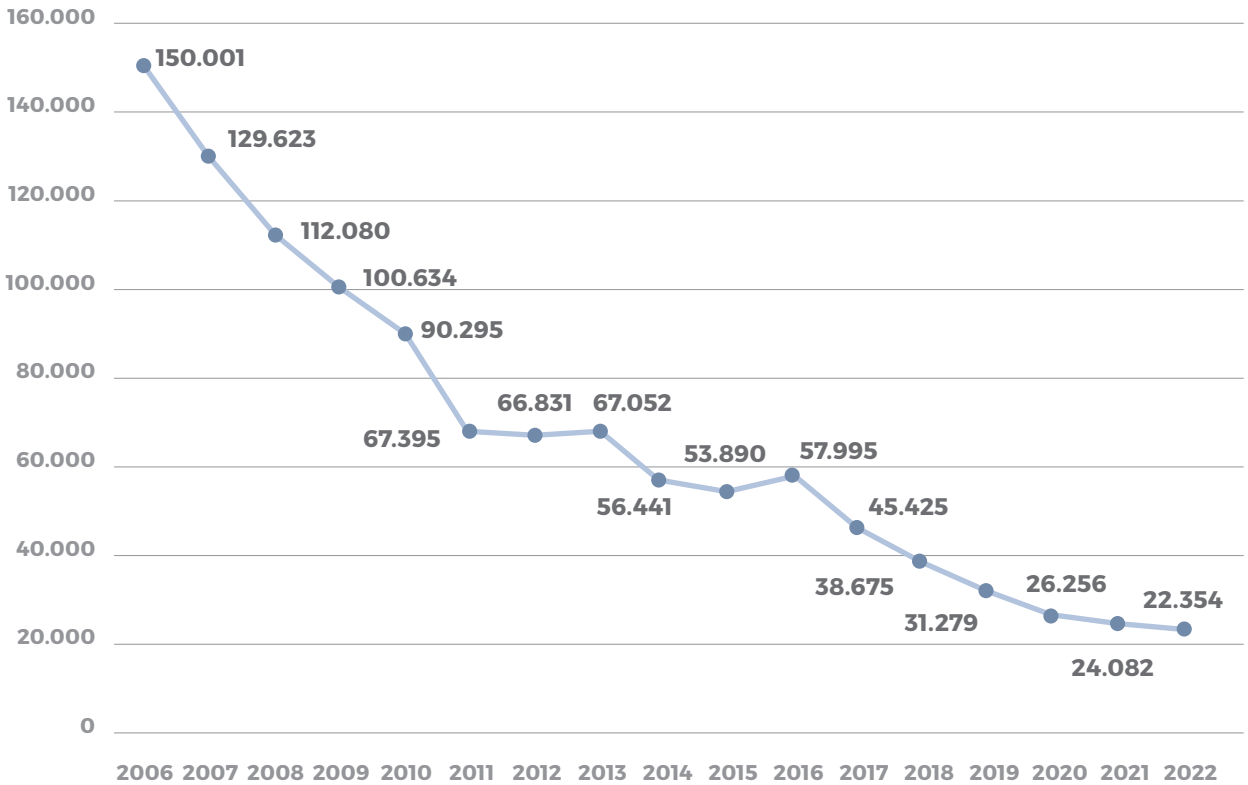
O acervo geral corresponde ao quantitativo de processos em tramitação em determinada data. Em 10.9.2020, dia da posse do Ministro Luiz Fux na Presidência, o Supremo Tribunal Federal contava com um acervo de **28.129** processos. Durante sua gestão, até 11.8.2022, foram recebidos **141.269** processos e baixados **145.896**, resultando em um acervo de **22.354** processos.

Redução de
21%
do acervo processual

O menor acervo processual dos últimos
27 anos

A) SÉRIE HISTÓRICA DO ACERVO GERAL

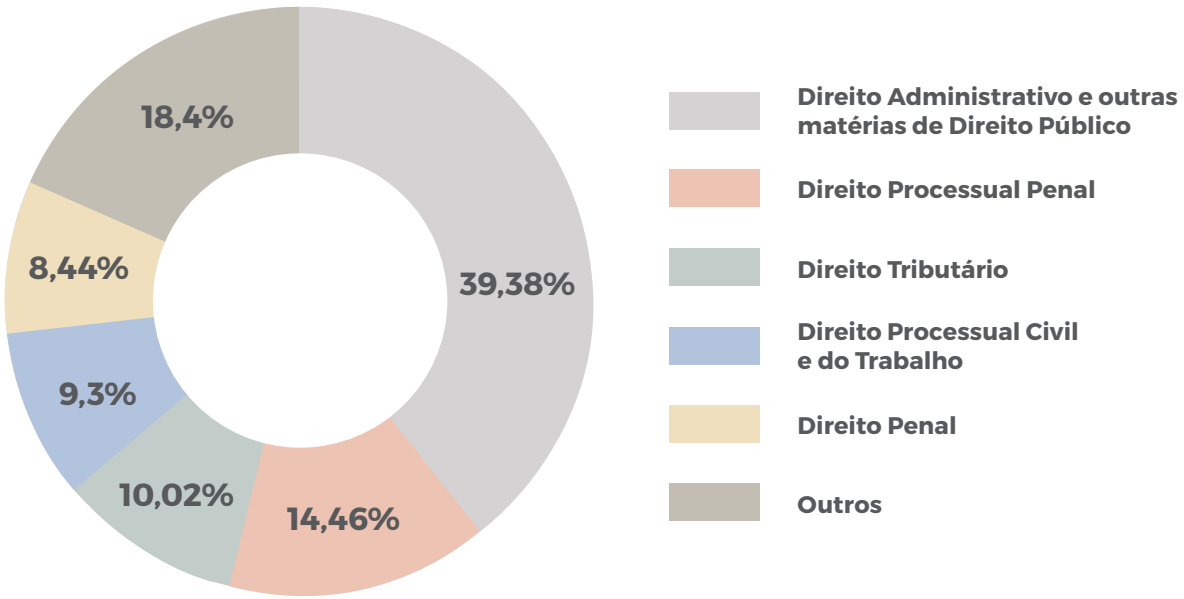
GRÁFICO 1 – ACERVO HISTÓRICO DO STF



Fonte: Painel do Corte Aberta. Dados extraídos em 11.8.2022.

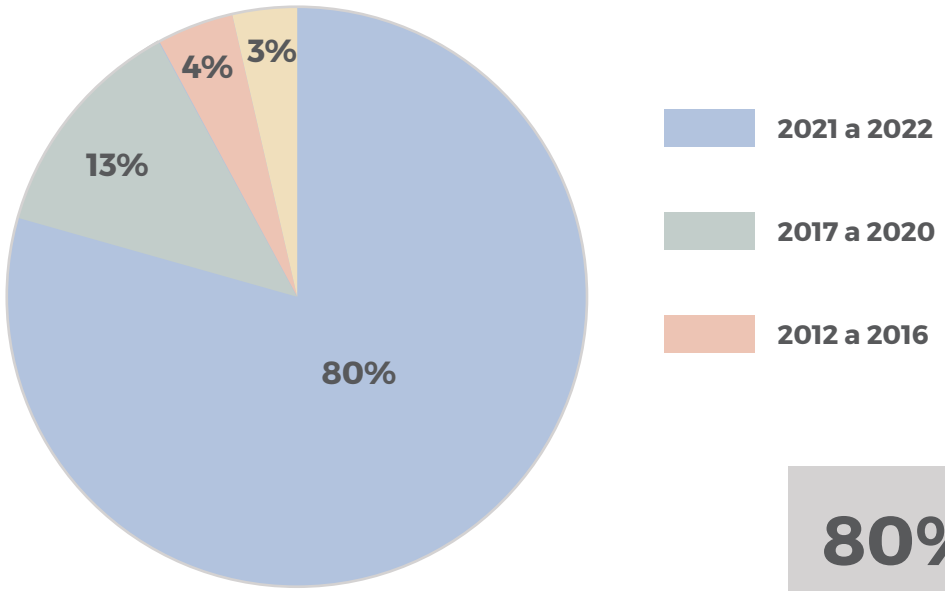
B) ACERVO EM TRAMITAÇÃO

GRÁFICO 2 – COMPOSIÇÃO DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO POR RAMO DO DIREITO



Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica. Portal de Informações Gerenciais. Dados extraídos em 11.8.2022.

GRÁFICO 3 – COMPOSIÇÃO DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO POR ANO DE AUTUAÇÃO



Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica. Portal de Informações Gerenciais. Dados extraídos em 11.8.2022.

80%

dos processos em trâmite têm menos de 2 anos de autuação

C) COMPOSIÇÃO DO ACERVO CONFORME O SUPORTE DE TRAMITAÇÃO

Em matéria de transformação do processo judicial, a principal força-motriz para a inovação consiste na migração para o ambiente eletrônico. Sob o viés da modernização, os andamentos e os deslocamentos estão disponíveis a um *click*; e a tecnologia evoluiu a ponto de a realização automática de movimentações processuais ser tangível, graças ao aprendizado de máquina.

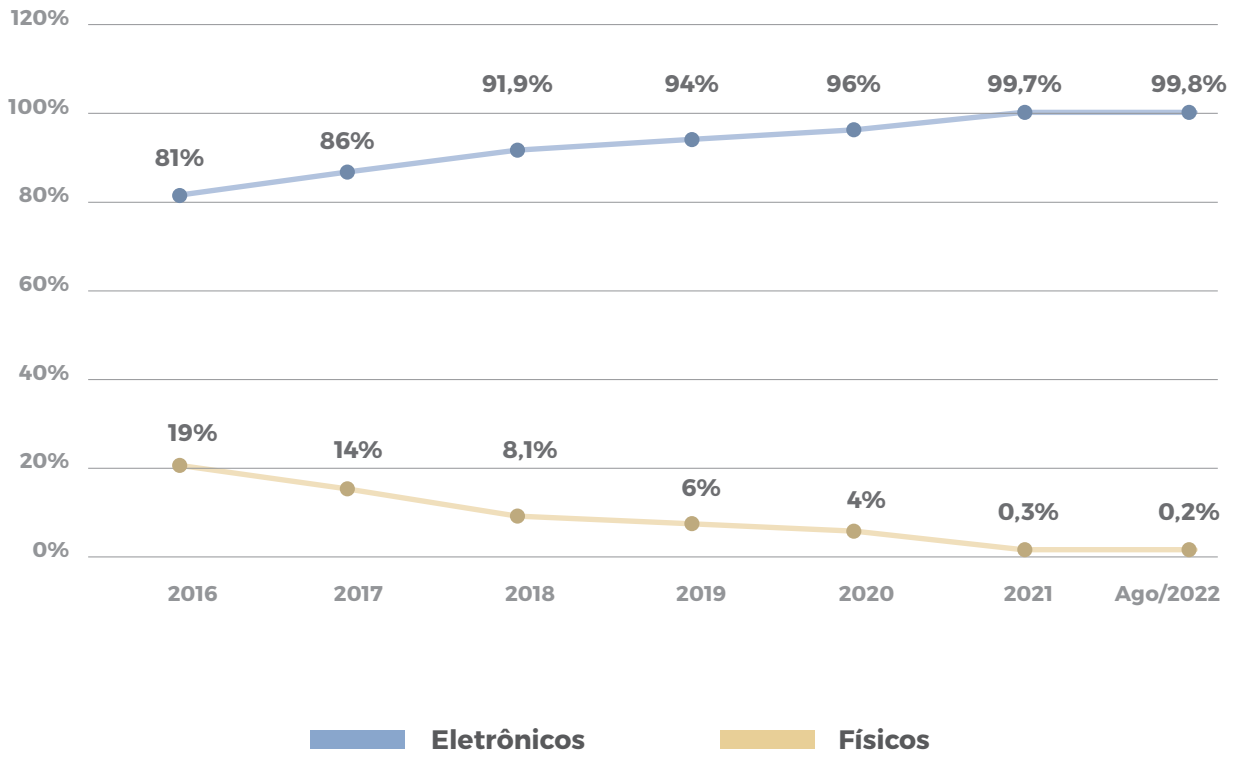
99,8%

do acervo atual tramita em meio eletrônico

Por essas razões, é legítimo o objetivo de reduzir, ano a ano, o quantitativo de processos em suporte físico de tramitação (autos físicos) até que 100% estejam abarcados pelos sistemas informatizados da Corte (autos digitais ou digitalizados).

Em 2022, 99,8% dos processos do tribunal tramitam em meio eletrônico. A porcentagem residual de 0,2% do acervo físico diz respeito a processos criminais que não foram digitalizados por questões de segurança da informação, por impossibilidade material ou por estarem localizados fora do Tribunal (*e.g.*, na Polícia Federal).

GRÁFICO 4 – SÉRIE HISTÓRICA DA PROPORÇÃO DE PROCESSOS ELETRÔNICOS E FÍSICOS



Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica. Portal de Informações Gerenciais. Dados extraídos em 11.8.2022.

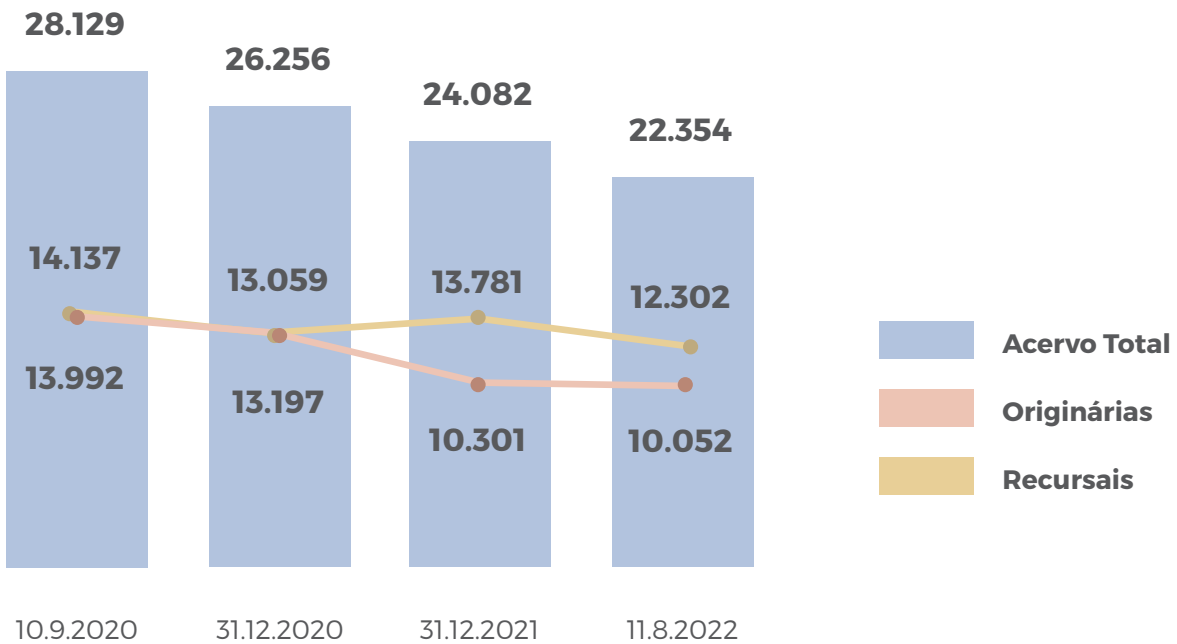
Além da digitalização do acervo atual da Corte, em abril de 2022 o STF finalizou o projeto "Arquivo 100% Digital", que converteu para o formato digital todo o acervo judicial histórico destinado à guarda permanente do STF. Foram digitalizados aproximadamente 20 mil volumes de processos físicos, autuados entre 1970 e 2018, excluídos apenas os processos que possuem restrição de acesso e os que demandam intervenções para o seu manuseio.

100%

do acervo histórico digitalizado

D) VARIAÇÃO DO PERFIL DO ACERVO NO BIÊNIO

GRÁFICO 5 – SÉRIE HISTÓRICA DO ACERVO DAS AÇÕES ORIGINÁRIAS E RECURSAIS NO BIÊNIO 2020-2022



Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica. Portal de Informações Gerenciais. Dados extraídos em 11.8.2022.

Em novembro de 2020, pela primeira vez na história do Supremo Tribunal Federal, o acervo de processos recursais se mostrou inferior ao acervo de processos originários.

Trata-se de um importante marco na remodelação do STF como Corte Constitucional. Ainda que as ações recursais continuem chegando em maior quantidade do que as originárias, o Tribunal tem equacionado de forma dinâmica o gerenciamento do acervo recursal.

As principais causas dessa transformação estão relacionadas à eficiência da aplicação das regras de repercussão geral, aos projetos bem-sucedidos de automatização da admissibilidade recursal conduzidos pelas últimas gestões e à alta produtividade dos gabinetes. É dizer: esse importante resultado coroa o esforço coletivo e coordenado da Presidência, dos Gabinetes de Ministros e dos tribunais de todo o País em apostarem, nos últimos anos, em medidas administrativas e jurisdicionais que privilegiam a atuação do STF como **Corte Constitucional**.

E) ACERVO DA PRESIDÊNCIA

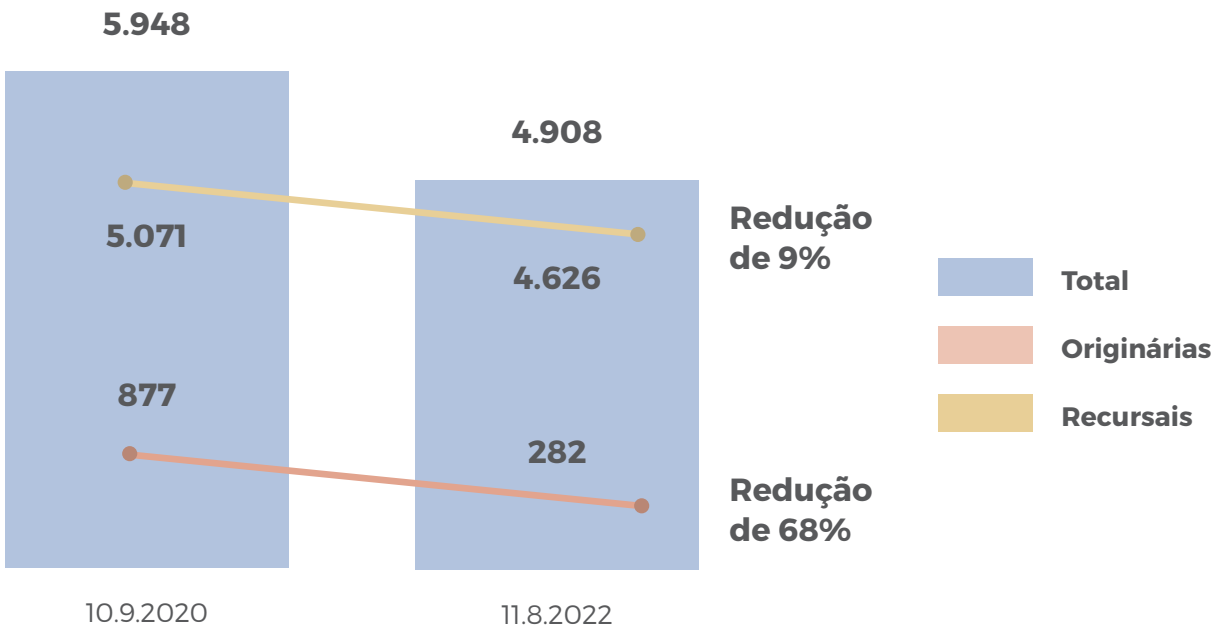
Em 11.8.2022, o acervo da Presidência continha 4.908 processos em tramitação, o que representa uma redução de 17,5% em relação à data da posse.

TABELA 1 – ESTATÍSTICAS PROCESSUAIS DO ACERVO DO MINISTRO PRESIDENTE

Período 10.9.2020 a 11.8.2022	Quantidade de Processos		
	Originário	Recursal	Total
Acervo inicial	877	5.071	**5.948**
Processos registrados à Presidência *	1.744	85.622	**87.366**
Processos baixados	2.294	67.967	**70.261**
Acervo atual	282	4.626	**4.908**

Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica. Portal de Informações Gerenciais. Dados extraídos em 11.8.2022.
Nota: * O quantitativo inclui 5.045 processos registrados à Presidência, mas que tiveram distribuição posterior.

GRÁFICO 6 – PERFIL DO ACERVO DO MINISTRO PRESIDENTE NO INÍCIO E NO FINAL DA GESTÃO



Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica. Portal de Informações Gerenciais. Dados extraídos em 11.8.2022.

17,5%

de redução do acervo da Presidência

TABELA 2 – ACERVO DA PRESIDÊNCIA POR LOCALIZAÇÃO

Localização	Quantidade	%
Gabinete da Presidência	174	3,5%
Assessoria de Análise de Recursos	642	13,1%
Núcleo de gerenciamento de Precedentes	96	2,0%
Secretaria Judiciária (providências cartorárias)	3.964	80,8%
Outros setores internos ou externos	32	0,7%
Total	**4.908**	**100%**

Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica. Portal de Informações Gerenciais. Dados extraídos em 11.8.2022.

1.1.2 Recebimento

O recebimento consiste nas etapas de análise inicial e de encaminhamento aos órgãos responsáveis pelo processamento do feito. No biênio da gestão (10.9.2020 a 11.8.2022), o STF recebeu **141.269 processos**, dos quais 68,8% correspondem a ações recursais e 31,2% a ações originárias.

FIGURA 1 – PROCESSOS RECEBIDOS POR PERFIL E POR GRUPO DE CLASSES

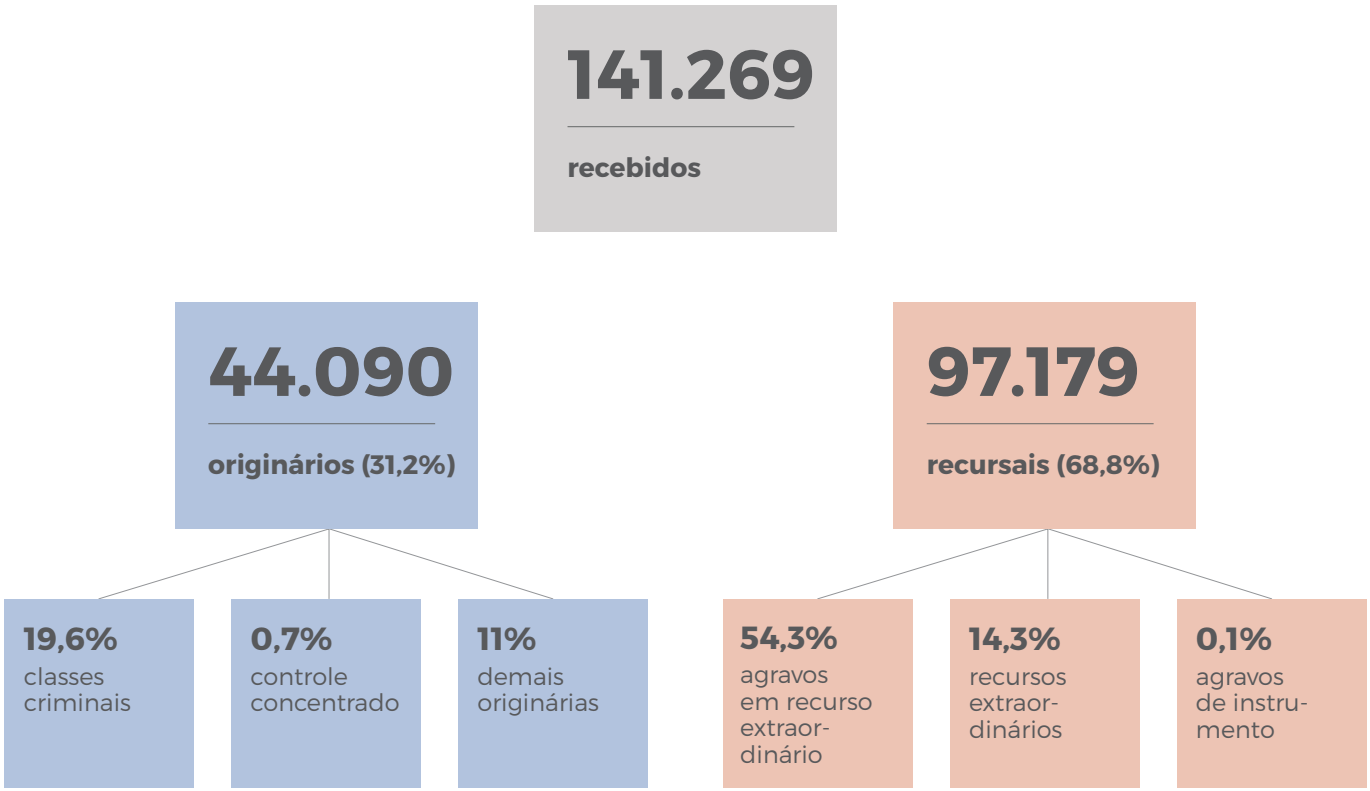
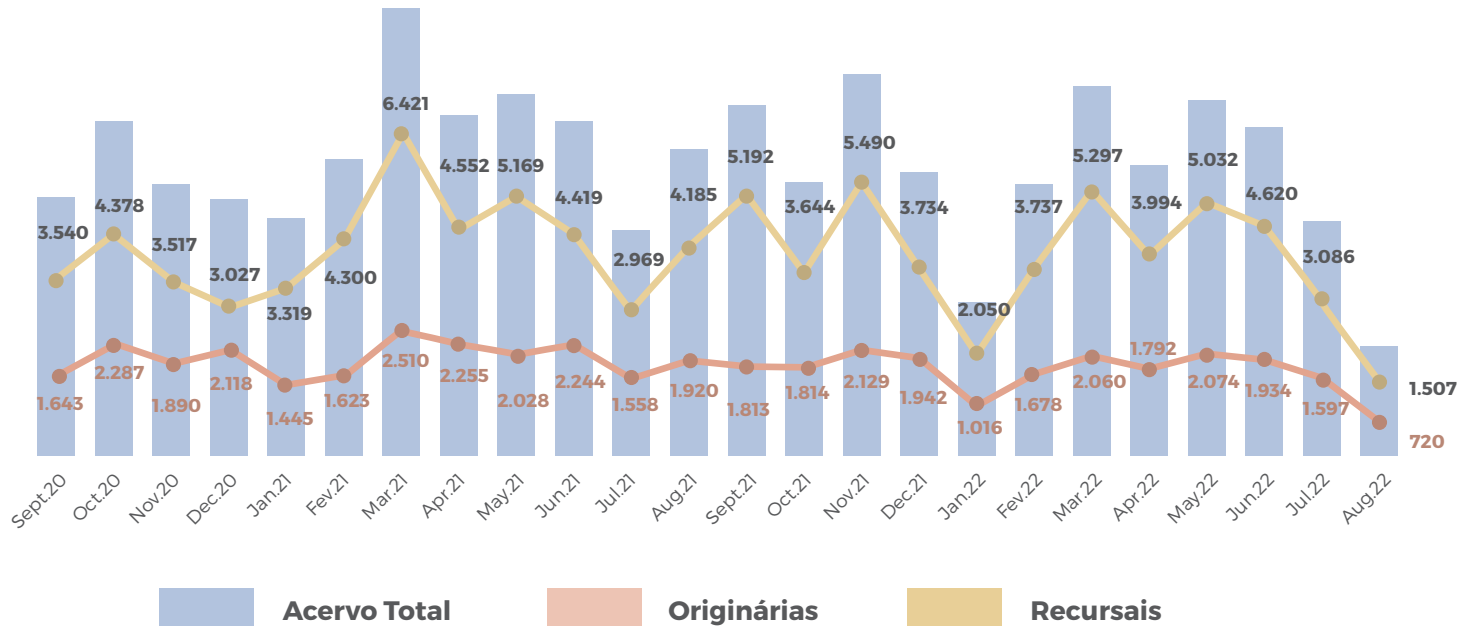


GRÁFICO 7 – HISTÓRICO DE PROCESSOS RECEBIDOS NO BIÊNIO 2020-2022



Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica. Portal de Informações Gerenciais. Dados extraídos em 11.8.2022.

Observa-se que, no período considerado de 2022 (isto é, de janeiro a agosto/2022), houve uma **diminuição de 11% dos recebimentos** em relação ao mesmo período do ano anterior (janeiro a agosto/2021).

A) PROCESSOS RECURSAIS: CRIAÇÃO DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PRECEDENTES (SPR)

Ainda que seja possível observar uma tendência de queda do percentual do recebimento relativo aos processos recursais, estes ainda representam parte significativa do montante de processos recebidos. Trata-se, portanto, de um ponto de atenção para a racionalização do fluxo processual.

Nesse cenário, em outubro de 2020, foi criada a **Secretaria de Gestão de Precedentes (SPR)** na estrutura administrativa da Corte. A missão precípua atribuída à nova unidade foi a de, em conjunto com tribunais e juízos vinculados ao STF, reduzir o recebimento de recursos extraordinários e de recursos extraordinários com agravo, por meio da integração administrativa e tecnológica, possibilitando que as questões possam ser definidas com maior celeridade e eficiência ainda nas instâncias de origem, sem a necessidade da tramitação de processos repetidos no STF.

Para isso, os processos de trabalho relativos ao recebimento e à análise de pressupostos objetivos, de repercussão geral e de cabimento dos processos recursais foram deslocados para a nova secretaria, dando, assim, continuidade às atividades de qualificação de informações nos recursos recebidos no Tribunal e sua triagem para análise de adequação pelo Presidente do STF, a fim de se evitar a distribuição indevida de processos que não ultrapassem a fase de conhecimento do recurso ou que veiculem matéria já submetida ao rito da repercussão geral.

Na nova estrutura, foi criado o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP), ao qual cabe a interlocução com os demais núcleos de precedentes dos tribunais, visando a troca de experiências, boas práticas e o aprimoramento de procedimentos relacionados à formação, divulgação e aplicação de precedentes qualificados. Internamente, cabe-lhe supervisionar o trabalho de

enquadramento dos temas de RG, inclusive quanto à análise inicial de representativos de controvérsia encaminhados e demais recursos com potencial de inclusão no Plenário Virtual, mediante sugestão à Presidência.

O tratamento da pesquisa de jurisprudência e sua divulgação foram outras importantes atividades absorvidas pela nova unidade. A Coordenadoria de Jurisprudência (COJU), anteriormente vinculada à antiga Secretaria de Documentação, passou a integrar a Secretaria de Gestão de Precedentes.

Nessa linha, um conjunto de iniciativas foi desenhado e se encontra em execução na SPR com o objetivo de reduzir progressivamente o recebimento de recursos extraordinários na Corte, por meio de integração administrativa e tecnológica, contribuindo de forma decisiva para que o STF se transforme em uma Corte Constitucional Digital.

Essas iniciativas e seus primeiros frutos – incluindo o impacto no quantitativo de processos recursais recebidos pela Corte – são abordados no Tópico 2 deste Capítulo, inteiramente dedicado às medidas de gerenciamento de precedentes e aos resultados da aplicação da sistemática da Repercussão Geral alcançados no biênio.

B) PROCESSOS ORIGINÁRIOS: ESPECIALIZAÇÃO DA SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJ)

A criação da novel Secretaria de Gestão de Precedentes (SPR) foi acompanhada da consequente especialização da **Secretaria Judiciária (SEJ)** para lidar com os processos originários.

Nesse cenário, os fluxos de trabalho da SEJ foram aprimorados. A título exemplificativo, a Secretaria Judiciária reduziu o tempo médio entre o protocolo da petição inicial e a efetiva distribuição aos Ministros Relatores para 24 horas úteis, o que significa afirmar que as ações originárias e os recursos ordinários são classificados, autuados e distribuídos em metade do tempo previsto no art. 54 do RISTF.

DADOS QUANTITATIVOS DA SECRETARIA JUDICIÁRIA NO BIÊNIO 2020-2022

1.033.824	andamentos lançados
197.670	petições recebidas
1.175	processos convertidos para o meio eletrônico
996	processos em que executados cálculos de prescrição
108.641	processos em que executados cálculos de trânsito em julgado
43.171	comunicações elaboradas
47.137 · **9.673** · **23.774** · **13.690**	documentos expedidos postagens/guias de portaria malotes digitais *e-mails* registrados
59.808	certidões emitidas, entre físicas e eletrônicas, excluídas as certidões automáticas emitidas pelo Portal do STF
30.814	acórdãos publicados
11.781	laudas transcritas relativas a sessões de julgamento, atos de instrução em processos criminais e audiências públicas
66 · **12** · **54**	audiências judiciais organizadas e gerenciadas em processos cíveis em processos criminais
2.599	diligências efetivadas pelos Oficiais de Justiça

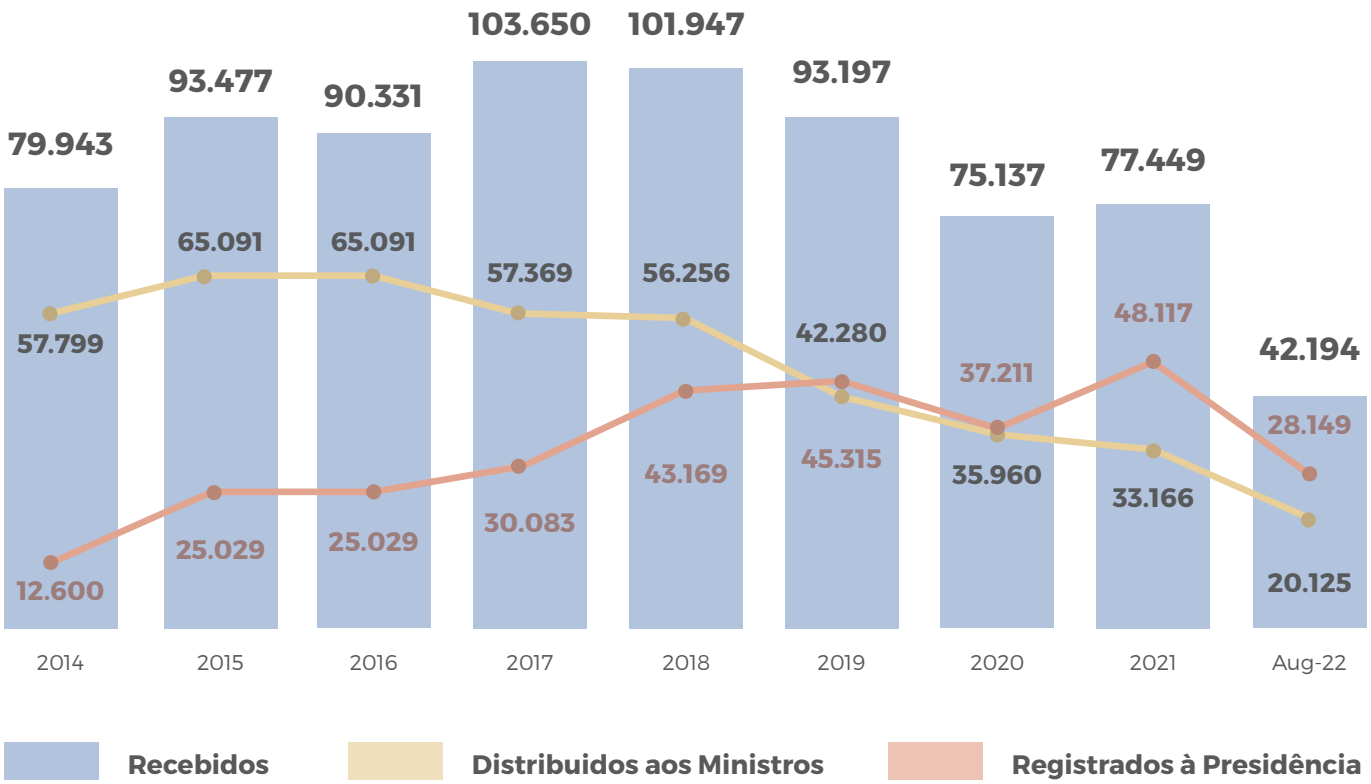
1.1.3 Registro à Presidência e distribuição

Uma vez recebidos, os processos são então autuados pela Secretaria Judiciária (SEJ) ou pela Secretaria de Gestão de Precedentes (SPR). Os processos recursais são registrados à Presidência, para a análise conforme as competências monocráticas do Presidente. Se o recurso estiver fora das hipóteses abarcadas pela competência do Presidente como Relator, determina-se a distribuição aos demais Ministros. Já as ações originárias, como regra, seguem para distribuição, que pode ser livre ou por prevenção.

61,8%

dos processos recebidos durante a gestão foram registrados à Presidência

GRÁFICO 8 – SÉRIE HISTÓRICA DO QUANTITATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS AOS MINISTROS E REGISTRADOS À PRESIDÊNCIA



Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica. Portal de Informações Gerenciais. Dados extraídos em 11.8.2022.

1.1.4 Julgamentos

A) DADOS QUANTITATIVOS

O julgamento do processo é identificado pela **decisão final**, que extingue o processo ainda que o mérito da causa não seja apreciado. De 10.9.2020 a 11.8.2022, o Supremo Tribunal Federal proferiu **182.839 decisões**, sendo 139.242 decisões finais e 29.190 decisões de outros tipos.

TABELA 3 – QUANTIDADE TOTAL DE DECISÕES POR ESPÉCIE

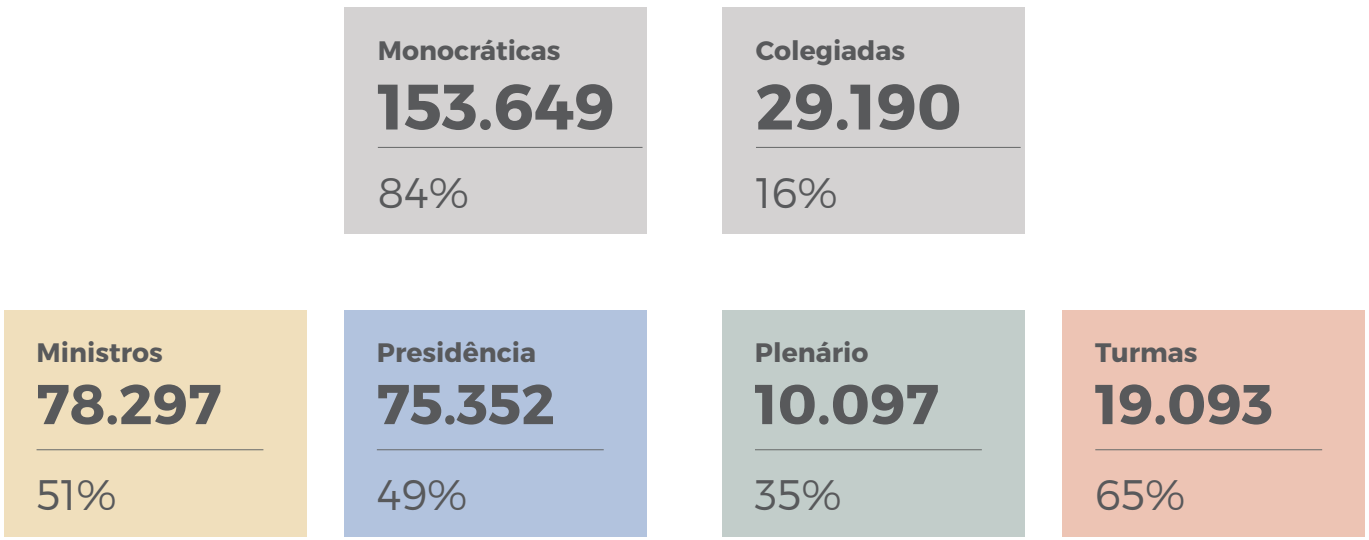
Decisões	2020 – 2022	% de decisões
Total	**182.839**	**100%**
Decisão final	139.342	78,41%
Decisão em recurso interno	29.210	16,44%
Decisão interlocutória	7.418	4,17%
Decisão liminar	5.310	2,99%
Decisão	1.123	0,63%
Decisão repercussão geral	243	0,14%
Decisão sobrestamento	193	0,11%

Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica. Portal de Informações Gerenciais. Dados extraídos em 11.8.2022.

Quanto à **autoridade prolatora**, as decisões podem ser classificadas em monocráticas e colegiadas. No biênio da gestão, as decisões monocráticas representaram 84% do total de decisões; e as colegiadas, 16%.

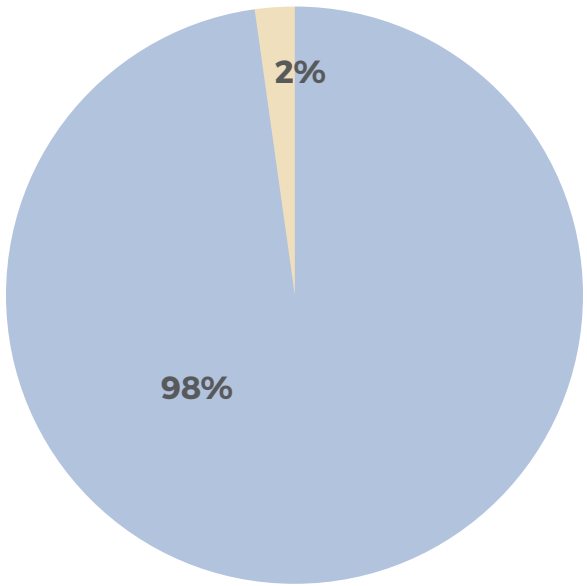
Entre as monocráticas, 51% foram decisões proferidas por Ministros, e 49% pelo Ministro Presidente. Das decisões colegiadas, cerca de 65% foram proferidas pelas Turmas, e 35% pelo Plenário.

FIGURA 2 – QUANTIDADE TOTAL DE DECISÕES QUANTO À AUTORIDADE PROLATORA



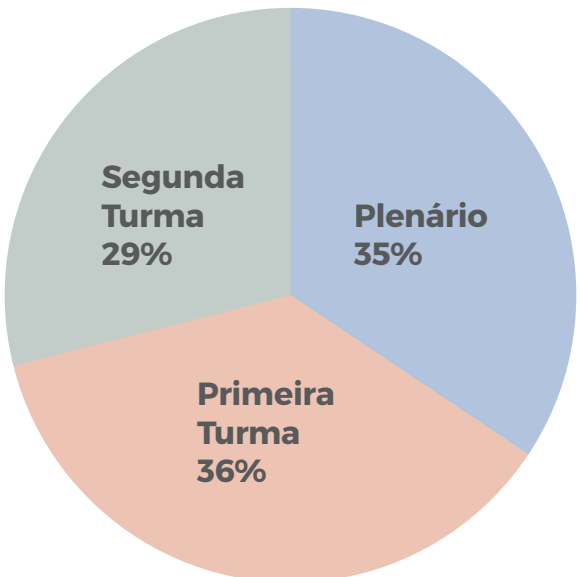
Quanto ao **ambiente de decisão**, observa-se que 2% das decisões colegiadas foram proferidas em ambiente presencial (incluindo sessões por videoconferência) e 98% em ambiente virtual.

GRÁFICO 9 – PERCENTUAL DE DECISÕES COLEGIADAS POR AMBIENTE DE DECISÃO



Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica. Portal de Informações Gerenciais. Dados extraídos em 11.8.2022.

GRÁFICO 10 – PERCENTUAL DE DECISÕES COLEGIADAS POR ÓRGÃO JULGADOR



Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica. Portal de Informações Gerenciais. Dados extraídos em 11.8.2022.

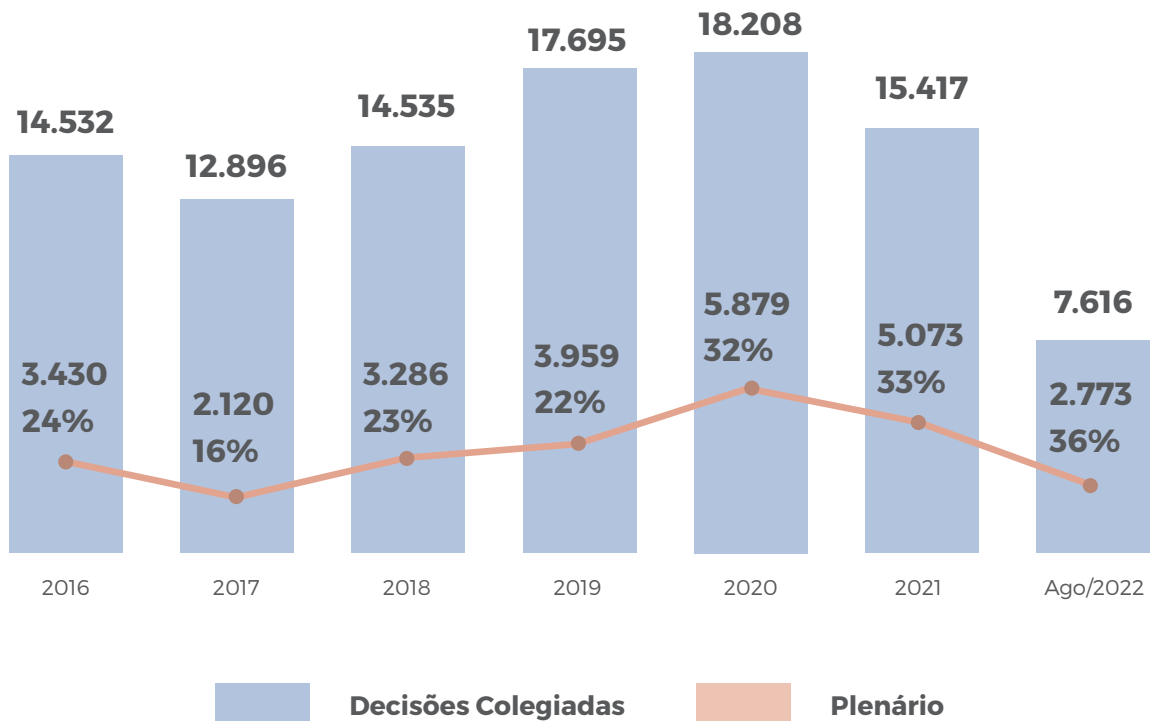
TABELA 4 – QUANTIDADE DE DECISÕES COLEGIADAS POR ÓRGÃO JULGADOR E AMBIENTE DE DECISÃO

Órgão julgador	Virtual	Presencial
Plenário	9.749	209
Plenário Virtual da RG	139	0
Primeira Turma	10.518	147
Segunda Turma	8.296	132

Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica. Portal de Informações Gerenciais. Dados extraídos em 11.8.2022

Nota-se que a ampliação das hipóteses passíveis de julgamento de mérito em ambiente virtual (Plenário virtual de mérito) – tendência capitaneada pela Resolução nº 642/2019 e consolidada por Emendas Regimentais posteriores – vem reforçando a colegialidade nesta Corte Constitucional, como mostra a série histórica do percentual de decisões colegiadas proferidas pelo Plenário.

GRÁFICO 11 – SÉRIE HISTÓRICA DO PERCENTUAL DE DECISÕES COLEGIADAS PROFERIDAS PELO PLENÁRIO (JULGAMENTO DE MÉRITO E PLENÁRIO VIRTUAL DE RG)



Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica. Portal de Informações Gerenciais. Dados extraídos em 11.8.2022.

No biênio da gestão, 35% das decisões colegiadas foram proferidas pelo Plenário, conforme a seguinte divisão por grupo de classes.

TABELA 5 – QUANTIDADE DE DECISÕES DO PLENÁRIO POR GRUPO DE CLASSE

Grupo de classe	2020 – 2022	% Decisões nas classes
Controle concentrado (ADI, ADC, ADO e ADPF)	1.153	11,4%
Classes recursais (ARE, RE, AI)	7.539	74,7%
Classes criminais	156	1,5%
Demais classes originárias	1.249	12,4%
Total*	**10.097**	**100%**

Nota: * O valor total refere-se à soma das decisões do Plenário presencial e do Plenário Virtual da RG.

DADOS SOBRE AS SESSÕES

TABELA 6 – SESSÕES E JULGAMENTOS NO PLENÁRIO

	Presenciais	Virtuais	Total
Sessões ordinárias	148	78	**226**
Sessões extraordinárias	-	16	**16**
Sessões solenes	4	-	**4**
Total de processos julgados	**111**	**9.779**	**9.890**

Fonte: Assessoria do Plenário. Dados extraídos em 11.8.2022

TABELA 7 – SESSÕES E JULGAMENTOS NA PRIMEIRA TURMA

	Presenciais	Virtuais	Total
Sessões ordinárias	37	78	**115**
Sessões extraordinárias	-	-	**-**
Total de processos julgados	**140**	**10.399**	**10.539**

Fonte: Secretaria da Primeira Turma. Dados extraídos em 11.8.2022.

TABELA 8 – SESSÕES E JULGAMENTOS NA SEGUNDA TURMA

	Presenciais	Virtuais	Total
Sessões ordinárias	49	78	**127**
Sessões extraordinárias	1	-	**1**
Total de processos julgados	**131**	**8.277**	**8.408**

Fonte: Secretaria da Segunda Turma. Dados extraídos em 11.8.2022.

B) DADOS QUALITATIVOS: JULGAMENTOS DE ESPECIAL RELEVÂNCIA

> “De forma harmônica e mantendo um diálogo permanente com os demais Poderes, o Judiciário não hesitará em proferir decisões exemplares para a proteção das minorias, da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e para a preservação da nossa democracia e do sistema republicano de governo.”
>
> Ministro Luiz Fux, em seu discurso de posse como Presidente do Supremo Tribunal Federal.

As deliberações colegiadas sobre o mérito de controvérsias constitucionais que se destacam pela complexidade das questões de fundo e/ou pela amplitude dos impactos estão no cerne da **Vocação Constitucional** do STF.

A seguir, apresentam-se os julgamentos considerados de especial relevância proferidos pelo plenário no biênio 2020-2022, ordenados cronologicamente.



10.8.2022 – Sessão plenária do STF.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF

2020

Data	Número	Temática/Decisão
26.10.2020	**ADI 5.501**	**Previsão legal de distribuição de medicamento sem registro** O Congresso Nacional não pode autorizar, atuando de forma abstrata e genérica, a distribuição de medicamento. O direito à saúde não será plenamente concretizado se o Estado deixar de cumprir a obrigação de assegurar a qualidade de droga mediante rigoroso crivo científico.
6.11.2020	**ADI 3.738**	**Lei Estadual que determina a indenização de danos causados a pessoas presas durante a ditadura** Foi declarada constitucional a Lei do Estado do Espírito Santo que prevê a obrigação de indenizar as pessoas detidas por motivos políticos, legal ou ilegalmente, entre os anos de 1961 e 1979.
18.11.2020	**ADI 4.412, Rcl 33.459 e Pet 4.770**	**Competência exclusiva do STF para o processamento de ações contra atos do CNJ e do CNMP** Em alteração jurisprudencial, considerou-se que o Supremo Tribunal Federal é o foro com competência exclusiva para processar e julgar ações contra decisões e atos administrativos do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.
19.11.2020	**RE 1.026.923**	**Previsão legal de faixa de horário predeterminada para a transmissão obrigatória do programa "Voz do Brasil"** Fixada a tese do Tema 1.039 da Repercussão Geral em torno da constitucionalidade da previsão legal de transmissão obrigatória do programa oficial "Voz do Brasil", em faixa de horário predeterminada e obrigatória.

20.11.2020	**ADI 5.740 e ADI 5.744**	**Eficácia da regulamentação da lei anti-homofobia no Distrito Federal** Foi declarada a inconstitucionalidade do Decreto Legislativo nº 2.146/2017, editado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, que sustava os efeitos de ato regulamentar acerca da lei local com medidas anti-homofobia.
9.12.2020	**ADI 5.890, ADI 5.881, ADI 5.886, ADI 5.925, ADI 5.931 e ADI 5.932**	**Medidas de constrição dos bens de contribuintes devedores em procedimentos administrativos de execução dos débitos fiscais** Em análise à Lei nº 10.522/2002, declarou-se a inconstitucionalidade da indisponibilidade de bens pela via administrativa (sem respaldo em ordem judicial), porém se legitimou a averbação da certidão da dívida ativa no registro dos bens dos devedores da Fazenda Pública.
17.12.2020	**ADI 6.586, ARE 1.267.879 e ADI 6.587**	**Compulsoriedade da vacinação contra a Covid-19** Reconheceu-se a constitucionalidade da previsão da Lei nº 13.979/2020 de compulsoriedade da vacina, punível com medidas restritivas indiretas, a exemplo de multa, do impedimento de frequentar certos espaços e da impossibilidade de matrícula em instituição de ensino.

2021

Data	Número	Temática/Decisão
11.2.2021	**RE 1.010.606**	**Direito ao esquecimento** O direito ao esquecimento é incompatível com a Constituição. Eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação devem ser analisados caso a caso, a partir dos parâmetros constitucionais – especialmente os relativos à proteção da honra, da imagem, da privacidade e da personalidade em geral – e das expressas e específicas previsões legais nos âmbitos penal e cível.
5.3.2021	**ADI 6.625**	**Vigência das medidas sanitárias de combate à pandemia** Interpretação conforme à Constituição dos dispositivos da Lei Federal 13.979/2020, a fim de estender o prazo de vigência das medidas sanitárias de combate à pandemia de Covid-19.
12.3.2021	**ADPF 690, ADPF 691 e ADPF 692**	**Acesso à informação e dados referentes à pandemia** Inconstitucionalidade dos atos do Ministério da Saúde e do Governo do Distrito Federal com o escopo de modificar a metodologia de cálculo e/ou a periodicidade de divulgação dos dados epidemiológicos relativos à Covid-19.
26.4.2021	**MI 7.300**	**Regulamentação e efetividade do programa de renda básica de cidadania** Reconhecimento da omissão legislativa quanto à regulamentação do programa de renda básica de cidadania em prol dos brasileiros em situação de "extrema pobreza" e "pobreza". Fixação de dever ao Poder Executivo Federal, responsável pela implementação do benefício no exercício fiscal de 2022.

12.5.2021	**ADI 5.529**	**Prorrogação das patentes protetivas de produtos** Declaração de inconstitucionalidade com efeitos *ex nunc* do art. 40, parágrafo único, da Lei de Propriedade Industrial. É inválida a prorrogação das patentes protetivas sobre os produtos e os processos farmacêuticos, bem como sobre os equipamentos e materiais em uso para saúde.
14.5.2021	**ACO 3.508 MC**	**Medidas administrativas e legislativas necessárias ao censo demográfico do IBGE** Referendada a medida cautelar para determinar à União a adoção das medidas administrativas e legislativas necessárias para o censo demográfico da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2022.
9.6.2021	**1.209.429**	**Responsabilidade objetiva do Estado em relação a profissional de imprensa ferido durante manifestação tumultuosa** É objetiva a responsabilidade civil do Estado em relação ao profissional de imprensa ferido por agentes policiais durante a cobertura jornalística em manifestações em que haja tumulto ou conflito entre policiais e manifestantes, excetuando-se as hipóteses de culpa exclusiva da vítima, quando o jornalista descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas em que haja grave risco a sua integridade física.
18.6.2021	**ADI 5.351**	**Dever do MP de dar prioridade de tramitação aos procedimentos instaurados por CPI** É constitucional a previsão legal que vincula o Ministério Público a dar prioridade de tramitação aos procedimentos instaurados por Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

25.6.2021	**ADPF 848 MC-Ref**	**Convocação de Governadores pela CPI da Pandemia** Referendada a medida cautelar que suspendeu a convocação de Governadores pela CPI da Pandemia.
26.8.2021	**ADI 6.696**	**Autonomia do Banco Central** A Lei Complementar 179/2021, que instituiu a autonomia do Banco Central, não padece de inconstitucionalidade formal graças ao apenso de Projeto de Lei de iniciativa do Presidente da República com teor similar.
3.9.2021	**Rcl 47.470 MC**	**Políticas locais de isolamento e concurso organizado pela União com vistas ao preenchimento de cargos da Polícia Federal** Indeferimento do pedido liminar para a suspensão de etapa do concurso público da Polícia Federal, dada a autonomia da União para realizar o certame em prol desse serviço essencial de segurança pública, e a despeito das políticas locais de isolamento.
14.9.2021	**ADI 6.672**	**Divergência entre a rigidez dos requisitos de proteção ambiental estaduais e a dos federais** Inconstitucionalidade da Lei Estadual que prevê requisitos de proteção ambiental menos rígidos do que a regulamentação federal para o licenciamento da atividade de garimpo.
17.9.2021	**ARE 1.327.963**	**Progressão de regime de condenado por crime hediondo ou equiparado (sem morte) reincidente por crime comum** Reconhecimento da repercussão geral e reafirmação de jurisprudência. Confirmou-se que o percentual a ser aplicado para a progressão de regime de condenado por crime hediondo ou equiparado, sem morte, que seja reincidente por crime comum é de 40%.

21.9.2021	**ADPF 874 MC-Ref**	**Contagem de prazo para pedidos de isenção no ENEM** Reiniciou-se a contagem do prazo para os pedidos de isenção da taxa de inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2021, dada a irrazoabilidade do requisito editalício de justificativa documental para a ausência na prova do Enem 2020.
22.9.2021	**ADC 31**	**Responsabilidade solidária dos órgãos partidários nacionais pelas dívidas dos diretórios de seu partido** Os órgãos partidários nacionais não são solidariamente responsáveis pelas dívidas contraídas pelos diretórios estaduais ou municipais daquele mesmo partido político.
30.9.2021	**RE 666.094**	**Ressarcimento dos serviços de saúde prestados a pacientes do SUS em razão de ordem judicial** O ressarcimento de serviços de saúde prestados por unidade privada em favor de paciente do Sistema Único de Saúde, em cumprimento de ordem judicial, deve utilizar como critério o mesmo que é adotado para o ressarcimento do Sistema Único de Saúde por serviços prestados a beneficiários de planos de saúde.
8.10.2021	**ADI 5.970**	**Apresentações artísticas em eventos de arrecadação eleitoral e proibição legal a showmícios** É constitucional a proibição legal dos showmícios. A essa vedação deve ser dada a interpretação conforme para permitir as apresentações artísticas em eventos de arrecadação para as campanhas eleitorais.

8.10.2021	**ADI 6.529**	**Interpretação conforme da Lei nº 9.883/1999 e o interesse público como condicionante da transferência de informações da Sisbin para a Abin** O art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 9.883/1999 deve ser interpretado conforme à Constituição, de modo que os órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) só podem fornecer dados e conhecimentos específicos à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) quando comprovado o interesse público da medida, afastada qualquer possibilidade de atendimento a interesses pessoais ou privados.
8.10.2021	**ADI 6.565 MC**	**Normas sobre a escolha de reitores das universidades federais** Indeferimento do pedido liminar de suspensão de normas sobre a escolha de reitores das universidades federais (redação da Lei nº 5.540/1968 dada pela Lei nº 9.192/1995). Preservada a prerrogativa do Presidente da República de nomear qualquer dos candidatos apontados por lista tríplice.
8.10.2021	**ADPF 756 MC-Ref**	**Competência de entes federativos para fixar calendário de vacinação contra a Covid-19 diverso do organizado pela União** Referendada a concessão da medida cautelar que reconhece a competência dos Estados, do DF e dos Municípios para proceder à vacinação contra a Covid-19 dos adolescentes acima de 12 anos, independentemente do calendário do Governo Federal.
14.10.2021	**ADI 5.779**	**Autorização à comercialização de medicamentos não recomendados pela Anvisa** Inconstitucionalidade da Lei Federal que permitiu a produção e a comercialização de medicamentos anorexígenos não recomendados pela Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa).

18.10.2021	**ARE 875.958**	**Aumento da alíquota de contribuição de servidor público no RPPS** No âmbito do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS), o aumento da alíquota da contribuição previdenciária do servidor público para 13,25% não afronta os princípios da razoabilidade e da vedação ao confisco.
22.10.2021	**RE 1.347.158**	**Multa da Lei de Drogas** Reconhecimento de Repercussão Geral e, no mérito, reafirmação de jurisprudência. É constitucional a multa mínima prevista na Lei de Drogas para o crime de tráfico de entorpecentes (art. 33 da Lei nº 11.343/2006).
22.10.2021	**ADI 4.267**	**Exigibilidade da filiação de condutores e adestradores de cães-guia a entidade internacional** Inconstitucionalidade da disposição de Lei Estadual que impõe a filiação dos condutores e adestradores de cães-guia a entidade internacional.
22.10.2021	**ADI 5.256**	**Obrigatoriedade da Bíblia em escolas e bibliotecas públicas** É inconstitucional a disposição em Lei Estadual sobre a obrigatoriedade da Bíblia em escolas e bibliotecas públicas.
28.10.2021	**HC 154.248**	**Imprescritibilidade do crime de injúria racial** O crime de injúria racial é imprescritível.
3.11.2021	**RE 1.240.999 e ADI 4.636**	**Inexigibilidade da inscrição dos defensores públicos nos quadros da OAB** Inconstitucionalidade da exigência de inscrição de defensor público nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

3.11.2021	**ADPF 279**	**Assistência judiciária gratuita nos Municípios** São constitucionais as disposições de Lei Municipal que instituem a prestação de serviços de assistência judiciária à população de baixa renda.
11.11.2021	**ADI 5.355**	**Vedação legal ao exercício provisório de cargo ou função por servidor cônjuge de diplomata, oficial ou assistente de chancelaria que tenha sido indicado às unidades administrativas do MRE** Inconstitucionalidade da vedação legal ao exercício provisório de cargo ou função por servidor(a) público(a) cônjuge de diplomata, oficial ou assistente de chancelaria, a ser alocado(a) nas unidades administrativas do Ministério de Relações Exteriores – MRE.
18.11.2021	**ADPF 706 e ADPF 713**	**Covid-19: Decisões judiciais e imposição de redução e descontos lineares em mensalidades de entidades privadas de ensino** Inconstitucionalidade das decisões judiciais que, unicamente em razão da pandemia de Covid-19, determinaram a concessão de descontos lineares sobre as mensalidades das universidades privadas.

2022

Data	Número	Decisão
3.2.2022	**ADPF 635 MC-ED**	**Plano de redução de letalidade policial e controle de violações de direitos humanos** O Estado do Rio de Janeiro deve elaborar, no prazo máximo de 90 dias, um plano para redução da letalidade policial e controle das violações aos direitos humanos pelas forças de segurança, que apresente medidas objetivas, cronogramas específicos e previsão dos recursos necessários para a sua implementação.
9.2.2022	**ADI 7.021 MC-Ref**	**Prazo para constituição e registro no TSE de partidos políticos e de federações partidárias** A fim de participarem das eleições, as federações partidárias devem estar constituídas como pessoa jurídica e obter o registro de seu estatuto perante o TSE no mesmo prazo aplicável aos partidos políticos. Excepcionalmente, nas eleições de 2022, o prazo para constituição de federações partidárias fica estendido até 31 de maio do mesmo ano.
11.2.2022	**ADI 3.360 e ADI 4.109**	**Fixação de condições obrigatórias e cumulativas para a decretação da prisão temporária** A decretação de prisão temporária somente é cabível quando **(i)** for imprescindível para as investigações do inquérito policial; **(ii)** houver fundadas razões de autoria ou participação do indiciado; **(iii)** for justificada em fatos novos ou contemporâneos; **(iv)** for adequada à gravidade concreta do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do indiciado; e **(v)** não for suficiente a imposição de medidas cautelares diversas.

18.2.2022	**ADI 6.490**	**Covid-19: Realocação de recursos vinculados ao FUNDEB para ações de combate à pandemia do novo coronavírus** É vedada a utilização, ainda que em caráter excepcional, de recursos vinculados ao FUNDEB para ações de combate à pandemia do novo coronavírus (Covid-19).
17.2.2022	**ADI 6.281**	**Restrições à veiculação de propaganda eleitoral em meios de comunicação impressos e na internet** São constitucionais as restrições, previstas na Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997, arts. 43, *caput*, e 57-C, *caput* e § 1º), à veiculação de propaganda eleitoral em meios de comunicação impressos e na internet.
18.2.2022	**ADI 6.852, ADI 6.862, ADI 6.865, ADI 6.867, ADI 6.870, ADI 6.871, ADI 6.872, ADI 6.873 e ADI 6.875**	**Constitucionalidade do poder de requisição da Defensoria Pública** A Defensoria Pública detém a prerrogativa de requisitar, de quaisquer autoridades públicas e de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias à sua atuação.
25.2.2022	**ADPF 709 MC-segunda -Ref**	**Proteção territorial em terras indígenas não homologadas** É necessário que a União e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) executem e implementem atividade de proteção territorial nas terras indígenas, independentemente de sua homologação.

3.3.2022	**ADI 7.058 MC**	**Forma de cálculo do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)** Não cabe ao Supremo Tribunal Federal (STF) adentrar o mérito da opção legislativa para redesenhar a forma de cálculo do valor do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) (Lei nº 14.194/2021, art. 12, XXVII).
11.3.2022	**ADI 6.581 e ADI 6.582**	**Prisão preventiva: prazo nonagesimal para a sua revisão e respectiva competência jurisdicional** O transcurso do prazo previsto no parágrafo único do art. 316 do Código de Processo Penal (CPP) não acarreta, automaticamente, a revogação da prisão preventiva e, consequentemente, a concessão de liberdade provisória. A exigência da revisão nonagesimal quanto à necessidade e adequação da prisão preventiva aplica-se até o final dos processos de conhecimento.
17.3.2022	**RE 625.263**	**Interceptação telefônica e prorrogações sucessivas** São lícitas as sucessivas renovações de interceptação telefônica, desde que, verificados os requisitos do artigo 2º da Lei nº 9.296/1996 e demonstrada a necessidade da medida diante de elementos concretos e a complexidade da investigação, a decisão judicial inicial e as prorrogações sejam devidamente motivadas, com justificativa legítima, ainda que sucinta, a embasar a continuidade das investigações. São ilegais as motivações padronizadas ou reproduções de modelos genéricos sem relação com o caso concreto.

18.3.2022	**ADPF 754 16ª TPI-Ref**	**Covid-19: observância das decisões proferidas pelo STF em relação à obrigatoriedade de vacinação** As notas técnicas objeto de análise, ao disseminarem informações matizadas pela dubiedade e ambivalência, no concernente à compulsoriedade da imunização, podem desinformar a população, desestimulando a vacinação contra a Covid-19. É vedado ao governo federal a utilização do canal de denúncias "Disque 100" do MMFDH para recebimento de queixas relacionadas à vacinação contra a Covid-19, bem como para o recebimento de queixas relacionadas a restrições de direitos consideradas legítimas pelo STF.
23.3.2022	**ADI 6.138**	**Lei Maria da Penha e afastamento do agressor por delegados e policiais** É válida a atuação supletiva e excepcional de delegados de polícia e de policiais a fim de afastar o agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, quando constatado risco atual ou iminente à vida ou à integridade da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, conforme o art. 12-C inserido na Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).
1º.4.2022	**Inq 4.342 QO**	**Competência penal originária do STF e "mandatos cruzados"** A competência penal originária do STF para processar e julgar parlamentares alcança os congressistas federais no exercício de mandato em casa parlamentar diversa daquela em que consumada a hipotética conduta delitiva, desde que não haja solução de continuidade.

20.4.2022	**AP 1.044**	**Liberdade de expressão e limites** A liberdade de expressão existe para a manifestação de opiniões contrárias, jocosas, satíricas e até mesmo errôneas, mas não para opiniões criminosas, discurso de ódio ou atentados contra o Estado Democrático de Direito e a democracia. Não configurada *abolitio criminis* com relação aos delitos previstos na Lei de Segurança Nacional (Lei 7.170/1983).
28.4.2022	**ADI 6.808**	**Concessão automática de licença ambiental para empresas com grau de risco médio** É inconstitucional a concessão automática de licença ambiental no sistema responsável pela integração (Redesim) para o funcionamento de empresas que exerçam atividades de risco médio nos termos da classificação estabelecida em ato do Poder Público. Não possui fundamento constitucional válido a vedação da coleta adicional, pelos órgãos competentes, de dados que não tenham sido disponibilizados na Redesim previamente ou no ato do protocolo do pedido de licenciamento.
28.4.2022	**ADPF 651**	**Composição de órgãos de controle ambiental** São inconstitucionais as normas que, a pretexto de reestruturarem órgãos ambientais, afastam a participação da sociedade civil e dos governadores do desenvolvimento e da formulação de políticas públicas, bem como reduzem, por via de consequência, o controle e a vigilância por eles promovidos.

3.5.2022	**Pet 8.242 AgR, Pet 8.259 AgR, Pet 8.262 AgR, Pet 8.263 AgR, Pet 8.267 AgR e Pet 8.366 AgR**	**Liberdade de expressão e imunidade parlamentar** A liberdade de expressão não alcança a prática de discursos dolosos, com intuito manifestamente difamatório, de juízos depreciativos de mero valor, de injúrias em razão da forma ou de críticas aviltantes. A garantia da imunidade parlamentar não alcança os atos praticados sem claro nexo de vinculação recíproca entre o discurso e o desempenho das funções parlamentares.
12.5.2022	**RE 1.348.854**	**Extensão da licença-maternidade a pais solteiros** À luz do art. 227 da Constituição Federal, que confere proteção integral da criança com absoluta prioridade e do princípio da paternidade responsável, a licença maternidade, prevista no art. 7º, XVIII, da CF/88 e regulamentada pelo art. 207 da Lei 8.112/1990, estende-se ao pai genitor monoparental.
13.5.2022	**ADPF 722**	**Produção de relatórios de inteligência e vinculação ao interesse público** Os órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência, conquanto necessários para a segurança pública, segurança nacional e garantia de cumprimento eficiente dos deveres do Estado, devem operar com estrita vinculação ao interesse público, observância aos valores democráticos e respeito aos direitos e garantias fundamentais.

19.5.2022	**RE 1.224.374, ADI 4.017 e ADI 4.103**	**Restrições legais ao consumo de bebidas alcóolicas e condução de veículos automotivos** Não viola a Constituição a previsão legal de imposição das sanções administrativas ao condutor de veículo automotor que se recuse à realização dos testes, exames clínicos ou perícias voltados a aferir a influência de álcool ou outra substância psicoativa (art. 165-A e art. 277, §§ 2º e 3º, todos do Código de Trânsito Brasileiro, na redação dada pela Lei 13.281/2016). É inadmissível qualquer nível de alcoolemia por condutores de veículos automotivos. A eventual recusa de motoristas na realização de "teste do bafômetro", ou dos demais procedimentos previstos no CTB para aferição da influência de álcool ou outras drogas, por não encontrar abrigo no princípio da não autoincriminação, permite a aplicação de multa e a retenção/apreensão da CNH validamente. São constitucionais as normas que estabelecem a proibição da venda de bebidas alcóolicas em rodovias federais (Lei 11.705/2008, art. 2º).
27.5.2022	**ADPF 323**	**Ultratividade das cláusulas normativas de acordos e convenções coletivas** É inconstitucional a interpretação jurisprudencial da Justiça do Trabalho que mantém a validade de direitos fixados em cláusulas coletivas com prazo já expirado até que novo acordo ou convenção coletiva seja firmado.
2.6.2022	**ARE 1.121.633**	**Acordos e convenções coletivos: limitação ou afastamento de direitos trabalhistas e horas *in itinere*** São constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis.

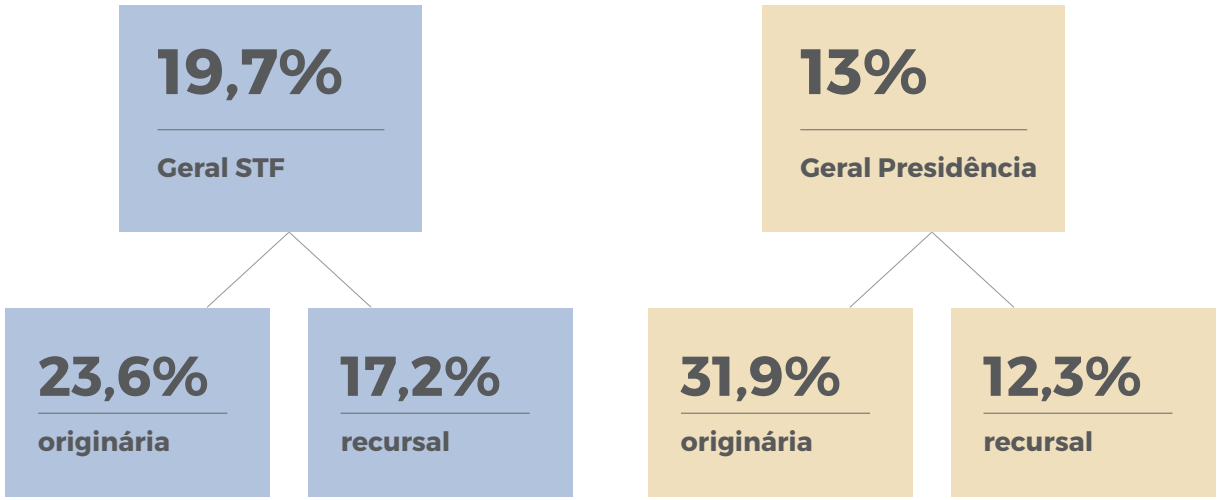
8.6.2022	**RE 999.435**	**Dispensa em massa e intervenção sindical** A intervenção sindical prévia é exigência procedimental imprescindível para a dispensa em massa de trabalhadores, que não se confunde com autorização prévia por parte da entidade sindical ou celebração de convenção ou acordo coletivo.
23.6.2022	**ADI 3.396**	**Aplicabilidade das regras do Estatuto da Advocacia a advogados empregados públicos** As regras previstas nos arts. 18 a 21 do Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/1994) — que tratam da relação de emprego, salário, jornada de trabalho e honorários de sucumbência — são aplicáveis aos advogados empregados de empresas públicas e de sociedade de economia mista que atuam no mercado em regime concorrencial (sem monopólio).
1º.7.2022	**ADPF 708**	**Fundo Clima: funcionamento, destinação de recursos e contingenciamento de verbas** O Poder Executivo tem o dever constitucional de fazer funcionar e alocar anualmente os recursos do Fundo Clima, para fins de mitigação das mudanças climáticas, estando vedado seu contingenciamento, em razão do dever constitucional de tutela ao meio ambiente (CF, art. 225), de direitos e compromissos internacionais assumidos pelo Brasil (CF, art. 5º, § 2º), bem como do princípio constitucional da separação dos poderes (CF, art. 2º c/c art. 9º, § 2º, LRF).
1º.7.2022	**ADI 6.926**	**Covid-19: educação e transferência de recursos para acesso à internet** É constitucional norma federal que prevê a transferência de recursos pela União aos estados e ao Distrito Federal para garantir o acesso à internet, com fins educacionais, por alunos e professores da educação básica em virtude da calamidade pública decorrente da Covid-19.

1.1.5 Taxa de recorribilidade

A taxa de recorribilidade refere-se ao percentual de decisões que são impugnadas por meio de algum tipo de recurso previsto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, a exemplo do agravo regimental, dos embargos de declaração, dos embargos infringentes e dos embargos de divergência.

No biênio da gestão, a taxa de recorribilidade geral (média) foi de 19,7%. Considerando apenas as ações originárias, a taxa de recorribilidade corresponde a 23,6%. Considerando apenas os processos recursais, a taxa de recorribilidade perfaz 17,2%.

Já em relação apenas às decisões da Presidência, a taxa de recorribilidade média foi de 13%, sendo de 12,3% para as ações recursais e de 31,9% para as originárias.



1.1.6 Processos baixados e taxa de produtividade

A baixa do processo é o marco final da tramitação, isto é, o momento no qual se encerram todas as atividades (jurisdicionais e cartorárias) no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

145.896

processos foram baixados no biênio 2020-2022

A taxa de produtividade é a divisão da quantidade de processos baixados (dividendo) pela quantidade de processos recebidos (divisor).

Produtividade

Recebidos **141.269**

Baixados **145.896**

Taxa **3,3%** ↑

No biênio 2020-2022, a taxa de produtividade foi de 103%, o que resultou em um acervo cerca de 21% menor do que o acervo recebido na data da posse.

1.1.7 Centro de Mediação e Conciliação do STF (CMC)

O Centro de Mediação e Conciliação do Supremo Tribunal Federal (CMC/STF) foi criado pela Resolução nº 697, de agosto de 2020, durante a gestão do Ministro Dias Toffoli, para promover a busca de soluções consensuais a questões jurídicas sujeitas à competência do Tribunal. Trata-se de um órgão subordinado diretamente à Presidência do STF e coordenado por juiz auxiliar da Presidência. A medida institucionaliza e consolida a prática permanente de incentivo aos mecanismos consensuais de solução de litígios.

A atuação do CMC/STF pode se dar tanto nos processos de relatoria do Ministro Presidente quanto naqueles outros de relatoria dos demais Ministros e Ministras integrantes do Tribunal, mediante a promoção direta das sessões de mediação ou conciliação ou em apoio às tentativas de solução negociada promovida diretamente pelos próprios relatores. Os processos podem ser encaminhados à tentativa de solução negociada pelo Ministro(a) Relator(a), de ofício ou a requerimento das partes.

17

processos encaminhados ao CMC/STF

40

sessões de conciliação ou mediação

16

mediadores designados
8 mulheres
8 homens

Entre setembro/2020 e agosto/2022, dezessete processos foram encaminhados ao CMC/STF, para tentativas de resolução consensual, de forma direta ou mediante auxílio. No total, foram realizadas cerca de quarenta sessões de conciliação ou mediação, entre sessões bilaterais e unilaterais promovidas.

Em sua maioria, atuaram como conciliadores ou mediadores juízes auxiliares do Supremo Tribunal Federal. Houve também caso intermediado por Ministro integrante da Corte e outro por Ministra aposentada da Corte. Destaca-se que, dos dezesseis casos em que houve designação de mediadores ou conciliadores, observou-se a paridade de gênero: mulheres foram indicadas em oito casos e homens em outros oito.

Em geral, apresenta-se êxito nas tentativas de resolução consensual. Mesmo em casos em que não houve um acordo direto que permitisse a solução integral das controvérsias (ressalte-se que há casos ainda em andamento), a promoção das sessões representou oportunidade à aproximação entre as partes, à redução da complexidade dos conflitos ou de sua solução consensual parcial.



16.3.2021 – Ministro Luiz Fux conduz audiência de conciliação sobre o processo de encampação da Linha Amarela pela Prefeitura do Rio de Janeiro.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF.

1.2 Gerenciamento de precedentes

> “Nos próximos dois anos, o Supremo Tribunal Federal caminhará para exercer com maestria a função de Corte eminentemente constitucional.
>
> Para tanto, os esforços administrativos devem prezar pela maior filtragem no recebimento de demandas, pela celeridade no processamento e pela racionalização das teses jurisprudenciais. Como resultado, atingiremos as condições para que a prestação jurisdicional privilegie a tutela tempestiva e eficaz dos direitos fundamentais.”
>
> Ministro Luiz Fux, no lançamento do Plano Estratégico da Gestão 2020/2022.

186

temas de repercussão geral pendentes de julgamento

25%

de redução em relação à data do início da gestão

193 mil

processos liberados para julgamento nas instâncias de origem

131

temas incluídos no Plenário Virtual

57

com repercussão geral reconhecida

44

com repercussão geral negada

23

com repercussão geral reconhecida e reafirmação de jurisprudência

1

destacado (análise suspensa)

6

em análise

81%

(106 temas) incluídos pelo Ministro Presidente

121

temas de repercussão geral julgados

98

com mérito julgado

23

com reafirmação de jurisprudência

31

em sessão presencial

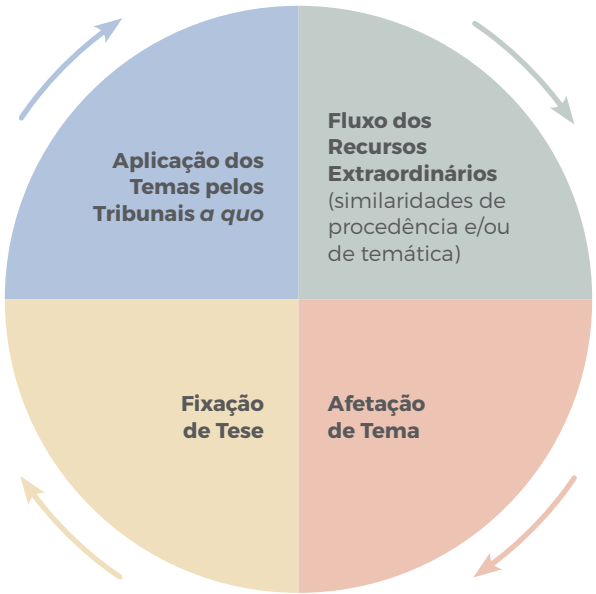
90

em sessão virtual

Resultados de setembro/2020 a agosto/2022

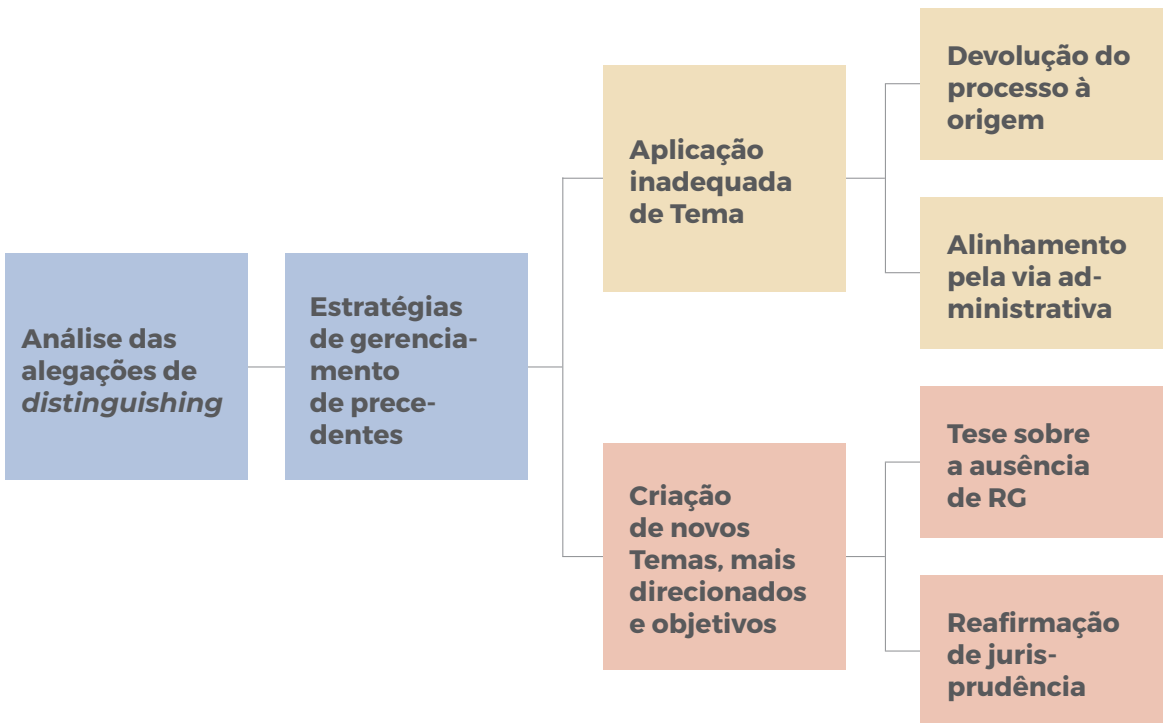
Fala-se em "gerenciamento de precedentes" à medida que o Supremo Tribunal Federal, na posição de última instância do Poder Judiciário, explora o efeito multiplicador de decisões às quais se atribuem efeitos *erga omnes*. O resultado esperado é a **redução do número de recursos recebidos e efetivamente processados**.

FIGURA 3 – RETROALIMENTAÇÃO DAS MEDIDAS DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES



Fonte: Secretaria-Geral da Presidência, com base nos relatórios da Secretaria de Gestão de Precedentes.

Ante o número expressivo de processos recursais recebidos, a resposta mais completa, à luz dos parâmetros do gerenciamento de precedentes, somente se dá com o monitoramento perene das instâncias ordinárias, para aferir como estão interpretando as Teses do Supremo Tribunal Federal, seja para aplicá-las, seja para afastá-las. Para além de instância excepcionalmente revisora dos acórdãos, o STF tem se orientado para ser sensível às dúvidas interpretativas na aplicação de seus julgados.



Nessa linha, as tendências decisórias locais para demandas repetitivas são passíveis de alinhamento por articulação interinstitucional. A título de exemplo, se o Órgão de Admissibilidade do Tribunal de Justiça de determinado Estado produz centenas – e até milhares – de decisões em desconformidade com o enquadramento de certo Tema de repercussão geral, então o contato direto (por meio de ofício, por exemplo) entre o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes do STF (NUGEP/SPR/STF) e o NUGEP do TJ pode apontar a inconsistência e impedir a remessa desses processos repetidos.

1.2.1 Secretaria de Gestão de Precedentes (SPR)

Nesse cenário, com a missão de gerenciar precedentes e processos sob metodologia voltada à atuação do Supremo Tribunal Federal como Corte Constitucional digital, foi criada a Secretaria de Gestão de Precedentes (SPR) na estrutura administrativa da Corte.

Entre as responsabilidades da nova Secretaria estão **(i)** a articulação institucional e a integração administrativa com gabinetes de ministros, com tribunais e juízos diretamente vinculados ao STF e com os agentes responsáveis pelas funções essenciais à Justiça; **(ii)** a ampla e específica publicidade dos precedentes vinculantes e da jurisprudência da Corte; além do **(iii)** recebimento, classificação e triagem dos recursos extraordinários (RE) e dos recursos extraordinários com agravo (ARE).

A) INICIATIVAS DE INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL

"A repercussão geral não é um instituto apenas do STF, mas decerto uma sistemática da qual participam todos os 91 tribunais do país, que, com muita eficiência e compromisso, têm difundido e aplicado as teses de repercussão geral."

Ministro Luiz Fux, em pronunciamento no evento de celebração dos 15 anos do instituto da Repercussão Geral.



9.6.2021 – Os Ministros Luiz Fux (STF) e Humberto Martins (STJ) na assinatura do acordo de cooperação técnica entre as duas cortes. Foto: Emerson Leal.

ACORDO DE COOPERAÇÃO COM O STJ

Em junho de 2021, o STF assinou acordo de cooperação com o Superior Tribunal de Justiça para compartilhamento de informações e de dados, com o objetivo de tornar mais célere e efetiva a submissão de temas ao rito da repercussão geral, com impacto direto em processos repetidos.

Resultados:

- Criação de 11 novos temas de repercussão geral;
- Impacto em cerca de 504 processos a partir de identificação de temas. Em 341 desses casos, houve efetiva comunicação ao STJ, todos relacionados ao Tema 1119.

REPERCUSSÃO GERAL 15 ANOS: ORIGENS E PERSPECTIVAS

Realizado entre os dias 25 e 27 de maio de 2022, o evento marcou as celebrações pelos 15 anos do instituto da repercussão geral, com a participação de diversas autoridades do Supremo Tribunal Federal e de **representantes de todos os 91 tribunais do País**.

Na abertura, foi lançada a obra **Repercussão Geral: Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temática**, que conta com infográficos, coletânea de julgados, bibliografia e legislação correlata.

Durante o evento, foram realizadas várias palestras sobre diversas temáticas, que enalteceram a importância da cultura dos precedentes e de seu gerenciamento, além da participação efetiva dos vários atores do sistema jurídico.

Além do público presencial, houve a transmissão ao vivo pelo canal do *YouTube*, com mais de 9.500 visualizações.





25.5.2022 – Lançamento de obra comemorativa **Repercussão Geral 15 Anos : origem e perspectivas.** Foto: Nelson Jr./SCO/STF

III ENCONTRO NACIONAL SOBRE PRECEDENTES QUALIFICADOS

Com o objetivo de ampliar a integração relacionada aos precedentes qualificados entre o STF, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal Superior do Trabalho (TST), os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), os Tribunais Regionais Federais (TRFs), os Tribunais de Justiça (TJs) e as Turmas Recursais dos Juizados, foi realizado o **III Encontro Nacional sobre Precedentes Qualificados** entre os dias 22 a 24 de setembro de 2021.

Foram debatidos temas relevantes pertinentes à formação e à aplicação de precedentes qualificados, bem como sobre a gestão dos casos repetitivos e da repercussão geral.

O evento contou com mais de 2.000 inscrições, com a participação de ministros, desembargadores (presidentes, vice-presidentes, membros das Comissões Gestoras de Precedentes), juízes, servidores e integrantes dos Núcleos de Gerenciamento de Precedentes (Nugeps), além de membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia pública e privada.

O evento registrou mais de **16.000 visualizações** distintas pela plataforma do *Youtube* e registrou mais de **800 acessos** simultâneos no primeiro dia de evento.



22.9.2021 – III Encontro Nacional sobre Precedentes Qualificados – STF e STJ. Créditos: Gustavo Lima/STJ

SEMINÁRIO PARTICIPATIVO SOBRE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES

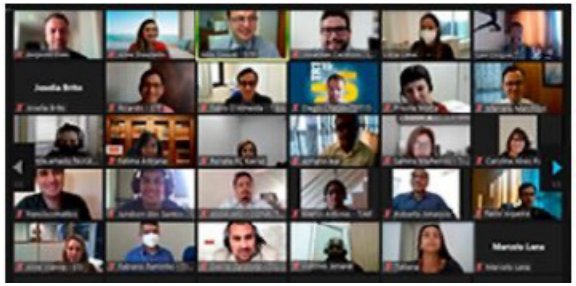
Em junho de 2021, com o objetivo de ampliar a integração jurisdicional e administrativa entre os tribunais nas atividades de gerenciamento de precedentes e de admissibilidade recursal, o STF e o STJ promoveram o Seminário sobre Gerenciamento de Precedentes e Admissibilidade Recursal, tendo como público-alvo ministros, desembargadores, juízes e servidores que atuam em atividades de admissibilidade recursal, nos Núcleos de Gerenciamento de Precedentes e nos Centros de Inteligência dos tribunais.



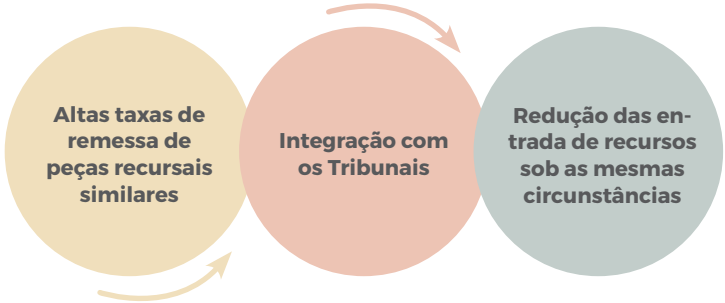
17.6.2021 – Secretário de Gestão de Precedentes do STF, Marcelo Marchiori, participa do **Seminário Gerenciamento de Precedentes e Admissibilidade Recursal**. Créditos: Gustavo Lima/STJ

SEXTAS INTELIGENTES

O projeto *Sextas Inteligentes* tornou semanal a reunião por videoconferência entre os representantes das unidades gestoras de acervo recursal de diversos tribunais, para o constante alinhamento e consolidação de parceria institucional. No biênio da gestão, foram realizadas mais de **60 reuniões**.



Reunião por vídeoconferência do projeto **Sextas Inteligentes**. *Print* de tela.



ATUAÇÃO CONJUNTA COM O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)

Grupo de trabalho para o fortalecimento dos precedentes judiciais do CNJ

Participação do STF no grupo de trabalho para o fortalecimento dos precedentes judiciais do Conselho Nacional de Justiça (Portaria nº 240/2020). Como resultado parcial dos trabalhos, em julho de 2021, foram encaminhadas ao CNJ **a)** proposta de nova resolução sobre a gestão dos precedentes judiciais nos tribunais brasileiros, em complementação às atuais disposições previstas na Resolução CNJ nº 235/2016; **b)** proposta de alteração de leiaute e funcionalidades do Banco Nacional de Precedentes e Demandas Repetitivas (BNPR).



Centro de inteligência do Poder Judiciário

Participação do Secretário de Gestão de Precedentes em reuniões do grupo operacional que integra o Centro de Inteligência do Poder Judiciário e do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal.



26.2.2021 – Painel "Centro de Inteligência do Poder Judiciário", no webinário Programa Justiça 4.0.
Foto: G.Dettmar/Ag.CNJ

Comitê de Jurisprudência do CNJ

Ao longo de 2021, o Conselho Nacional de Justiça abrigou o Comitê de Apoio para elaboração de estudos e pareceres técnicos sobre a sistematização do serviço de jurisprudência no Poder Judiciário (Portaria CNJ n. 5, de 2020). O Comitê se reuniu mensalmente e era composto por representantes das áreas de jurisprudência e de tecnologia da informação do Supremo Tribunal Federal, de Tribunais Superiores (STJ, TSE, TST, STM), de Tribunais de Justiça (TJAC, TJAP, TJDFT, TJES, TJGO, TJMS, TJMT, TJPE, TJPI, TJPR), de Tribunal Regional Federal (TRF1) e do próprio Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Além de fomentar a integração entre os órgãos nele representados, o Comitê realizou pesquisas, produziu estudos, elaborou guias e promoveu eventos. Aos representantes da Coordenadoria de Jurisprudência do STF coube a organização executiva dos trabalhos do Comitê, junto à Secretaria de Jurisprudência do STJ.





8.2.2021 – Primeira Reunião do grupo de trabalho destinado a elaborar estudos e propostas para o fortalecimento dos precedentes judiciais. Foto: Gil Ferreira/Agência CNJ.

INTERLOCUÇÃO COM TRIBUNAIS DE ORIGEM PARA RACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENVIO DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS

Reuniões: durante a gestão, foram realizadas 23 reuniões por videoconferência com magistrados e servidores integrantes das presidências ou vice-presidências com o objetivo de estabelecer interlocução direta com os tribunais para evitar o envio desnecessário de recursos extraordinários, privilegiando a ampliação da seleção de recursos extraordinários representativos da controvérsia, conforme previsto no § 1º do art. 1.036 do Código de Processo Civil, para possível submissão da matéria ao rito da repercussão geral pela Presidência do STF.

Participaram das reuniões equipes dos seguintes tribunais: Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Superior Tribunal Militar, Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Portal de integração com os tribunais: com o objetivo de aprimorar seu relacionamento com outros tribunais e órgãos da administração da Justiça, o STF mantém atualizado o Portal de Integração, em que se consolidam informações relevantes sobre como tribunais e órgãos devem se integrar ao STF, seja para o envio de recursos em meio eletrônico, seja para o recebimento de intimações eletrônicas e peticionamento. Além disso, a SPR adotou medidas para incrementar o número de tribunais integrados via padrão Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), protocolo preferencial para a remessa de processos judiciais, transmissão de peças processuais e a comunicação de atos entre os tribunais e os diversos órgãos de administração da Justiça.

Encaminhamento de Ofício-circular subscrito pelo Ministro Presidente do STF, solicitando a ampliação do envio, pelos tribunais e juízos, de recursos representativos da controvérsia de matéria constitucional e, em especial, também de questão infraconstitucional.

B) PUBLICIDADE DOS PRECEDENTES VINCULANTES E DA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE

Acesse a nova página

Nova página de pesquisa de Repercussão Geral

Em decorrência da modernização do portal do Supremo Tribunal Federal, uma nova página de pesquisa avançada da Repercussão Geral foi implantada com o objetivo de simplificar o acesso, tornar as pesquisas mais intuitivas e oferecer mais opções para quem utiliza este serviço. Além de passar por reestilização gráfica, a responsividade da página foi revisada, proporcionando uma melhor experiência aos usuários.

Acesse os boletins

Periódico *Repercussão Geral em Pauta*

O *Repercussão Geral em Pauta* é um periódico semanal que tem o objetivo de permitir a consulta unificada e direta a respeito dos processos submetidos à sistemática da repercussão geral, de modo a auxiliar magistrados e servidores nas atividades de sobrestamento de processos, de aplicação de tese e de juízo de retratação.

No biênio da gestão, foram publicados 65 boletins.

Acesse a nova *landing page*

Aprimoramentos na *Landing Page* de Jurisprudência

No primeiro semestre de 2022, realizou-se uma ampla reformulação da *landing page* de jurisprudência, página do portal do STF que serve como porta de entrada aos usuários. As mudanças tiveram o objetivo de concentrar em um único lugar os pontos de acessos aos diversos produtos e serviços de divulgação de jurisprudência do Tribunal, de modo a facilitar a navegação.

Acesse as redes sociais do STF

Série Dicas de Pesquisa nas redes sociais e cursos internos

Entre março e junho de 2022, foi publicada nas redes sociais do STF (*YouTube*, *Instagram*, *Twitter*, *Facebook*) uma série de cinco vídeos com dicas de pesquisa de jurisprudência, abordando os seguintes temas: inteiro teor; acórdãos de repercussão geral; pesquisa por palavras próximas; pesquisa avançada; e filtros de resultado.

Além disso, com o objetivo de capacitar servidores da área-fim do Tribunal, foi realizada a primeira edição do curso à distância "Pesquisa de Jurisprudência no STF" (38 horas-aula), que contou com a participação de 40 servidores.

Mais de

11 milhões

de visitas às páginas de pesquisa de jurisprudência e precedentes qualificados

Ampliação em

69%

do número de visitas

1.2.2 Repercussão Geral

Para serem analisadas pelo STF, as questões constitucionais trazidas nos recursos extraordinários devem ter repercussão geral (RG) reconhecida.

O instituto tem por finalidade imediata desobstruir o Supremo Tribunal Federal da quantidade excessiva de processos, principalmente recursais, que são distribuídos diariamente aos Ministros, possibilitando, assim, que o STF decida apenas as questões realmente importantes para o País. Além disso, a repercussão geral possui uma finalidade mediata, ainda mais nobre do que mitigar a crise numérica no STF: possibilitar o acesso à Justiça no sentido material, garantindo aos cidadãos, na mesma situação jurídica, idêntico provimento jurisdicional em toda e qualquer instância do Poder Judiciário.

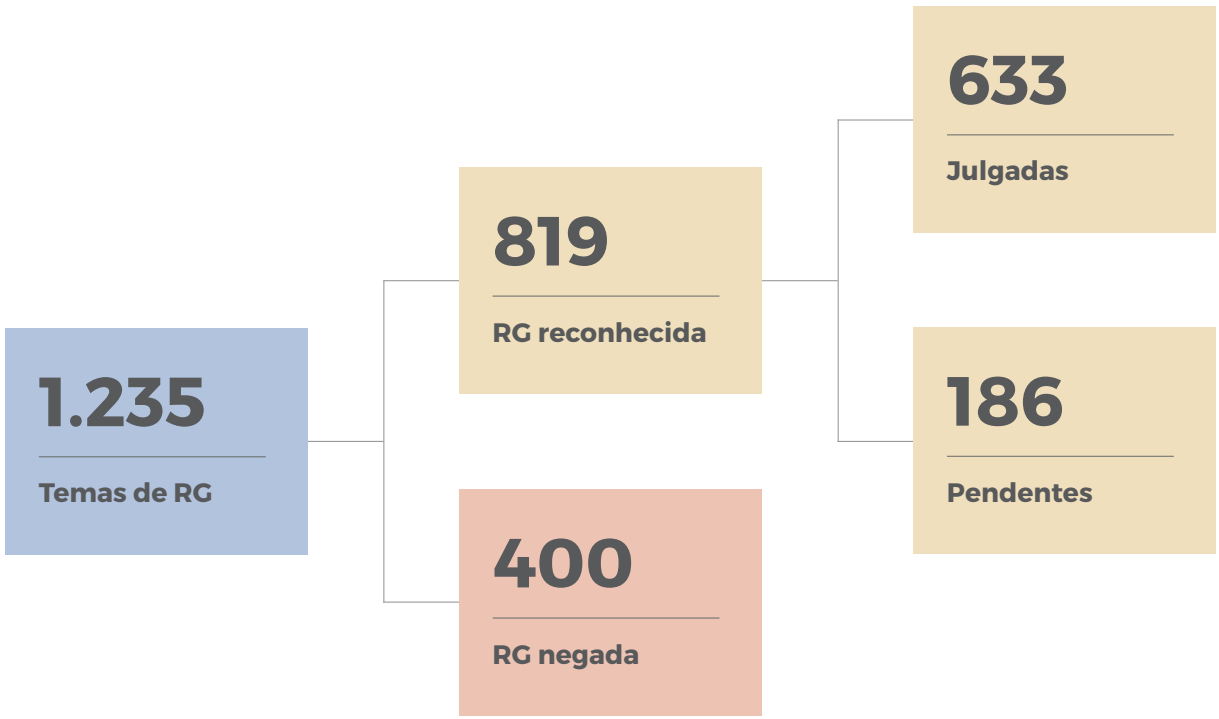
Objetivos

- Assegurar a racionalidade da Justiça;
- garantir a segurança jurídica dos jurisdicionados.

Finalidades

- Reforçar a competência do STF para apreciar: **(i)** questões constitucionais com relevância social, política, econômica ou jurídica; e **(ii)** controvérsias que transcendam os interesses subjetivos da causa.
- Uniformizar a interpretação constitucional, de modo a desonerar o STF de decidir múltiplos casos sobre a mesma matéria.

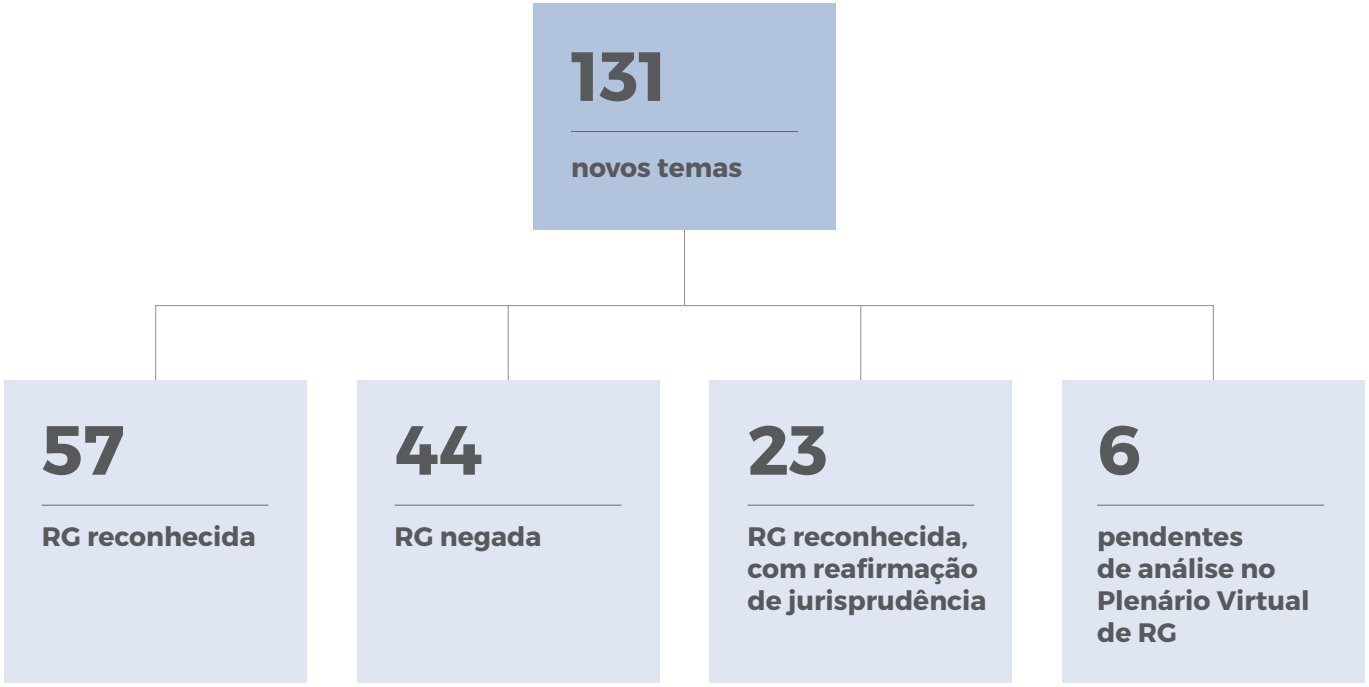
Desde a Emenda Regimental 21/2007, que implementou este instituto, o STF analisou 1.235 temas de repercussão geral:



Fonte: Painel do Corte Aberta. Dados extraídos em 11.8.2022.

A) TEMAS AFETADOS NO BIÊNIO DA GESTÃO

No biênio da gestão, 131 processos-paradigma foram submetidos à análise do Plenário Virtual de Repercussão Geral:



81%

dos novos temas foram incluídos por iniciativa do Ministro Presidente

106

temas incluídos pelo Presidente

39

RG reconhecida

40

RG negada

20

RG reconhecida, com reafirmação de jurisprudência

6

pendentes de análise no Plenário Virtual de RG

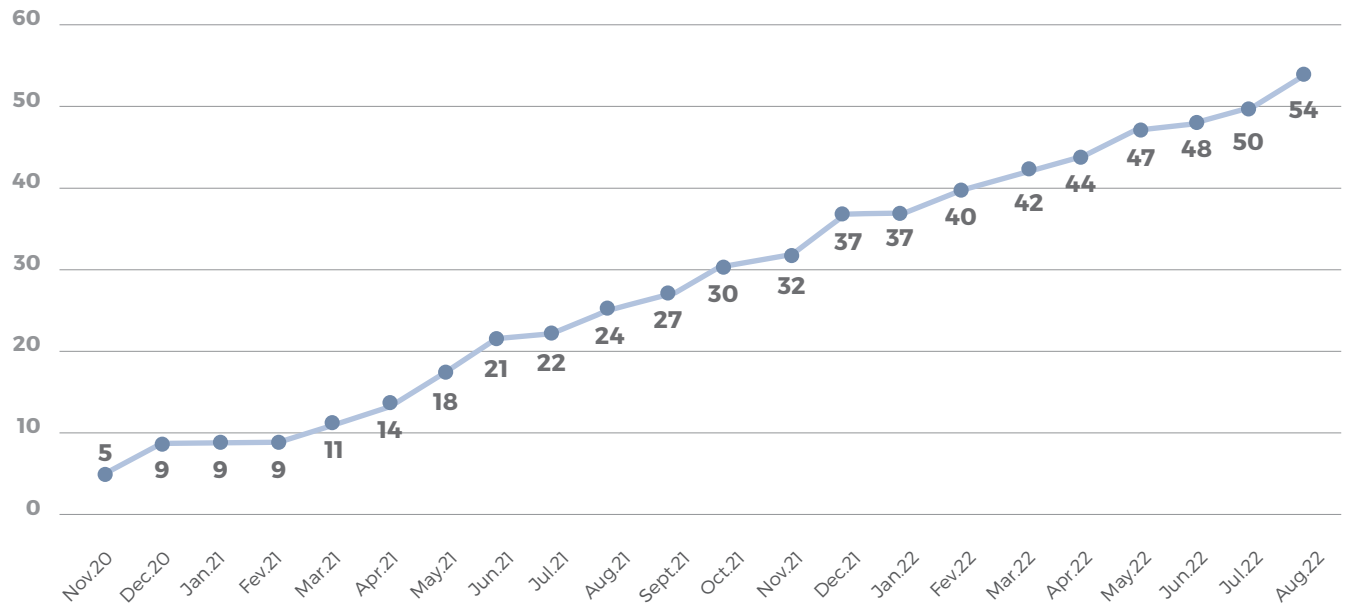
Utilizando a técnica de controle de recursos qualificados, prevista no art. 326-A do Regimento Interno do STF, observou-se, na gestão do Ministro Luiz Fux, o aumento expressivo de submissões de temas pelo presidente, acelerando a adoção de práticas que potencializam a metodologia de julgamentos no Supremo Tribunal Federal. Do total de 131 temas novos de repercussão geral, 106 deles foram de iniciativa da Presidência da Corte. Esse quantitativo representa **81%** dos temas de repercussão geral criados durante o período. A soma de inclusões representa mais de 200% de incremento na submissão de novos temas de repercussão geral incluídos pela Presidência, alcançada a meta estabelecida no plano estratégico da gestão.

RECURSOS INDICADOS COMO REPRESENTATIVOS DA CONTROVÉRSIA: FORMAÇÃO CONJUNTA DE TEMAS DE REPERCUSSÃO GERAL ENTRE O STF E AS INSTÂNCIAS DE ORIGEM

Durante a gestão, priorizou-se a inclusão na sistemática da repercussão geral de recursos qualificados pelos tribunais de origem como representativos da controvérsia e/ou oriundos de demais precedentes qualificados (recursos repetitivos, incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) e incidentes de assunção de competência (IAC)).

A interlocução com as instâncias de origem é medida eficiente para a organização e seleção de temas de repercussão geral. A identificação de oportunidades de inclusões de processos na sistemática da repercussão geral que representem outros, em um universo de milhões de processos tramitando no Judiciário nacional, é uma das providências que mais contribuem para a dispensa de atividades repetitivas em relação ao recebimento, triagem, distribuição e análise de recursos extraordinários na Corte.

GRÁFICO 12 – QUANTIDADE DE REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA RECEBIDOS E INCLUÍDOS NO PLENÁRIO VIRTUAL DA REPERCUSSÃO GERAL NO BIÊNIO (MENSAL)



Fonte: Painel do Corte Aberta. Dados extraídos em 11.8.2022.

54 temas

foram indicados pelas presidências e vice-presidências dos tribunais e turmas recursais como representativos da controvérsia no biênio 2020-2022.

Esse quantitativo representa **41%** dos novos temas de repercussão geral e se mostra **600%** superior ao quantitativo de recursos indicados nos três anos anteriores à gestão

Ao realizar um comparativo dos últimos seis anos, identifica-se um aumento substancial na inclusão de recursos extraordinários indicados como representativos da controvérsia na sistemática da repercussão geral no último biênio, demostrando a potencialização efetiva da cooperação judicial entre o Supremo Tribunal Federal e os demais tribunais do País.

TABELA 9 – QUANTITATIVO DE TEMAS CRIADOS COM RECURSOS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA (ANUAL)

Ano	Total de temas	Temas criados com RE representativo da controvérsia
2017	**50**	3
2018	**43**	5
2019	**50**	1
2020	**53**	16
2021	**71**	28
Até ago/2022	**39**	17

Fonte: Núcleo de Gerenciamento de Precedentes do STF (NUGEP). Dados consolidados em 11.8.2022.

O aumento exponencial do número de representativos de controvérsia encaminhado pelos tribunais é fruto dos esforços de articulação institucional e demonstra a eficiência da gestão dos precedentes qualificados, repercutindo no número de novos temas afetados ao Plenário Virtual da Repercussão Geral.

PRIMEIROS TEMAS CRIADOS A PARTIR DE IRDRS E IACS

Dentre as diversas inciativas para o aumento da efetividade dos temas de repercussão geral na diminuição de processos, ressalta-se a inclusão dos primeiros casos de precedentes qualificados criados no CPC de 2015 – **incidentes de resolução de demandas repetitivas (IRDR)** e **incidentes de assunção de competência (IAC)** – como temas de repercussão geral.

No contexto da aproximação institucional da Corte Suprema às demais instâncias, destaca-se a submissão ao rito da repercussão geral, no biênio da gestão, de **nove** recursos extraordinários interpostos contra julgamento sob o rito do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) ou do incidente de assunção de competência (IAC). Esses novos institutos jurídicos criados pelo CPC antecipam, fortalecem e consolidam, em precedentes qualificados, a resolução de questões jurídicas que se multiplicam em grande escala perante os tribunais e a primeira instância.

TEMAS ORIGINÁRIOS DE IRDR E IAC

1.130 Titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos pelos Municípios, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços.

1.131 Natureza da prescrição aplicável à promoção de servidor militar em ressarcimento por preterição.

1.141 Responsabilidade civil por disponibilização na internet de informações processuais publicadas nos órgãos oficiais do Poder Judiciário, sem restrição de segredo de justiça ou obrigação jurídica de remoção.

1.162 Modulação dos efeitos de decisão do Superior Tribunal de Justiça, proferida em Incidente de Assunção de Competência, que definiu o termo inicial da prescrição intercorrente da pretensão executória, na vigência do CPC/1973.

1.167 Definição do momento de incidência do teto remuneratório do serviço público no cálculo de pensão por morte estabelecido no artigo 40, § 7º, da Constituição Federal, na redação da Emenda Constitucional 41/2003.

1.202 Efeitos das Emendas Constitucionais 41/2003 e 47/2005 sobre norma de Constituição Estadual editada na vigência da Emenda Constitucional 19/1998, que previa como limite de remuneração para todo o funcionalismo estadual o subsídio mensal, em espécie, dos Desembargadores do Tribunal de Justiça respectivo.

1.215 Existência, ou não, de legislação estadual que preveja a manutenção de créditos referentes a operações tributadas pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, nos casos em que houver posterior isenção ou redução da base de cálculo do tributo, ante ressalva contida na tese fixada no RE 635.688 (Tema 299).

1.227 Inclusão da vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI) na base de cálculo do adicional por tempo de serviço concedido a servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

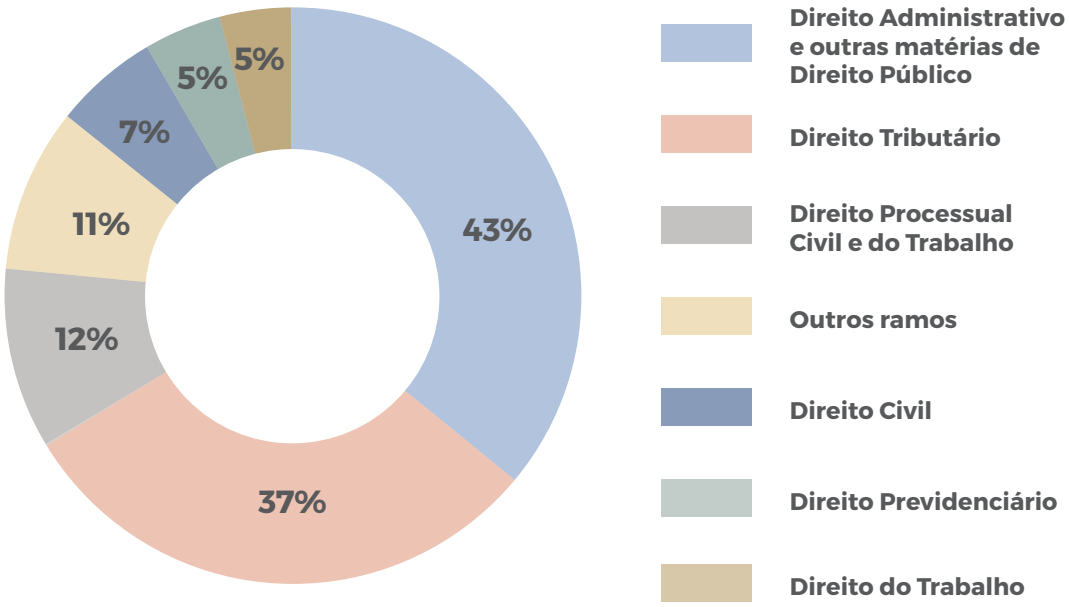
1.233 Possibilidade de cumulação do abono de permanência com indenização por dano decorrente de equívoco no indeferimento de aposentadoria de servidor público.

B) TEMAS JULGADOS NO BIÊNIO DA GESTÃO

Sob outro viés, no biênio da gestão houve julgamento do mérito de **121 temas** de Repercussão Geral:



GRÁFICO 13 – TEMAS JULGADOS POR RAMO DO DIREITO



Fonte: Painel do Corte Aberta. Dados extraídos em 11.8.2022.

PRINCIPAIS TEMAS COM MÉRITO JULGADO

“

Uma característica crucial da prática institucional do STF precisa ser realçada, qual seja: a **dimensão social da repercussão geral**. Enquanto as ações de controle concentrado e originárias costumam tratar das grandes questões macropolíticas de nosso país, os recursos com repercussão geral são justamente aqueles que permitem ao STF zelar pelos aspectos atinentes à vida cotidiana dos cidadãos brasileiros.

Exemplos não faltam. Foi por intermédio da repercussão geral que a Corte debateu temas como: **(i)** a adoção do piso nacional dos professores; **(ii)** o fornecimento estatal de medicamentos às pessoas mais pobres; **(iii)** questões relativas aos benefícios previdenciários de aposentadoria especial, aposentadoria rural e licença maternidade; **(iv)** cobrança de depósitos de FGTS; **(v)** direito a creche e a pré-escola para crianças carentes; **(vi)** constitucionalidade das sanções da Lei Seca.

Com efeito, é por meio da repercussão geral que a causa do cidadão comum chega à mais alta Corte do País, quer tendo surgido num juizado de pequenas causas numa comarca de interior e atravessado todas as instâncias do Poder Judiciário.”

Ministro Luiz Fux, em pronunciamento no evento de celebração dos 15 anos do instituto da Repercussão Geral.

SELEÇÃO DE TEMAS COM MÉRITO JULGADO

TEMA		TESE
1.199 ARE 843.989 Rel. Min. Alexandre de Moraes	Definição de eventual (IR) RETROATIVIDADE das disposições da Lei 14.230/2021, em especial, em relação: **(I)** à necessidade da presença do elemento subjetivo – dolo – para a configuração do ato de improbidade administrativa, inclusive no artigo 10 da LIA; e **(II)** à aplicação dos novos prazos de prescrição geral e intercorrente.	"1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se – nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA – a presença do elemento subjetivo – DOLO; 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 – revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa –, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente; 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei." [**ARE 843.989**, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Plenário, j. 18.8.2022.]

1.182 RE 1.348.854 Rel. Min. Alexandre de Moraes	Constitucionalidade da extensão da licença-maternidade, prevista no art. 7º, XVIII, da CF/88 e regulamentada pelo art. 207 da Lei 8.112/1990, ao pai solteiro servidor público, em face dos princípios da isonomia (art. 5º, I, CF), da legalidade (art. 37, *caput*, CF) e da proteção integral da criança com absoluta prioridade (art. 227 da CF), bem como ante o art. 195, § 5º, da CF, que dispõe que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.	"À luz do art. 227 da CF, que confere proteção integral da criança com absoluta prioridade e do princípio da paternidade responsável, a licença maternidade, prevista no art. 7º, XVIII, da CF/88 e regulamentada pelo art. 207 da Lei 8.112/1990, estende-se ao pai genitor monoparental." [**RE 1.348.854**, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Plenário, j. 12.5.2022.]
1.178 RE 1.347.158 Rel. Min. Luiz Fux	Constitucionalidade da multa mínima prevista no artigo 33 da Lei 11.343/2006.	"A multa mínima prevista no artigo 33 da Lei 11.343/06 é opção legislativa legítima para a quantificação da pena, não cabendo ao Poder Judiciário alterá-la com fundamento nos princípios da proporcionalidade, da isonomia e da individualização da pena." [**RE 1.347.158**, Rel. Min. Luiz Fux, Plenário, j. 21.10.2021, *DJe* de 27.10.2021.]
1.137 RE 1.311.742 Rel. Min. Luiz Fux	Constitucionalidade do artigo 8º da Lei Complementar Federal 173/2020, a qual estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-Cov-2 (Covid-19).	"É constitucional o artigo 8º da Lei Complementar 173/2020, editado no âmbito do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19)." [**RE 1.311.742**, Rel. Min. Luiz Fux, Plenário, j. 15.4.2021, *DJe* de 26.5.2021.]

1.103 ARE 1.267.879 Rel. Min. Luís Roberto Barroso	Possibilidade de os pais deixarem de vacinar os seus filhos, tendo como fundamento convicções filosóficas, religiosas, morais e existenciais.	"É constitucional a obrigatoriedade de imunização por meio de vacina que, registrada em órgão de vigilância sanitária, (i) tenha sido incluída no Programa Nacional de Imunizações ou (ii) tenha sua aplicação obrigatória determinada em lei ou (iii) seja objeto de determinação da União, Estado, Distrito Federal ou Município, com base em consenso médico-científico. Em tais casos, não se caracteriza violação à liberdade de consciência e de convicção filosófica dos pais ou responsáveis, nem tampouco ao poder familiar." [**ARE 1.267.879**, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, Plenário, j. 18.8.2022.]
1.055 RE 1.209.429 Rel. Min. Marco Aurélio	Responsabilidade civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido, em situação de tumulto, durante cobertura jornalística.	"É objetiva a Responsabilidade Civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes. Cabe a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, nas hipóteses em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física." [**RE 1.209.429**, Redator do acórdão Min. Alexandre de Moraes, Plenário, j. 10.6.2021, *DJe* de 20.10.2021.]

944 ARE 954.858 Rel. Min. Edson Fachin	Alcance da imunidade de jurisdição de Estado estrangeiro em relação a ato de império ofensivo ao direito internacional da pessoa humana.	"Os atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos não gozam de imunidade de jurisdição." [**ARE 954.858**, Rel. Min. Edson Fachin, Plenário, j. 23.8.2021, *DJe* de 24.9.2021.]
786 RE 1.010.606 Rel. Min. Dias Toffoli	Aplicabilidade do direito ao esquecimento na esfera civil quando for invocado pela própria vítima ou pelos seus familiares.	"É incompatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e licitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais. Eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação devem ser analisados caso a caso, a partir dos parâmetros constitucionais – especialmente os relativos à proteção da honra, da imagem, da privacidade e da personalidade em geral – e as expressas e específicas previsões legais nos âmbitos penal e cível." **RE 1.010.606**, Rel. Min. Dias Toffoli, Plenário, j. 11.2.2021, *DJe* de 20.5.2021.]

661 RE 625.263 Rel. Min. Gilmar Mendes	Possibilidade de prorrogações sucessivas do prazo de autorização judicial para interceptação telefônica.	"São ilícitas as sucessivas renovações de interceptação telefônica, desde que, verificados os requisitos do artigo 2º da Lei nº 9.296/1996 e demonstrada a necessidade da medida diante de elementos concretos e a complexidade da investigação, a decisão judicial inicial e as prorrogações sejam devidamente motivadas, com justificativa legítima, ainda que sucinta, a embasar a continuidade das investigações. São ilegais as motivações padronizadas ou reproduções de modelos genéricos sem relação com o caso concreto." [**RE 625.263**, Redator do acórdão Min. Alexandre de Moraes, Plenário, j. 17.3.2022, *DJe* de 6.6.2022.]
529 RE 1.045.273 Rel. Min. Alexandre de Moraes	Possibilidade de reconhecimento jurídico de união estável e de relação homoafetiva concomitantes, com o consequente rateio de pensão por morte.	"A preexistência de casamento ou de união estável de um dos conviventes, ressalvada a exceção do artigo 1.723, § 1º, do Código Civil, impede o reconhecimento de novo vínculo referente ao mesmo período, inclusive para fins previdenciários, em virtude da consagração do dever de fidelidade e da monogamia pelo ordenamento jurídico-constitucional brasileiro." [**RE 1.045.273**, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Plenário, j. 21.12.2020, *DJe* de 9.4.2021.]

C) O IMPACTO DOS TEMAS DE REPERCUSSÃO GERAL NOS PROCESSOS RECEBIDOS NO STF

> “Essas medidas foram fundamentais para a redução do acervo histórico do STF, pois permitem que os tribunais brasileiros resolvam, **com protagonismo e em definitivo**, milhares de recursos extraordinários. Nossos indicadores informam que, nos últimos dois anos, mais de 100.000 recursos extraordinários deixaram de tramitar no STF, pois a eles foram aplicados, ainda em segundo grau, os precedentes de repercussão geral firmados por esta Corte.”
>
> Ministro Luiz Fux, em pronunciamento no evento de celebração dos 15 anos do instituto da Repercussão Geral.



25.5.2022 – Ministro Luiz Fux discursa durante pronunciamento de abertura e lançamento de obra comemorativa “Repercussão Geral 15 Anos: origem e perspectivas”. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

193 mil

processos liberados para julgamento nas instâncias de origem

Com base no art. 13, V, do Regimento Interno do STF, o Presidente da Corte tem a competência para devolver ao tribunal de origem o recurso que veicule uma mesma questão já submetida à sistemática da repercussão geral, antes da distribuição aos demais Ministros.

De 10.9.2020 a 11.8.2022, **25.097** processos recursais recebidos pelo Supremo Tribunal Federal foram **devolvidos à origem** – uma média de **1.091** processos devolvidos por mês.

Considerando apenas a adequação aos temas de repercussão geral criados a partir do início da gestão (setembro/2020), 7.032 processos recursais foram devolvidos à origem para o reenquadramento a essas recentes teses no biênio 2020-2022.

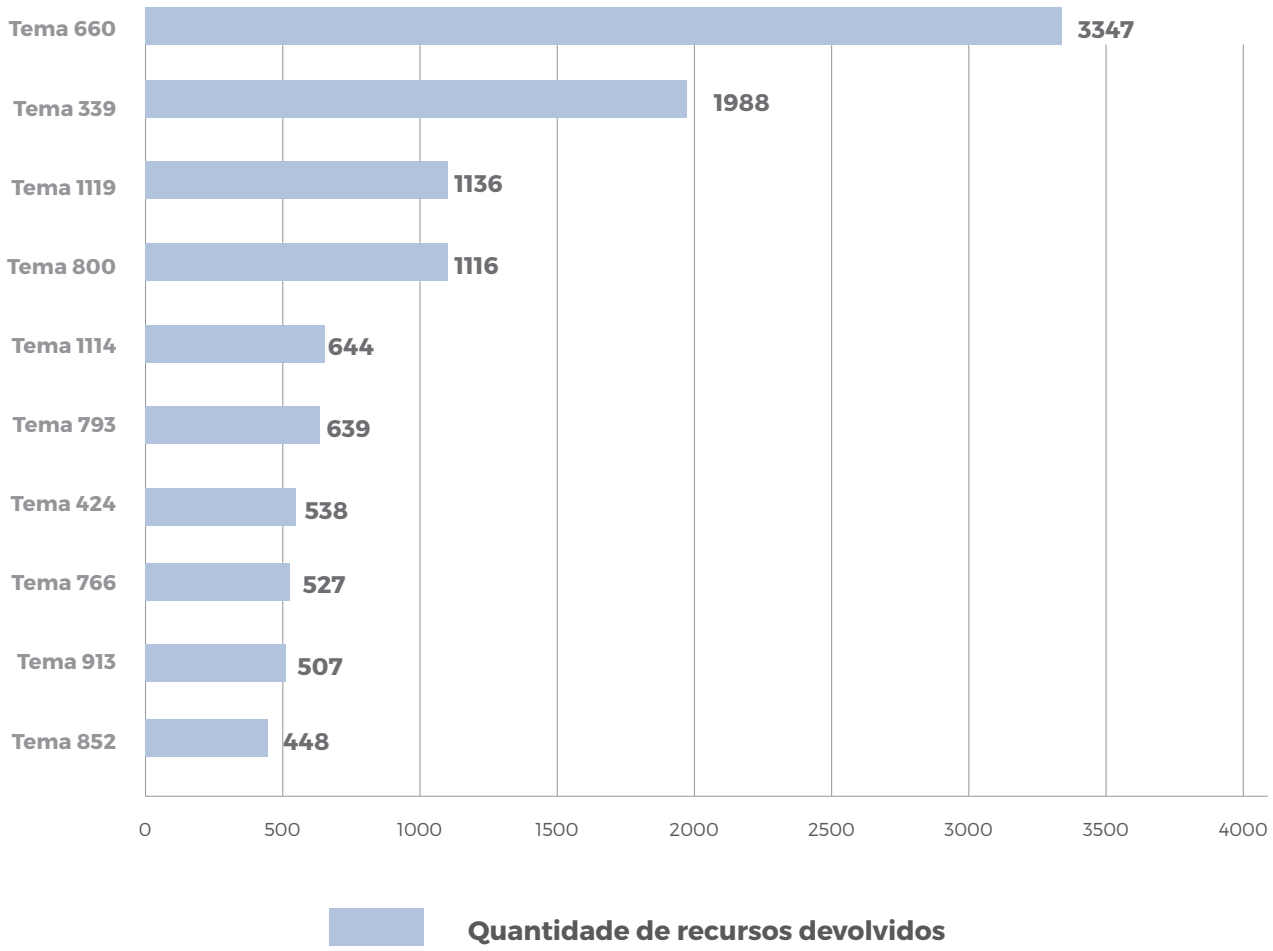
Esse quantitativo corresponde a **7,2%** do total de processos recebidos pela Corte e a **28%** do total de processos devolvidos pela sistemática da repercussão geral no biênio 2020-2022, demonstrando a racionalidade estatística da criação de novos temas de repercussão geral para a manutenção do percentual de devoluções.

Destacam-se a seguir os dez temas com maior incidência de devolução de recursos, representando um total de **10.890** processos devolvidos à origem no biênio da gestão (*i.e.*, **43%** do total de devoluções).

26%

dos processos recursais recebidos pelo STF foram devolvidos à origem pela sistemática da RG

GRÁFICO 14 – DEZ TEMAS MAIS APLICADOS VS. QUANTIDADE DE RECURSOS DEVOLVIDOS

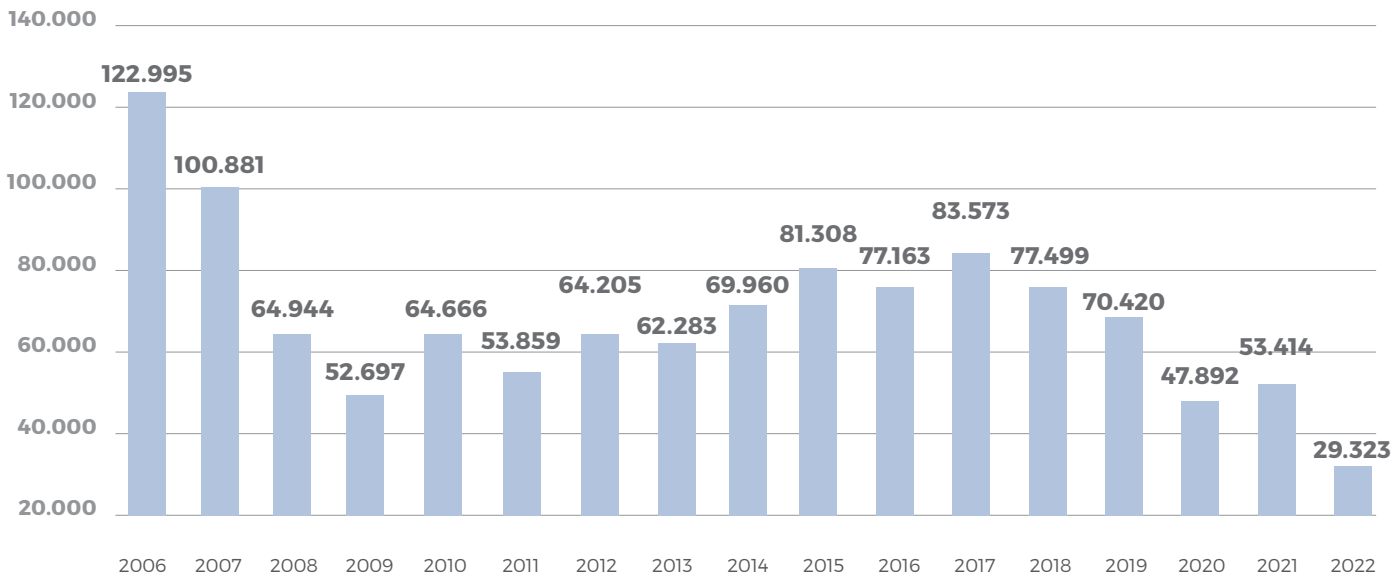


Fonte: Painel do Corte Aberta. Dados extraídos em 11.8.2022.

TENDÊNCIA DE DIMINUIÇÃO DO RECEBIMENTO DE PROCESSOS RECURSAIS E FORTALECIMENTO DA VOCAÇÃO CONSTITUCIONAL DO STF

A redução do quantitativo de recursos extraordinários e respectivos agravos que chegam ao Supremo Tribunal Federal é um dos principais indicativos da eficiência da sistemática da repercussão geral.

GRÁFICO 15 – SÉRIE HISTÓRICA DO QUANTITATIVO DE PROCESSOS RECURSAIS RECEBIDOS



Fonte: Painel do Corte Aberta. Dados extraídos em 11.8.2022.

Como mostra a série histórica, o STF chegou a receber **mais de 122 mil processos recursais** em um único ano (2006).

A partir de 2007 – ano em que foi efetivamente implementada a sistemática da repercussão geral –, é possível observar a diminuição significativa do quantitativo de processos recursais recebidos, o qual se aproximou da estabilização entre os anos de 2008 e 2018. Nesse período, a quantidade de recursos recebidos variou entre 52.697 (mínimo), em 2009, e 83.573 (máximo) em 2017.

O ano de 2020 foi marcado pela alteração substancial nessa tendência de estabilização: o número de ações recursais recebidas pela Corte diminuiu em mais de 22 mil em comparação ao ano anterior.

Não se pode perder de vista a atipicidade de 2020, o primeiro ano de enfrentamento da pandemia de Covid-19. Por essa razão, as unidades administrativas da Corte já projetavam que o recebimento em 2021 retornaria aos padrões da década anterior, na qual se registrou uma média de aproximadamente **70.000** processos recursais recebidos por ano.

Os resultados, entretanto, superaram as expectativas. Em 2021, foram recebidas **53.414** ações recursais – quantitativo significativamente inferior à média da década precedente. Esse resultado refletiu a eficiência das iniciativas adotadas a partir de 2020, ainda na gestão do Ministro Dias Toffoli, no sentido de ampliar a interlocução com as instâncias de origem e de qualificar as atividades de triagem dos recursos antes da distribuição aos ministros.

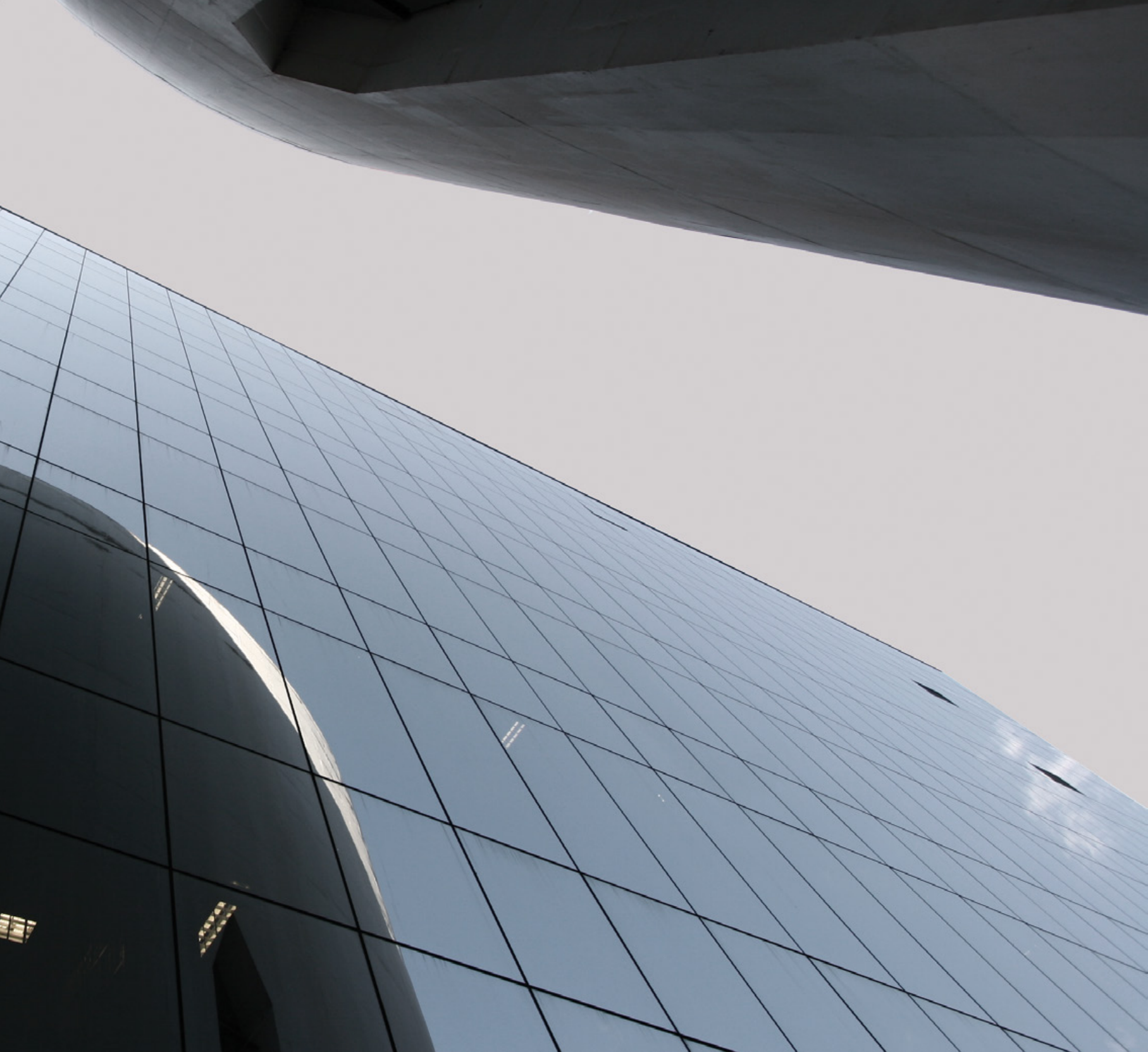
No período considerado de 2022 (até agosto), da mesma forma, verifica-se uma tendência de diminuição do número de casos recebidos.

Aliás, vale notar que, **ao longo de todo o biênio da gestão**, foram recebidos, no total, **97.179** ações recursais, quantitativo significativamente inferior àquele que

anteriormente se verificava em um único ano – em 2006, por exemplo, quando a Corte recebeu mais de 122 mil ações recursais.

Reduzir a atuação repetitiva é aspecto imprescindível para alcançar o reposicionamento do STF de Tribunal com alta demanda recursal para Corte preponderantemente constitucional.

Por conseguinte, é preciso continuar com as medidas que racionalizam a tramitação dos REs e AREs. São práticas administrativas que potencializam a atuação paradigmática do STF, valendo-se da sistemática da repercussão geral, para a formação de temas cada vez mais orientativos das realidades locais e regionais.



“Corte Constitucional 100% Digital”

2



25.2.2021 – Ministro Luiz Fux preside sessão por videoconferência. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

“As inovações tecnológicas entrarão em cena para a transformação revolucionária da prestação jurisdicional, sem olvidar a coexistência com o trabalho humano. Em tempos de restrições orçamentárias, soluções criativas, de baixo custo, porém com alto impacto estrutural, precisam ser estimuladas.

É cediço que a pandemia do coronavírus testou a capacidade de resiliência institucional do Poder Judiciário como nunca em nossa história contemporânea. Com velocidade e senso de adaptação, conseguimos prestar jurisdição ininterruptamente com ganho de produtividade.

Temos sido simultaneamente espectadores e protagonistas de uma das maiores transformações da história da humanidade: o sepultamento da era analógica e o resplandecer da era digital, em que o *big data* se torna a fonte principal de produção de dados públicos.

Em nível global, o Poder Judiciário brasileiro está na vanguarda desse processo. As excelentes gestões dos Presidentes do STF e do CNJ que me antecederam criaram as bases tecnológicas para doravante consolidarmos a Revolução Digital do Poder Judiciário brasileiro.

Nos próximos dois anos, daremos passos largos em direção ao acesso à justiça digital amplo, irrestrito e em tempo real a todos os brasileiros.

O STF caminha para se tornar a primeira Corte Constitucional 100% digital do planeta, com perfeita integração entre inteligência artificial e inteligência humana para o oferecimento *on-line* de todos os seus serviços.”

Ministro Luiz Fux, em seu discurso de posse na Presidência do Supremo Tribunal Federal.

A transformação do Supremo Tribunal Federal (STF) em **Corte Constitucional 100% Digital** tem dois enfoques: **(i)** o desenvolvimento e a implementação de tecnologias de suporte à tramitação do processo judicial eletrônico; e **(ii)** a disponibilização *on-line* de todos os serviços prestados pela Corte aos jurisdicionados como alternativa ao atendimento presencial.

Em relação ao primeiro aspecto, as mudanças no funcionamento do STF, para torná-lo responsivo ao *timing* e à forma do processo judicial eletrônico, estão sendo planejadas e executadas em torno de uma infraestrutura de serviços denominada **STF-Digital**, implementada na gestão do Ministro Dias Toffoli.

A proposta do STF-Digital é construir uma plataforma unificada para a prática de atos processuais inteiramente adaptada ao acesso via navegador *web*. Nesse modelo, as atividades que dão andamento aos processos são desempenhadas em aplicações do tipo *cloud native*. Significa dizer que cada módulo informatizado atende a tarefas específicas da tramitação (microsserviços). O Tribunal ganha em flexibilidade, pois um serviço pode evoluir em paralelo aos outros; e em resiliência, já que um problema em um serviço não impacta os demais – de modo que cada processo de trabalho é hospedado em um módulo virtual próprio, de manutenção independente.

Já em relação ao segundo enfoque, a Administração do Supremo Tribunal Federal, ciente das dimensões continentais do território sob sua jurisdição, tem estado atenta à necessidade de estruturar múltiplas portas de acesso à Corte, valendo-se de espaços virtuais com navegação simples e intuitiva.

Para tanto, a criação e as constantes atualizações de um endereço eletrônico central, o Portal do STF, assim como sua maior presença nas redes sociais, são importantes marcos em prol de três valores institucionais: **(a)** a disponibilidade ampla dos serviços; **(b)** a transparência; e **(c)** o acesso à informação.



100%

dos serviços oferecidos *on-line*

99,8%

do acervo atual digitalizado

100%

do acervo histórico digitalizado

2.1 Inova STF

> “Nos próximos dias, com amparo na Lei de Inovação Tecnológica, lançaremos o Inova STF, um laboratório que reunirá desenvolvedores computacionais, estatísticos, juristas e pesquisadores, em ambiente único e inovador, para juntos arquitetarem soluções de tecnologia jurisdicionais, inclusive com integração a *startups* de todo o País.”
>
> Ministro Luiz Fux, em seu discurso de posse na Presidência do Supremo Tribunal Federal.

Logo no início da Gestão 2020-2022, a agenda de modernização tecnológica ficou evidenciada pela criação do Laboratório de Inovação do Supremo Tribunal Federal**,** o **Inova STF**.

Instituído pela Resolução nº 708, de 23 de outubro de 2020, o projeto reúne uma equipe multidisciplinar em um ambiente de trabalho propício à inovação e à criatividade, com o objetivo de arquitetar soluções de tecnologia jurisdicionais e acelerar as entregas no âmbito do **STF-Digital**.

FIGURA 4 – COMPOSIÇÃO DO INOVA STF



Esse desenho organizacional fluido e a diversidade de conhecimento têm gerado entregas consistentes. Ao longo do biênio, o Inova STF liderou os esforços de desenvolvimento e de gerenciamento de **seis** projetos estratégicos relacionados aos segmentos funcionais do STF-Digital. São eles: (i) o **Módulo Gabinetes e Monocráticas**; (ii) a **Interface de Consulta Processual e Pesquisa Avançada**; (iii) o **Módulo Processamento**; (iv) o **Módulo Julgamentos Colegiados**; (v) o **Módulo Incidentes**; e (vi) o **Módulo Originários**. Além disso, o Inova STF também atua como unidade colaboradora em outro projeto estratégico da Corte, externo à infraestrutura do STF-Digital: o Módulo de Jurisdição Extraordinária, desenvolvido ainda na gestão do Ministro Dias Toffoli.

2.1.1 Módulo Gabinetes e Monocráticas

O projeto **Módulo Gabinetes e Monocráticas** visa ao desenvolvimento e à implementação de módulo na plataforma STF-Digital para congregar os microsserviços necessários à atuação dos Gabinetes de Ministros. Essa ferramenta reúne as tarefas de elaboração de minutas e gestão de acervo.

O módulo otimizou o processo de produção de minutas, além de ter automatizado as etapas referentes à análise processual, elaboração, revisão e publicação.

Substituição de 6 sistemas legados

Automatização de tarefas manuais

Redução do tempo de processamento interno

Uniformização de procedimentos

Metrificação de dados

Maior segurança no fluxo processual

PESQUISA DE TEXTO

A partir de junho de 2021, o Módulo Gabinetes e Monocráticas passou a reunir as funcionalidades suficientes para a etapa de implementação assistida, ou seja, de experimentação e *feedbacks* concomitante ao desenvolvimento. Adotou-se a estratégia de inserir a plataforma na rotina de trabalho de um gabinete por vez.

Em julho de 2022, o projeto já estava em utilização por quatro gabinetes. Nestes, a plataforma do STF Digital é utilizada para elaboração de 98% dos pronunciamentos singulares, o que representa cerca de 65% do volume produzido no STF por todos os gabinetes.

No âmbito do mesmo projeto, o módulo **Pesquisa de Textos**, já implementado e em funcionamento, permite a pesquisa, consulta, elaboração e edição de textos dentro do próprio ambiente do STF Digital com mais segurança e confiabilidade em relação aos dados, além de contribuir com a unificação da plataforma e possibilitar a diminuição da utilização dos sistemas esparsos do legado.

Também foi disponibilizada a função de Painel de Pesquisas de Textos, onde é possível criar um painel de pesquisas favoritas e customizar um grupo de pesquisas próprias, para cada usuário ou gabinete, com as pesquisas mais recorrentes, facilitando as buscas mais rotineiras ou mesmo possibilitando o monitoramento de algum tipo de decisão.

2.1.2 Interface de Consulta Processual e Pesquisa Avançada

Os projetos **Consulta Processual e Pesquisa Avançada** têm por objetivo comum a implementação de novos mecanismos unificados de busca e de consulta a processos no ambiente do STF-Digital, a fim de substituir sistemas que realizavam essas tarefas de forma descentralizada.

Maior celeridade e confiabilidade das informações processuais

Acesso a textos, despachos e decisões publicados

Migração das funcionalidades de pelo menos 8 sistemas legados

Acesso direto ao ambiente de autuação, visualização e edição de peça

Modernização das funcionalidades

2.1.3 Módulo Processamento

O projeto **Módulo Processamento** visa ao desenvolvimento e à implementação de uma solução para a automatização de tarefas relacionadas ao trâmite processual, no âmbito da Secretaria Judiciária. Entre os microsserviços abrangidos estão o fluxo de controle automático de prazos, a produção automatizada de certidões, o tratamento de petições e o lançamento de andamentos no Portal do STF.

2.1.4 Módulo Julgamentos Colegiados

O projeto **Módulo Julgamentos Colegiados** visa ao desenvolvimento e à implementação de módulo na plataforma STF-Digital destinado a congregar os microsserviços necessários à liberação de processos para pauta, à inclusão dos processos em mesa e às deliberações virtuais de órgãos colegiados (julgamentos virtuais).

O projeto visa modernizar os fluxos de trabalho para julgamentos colegiados com o desenvolvimento de módulo para congregar os microsserviços necessários à liberação de processos para a pauta, à inclusão dos processos em mesa e às deliberações virtuais de órgãos colegiados.

O projeto inclui também solução de acessibilidade para leitura do Diário de Justiça Eletrônico. Já está disponível, acoplado ao Novo DJe, o *software* **VLibras** que contempla um conjunto de ferramentas gratuitas e de código aberto que traduz o conteúdo dos despachos e decisões para Libras, tornando computadores, celulares e plataformas *web* mais acessíveis para as pessoas surdas. O *software* conta com a possibilidade de utilização do leitor de libras com adaptações aos regionalismos do País, controle de transparência do aplicativo e adequação do posicionamento na tela.

2.1.5 Módulo Originários e Módulo Incidentes

Os projetos **Módulo Originários** e **Módulo Incidentes** visam à implementação do fluxo por tarefas – característico do STF-Digital – às atividades de recebimento, de autuação e de distribuição, respectivamente, das ações originárias e das petições recursais protocoladas nos autos de processos em tramitação (incidentais). Com esse escopo, estão sendo aprimorados os microsserviços relativos à pesquisa de prevenção e às certidões de distribuição.

O **Módulo Incidentes** atualmente está em operação assistida para as funcionalidades de monitoramento e autuação de incidentes e de tratamento de petições. Já o **Módulo Originários** está na etapa de desenho da solução.

2.1.6 Módulo de Jurisdição Extraordinária

O projeto **Módulo de Jurisdição Extraordinária** (MJE) foi criado na gestão do Ministro Dias Toffoli, a partir da identificação de que 99,4% dos recursos especiais e extraordinários analisados resultavam na manutenção das decisões da instância na origem.

Nesse contexto, o escopo do projeto é entregar ao Poder Judiciário uma ferramenta única de peticionamento e admissibilidade desses recursos, ofertando filtros para auxiliar os servidores da área responsável pelo recebimento e pela análise a identificar a existência de eventuais vícios e o enquadramento dos casos em temas de repercussão geral. Prevê-se, ainda, que o sistema gere minutas de decisão e de admissibilidade a partir de questionário preenchido com auxílio de inteligência artificial.

Vale notar que o termo "Extraordinária" é utilizado porque, embora integrada aos sistemas informatizados do STF, esta plataforma é externa aos sistemas da Corte. Essa autonomia é justificada pelo escopo e pela participação de outros atores institucionais. O MJE possibilitará a integração entre os tribunais de justiça (TJs) ou os tribunais regionais federais (TRFs), em uma ponta da conexão, e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou o Supremo Tribunal Federal, na outra ponta. Além disso, a plataforma unificará o endereço eletrônico de peticionamento dos recursos ou agravos em recursos especial ou extraordinário (RE, REsp, ARE e AREsp).

Em virtude do desenvolvimento personalizado do *software* para o **Módulo de Jurisdição Extraordinária**, a Suprema Corte celebrou o seu primeiro contrato de encomenda tecnológica com uma Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), além de contar com o apoio institucional do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça. Os serviços entregáveis correspondem a 4 (quatro) produtos: **a)** peticionamento, **b)** decisão, **c)** interoperabilidade e **d)** similaridade. O módulo peticionamento e parte do módulo decisões já foram recebidos em ambiente de homologação, este último na gestão 2020-2022.

OBJETIVOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO MJE
Definição de uma plataforma nacional para a petição de recursos extraordinários;
Gestão unificada do processo pelos tribunais superiores, permitindo o encaminhamento e acompanhamento do trâmite junto aos tribunais de origem;
Padronização dos questionários e critérios para análise de juízos de admissibilidade nas instâncias de origem e superiores;
Otimização dos procedimentos de inserção de peças e informações numa plataforma única nas diversas instâncias e por todos os envolvidos no processo, reduzindo o retrabalho das equipes;
Melhoria do procedimento de análise de admissibilidade com o uso de ferramentas de suporte à tomada de decisão, proporcionando maior agilidade ao processo;
Maior eficácia e eficiência em todas as etapas do processo, possibilitando uma redução do tamanho das equipes e dos custos operacionais envolvidos;
Melhoria do serviço prestado ao cidadão com a redução do tempo entre a petição e o resultado final.

2.2 Melhorias incrementais nas ferramentas tecnológicas de suporte à prestação jurisdicional

Além da criação dessas novas aplicações de serviços, o Supremo Tribunal Federal manteve sua rotina de funcionamento embasada no uso do parque tecnológico existente. Nesse âmbito, os aprimoramentos tanto nos processos internos de trabalho quanto nas interfaces de comunicação com o público externo representam melhorias incrementais para a Corte.

As principais melhorias incrementais da área de tecnologia da informação efetivadas no biênio 2020-2022 estão listadas a seguir.



2.2.1 Adequação ao maior volume de julgamentos em ambiente virtual

O número de decisões no Plenário Virtual (PV) do Supremo Tribunal Federal aumentou de **80,3%**, antes da pandemia da Covid-19 (de 19.6.2019 a 19.3.2020), para **97,6%** no período inicial da pandemia (de 20.3.2020 a 31.12.2020).

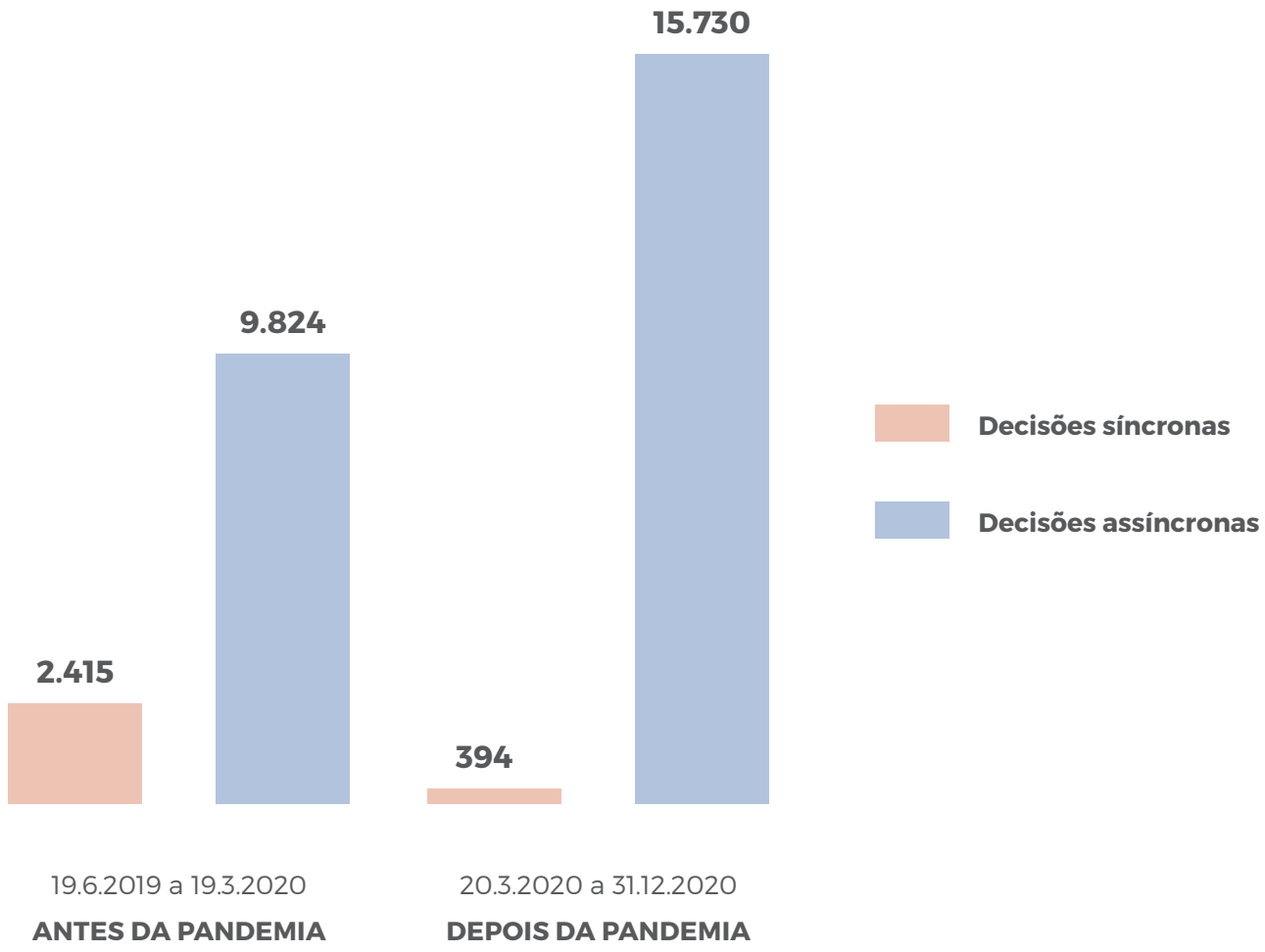
Em agosto de 2022, alcançou-se o percentual de **98%** de decisões colegiadas em ambiente virtual.

Saiba mais sobre a expansão do ambiente virtual de votação na pesquisa **O Plenário Virtual na pandemia da Covid-19**

Nesse contexto, foram implementadas as seguintes melhorias:

- Oportunidade de sustentação oral no Plenário Virtual;
- Suporte para recebimento de peças processuais em forma de mídias de áudio e vídeo;
- Disponibilização das informações de julgamento virtual para processos sigilosos;
- Integração com os sistemas informatizados da Polícia Federal.

GRÁFICO 16 – DECISÕES COLEGIADAS POR AMBIENTE DECISÓRIO ANTES E APÓS O INÍCIO DA PANDEMIA



Fonte: Pesquisa empírica "O plenário virtual na pandemia da Covid-19". Acesso em 11.8.2022.

2.2.2 Infraestrutura de TI e *home office*

As medidas sanitárias de combate à Covid-19 motivaram a migração imediata dos processos de trabalho para o ambiente digital. Essa transformação foi viável não só pela evolução das ferramentas de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), que proveem soluções para o acesso remoto e para a integração e a cooperação de equipes a distância, mas também por medidas que prezam por desempenho e segurança.

IMPLEMENTAÇÃO DA SUÍTE DE ESCRITÓRIO E COLABORAÇÃO MICROSOFT OFFICE 365

A solução tecnológica adquirida pelo Supremo Tribunal Federal possibilita o acesso aos programas Microsoft a partir de qualquer lugar e em qualquer dispositivo (pessoal ou corporativo). Os documentos produzidos com a licença e o *login* fornecidos pelo Tribunal são sincronizados em nuvem e estão integrados com ferramentas de colaboração e de compartilhamento de arquivos. Antes, o uso desses aplicativos em dispositivos pessoais exigia que cada usuário adquirisse o licenciamento de *software* por seus próprios meios. Além disso, não era possível realizar o compartilhamento de arquivos e manter sua salvaguarda e atualização na nuvem, com edição dinâmica e simultânea diretamente via *web*.

MIGRAÇÃO DAS CAIXAS POSTAIS PARA A NUVEM

As caixas postais relativas aos endereços de *e-mail* institucionais e dos colaboradores foram migradas para o ambiente de nuvem. Esse processo foi acompanhado pela implementação de ferramenta de segurança de fluxo e filtragem de *e-mails*, que serve para proteger as contas e as mensagens contra os ataques virtuais por *spam* e *malware*.

APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS DE ACESSO REMOTO E DE SUPORTE AO TELETRABALHO

Ampliação dos serviços de acesso remoto, como a VPN, que oferece uma conexão protegida à rede do STF, e infraestrutura de *desktop* virtual (VDI – *Virtual Desktop Infrastructure*), que fornece um conjunto de máquinas virtuais para uso como estações de trabalho, mantendo o processamento nos *datacenters* do STF. As principais vantagens são o aumento da flexibilidade, a mobilidade do usuário, facilidade de acesso e maior segurança ao lidar com documentos e sistemas corporativos.

2.2.3 Adesão à plataforma PagTesouro

Em atenção às opções modernas e igualmente seguras de transação financeira, o STF passou a viabilizar que o pagamento de custas judiciais ocorra via sistema do PagTesouro, plataforma de pagamentos desenvolvida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia.

Assim, a Guia de Recolhimento da União (GRU) emitida no *site* da Corte pode agora ser quitada via modalidade tradicional (apresentação de boleto em banco conveniado) ou via PagTesouro, que admite pagamento por cartão de crédito, Pix, entre outros.

2.2.4 Segurança da informação

> A digitalização de nossos serviços exige que as suas funcionalidades estejam protegidas contra aqueles que desejam surrupiar informações valiosas ou comprometer nossos sistemas. Por essa razão foi criada em Sessão Administrativa a Assessoria de Segurança da Informação, a qual tem desenvolvido boas práticas e protocolos para prevenir e tratar tentativas de ataques externos aos nossos sistemas.
>
> Ministro Luiz Fux.

Diante da progressiva incorporação da tecnologia nos processos de trabalho no âmbito da Corte, tornou-se premente tornar os sistemas e a infraestrutura tecnológica do Tribunal mais preparados para eventuais ataques cibernéticos.

Para garantir liderança e continuidade a essa importante frente de atuação, o Ato Regulamentar nº 25, de 29 de novembro de 2021, instituiu a **Assessoria de Segurança da Informação** (ASI). Ligada à Secretaria-Geral da Presidência, a nova unidade tem a função de promover e supervisionar as atividades relacionadas a essa área no âmbito do Tribunal por meio de um sistema de gestão baseado em riscos, bem como no fomento de ações preventivas e reativas relacionadas a possíveis incidentes cibernéticos.

Também com o objetivo de reduzir a probabilidade de ocorrência de incidentes em segurança da informação, foi criado o **Núcleo de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes**, ligado diretamente à Secretaria de Tecnologia do Tribunal (STI).

2.3 Disponibilidade dos serviços, transparência e acesso à informação

CENTRAL DO CIDADÃO

No último biênio, os formulários eletrônicos disponíveis no Portal do STF e o serviço de teleinformações processuais, essencialmente remotos e mantidos pela Central do Cidadão (CIDA), foram indispensáveis para prover a demanda do público externo por informações seguras e personalizadas.

> “Mais do que construir narrativas, é essencial que as instituições de um país — nelas inclusas o Supremo Tribunal Federal — pratiquem a escuta ativa, estando sempre abertas à reflexão e à incorporação de ideias e de práticas inovadoras oriundas da sociedade civil.”
>
> Ministro Luiz Fux, em pronunciamento no seminário internacional Cortes Supremas, Governança e Democracia, em 22.10.2020.

DADOS GERAIS SOBRE O ATENDIMENTO DA CENTRAL DO CIDADÃO

91.171

atendimentos realizados pela Central do Cidadão entre 10.9.2020 e 15.7.2022

41.038

atendimentos telefônicos, majoritariamente relativos a informações processuais e procedimentos para atuação judicial no STF

49

atendimentos presenciais

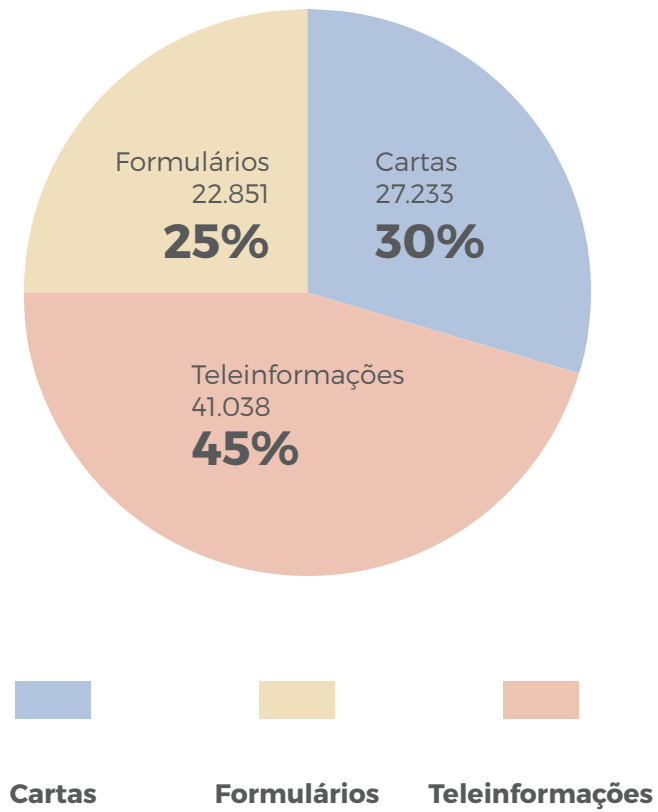
27.233

cartas recebidas no período, incluídos pedidos de habeas corpus. As cartas são classificadas e encaminhadas para os órgãos competentes quando categorizadas como de incompetência manifesta do STF

22.851

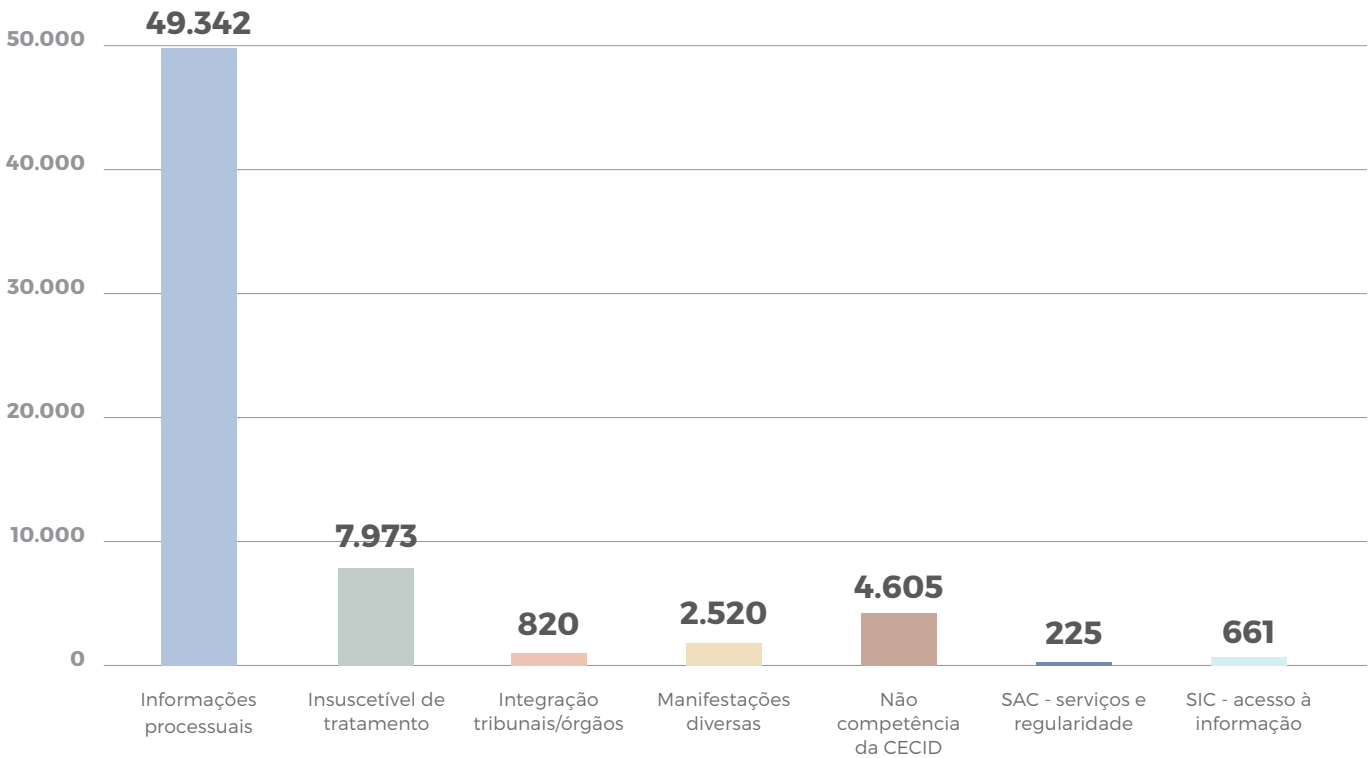
atendimentos por formulário eletrônico, com sugestões, críticas, elogios, denúncias, livre manifestação de pensamento, pedidos de informações processuais e de acesso à informação.

GRÁFICO 17 – ATENDIMENTOS DA CENTRAL DO CIDADÃO POR CANAL DE COMUNICAÇÃO



Fonte: Central do Cidadão. Dados extraídos em 11.8.20222.

GRÁFICO 18 – ATENDIMENTOS CATEGORIZADOS DE ACORDO COM O TIPO DE SERVIÇO



Fonte: Central do Cidadão. Dados extraídos em 11.8.2022.

As solicitações mais recorrentes da Central do Cidadão no biênio 2020-2022 referiram-se a informações processuais ou instruções para a utilização de sistemas judiciais, alcançando aproximadamente **72%** da demanda no período, com mais de **49 mil atendimentos**, em sua maioria pelo serviço de telefonia.

De fato, com a ampliação dos julgamentos em ambiente virtual e as restrições de atendimento presencial durante o biênio, esse canal de comunicação foi fundamental para oferecer assistência operacional a advogados e partes.

Note-se também que **13.398 manifestações** foram categorizadas como "manifestações diversas", "não competência da CIDA" e "insuscetível de tratamento". Tais solicitações são devidamente registradas e catalogadas, mas são indeferidas pela ausência de relação direta com os serviços oferecidos pelo Supremo Tribunal Federal.

Foram também recebidos **611 pedidos de acesso à informação** (SIC), cujos parâmetros são baseados na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e na Resolução STF nº 528/2014. No biênio da gestão do Ministro Luiz Fux, **95,1%** dos pedidos dessa natureza foram deferidos.

LANÇAMENTO DA CARTA DE SERVIÇOS DO STF EM VERSÃO *WEB*

A **Carta de Serviços do STF** concentra as principais informações, os serviços e as ferramentas de pesquisa disponibilizados pelo Tribunal. Em dezembro de 2021, concluiu-se a migração da Carta da versão imagem (PDF) para a versão *web*. Além da melhoria na visualização, a quantidade de serviços e produtos indexados praticamente dobrou, passando de **28** para **50** itens catalogados, com *links* que levam para o detalhamento do serviço.

Acesse a **Carta de Serviços do STF**

LANÇAMENTO DA PÁGINA FALE COM O STF

Resultado do aprimoramento da página **Fale conosco**, a nova página foi desenvolvida com o objetivo de facilitar a comunicação direta com o cidadão. Os formulários eletrônicos disponibilizados ao público foram redesenhados, de modo a qualificar a experiência do usuário no encaminhamento de críticas, sugestões, elogios, pedidos de acesso à informação e outras manifestações.

O portal também passou a disponibilizar informações estatísticas sobre a Central do Cidadão, com visualização de relatórios e painéis dinâmicos relacionadas aos serviços oferecidos pela unidade.

Acesse a página **Fale com o STF**

SERVIÇO DE INTEGRAÇÃO COM TRIBUNAIS E ÓRGÃOS DO SISTEMA DE JUSTIÇA

Em dezembro de 2020, a Central do Cidadão do STF lançou um canal de comunicação dedicado a esclarecimentos sobre a integração eletrônica entre a Corte e os tribunais ou os demais órgãos do Sistema de Justiça. O contato ocorre por meio de formulário eletrônico, em que as instituições podem apresentar questionamentos sobre credenciamento, envio de processos eletrônicos, cadastros de usuários, problemas nos sistemas e dúvidas normativas e procedimentais.

APRIMORAMENTO DA PÁGINA DE PESQUISA DE JURISPRUDÊNCIA

Com *layout* e conteúdo modernos, construídos com base em princípios de *Legal Design*, o serviço passa a ser interativo, com possibilidade de acompanhamento *on-line* e em tempo real do *status* da pesquisa. Demais disso, a plataforma gerencia as comunicações entre a equipe técnica e os usuários, consolidando em um único espaço o histórico e os resultados das solicitações. Além da busca personalizada de jurisprudência, o usuário também pode acessar o serviço **Pesquisas Prontas** diretamente na página do Tribunal, com conteúdo de pesquisa organizado por ramo do Direito e por matéria.

IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO ARQUIVO 100% DIGITAL

Entre janeiro de 2021 e março de 2022 foi realizado o **Projeto Arquivo 100% Digital**, cujo objetivo era a conversão para o formato digital da totalidade dos processos judiciais arquivados.

Considerando a relevância desse acervo documental para pesquisadores, historiadores, operadores do direito e acadêmicos, tem-se, como resultado principal, a garantia de sua preservação e a disseminação da informação de forma mais célere e universal, com redução de custos para a Administração e para os usuários.

No período, foram digitalizadas aproximadamente **3.000 caixas de processos judiciais arquivados**, em complemento ao projeto realizado em 2019. Ao todo foram **digitalizados** cerca de **20 mil volumes de processos**, totalizando **2.776.496 páginas**.

Em relação ao acervo total, o percentual é de **99,8%**. Essa porcentagem residual de 0,2% diz respeito a processos criminais que não foram digitalizados até o presente momento por questões de segurança da informação ou por estarem fora do Tribunal.

DIVULGAÇÃO DO ACERVO HISTÓRICO POR MEIO DO *INSTAGRAM*

Todas as quintas-feiras são divulgados conteúdos referentes à história do STF e de seu acervo histórico-cultural na plataforma ***Instagram.***



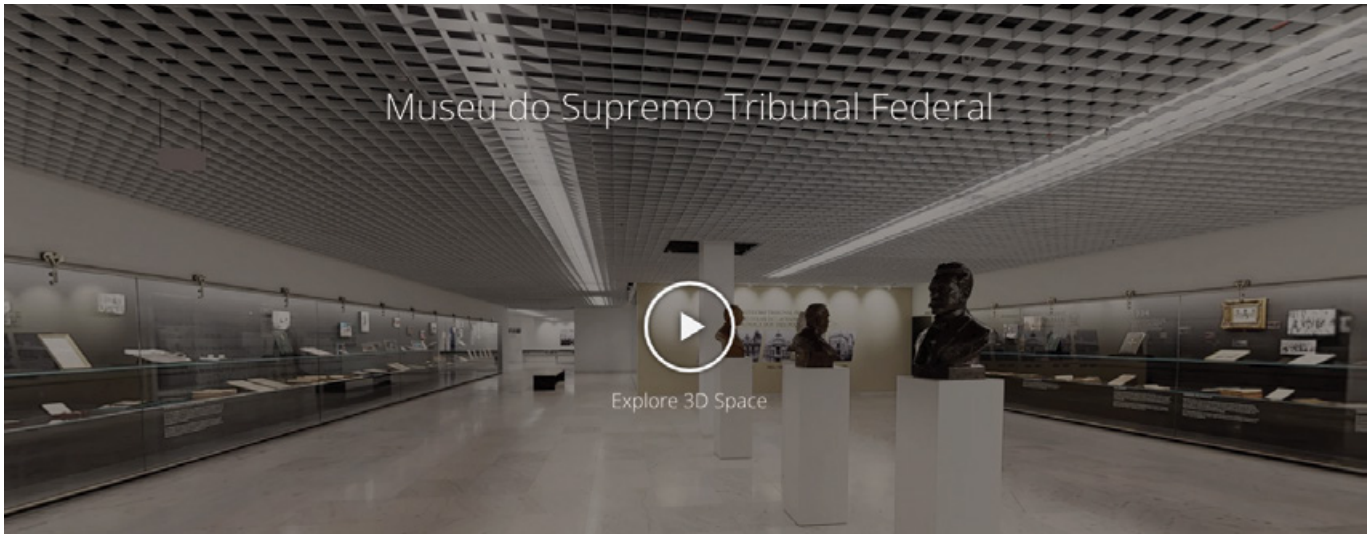




VISITA VIRTUAL AO MUSEU DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Desde abril de 2022, o Tribunal passou a disponibilizar *tour virtual* por todo o acervo do Museu. Além de conhecer as peças que compõem o acervo, o usuário ainda é redirecionado para programas da TV Justiça relacionados ao tema pesquisado e pode visitar virtualmente os demais edifícios que abrigaram a Suprema Corte brasileira desde a sua primeira sede, localizada na Rua do Lavradio, no Rio de Janeiro, até o atual endereço na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Além disso, como parte das comemorações dos **130 anos do Supremo Tribunal na República**, foi também lançada a exposição virtual Espaços, memórias e avanços tecnológicos, que possibilitou aos visitantes um mergulho na trajetória, marcos e momentos relevantes do Supremo (veja mais na página 452).



POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA, DADOS ABERTOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO STF

Instituída em dezembro de 2021, define as diretrizes, os objetivos, as medidas e as práticas a serem adotas para a promoção da transparência no âmbito do Tribunal, bem como cria instância temática de governança – o Comitê de Transparência e Prestação de Contas (CTPC-STF) – responsável pela implementação, coordenação e supervisão da Política.

Acesse a Resolução nº 758/2021

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO STF

O STF ajustou suas ações à **Lei Geral de Proteção de Dados**, criada por meio de recomendação do Conselho Nacional de Justiça, para regular o tratamento de dados pessoais. Ao se adaptar à LGPD, a Corte prioriza a proteção de direitos fundamentais da população, como liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade.

Acesse a Resolução nº 759/2021

2.3.1 Participação nas redes sociais

"Com essas medidas, o Supremo Tribunal Federal trabalha para implantar uma prestação jurisdicional cada vez mais eficiente e moderna, com transparência e diálogo, buscando aproximar-se cada vez mais do cidadão, por meio de canais novos e acessíveis."

Ministro Luiz Fux, no lançamento das contas do STF no *Facebook* e no *Twitter*.

Para ampliar ainda mais os canais de comunicação com a sociedade, no biênio 2020-2022, o STF lançou contas oficiais em três das maiores redes sociais da atualidade: ***Facebook, Instagram*** e ***TikTok***.

Assim como no *Twitter*, as páginas do Supremo no *Facebook*, no *Instagram* e no *TikTok* trazem informações sobre o dia a dia da Corte – com as notícias mais relevantes sobre decisões e julgamentos, serviços, campanhas institucionais, história, curiosidades, entre outras – com linguagem e estratégias de comunicação adequadas ao público principal de cada mídia, de modo a ampliar a capilaridade e a efetividade dos canais de comunicação da Corte com toda a sociedade.

Conheça todas as redes sociais do STF

TABELA 10 – STF NAS REDES SOCIAIS

	TWITTER	*YOUTUBE*	*FACEBOOK*	*INSTAGRAM*	*TIKTOK*
2021					
Seguidores	2.366.836	416.250	19.424	154.530	32.123
Novos seguidores	149891	57279	17.658	140.938	32.123
Crescimento	**6,30%**	**13,70%**	**90,90%**	**91,20%**	**n/a***
Publicações	1.706	419	389	491	81
Visualizações	26.130.000	4.382.567	6.850.350	73.597.478	1.213.802
2022					
Seguidores	2.455.253	423.116	23.528	245.495	44.607
Novos seguidores	88.417	6.866	4.104	90.965	12.484
Crescimento	**3,60%**	**1,60%**	**17,40%**	**37,05%**	**27,90%**
Publicações	875	250	571	602	79
Visualizações	24.270.000	1.025.463	1.100.414	1.378.070	1.133.033

Fonte: Secretaria de Comunicação Social. Dados extraídos em 11.8.2022.

PRÊMIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO E JUSTIÇA

Em 2022, o projeto **STF no *TikTok*** venceu o XX Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, na categoria Mídia Social, ao qual concorreram 301 projetos de assessorias de comunicação do sistema de justiça brasileiro.



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF.

"Assim como o Poder Judiciário tem uma liturgia própria, as redes sociais também nos convidam a seguir uma série de práticas muito particulares. Nesse contexto, o desafio é justamente unir esses dois universos, juntando informação, entretenimento e curiosidades. A leveza e o humor dos nossos conteúdos estão impregnados por correção e interesse público."

Fábio "Bito" Teles, Coordenador de Multimeios da Secretaria de Comunicação do STF.

SUPREMO NA SEMANA

Em 2021, acompanhando as tendências de comunicação institucional e o crescimento da audiência do formato *podcast*, o Tribunal lançou o *podcast* **Supremo na Semana**, no qual é apresentado um resumo das principais decisões da semana e comentado o que acontecerá na semana subsequente. Além disso, ao final de cada episódio, o programa traz uma entrevista curta e exclusiva com Ministros da Corte ou outras personalidades de relevância para tratar de temas atuais.

Além dos episódios semanais, publicados todos os sábados no *Spotify*, *Apple Podcasts* e *Google Podcasts*, o STF passou a também publicar a **íntegra em áudio das sessões plenárias e das turmas** no *Spotify*.

42

episódios do Supremo na Semana



Spotify



Apple Podcasts

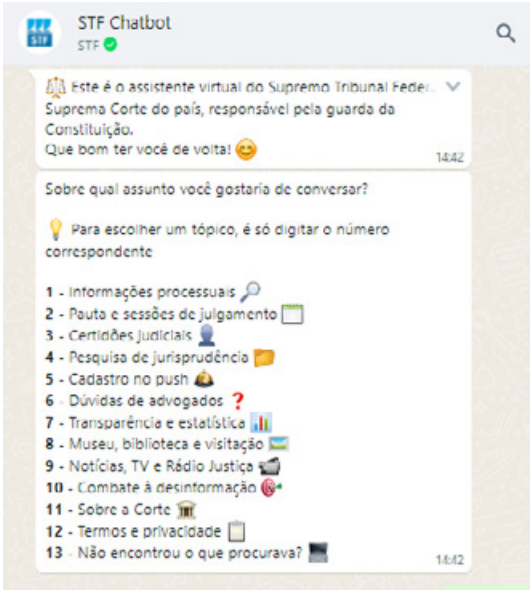


Google Podcasts

CHATBOT: CANAL OFICIAL DO STF NO *WHATSAPP*

Fruto de uma parceria com o *WhatsApp* Brasil e a *Robbu*, em 2022 a Corte lançou o ***Chatbot* STF**, um assistente virtual, via *WhatsApp*, que possibilita amplo acesso a serviços e informações institucionais da Corte de modo célere e confiável.

Entre suas várias funcionalidades, o ***Chatbot*** possibilita ao cidadão acessar as estatísticas do Tribunal, checar informações processuais, receber alertas quando há andamentos de processos e emitir certidões judiciais.



OUTRAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO

3.465

notícias publicadas no portal do STF, com mais de 10.100.000 de leituras

7.682

demandas de imprensa atendidas por *e-mail*

1.672

fotografias publicadas nos bancos de imagens institucionais

3.023

fotografias armazenadas no serviço *Flickr*



CORTE ABERTA

2.4 Programa Corte Aberta

“O Programa Corte Aberta é um compromisso perene do Supremo Tribunal Federal com a transparência ativa e com o diálogo com o cidadão brasileiro.”

Ministro Luiz Fux, em pronunciamento no lançamento do Programa Corte Aberta, em 11.5.2022



11.5.2022 – O Ministro Luiz Fux participa do lançamento do Programa Corte Aberta.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF

CORTE ABERTA





11.5.2022 – O Ministro Luiz Fux e o Secretário-Geral da Presidência do STF, Pedro Felipe de Oliveira Santos, participam do lançamento do Programa Corte Aberta. Foto: Carlos Moura/SCO/STF

Para acompanhar todo o processo de consolidação do STF em Corte 100% Digital, foi criado o **Corte Aberta**, um programa voltado a incrementar a transparência e a aperfeiçoar a governança dos dados judiciais do STF de modo a torná-los cada vez mais precisos, confiáveis, íntegros e acessíveis a toda a população.

Missão

Mobilizar as unidades do Tribunal para promover a governança, a transparência ativa e a precisão em relação aos dados do STF, gerando confiança e compreensão sobre as informações públicas.

Visão

Acompanhar o processo de transformação do STF em Corte Constitucional Digital com a produção de dados públicos cada vez mais confiáveis, íntegros, completos e acessíveis.

Valores

- Transparência;
- conformidade com as leis de regência;
- foco no cidadão;
- inovação tecnológica;
- credibilidade das informações oficiais;
- completude, acessibilidade, segurança, integridade e confiabilidade dos dados.

	O PROGRAMA CORTE ABERTA TEM COMO OBJETIVOS
1	Estabelecer políticas e protocolos para a produção e a gestão de dados.
2	Mapear, avaliar e implementar boas práticas para a arquitetura de dados.
3	Discutir periodicamente os conceitos, os indicadores e os marcos para a estatística aplicada à tramitação de processos, aos julgamentos e às decisões do STF.
4	Desenvolver mecanismos que aliem a experiência intuitiva à confiabilidade para a divulgação de informações da prestação jurisdicional.
5	Adequar a navegação no Portal do STF às determinações legais de tratamento e de proteção a dados pessoais.
6	Realizar ações de segurança da informação: a) periódica e preventiva, nas atividades de carga, armazenamento e segmentação de dados; b) excepcional e saneadora, perante os incidentes cibernéticos.

Acesse o *hotsite* do programa

Acesse a Resolução nº 774/2022, que institui o programa

Concebido no início da gestão e lançado ao público em maio de 2022, o Corte Aberta congregou os esforços de atores de diversas formações (juristas, estatísticos, cientistas de dados, jornalistas, *designers*, entre outros), de dentro e de fora do Tribunal, em torno de quatro eixos de atuação, intimamente relacionados entre si.

1

Estruturação de Dados

2

Disponibilização de Dados

3

Proteção de Dados Pessoais

4

Segurança da Informação

Eixos de atuação

I. ESTRUTURAÇÃO DE DADOS

"Definir e, quando oportuno, atualizar o protocolo de integração dos sistemas operacionais do STF às bases de dados, prezando pela infraestrutura segura e pela possibilidade de adesão a novas tecnologias."

Resolução nº 774/2022

O foco do primeiro eixo é a etapa de produção das estatísticas do STF. A fim de garantir a consistência, a integridade e a acurácia dos dados públicos do Tribunal, este eixo compreende o esforço de unificação das bases de produção de dados e a formalização de um protocolo uniforme, bem definido e transparente sobre como a Corte produz suas estatísticas.

Nesse sentido, está em andamento a elaboração do **Glossário Estatístico** da Corte, no qual serão definidos e publicizados conceitos relativos à estatística processual do Tribunal.

II. DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS

"Desenvolver os ambientes de visualização das informações e, sempre que possível, permitir a livre exportação dos dados brutos ou semiestruturados, processáveis por máquinas e em formatação acessível."

Resolução nº 774/2022

Com respaldo na produção de dados mais consistentes e acurados, o segundo eixo volta-se a aprimorar a acessibilidade dos cidadãos a esses dados.

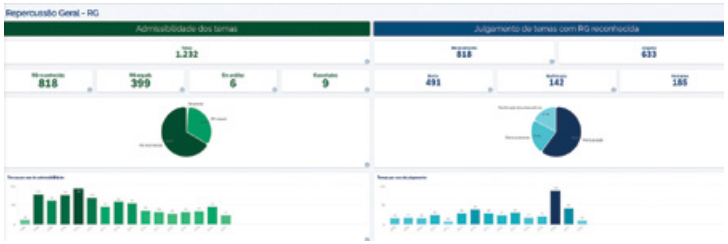
Nesse escopo, a forma como o Tribunal disponibiliza suas estatísticas foi revisitada. A partir de testes de usabilidade com distintos públicos-alvo (jornalistas, pesquisadores, servidores, cidadãos familiarizados ou não com o consumo de dados estatísticos), foram obtidos insumos para orientar a reformulação dos antigos painéis estatísticos do Tribunal. Como resultado, as informações antes disponibilizadas na antiga página de estatística do Portal do STF foram então reorganizadas (e suplementadas) em **nove novos painéis**, com propostas de visualização mais didáticas, amigáveis e completas.

Acesse todos os novos painéis

ACERVO GERAL



REPERCUSSÃO GERAL - RG



PAINEL DE DECISÕES



PLENÁRIO VIRTUAL - PV



	NOVAS FUNCIONALIDADES
1	Criação de novas **abas e filtros**, com registro de consultas predefinidas e outras infinitas possibilidades de combinação pelo próprio usuário.
2	Incorporação das *hints* (isto é, de *pop-ups* e caixas explicativas com as definições dos principais conceitos e critérios de extração das estatísticas disponibilizadas em cada painel). Além de facilitar o entendimento e de evitar interpretações equivocadas dos dados, esse mecanismo pode servir até mesmo como um didático instrumento para o aprendizado de conceitos jurídicos e estatísticos.
3	**Padronização dos *layouts*** de todos os nove novos painéis (e suas respectivas abas), somada aos incrementos em termos de responsividade e usabilidade nos **dispositivos móveis**.
4	Congregação de todos esses painéis em uma única página hub, isto é, em um ambiente virtual único disponível no Portal do STF, o que facilita a pesquisa por informações.
5	Possibilidade de exportação de **dados brutos ou semiestruturados** em formato CSV ou planilhas de Excel, de modo a atender aos requisitos e princípios das políticas de dados abertos.

Esses dois eixos centrais do programa são acompanhados por dois outros, de caráter mais instrumental, mas igualmente essenciais para a consecução dos objetivos do Corte Aberta: Proteção de dados pessoais e Segurança da Informação.

III. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

"Adequar os bancos de dados e as páginas do Portal do STF às exigências da LGPD e às normas e recomendações exaradas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD)."

Resolução nº 774/2022

O terceiro eixo tem o enfoque de adequar os bancos de dados, os processos, os procedimentos e os serviços de todas as unidades da Corte às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e às determinações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

No biênio da gestão do Ministro Luiz Fux, o Tribunal tomou as seguintes medidas concretas para promover a devida adequação:

1. Criação do comitê executivo de proteção de dados, composto por integrantes de quase todas as unidades do Tribunal;
2. Realização de cursos de capacitação em proteção de dados;
3. Disponibilização de site público com as ações da Corte para se adequar à LGPD;
4. Nomeação da encarregada de proteção de dados no Tribunal;
5. Formulação da política de privacidade e de proteção de dados do STF.

IV. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

"Parametrizar a avaliação do risco relacionado ao detalhamento dos dados divulgados ao público externo geral ou especializado, realizar o levantamento de riscos para os projetos e produtos do Programa Corte Aberta e executar as medidas preventivas e repressivas aos comportamentos de usuários que representem ameaça ao funcionamento contínuo dos sistemas operacionais e/ou das páginas eletrônicas do Tribunal."

Resolução nº 774/2022

O objetivo do quarto eixo é incrementar a segurança da informação no Tribunal tanto em sua vertente preventiva (com a avaliação dos riscos relacionados às atividades de carga, armazenamento e segmentação dos dados), quanto em sua vertente repressiva, combatendo comportamentos nocivos e incidentes cibernéticos passíveis de comprometer o funcionamento adequado dos sistemas operacionais e das páginas eletrônicas do STF.

Nesse sentido, com o objetivo de atuar nessas duas frentes, de modo a prevenir e a remediar os danos de eventuais incidentes em segurança da informação, foram criadas a **Assessoria de Segurança da Informação** (ASI), ligada à Secretaria-Geral da Presidência, e o **Núcleo de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes**, ligado diretamente à Secretaria de Tecnologia do Tribunal (STI) (veja mais na página 140).

FORÇA DE TRABALHO MULTIDISCIPLINAR

> “Por trás de toda essa tecnologia/digitalização, há mentes e mãos humanas – extremamente dedicadas e altamente qualificadas – que têm trabalhado muito nos últimos meses. Nesse sentido, gostaria de registrar que – para além dos excelentes resultados, que falam por si – para mim é motivo de imenso orgulho poder testemunhar a dedicação desse grupo de mais de 70 servidores das mais diversas formações (estatísticos, cientistas de dados, designers, técnicos jurídicos, jornalistas) e a integração de equipes tão diversas durante todo esse processo, conduzido a tantas mãos.”

Ministro Luiz Fux, em pronunciamento no lançamento do Programa Corte Aberta

+ de 70

servidores e colaboradores envolvidos, entre juristas, estatísticos, cientistas de dados, jornalistas, designers, arquitetos e diversas outras formações

11

secretarias do Tribunal e

7

assessorias vinculadas à Presidência envolvidas





“Agenda 2030”

3

> “Trata-se de avanço não só na internacionalização da Corte, mas na própria humanização de seus processos internos.”
>
> Ministro Luiz Fux, em discurso sobre a Agenda 2030 em 22.10.2021



A Agenda 2030 da ONU é um plano global para atingirmos em 2030 um mundo melhor para todos os povos e nações. A Assembléia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York, em setembro de 2015, com a participação de 193 Estados membros, estabeleceu 17 objetivos de desenvolvimento sustentável. O compromisso assumido pelos países com a agenda envolve a adoção de medidas ousadas, abrangentes e essenciais para promover o Estado de Direito, os direitos humanos e a responsividade das instituições políticas.



Acesse o *hotsite*

“

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas representa um plano de ação que promove a vida digna e estabelece metas para erradicar as desigualdades sociais no âmbito global. Com o objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentável, a consolidação dos objetivos da Agenda demanda a cooperação de atores do Estado, da sociedade civil, de empresas privadas e da própria academia.

No âmbito brasileiro, a concretização desse importante compromisso internacional exige a atuação de todos os Poderes da República. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal é uma instituição central para difundir a visão, a cultura e, principalmente, os valores tão elevados da Agenda 2030: a vida, a dignidade, a justiça e a sustentabilidade. Ademais, a atuação jurisdicional do STF contribui, efetivamente, para o cumprimento das metas associadas a cada um dos objetivos dessa agenda, motivo pelo qual entendo oportuna a aproximação entre a nossa Corte e a Organização das Nações Unidas.

O alinhamento entre a governança do Supremo Tribunal Federal e os objetivos e metas da Agenda 2030 poderá aprimorar o método de identificação das controvérsias jurídicas submetidas ao Supremo Tribunal Federal e o consequente melhoramento da metodologia de classificação, agrupamento e organização dos processos. Dessa forma, poderão ser priorizados os julgamentos de ações sob a sua competência capazes de impactar positivamente os objetivos e as metas da Agenda 2030. Trata-se não só de avanço na internacionalização da Corte como na própria humanização de seus processos institucionais internos.

Apesar de desafiadora, esta iniciativa representa um passo crucial em direção à abertura dos canais institucionais e da governança de nossa Corte às múltiplas perspectivas e experiências dos atores da academia, da sociedade civil e do próprio sistema de Justiça. Sem deixar de agir com prudência e responsabilidade, o Supremo Tribunal Federal se firma como uma instituição de vanguarda, aberta à inovação.”

Ministro Luiz Fux, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

> “**Em um primeiro momento**, o alinhamento entre a governança do STF e a Agenda 2030 poderá correlacionar a atuação da Corte com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, servindo de parâmetro para o acompanhamento das iniciativas do Brasil para a consecução dos objetivos das Nações Unidas [...].
>
> **Em um segundo momento**, o alinhamento permitirá o aprimoramento do modo como se identificam as controvérsias jurídicas submetidas ao Supremo Tribunal Federal e o consequente aprimoramento da metodologia de classificação, agrupamento e organização dos processos. Desse modo, poderão ser priorizados os julgamentos de ações capazes de impactar positivamente os objetivos e as metas da Agenda 2030.”

Ministro Luiz Fux, em pronunciamento no seminário internacional Cortes Supremas, Governança e Democracia, realizado pelo STF em parceria com o *Brazilian Studies Programme* da Universidade de Oxford.

3.1 Pilares do projeto

A adesão à Agenda ONU 2030 pelo Supremo Tribunal Federal é pautada por três pilares:

1. a mudança de enfoque na ordem e no rito de tramitação dos processos, para priorizar o sujeito de direito e os bens jurídicos tutelados;

2. a facilitação ao acesso e à compreensão da jurisprudência da Corte, ante a potencialidade comunicativa da simbologia proposta pela ONU; e

3. a inovação tecnológica no aparato de suporte à atividade jurisdicional.

A partir desses pilares, é possível sistematizar as medidas administrativas e educacionais que o STF implementou durante o biênio da gestão. Em primeiro lugar, foram realizadas adaptações nas macroetapas do recebimento, do processamento e da pauta, a fim de maximizar os esforços para a resolução célere de demandas altamente sensíveis aos ODS. Em segundo lugar, a formulação simples e acessível dos enunciados dos ODS serviu de vetor para a divulgação de importantes deliberações do Supremo ao público externo. E, em terceiro lugar, o contato, a familiaridade e o interesse dos servidores perante essa carta de intenções mostraram-se intensos fomentadores para o desenho de soluções inovadoras.

3.2 Mudanças nos processos internos que direcionam a tramitação dos feitos: classificação do acervo e priorização dos julgamentos

A classificação do acervo do Tribunal de acordo com a pertinência temática a um ou mais ODS abre a possibilidade para a Corte de efetivar priorização dos julgamentos de ações sob a sua competência que impactem positivamente os ideais da Agenda 2030.

É por isso que, em setembro de 2020, as unidades do Tribunal encarregadas **(a)** da autuação; **(b)** de importantes marcos do processamento, a exemplo da afetação à Repercussão Geral; **(c)** da elaboração dos relatórios para os casos submetidos ao Plenário ("espelhos de Plenário"); e **(d)** da publicação dos acórdãos foram mobilizadas em uma força-tarefa com o intuito de iniciar a indexação – isto é, a identificação de dado processo com o selo de um ou mais ODS.

Essa alteração dos critérios de identificação dos processos submetidos ao STF e a consequente mudança na metodologia de seleção de matérias a serem julgadas representam um avanço na internacionalização da Corte, com equiparação a outros tribunais constitucionais de todo o mundo.

Etapas de classificação e cortes metodológicos

2020

Em um momento inicial, a classificação dos processos judiciais se deu manualmente pelos servidores do Tribunal e seguiu o seguinte corte metodológico:

Ações de controle concentrado e casos submetidos à repercussão geral (para reconhecimento desse requisito) que foram:

a. incluídos na pauta dirigida ao Plenário em 2020;

b. objeto de divulgação no ***Informativo STF*** em 2020; ou

c. cujos acórdãos foram publicados em 2020.

2021

A partir de maio de 2021, as unidades do Tribunal inseriram a classificação em suas rotinas do seguinte modo:

Informativo STF

- Classificação do que é divulgado no Informativo STF e no serviço "Plenário Virtual em Evidência" em qualquer classe processual;
- Classificação retroativa dos processos constantes nos informativos publicados desde 1995 (ação em curso).

Pauta do Plenário

- Classificação dos processos incluídos na pauta dirigida ao Plenário físico em qualquer classe processual;

2022

Ações de controle concentrado

- Classificação das seguintes classes de processos originários cíveis recebidos na Secretaria Judiciária (SEJ) : ADI (ação direta de inconstitucionalidade); ADC (ação declaratória de constitucionalidade); ADO (ação direta de inconstitucionalidade por omissão); e ADPF (arguição de descumprimento de preceito fundamental).

Temas de Repercussão Geral

- Classificação pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes dos temas em que reconhecida a repercussão geral, com encaminhamento ao gabinete do (a) Ministro (a) Relator (a) para validação.

Dessa forma, a partir de 2021, a sinalização do ODS passou a ser simultânea à publicação do *Informativo STF*; à inclusão na pauta do Plenário físico; à autuação dos feitos; e à preparação dos Temas da Repercussão Geral.

Em 2022, foram iniciados testes com a ferramenta de inteligência artificial **RAFA 2030** para apoio à classificação dos processos – até então realizada manualmente pelos servidores do Tribunal (veja mais na página 193).

Além disso, como fruto do Acordo de Cooperação nº 21/2021, celebrado com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), em julho de 2022 concluiu-se a classificação das ADPFs de número 1 a 900, realizada graças ao trabalho dos pesquisadores da referida instituição.

RESULTADOS

2.143
Documentos classificados

1.157
de Controle Concentrado

358
de Repercussão Geral

3.384
ODS indexadas

Set/2020 – Ago/2022

	Controle Concentrado	Repercussão Geral	Outros	Total
ODS 1	41	20	2	**63**
ODS 2	35	6	2	**43**
ODS 3	195	44	92	**331**
ODS 4	92	14	17	**123**
ODS 5	24	8	4	**36**
ODS 6	34	2	1	**39**
ODS 7	49	4	1	**54**
ODS 8	303	83	70	**456**
ODS 9	86	15	5	**106**
ODS 10	223	80	22	**325**
ODS 11	65	18	9	**92**
ODS 12	56	8	4	**68**
ODS 13	10	1	2	**13**
ODS 14	11	2	1	**14**
ODS 15	75	6	3	**84**
ODS 16	1023	223	72	**1.318**
ODS 17	159	48	12	**219**
Total	**2.481**	**584**	**319**	**3.384**

3.3 Divulgação ao público externo

3.3.1 Etiquetamento dos processos no portal e nas publicações institucionais

Realizada a classificação, os ícones representativos dos ODS passaram a estar presentes nas páginas de andamento processual; no *link* de detalhamento do processo, acessado a partir do calendário da pauta; nas publicações periódicas de jurisprudência, como é o caso do **Informativo STF**; nos painéis estatísticos do Programa "**Corte Aberta**"; e nas compilações temáticas de julgados, tais como os volumes da coletânea ***Case Law Compilation***.



Página de acompanhamento processual



Detalhamento do processo, acessado a partir do calendário da pauta



Novo *Informativo STF* inclui ícones dos ODS.



Painel "Acervo", aba "ODS | Preferências" na página do Programa "Corte Aberta"

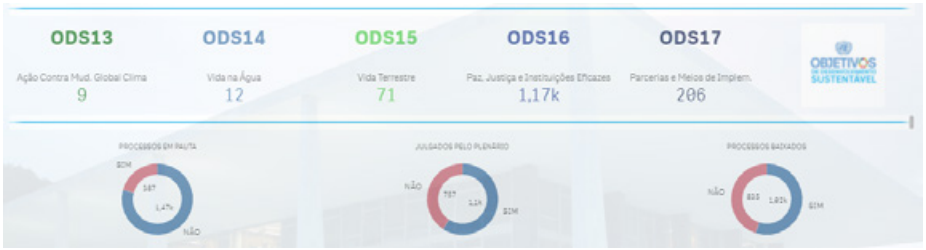
3.3.2 *Hotsite* e painel gerencial

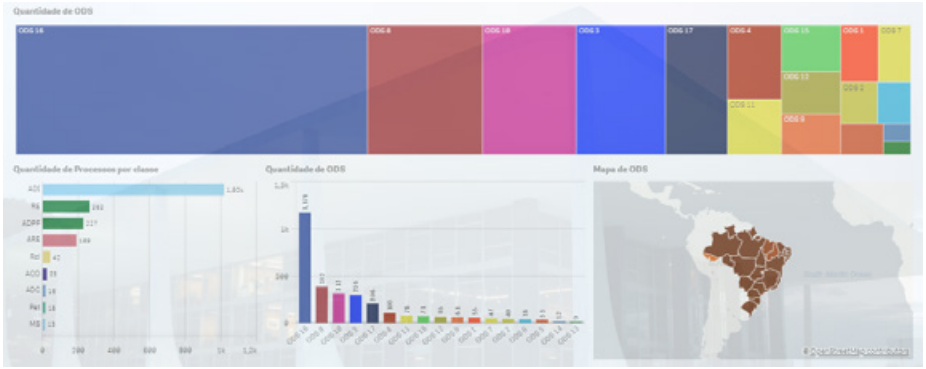
Além disso, em 29.10.2020 foi lançado *hotsite* dedicado à **Agenda 2030** no Supremo Tribunal Federal. O endereço eletrônico conta com textos explicativos, informações sobre eventos nessa temática, além de um painel de dados que divulga um "placar", atualizado diariamente, com o número de processos em tramitação vinculados a cada ODS.

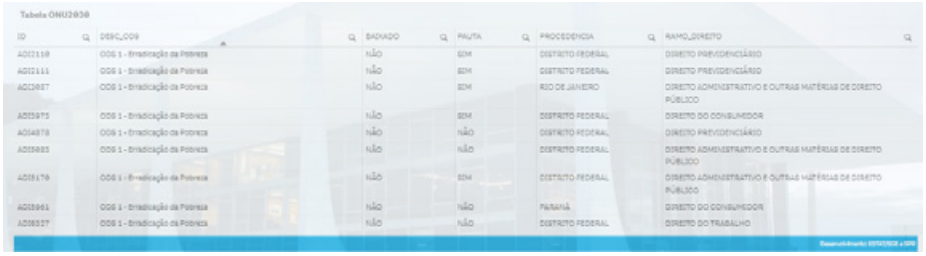
Acesse o *hotsite*

A navegação por esse painel gerencial revela inclusive os dados de todos os processos monitorados sob tais selos (classe/número/tribunal de origem), sendo franqueada a utilização de filtros diversos e a exportação dos dados em formato *xlsx*.




ODS13
Ação Contra Mud. Global Clima
9
ODS14
Vida na Água
12
ODS15
Vida Terrestre
71
ODS16
Paz, Justiça e Instituições Eficazes
1,17k
ODS17
Parcerias e Meios de Implem.
206
PROCESSOS EM PAUTA
JULGADOS PELO PLENÁRIO
PROCESSOS BAIXADOS


Quantidade de ODS
Quantidade de Processos por classe
Quantidade de ODS
Mapa de ODS


Tabela ONU2030

3.3.3 Eventos

Buscando apresentar a Agenda 2030 sob diferentes olhares, o Supremo Tribunal Federal manteve uma programação com diversos eventos sobre essa iniciativa abertos ao público em geral.







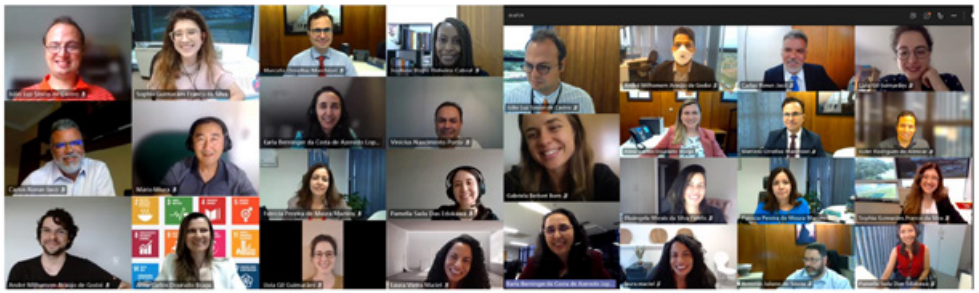




3.4 Fomento à cultura organizacional e tecnologia

Se, por um lado, o Tribunal não tem ingerência imediata sobre o alcance dos indicadores previstos para o Brasil de 2030; por outro, a introjeção da mentalidade de mudança em prol de serviços públicos de excelência é representativa para a credibilidade da instituição.

Essa transformação – que começa nos quadros de pessoal, para se projetar nos resultados (*"de dentro para fora"*) – foi uma das apostas da Resolução nº 710, de 20 de novembro de 2020, no ponto em que determinou a criação de um Grupo de Trabalho multidisciplinar para o projeto.



Reuniões do Grupo de Trabalho da Agenda 2030 no STF, que se encontrou mensalmente para acompanhamento e planejamento das ações.

Resolução nº 710/2020

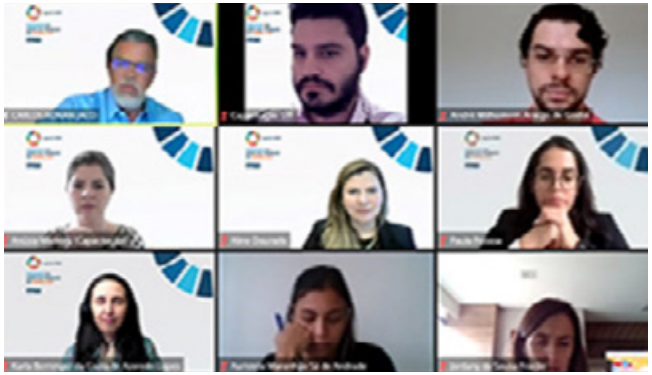
No que concerne às iniciativas de formação da cultura organizacional, a principal estratégia do STF tem sido a realização de eventos organizados por servidores e para servidores. A preparação dos atores institucionais para lidarem com mudanças técnicas ou de mentalidade atende à finalidade pedagógica de capacitação dos grupos focais.

3.4.1 Medidas de alinhamento à Agenda ONU 2030

17	Reuniões do Grupo de Trabalho **Agenda 2030 no STF**
7	Eventos internos que versam sobre temáticas relacionadas à Agenda 2030
2	Ações conjuntas com outras instituições do Sistema de Justiça – os eventos Suprema Corte e diálogos sobre a Agenda 2030
4	Unidades do Tribunal engajadas na indexação dos processos pelos ODS
23	Matérias divulgadas no *Supremo em Dia* sobre a Agenda 2030
26	Postagens em redes sociais do STF

Fonte: Escritório de Gestão da Estratégia, da Secretaria de Gestão Estratégica. Dados consolidados em 11.8.2022.

3.4.2 *Workshops*



Em 29 e 30 de abril de 2021, a Corte promoveu um *workshop* interno para discutir questões relacionadas à Agenda 2030. O encontro de grupo de trabalho sobre o tema faz parte da atuação jurisdicional do STF na contribuição para o cumprimento das metas associadas aos ODS da agenda, que focam nos direitos humanos e na valorização do sujeito de direito.



Em agosto em 2021, foi promovido curso EAD sobre a Agenda 2030, desenvolvido pelo Centro de Formação e Gestão Judiciária (CEFOR) do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em parceria entre a Assessoria de Gestão Socioambiental do STJ (AGS) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma/ONU), tendo como conteudista a professora Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti (Universidade de Brasília). A capacitação foi apresentada para os servidores da Casa em um encontro síncrono, em que a coordenadora de Jurisprudência, Aline Carlos Dourado Braga, servidora que conduz as iniciativas do grupo de trabalho para o desenvolvimento das ações para implementação dos ODS da Agenda 2030 no STF, abordou as ações realizadas no Tribunal e colheu sugestões dos servidores a respeito das iniciativas para o avanço do projeto na Corte.

> “Tudo isso permite hoje a todos os cidadãos acompanharem pari passu a atuação do Supremo Tribunal Federal naquilo que pertine às metas definidas na Agenda, assim como lhes permitirá, ao final do ciclo previsto (isto é, em 2030), mensurar qual foi a efetiva contribuição do Tribunal para essa pauta.
>
> Aliás, não podemos nos esquecer que um dos maiores méritos da Agenda 2030 consiste na divulgação de seus objetivos de maneira elucidativa, clara e acessível.
>
> Dessa forma, essa simples iniciativa de etiquetar os processos consoante os ODS contribui para facilitar a compreensão e democratizar o acesso de toda a sociedade ao trabalho que é realizado pela Corte.
>
> De outra parte, contribui também, decisivamente, para o processo de internacionalização do Tribunal, na medida em que os ODSs estabelecem uma linguagem comum das metas que o STF compartilha com inúmeras instituições internacionais.”

Ministro Luiz Fux, em pronunciamento no evento Agenda 2030 nas Supremas Cortes do Mercosul.

3.5 RAFA 2030

“A tecnologia também pode desempenhar um papel transformador no fortalecimento do Estado de Direito em muitas das suas dimensões, inclusive, ao facilitar a igualdade e a inclusão.”

António Guterres, Secretário-Geral da ONU, em pronunciamento no seminário internacional Cortes Supremas, Governança e Democracia, em 22.10.2020.

> **“A RAFA inverte a perspectiva de como analisamos as ações judiciais, que passam a ser classificadas não sob a ótica objetiva do campo do Direito – administrativo, tributário e outros –, mas sob a ótica do direito humano protegido pela Constituição.”**
>
> Pedro Felipe de Oliveira Santos, Secretário-Geral da Presidência do STF, no evento de lançamento da RAFA 2030 em 16.5.2022.

Em maio de 2022, o STF lançou o primeiro protótipo funcional da **RAFA 2030** (Redes Artificiais Focadas na Agenda 2030), uma ferramenta tecnológica desenvolvida para apoiar a classificação de processos na Corte de acordo com os ODS da Agenda 2030.

A ferramenta foi desenhada e construída por servidores da Secretaria de Gestão Estratégica e da Secretaria de Gestão de Precedentes do Tribunal, sob coordenação da Secretaria-Geral da Presidência do STF, com a participação da Secretaria Judiciária (curadoria) e, ainda, com o apoio da Secretaria de Tecnologia da Informação (disponibilização das peças).

A aplicação se concentra atualmente em duas tarefas específicas:

a. classificação automática de grandes conjuntos (lotes) de processos judiciais via aprendizagem de máquina e *deep learning;* e

b. apoio visual e estatístico para classificação individual de processos judiciais.

3.5.1 Classificação automática de processos judiciais via aprendizagem de máquina e *deep learning*



A primeira tarefa consiste em utilizar algoritmos de redes neurais para verificar se textos de acórdãos e de petições iniciais apresentam aderência aos ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes), 10 (redução das desigualdades), 8 (trabalho decente e crescimento econômico) e 3 (saúde e bem-estar). O fluxo é bastante simples: a área jurídica do tribunal indica conjuntos de peças e a **RAFA 2030** utiliza textos etiquetados manualmente para treinar e etiquetar novas entradas. A entrega, nesta frente da iniciativa, são as classificações que resultam dos algoritmos ajustados.

3.5.2 Apoio visual e estatístico para classificação individual de processos judiciais

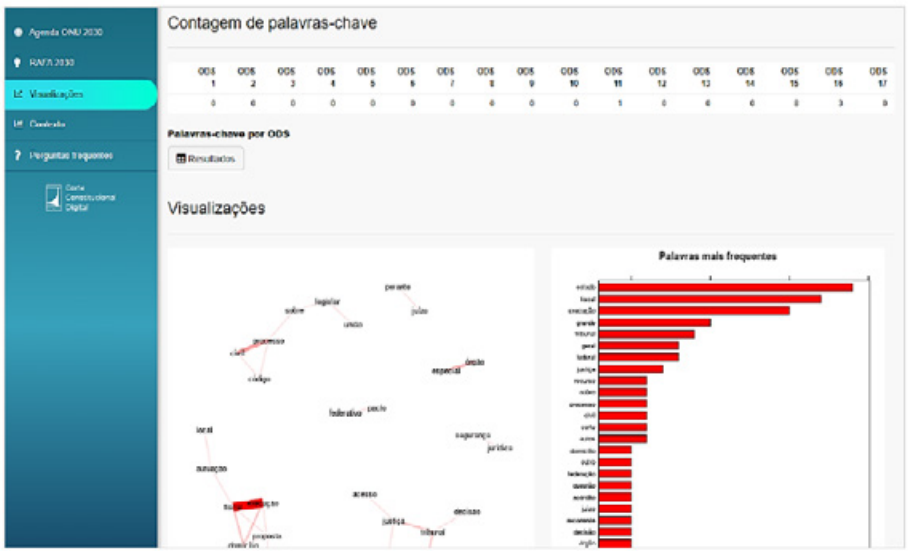
A segunda tarefa é centrada no desenvolvimento de um aplicativo para apoiar a decisão de classificar novos processos de acordo com os ODS da Agenda 2030. Esse aplicativo conta com diversos gráficos utilizados em processamento de linguagem natural (NLP), além de contagem de palavras-chave e busca do contexto. A entrega, neste caso, é a interface que possibilitará aos usuários classificar mais processos jurídicos em menos tempo e com maior qualidade.

ABA RAFA 2030 DO APLICATIVO

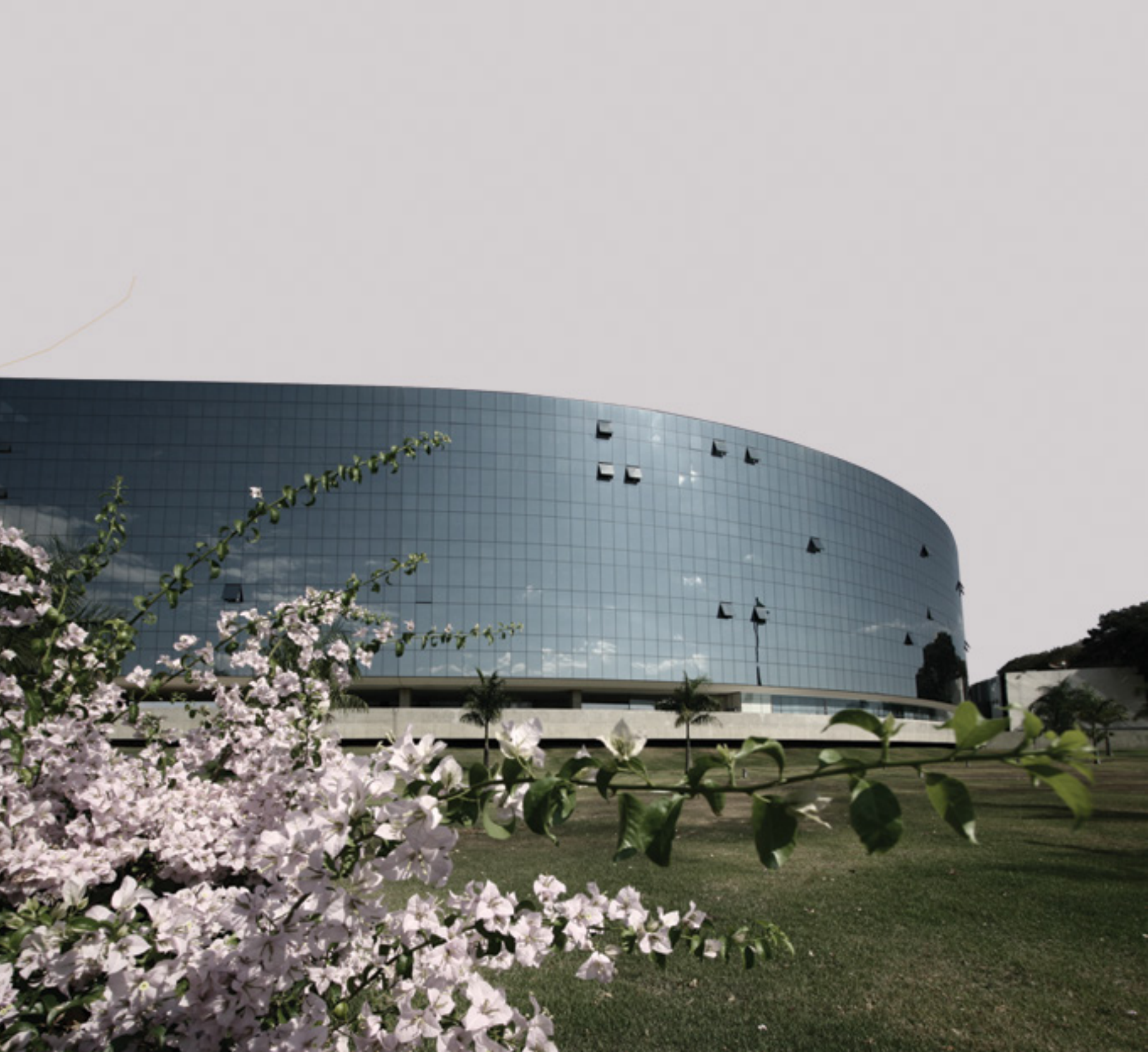


Na aba **RAFA 2030** do aplicativo, o usuário encontra um campo para *upload* do processo. Depois que o aplicativo lê a peça em PDF, aparecem sugestões de classificações obtidas por intermédio de aprendizagem de máquina (ODS 16,10,8 e 3) e gráficos como a nuvem de palavras.

ABA CONTEXTO DO APLICATIVO



As demais abas mostram gráficos mais avançados, com contagem e exibição das palavras-chave localizadas e um buscador de contexto. Com esses recursos é possível mapear palavras importantes do documento e analisar o contexto de cada uma delas. Assim, os analistas podem fazer um mapa geral do documento, de forma automatizada e em poucos segundos após o *upload* de uma peça jurídica. Espera-se que a ferramenta possa ajudar a diminuir o tempo para análise e classificação dos documentos, de forma a permitir que servidores sejam alocados em atividades menos manuais e repetitivas.



“Governança e Gestão”

4

> **“Governança, eficiência, inovação tecnológica e transparência são vetores estratégicos hodiernos que impulsionam a diversificação do modo de se pensar e de se fazer a Justiça no Brasil.”**
>
> Ministro Luiz Fux, em seu discurso de posse como Presidente do Supremo Tribunal Federal.



Publicação do Plano Estratégico 2021/2025

Implementação do Sistema de Governança do STF

Nova estrutura orgânica do STF

Implantação do espaço compartilhado de trabalho – *STF Workplace*

Atualização das medidas e orientações para o funcionamento das atividades presenciais

Novo modelo de gestão operacional

173

ações de capacitação e desenvolvimento com 3.348 participantes aprovados

121

atos normativos publicados

50%

dos servidores em trabalho remoto

12

novos comitês

7

sessões administrativas

4.1 Instrumentos de planejamento estratégico

4.1.1 Novo modelo de planejamento estratégico

Com o intuito de aprimorar o modelo de gestão da estratégia no Tribunal, a partir de 2020 o STF passou a adotar um novo modelo para elaboração, desdobramento, implementação e acompanhamento do Plano Estratégico institucional: o MGE-STF 2.0.

O novo **Modelo de Gestão da Estratégia** (MGE-STF 2.0) preza pela execução e disseminação da estratégia por toda a organização, com a participação e o engajamento das unidades responsáveis pelos resultados, com o objetivo último de gerar valor para toda a sociedade. Suas referências são o método Lean Hoshin Kanri e o Pensamento A3.

O método estabelece objetivos e metas de curto prazo, bem como o desdobramento da estratégia em planos concretos para o alcance dos resultados, além de dialogar com ferramentas como o ciclo PDCA (Planejar – Desenvolver – Checar– Ajustar), que promove uma revisão periódica com base nas realizações e no aprendizado do ciclo anterior e permite um olhar sistêmico sobre o futuro da organização.

4.1.2 Ciclos de planejamento estratégico

No MGE-STF 2.0, o processo de planejamento da estratégia tem como principais entregas o **Plano Estratégico de Longo Prazo** (PE-STF) – de 5 a 10 anos – e o **Plano Estratégico da Gestão** (PEG-STF) – de até 2 anos.

O PE-STF é mais enxuto e estável. Contempla a missão, a visão de futuro, os valores e os temas estratégicos do STF, servindo de referência para os planos estratégicos das gestões.

O PEG-STF, por seu turno, deriva do PE-STF e reflete as diretrizes e as prioridades de cada Presidência. É composto pelo **norte da gestão e por objetivos, metas e indicadores estratégicos**, a partir dos quais são definidas as prioridades de melhoria da gestão e realizado o desdobramento da estratégia em **ações**, **iniciativas** e **projetos**.

MGE-STF – Estrutura do Planejamento Estratégico



4.1.3 PE-STF ciclo 2021-2025: “Um Plano de Todos”



A formulação do **Plano Estratégico do ciclo 2021-2025** foi iniciada ainda em 2019, durante a gestão do Ministro Dias Toffoli. Denominado **Um Plano de Todos**, o documento foi elaborado com ampla participação de servidores, gestores, representantes dos gabinetes dos ministros e da Administração do Tribunal.

Posteriormente, a partir de setembro de 2020, já na gestão do Ministro Luiz Fux, o plano passou por revisões e ajustes para ser adaptado à nova orientação estratégica implementada no STF. Na sessão administrativa do dia 26.11.2021, o plano foi aprovado por unanimidade pela Corte.

“A conjugação desse instrumento formal de intenções com o trabalho árduo há de permitir que a realidade em 2025 seja condizente com a Visão de Futuro aqui assumida – alcançar o patamar de Corte preponderantemente constitucional, 100% digital, com prestação jurisdicional eficiente e alinhamento entre inteligência humana e inteligência artificial.”

Ministro Luiz Fux.

Acesse o PE-STF ciclo 2021-2025

O plano elenca **nove temas estratégicos:**



Em suporte aos temas prioritários, define a seguinte **identidade estratégica**:

Missão estratégica: Garantir a supremacia da Constituição, com respeito à segurança jurídica, aos direitos fundamentais e à integridade do Estado Democrático de Direito.

Visão: Alcançar o patamar de corte preponderantemente constitucional, 100% digital, com prestação jurisdicional eficiente e alinhamento entre inteligência humana e inteligência artificial.

Valores: (i) participação; (ii) transparência; (iii) integridade; (iv) valorização das pessoas; (v) sustentabilidade; (vi) foco no cidadão; (vii) responsabilidade; e (viii) inovação.

4.1.4 PEG-STF biênio 2020-2022: Vocação Constitucional e Governança com Eficiência



No Plano Estratégico aprovado para o **biênio 2020-2022**, definiu-se como norte a **Vocação Constitucional e Governança com Eficiência.**

Acesse o PEG-STF
Biênio 2020-2022

“A construção de um Supremo de todos permeia todas as iniciativas do Plano **Vocação Constitucional e Governança com Eficiência**, razão pela qual remeto ao brocardo em *latim ubi concordia, ibi victoria*. A minha gestão priorizará a harmonia como meio para alcançar a vitória!

Desse modo, **o alinhamento do atual Plano de Gestão ao contexto maior do Ciclo de Planejamento Estratégico é total.** Existe uma grande vantagem em o Tribunal ser guiado por esses dois instrumentos, respectivamente de curto e de médio prazo. A execução do Plano de Gestão propicia o maior domínio do presente e possibilita, também, a previsão de oportunidades e riscos futuros, com os quais o Ciclo de Planejamento Estratégico lida.”

Ministro Luiz Fux, em mensagem introdutória do Plano Estratégico da Gestão 2020/2022.

“

Por ‘**vocação constitucional**’, a Gestão sinaliza o processo de reposicionamento do STF, de Tribunal com alta demanda recursal para Corte preponderantemente constitucional. Esta gestão pretende acelerar esse processo por meio de uma série de iniciativas que direcionem o foco das deliberações do Tribunal para matérias eminentemente constitucionais, assim definidos os processos relacionados à proteção dos direitos fundamentais e à governança do processo político-democrático.

Esse Norte demanda não apenas o fortalecimento do sistema de precedentes qualificados do STF, como também o monitoramento de informações sobre sua aplicação pelas demais instâncias do judiciário, com o objetivo de reduzir a quantidade de processos – recursais e originários – que ingressam no Tribunal desnecessariamente. [...]

O desenvolvimento da **governança**, por sua vez, envolve a implementação de um sistema que organize a tomada de decisões, a condução, o monitoramento e as políticas de incentivo adotadas, de forma a maximizar a probabilidade de que o comportamento dos administradores do Tribunal seja dirigido segundo os interesses da sociedade brasileira. O qualificador '**com eficiência'** foi inserido para enfatizar que a governança precisa ser pautada por autonomia, agilidade e transparência.

Nesse contexto, as iniciativas voltadas ao acesso à justiça digital amplo, irrestrito e em tempo real são fundamentais, visando à qualidade e à disponibilidade dos serviços, em prol da satisfação dos cidadãos e jurisdicionados."

Plano Estratégico da Gestão 2020/2022, p. 21-22.

Para a consecução desse norte, foram eleitos **quatro objetivos estratégicos** (os quais se espelham nos temas dos quatro primeiros capítulos deste Relatório), detalhados por **sete metas** e acompanhados por **sete indicadores**.

NORTE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	METAS ESTRATÉGICAS (a serem atingidas até dez/2022)	RESULTADOS (atingidos até jul/2022)
VOCAÇÃO CONSTITUCIONAL	**Objetivo Estratégico 1:** Aumentar o foco no julgamento de processos de conteúdo essencialmente constitucional	Manter o acervo de processos recursais em decréscimo	**115%** da meta alcançada Em 6/7/2022, havia 11.517 processos recursais em trâmite, o que representa um decréscimo de 11,8% em relação ao menor acervo histórico do Tribunal (relativo ao ano de 2020, de 13.059 processos)
	Objetivo Estratégico 2: Integrar a Agenda ONU 2030 ao STF	Concretizar, por ano, pelo menos 70% das entregas para a institucionalização da Agenda ONU 2030 no STF previstas pela Resolução nº 710/2020	**119%** da meta alcançada em 2021 **107%** da meta alcançada em 2022

GOVERNANÇA COM EFICIÊNCIA	**Objetivo Estratégico 3:** Aprimorar a governança e a gestão organizacional	Alcançar 70% das entregas relativas ao programa "Aprimorar o Sistema de Governança e Gestão Organizacional do STF", no ciclo da gestão	**64%** da meta alcançada 45% das entregas concretizadas
	Objetivo Estratégico 4: Serviços 100% *on-line*	Ter 100% do acervo de processos, incluídos os sigilosos, tramitando em meio eletrônico	**99,8%** da meta alcançada Restaram apenas 53 processos físicos (todos criminais) em andamento, o que representa menos de 0,3% do acervo
		Ter 100% dos serviços disponíveis digitalmente e com acesso amplo e irrestrito aos cidadãos e jurisdicionados	**100%** da meta alcançada 100% dos serviços do STF já estão disponíveis de forma digital
		Disponibilizar 100% dos serviços estratégicos dentro do nível de excelência estabelecido	**100%** da meta alcançada. Todos os serviços estratégicos têm indicador superior a 99,6% de disponibilidade
		Atingir 50% de automatização do processo judicial em plataforma única	**78,5%** da meta alcançada. Em jul/2022, o índice de automatização do processo judicial em plataforma única estava em 41,39%

4.1.5 Disponibilização dos planos estratégicos e dos relatórios de resultados em formato aberto

Os planos estratégicos e os relatórios de acompanhamento foram disponibilizados em formato aberto no portal do Tribunal. Com isso, o STF aprimora a transparência de seu planejamento estratégico e contribui para a melhoria do Índice de Governança e Gestão do Tribunal, mensurado pelo Tribunal de Contas da União.

4.1.6 Realização de pesquisa sobre o nível do conhecimento da estratégia institucional

Em maio de 2022, foi lançado o *slogan* **#EstratégiaViva**, que busca, tornar o plano estratégico vivo, acessível e adaptável à realidade e ao contexto do Tribunal. Atrelado a isso, foi aplicada a primeira pesquisa sobre o conhecimento da estratégia do STF, com o intuito obter informações precisas sobre o nível de conhecimento dos colaboradores acerca da estratégia no âmbito do Supremo. A pesquisa tem por escopo subsidiar iniciativas que aperfeiçoem a comunicação, favorecendo o engajamento e a mobilização em torno desse assunto que, em última instância, aprimora os resultados institucionais do STF a serem oferecidos à sociedade.



4.1.7 Projetos estratégicos

Até agosto de 2022, foram alcançados os resultados dos projetos estratégicos apresentados a seguir.

I. Iniciados na gestão do **Ministro Dias Toffoli** e continuados na gestão do **Ministro Luiz Fux**: **4 concluídos.**

Dimensionamento da força de trabalho
nov/2020

Solução integrada de gestão de pessoas
mar/2021

Redimensionamento do Museu
jul/2021

Ferramentas de indexação e pesquisa de jurisprudência
set/2021

II. Relacionados à **Agenda 2030 da ONU**: 1 em andamento.

Institucionalização da Agenda ONU 2030
75% executados

III. Relacionados ao **Laboratório de Inovação do Supremo Tribunal Federal – Inova STF**: 2 concluídos; 5 em andamento e 1 em preparação.

Consulta e pesquisa avançada
março/2022

Incidentes
junho/2022

Gabinetes/ monocráticas
97% executados

Julgamentos colegiados
50% executados

Processamento
57% executados

Módulo de jurisdição extraordinária
65% executados

Tratamento de petições
40% executados

Originários
em preparação

IV. Relacionados ao **Programa de Governança e Gestão**: 1 concluído e 9 em andamento.

Desdobramento do IGG
2021

Potencialize – Gestão de Desempenho
28% executados

Aprimoramento do mecanismo de controle
69% executados

Aprimoramento do mecanismo de liderança
67% executados

Aprimoramento do mecanismo de estratégia
55% executados

Aprimoramento da gestão de pessoas
29% executados

Aprimoramento da gestão de TI
38% executados

Aprimoramento das contratações
18% executados

Aprimoramento da gestão orçamentária e financeira
em preparação

4.2 Reestruturação administrativa

Também no afã de promover uma governança cada vez mais eficiente e de fortalecer a vocação constitucional da Corte, foram realizadas as seguintes alterações na estrutura orgânica do STF no biênio 2020-2022.

4.2.1 Alterações

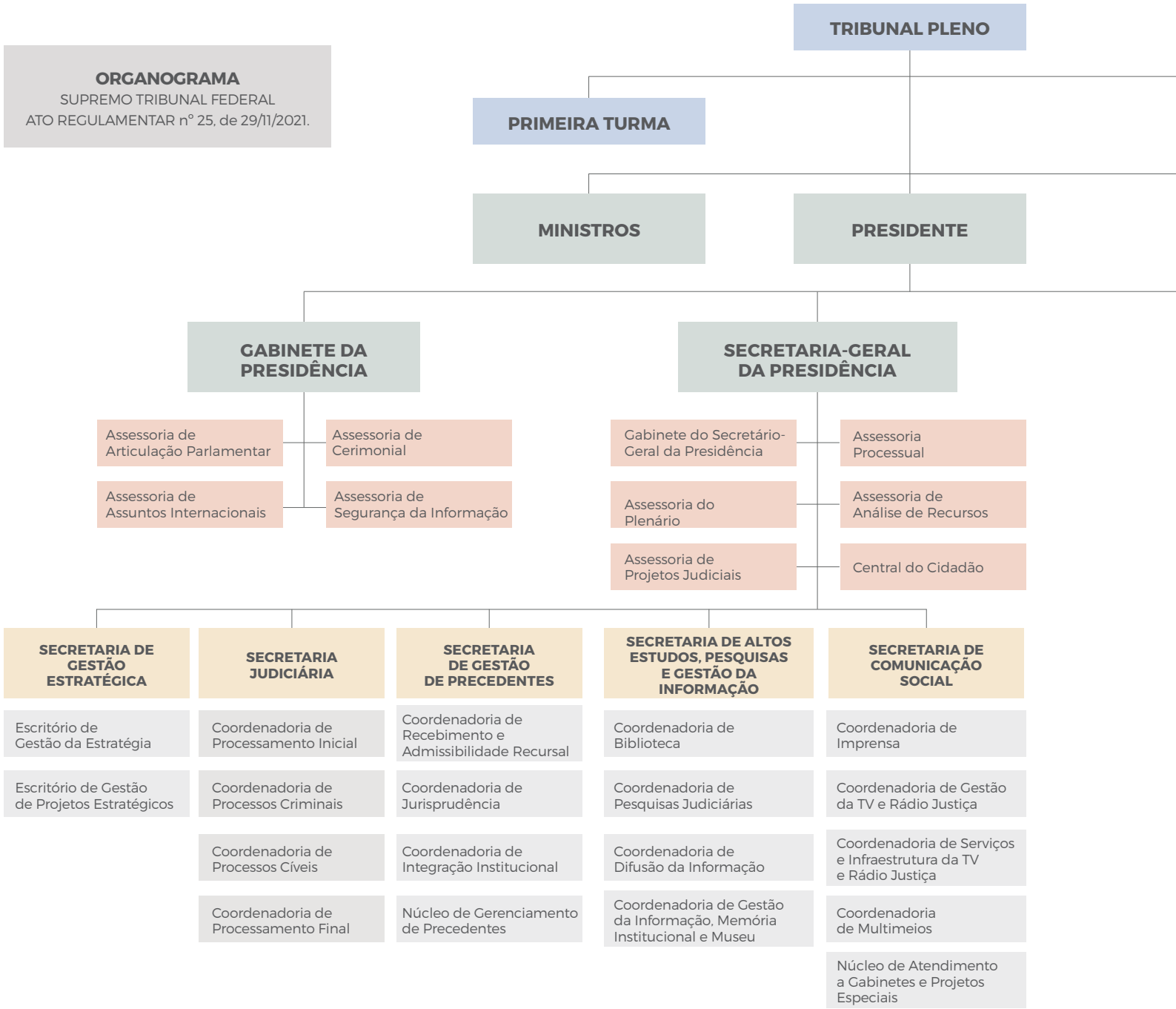
1	Transformação do Núcleo de Repercussão Geral na **Secretaria de Gestão de Precedentes (SPR)**, com a finalidade de aprimorar o gerenciamento de precedentes e reduzir o número de ações que chegam desnecessariamente à Corte.
2	Instituição da **Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação (SAE)** a partir da restruturação da Secretaria de Documentação (SDO), com escopo ampliado para englobar a produção de estudos avançados e projetos de pesquisas sobre temas de alta indagação.
3	Ampliação do escopo de atuação da Assessoria de Administração, com atualização da nomenclatura para **Assessoria de Governança e Conformidade (AGC)**, com a atribuição de desenvolver estudos, fomentar, coordenar e acompanhar a implementação de ações voltadas à melhoria contínua da governança corporativa no Tribunal.
4	Recomposição do nível tático na **Auditoria Interna (AUDI)**, a fim de melhor subsidiar o desenvolvimento das atividades-meio de planejamento e de gerenciamento.
5	Criação da **Assessoria de Apoio Gerencial (APG)**, com a função de definir, aperfeiçoar e divulgar metodologias e ferramentas de gestão, disseminando uma cultura de gestão focada em resultados.

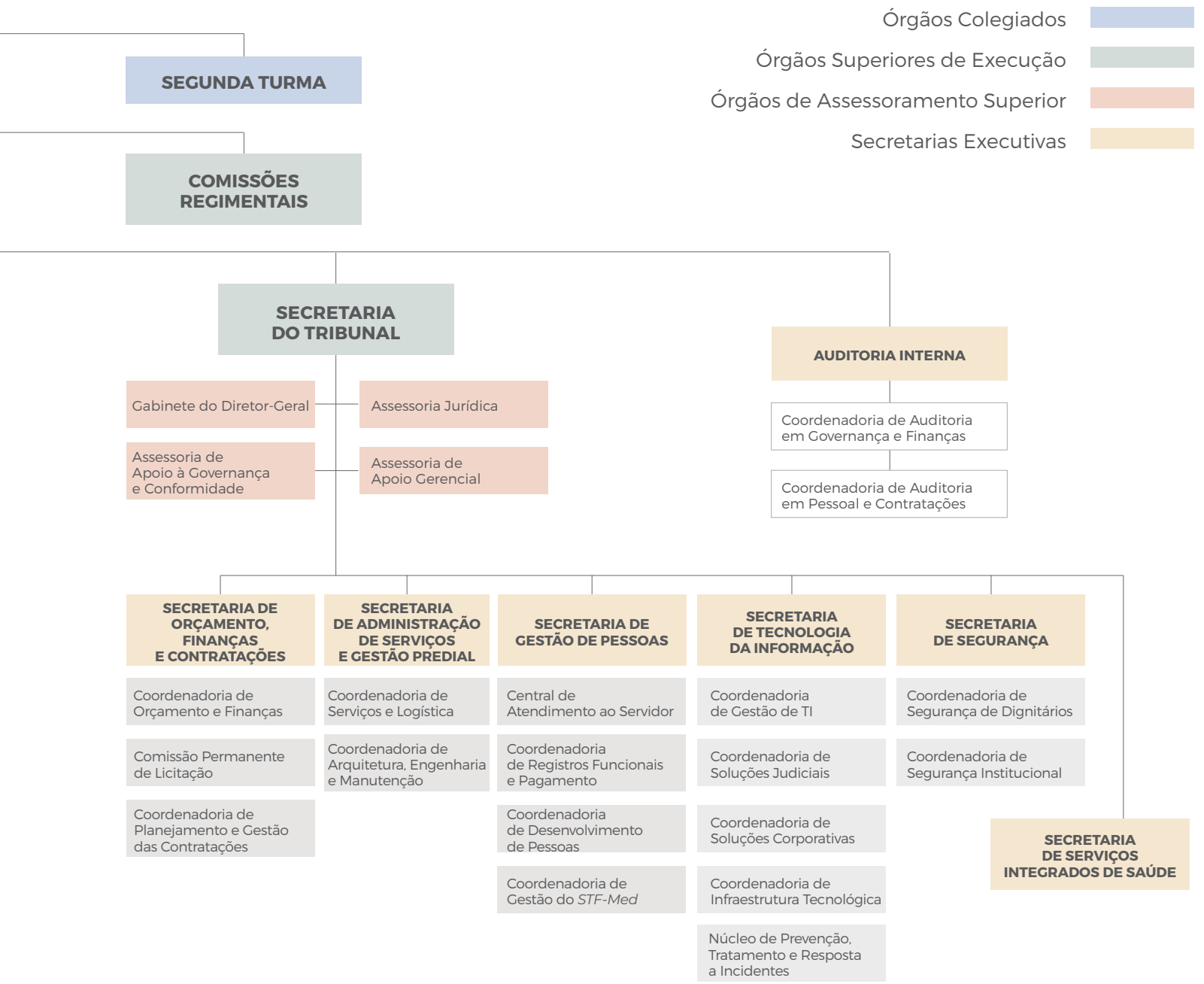
6	Especialização das funções responsáveis por serviços, logística e gestão predial e por orçamento, finanças e contratações, originando a **Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações (SOC)** e a **Secretaria de Administração de Serviços e Gestão Predial (SAP)**.
7	Incorporação da gestão do **STF-Med** pela **Secretaria de Gestão de Pessoas**, tornando possível a unificação dos serviços de atendimento ao público, a simplificação de procedimentos internos, a exploração de parcerias, a utilização e a definição facilitadas de conceitos e informações comuns a ambas as áreas.
8	Atualização da nomenclatura das coordenadorias na área de segurança formando a **Coordenadoria de Segurança Institucional** e a **Coordenadoria de Segurança de Dignitários**, reorganizadas para desenvolver atividades de inteligência e controle de frota para melhor *performance* dos gestores.
9	Criação da **Assessoria de Segurança da Informação (ASI)**, ligada à Secretaria-Geral da Presidência, com a função de supervisionar e promover as atividades relacionadas a esta área no âmbito do Tribunal.
10	Criação do **Núcleo de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes**, ligado diretamente à Secretaria de Tecnologia do Tribunal (STI), também com o objetivo de reduzir a probabilidade de ocorrência de incidentes em segurança da informação.
11	Incorporação, pela Secretaria de Comunicação Social, das atribuições da **Assessoria de Comunicação** e **da Gerência de Áudio e Vídeo**, bem como criação do **Núcleo de Atendimento aos Gabinetes e Projetos Especiais** e da **Coordenadoria de Multimeios**.
12	Criação da **Assessoria de Projetos Judiciais (APJ)**, com a missão de assessorar o Secretário-Geral na gestão do processo judicial digital e de conduzir os projetos relacionados a este com os Gabinetes de Ministros e demais unidades do Tribunal.

> “Essas alterações não são desacompanhadas de um compromisso com a estabilidade e com a perenidade da missão institucional do Tribunal, senão que vocacionadas a atualizar os processos decisórios administrativos e gerenciais às demandas e oportunidades que surgem a cada momento.”

Ministro Luiz Fux em pronunciamento por ocasião da aprovação da nova estrutura orgânica do STF.




ORGANOGRAMA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ATO REGULAMENTAR nº 25, de 29/11/2021.
TRIBUNAL PLENO
PRIMEIRA TURMA
MINISTROS
PRESIDENTE
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Assessoria de Articulação Parlamentar
Assessoria de Cerimonial
Assessoria de Assuntos Internacionais
Assessoria de Segurança da Informação
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
Gabinete do Secretário-Geral da Presidência
Assessoria Processual
Assessoria do Plenário
Assessoria de Análise de Recursos
Assessoria de Projetos Judiciais
Central do Cidadão
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
Escritório de Gestão da Estratégia
Escritório de Gestão de Projetos Estratégicos
SECRETARIA JUDICIÁRIA
Coordenadoria de Processamento Inicial
Coordenadoria de Processos Criminais
Coordenadoria de Processos Cíveis
Coordenadoria de Processamento Final
SECRETARIA DE GESTÃO DE PRECEDENTES
Coordenadoria de Recebimento e Admissibilidade Recursal
Coordenadoria de Jurisprudência
Coordenadoria de Integração Institucional
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes
SECRETARIA DE ALTOS ESTUDOS, PESQUISAS E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
Coordenadoria de Biblioteca
Coordenadoria de Pesquisas Judiciárias
Coordenadoria de Difusão da Informação
Coordenadoria de Gestão da Informação, Memória Institucional e Museu
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Coordenadoria de Imprensa
Coordenadoria de Gestão da TV e Rádio Justiça
Coordenadoria de Serviços e Infraestrutura da TV e Rádio Justiça
Coordenadoria de Multimeios
Núcleo de Atendimento a Gabinetes e Projetos Especiais


Órgãos Colegiados
Órgãos Superiores de Execução
Órgãos de Assessoramento Superior
Secretarias Executivas
SEGUNDA TURMA
COMISSÕES REGIMENTAIS
SECRETARIA DO TRIBUNAL
Gabinete do Diretor-Geral
Assessoria Jurídica
Assessoria de Apoio à Governança e Conformidade
Assessoria de Apoio Gerencial
AUDITORIA INTERNA
Coordenadoria de Auditoria em Governança e Finanças
Coordenadoria de Auditoria em Pessoal e Contratações
SECRETARIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTRATAÇÕES
Coordenadoria de Orçamento e Finanças
Comissão Permanente de Licitação
Coordenadoria de Planejamento e Gestão das Contratações
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS E GESTÃO PREDIAL
Coordenadoria de Serviços e Logística
Coordenadoria de Arquitetura, Engenharia e Manutenção
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
Central de Atendimento ao Servidor
Coordenadoria de Registros Funcionais e Pagamento
Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas
Coordenadoria de Gestão do STF-Med
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Coordenadoria de Gestão de TI
Coordenadoria de Soluções Judiciais
Coordenadoria de Soluções Corporativas
Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica
Núcleo de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes
SECRETARIA DE SEGURANÇA
Coordenadoria de Segurança de Dignitários
Coordenadoria de Segurança Institucional
SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE SAÚDE

4.3 Sistema de governança

O norte da Gestão 2020-2022 do STF, **Vocação Constitucional e Governança com Eficiência**, previu como uma de suas diretrizes o desenvolvimento da governança organizacional do Tribunal.

“Governança significa eficiência, transparência, *accountability* e responsividade perante a sociedade.”

Ministro Luiz Fux, em discurso de abertura do evento de lançamento do Sistema de Governança Organizacional do STF.

O aprimoramento da governança envolve a organização da tomada de decisões e a implementação de mecanismos de liderança, estratégia e controle, com a finalidade de maximizar a probabilidade de que os gestores atuem orientados para gerar valor às partes interessadas e para atender de forma eficaz e eficiente os interesses da sociedade brasileira.

Ainda, a implementação de uma boa governança requer a identificação de instâncias, a definição de processos e instrumentos de trabalho e o estabelecimento do fluxo de informações entre as instâncias superiores de governança, que avaliam, direcionam e monitoram a gestão com o suporte de instâncias de apoio à governança.

Nessa perspectiva, foi aprovada a Resolução nº 755, de 13 de dezembro de 2021, que institui o Sistema de Governança Organizacional (SIGOV), como mecanismo de liderança transversal, para apoiar a definição e a implementação de iniciativas estruturantes relacionadas à governança no Supremo Tribunal Federal, de acordo com o seguinte modelo.

Instâncias Superiores de Governança



Tipos de Decisão – Fluxo Decisório

Delibera, em Sessão Administrativa, sobre as proposições encaminhadas pela Alta Administração ou pelo Comitê Executivo Superior, conforme a relevância ou a alçada.

Delibera sobre as proposições encaminhadas pela Comitê Executivo Superior. Se não for competente para deliberar, analisa e submete à aprovação do Plenário, conforme a relevância ou a alçada.

Delibera sobre as proposições encaminhadas pelas instâncias internas de apoio. Se não for competente para deliberar, analisa e submete à aprovação da Alta Administração, conforme a relevância ou a alçada.

Analisam, estudam opções, avaliam cenários e riscos e elaboram proposta para a deliberação do Comitê Executivo Superior.

A norma prevê as principais instâncias de governança do Tribunal, que deverão ter a função de liderar e apoiar a implementação de iniciativas estruturantes relacionadas à governança no STF e a constituição de instâncias temáticas de apoio à governança, que subsidiarão as instâncias superiores na tomada de decisões críticas.

Essas disposições são complementadas por uma série de outras ações e instrumentos mais específicos, relacionadas a aspectos como a promoção da transparência, da integridade, da sustentabilidade e da acessibilidade no âmbito do Tribunal.

> **“A tarefa de aprimorar a governança institucional do STF como Corte Constitucional, tornando-a mais democrática, responsiva e humanizada, não é nada trivial.”**
>
> Ministro Luiz Fux, em palestra de abertura do evento Cortes Supremas, Governança e Democracia, em 22.10.2022.

Consulte a Resolução nº 775/2020

Política de Comunicação Social (Resolução nº 730/2021)

Regulamenta a comunicação institucional do STF, nos âmbitos externo e interno, de modo a garantir seu alinhamento aos princípios constitucionais da administração pública e ao Regimento Interno do Tribunal.

Política de Sustentabilidade (Resolução nº 747/2021)

Estabelece diretrizes para a atuação do Tribunal de forma alinhada aos interesses dos cidadãos e das partes interessadas, promovendo práticas de sustentabilidade e de racionalização dos gastos institucionais e de processos administrativos, a fim de minimizar os impactos causados ao meio ambiente decorrentes das atividades do órgão.

Programa e Plano de Integridade (Resolução nº 757/2021)

Sistematiza o conjunto de medidas e ações institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de irregularidades, fraudes e atos de corrupção. Permite que vários instrumentos de gestão e controle passem a ser vistos em conjunto, com abordagem e utilização sistêmicas.

Política de Transparência, Dados Abertos e Prestação de Contas (Resolução nº 758/2021)

Define as diretrizes, os objetivos, as medidas e as práticas a serem adotadas para a promoção da transparência no âmbito do Tribunal, bem como cria instância temática de governança – Comitê de Transparência e Prestação de Contas (CTPC-STF) – responsável pela implementação, coordenação e supervisão da política.

Política de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais
(Resolução nº 759/2021)

Regulamenta a proteção de dados pessoais nas atividades jurisdicionais e administrativas do STF, conferindo-lhes conformidade à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Política de Segurança da Informação (Resolução nº 773/2022)

O Tribunal produz e recebe diversas informações no exercício de suas competências constitucionais, legais e regulamentares, que são armazenadas em diferentes suportes e veiculadas por diversas formas.

A política de segurança da informação estabelece mecanismos e práticas com o objetivo de manter essas informações íntegras, disponíveis, com autenticidade garantida e eventual sigilo resguardado.

Programa Corte Aberta (Resolução nº 774/2022)

Reúne as ações e as designações de responsabilidades para a governança de dados judiciais no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Tem por objetivo mobilizar as unidades do Tribunal para promover a governança, a transparência ativa e a acurácia em relação aos dados judiciais do STF, gerando confiança e compreensão sobre as informações públicas (veja mais na página 158).

Acordo de Cooperação Técnica 2/2022 com a Rede Governança Brasil

Busca conjugar esforços para fomentar a adoção de governança colaborativa por entidades e órgãos públicos do Sistema de Justiça.

Política de Acessibilidade e Inclusão Social (Resolução nº 778/2022)

Além de conferir garantia ao direito fundamental de acessibilidade, a implementação de práticas de promoção da acessibilidade e inclusão social visa ampliar a participação social na melhoria dos serviços do STF e sua fiscalização, aumentando as chances de entrega de serviços mais aderentes aos anseios das partes interessadas e da sociedade.

Política de Governança do STF (Resolução nº 780/2022)

Traz os princípios, as diretrizes e os objetivos da governança no Tribunal; o detalhamento do funcionamento e das rotinas do sistema; e a delimitação das competências dos tipos de decisão a serem tomadas pelas instâncias superiores e de apoio à governança.

Política de Gestão de Riscos (Resolução nº 781/2022)

Tem a finalidade de desenvolver, disseminar e implementar metodologias que promovam tomadas de decisões mais responsáveis, baseadas em evidências, e melhorias contínuas nos processos organizacionais, serviços, projetos e iniciativas.

Política de Gestão da Estratégica (Resolução nº 782/2022)

Apresenta o novo Modelo de Gestão da Estratégia (MGE-STF), que é composto, no nível estratégico, pelo Plano Estratégico de longo prazo e pelo Plano Estratégico da Gestão. Abrange, ainda, os objetivos, as estruturas e as competências das instâncias e dos atores envolvidos com a estratégia organizacional.

4.3.1 Outras ações de aprimoramento da governança

Elaboração do inventário de dados administrativos e de normativos

Regulamentação do processo de elaboração e revisão de normativos no STF

Acompanhamento das recomendações de auditoria interna e do TCU

Estruturação do sistema de acompanhamento do cumprimento de políticas, normas e procedimentos

Elaboração dos planos anuais de análise de conformidade

Planos de ação para melhoria do Índice de Governança e Gestão Pública (IGG)

Sensibilização interna em relação ao tema governança

Levantamento do grau de maturidade em governança do STF

Gestão de riscos dos objetos prioritários

1.104 pareceres e 293 despachos da Assessoria Jurídica para avaliação de riscos e conformidades em diversos temas

2 auditorias nas contas anuais do STF

4.3.2 *Webinar* de lançamento do Sistema de Governança Organizacional do STF



Assista ao vídeo no *YouTube*

O lançamento do **Sistema de Governança Organizacional do STF** ocorreu em junho de 2022, em *webinar* que contou com a participação do Ministro Presidente do STF, **Luiz Fux**, do Ministro **Edson Fachin**, do Ministro do TCU **Augusto Nardes**, do Diretor-Geral do STF, **Edmundo Veras,** e do Presidente da Rede Governança Brasil (RGB), **Flávio Feitosa**.

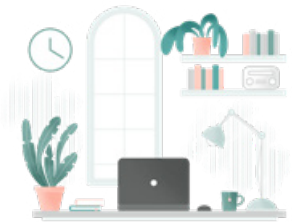
4.3.3 Trabalho remoto

Linha do tempo do trabalho remoto no STF. Início do projeto-piloto de trabalho remoto com algumas unidades regulamentado pela Resolução nº 568.

LINHA DO TEMPO DO TRABALHO REMOTO NO STF

Fevereiro de 2016

Início do projeto-piloto de trabalho remoto com algumas unidades regulamentado pela Resolução nº 568.

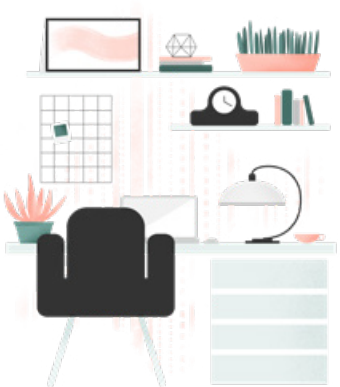


Maio de 2017

Resolução nº 559 prorrogou o projeto-piloto com modificações.

Outubro de 2018

Resolução nº 621 instituiu, em definitivo, o trabalho remoto no STF. O modelo exigia desempenho 15% superior para os servidores que estivessem em trabalho remoto.



Março de 2020

No dia 11, a OMS declarou a pandemia do novo Coronavírus. No mesmo dia, o GDF suspendeu as aulas nas redes pública e privada.

No dia 13, a Resolução nº 663 possibilitou que servidores idosos e do grupo de risco realizassem trabalho remoto como medida de prevenção ao Novo Coronavírus (COVID-19).

No dia 16, a Portaria GDG nº 73 permitiu que servidores optassem pelo trabalho remoto sem a necessidade de atendimento das exigências da Resolução nº 621/2018.

No dia 23, a Resolução nº 670 estabeleceu o trabalho remoto para todas as atividades compatíveis.

Abril de 2020

Resolução nº 677 estabeleceu o Modelo de Gestão das Atividades voltado para a entrega de resultados nos trabalho realizados tanto presencial quanto remotamente.

Outubro de 2020

Foi realizada pesquisa de diagnóstico sobre o trabalho remoto e o Modelo de Gestão das Atividades.

Dezembro de 2020

Resolução nº 174 prorrogou o Modelo de Gestão de Atividades.

Março de 2021

Resolução nº 728 manteve o Modelo de Gestão das Atividades com alterações sugeridas pelos servidores na pesquisa de diagnóstico.

Realizado o *Encontro Juntos na Gestão* aberto a todos os servidores do STF com a presença do Diretor-Geral para explicações sobre o Modelo de Gestão.

Setembro de 2021

Realizado o *2º Encontro Juntos na Gestão* para troca de experiências sobre o modelo e sugestões de melhoria.

Retorno ao trabalho presencial de 2 unidades (SEG e SIS) para experienciar e dar suporte ao retorno presencial.

Outubro de 2021

Resolução nº 748 estabelece medidas e orientações para o retorno das atividades presenciais no STF.

Resolução nº 749 estabelece Modelo de Gestão Operacional e regulamenta as modalidades de trabalho.

Novembro de 2021

Ampla divulgação sobre o MGO e instrumentos exigidos na Resolução nº 749.

Junho de 2022

Implementação do *Modelo de Gestão Operacional* em 28 unidades do STF (em andamento)

Após testes diversos com projetos-pilotos em algumas das unidades do Tribunal, o trabalho remoto foi instituído em definitivo no STF pela Resolução nº 621/2018, no início da gestão do Ministro Dias Toffoli. Essa norma estabelecia que o STF poderia ter até 40% de sua força de trabalho laborando em regime remoto, exigindo-se, contudo, desempenho 15% superior para os servidores que optassem pela referida modalidade. Na ocasião, considerando que a cultura de trabalho remoto não era tão difundida, o número de adesão não superou 15% da força de trabalho total do Tribunal.

Em março de 2020, no contexto excepcional da pandemia da Covid-19, em que mais de **90%** dos servidores passaram a trabalhar remotamente, o STF estabeleceu um modelo inovador para orientar a gestão das equipes, com metodologia e ferramentas que integraram o trabalho remoto e o presencial: o **Modelo de Gestão Integrada das Atividades** (MGA), instituído pela Resolução nº 677/2020.

Em outubro de 2020, durante gestão do Ministro Luiz Fux, foi realizada uma pesquisa de diagnóstico sobre o trabalho remoto e o MGA, assim como um levantamento das experiências de trabalho remoto de outros órgãos da administração pública federal.

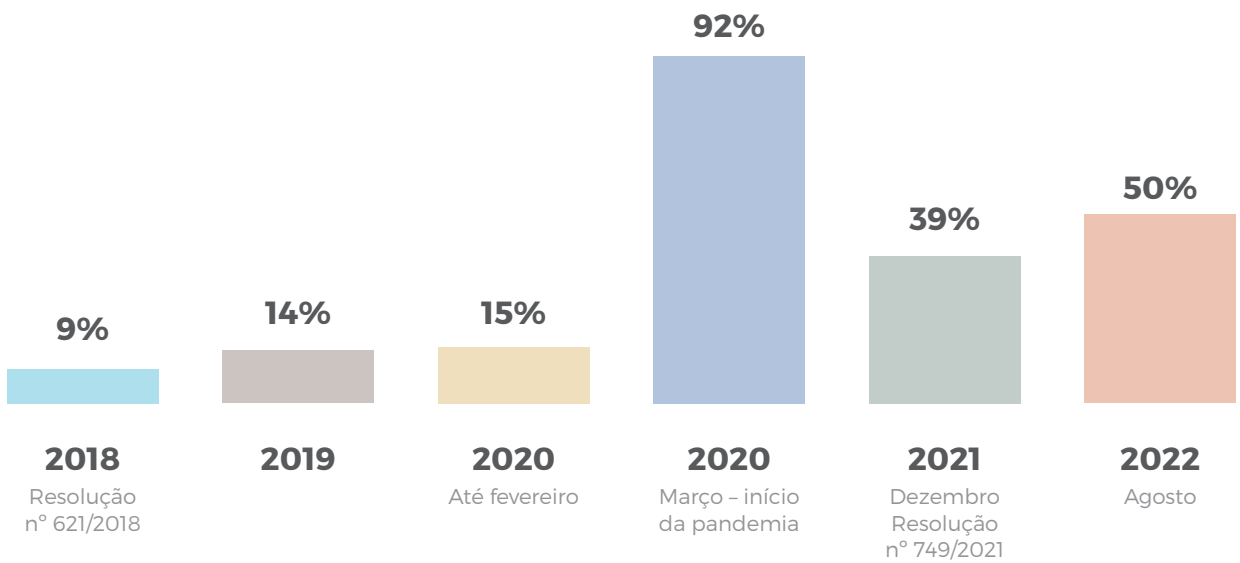
Com base nesses resultados, em novembro de 2021, já em um contexto de melhoria do cenário epidemiológico da Covid-19, que permitiu a progressiva flexibilização das medidas de distanciamento social, o STF regulamentou as modalidades de trabalho e definiu um novo modelo para orientar a atuação dos níveis estratégico, tático e operacional de gestão no âmbito do Tribunal: o **Modelo de Gestão Operacional** (MGO), instituído pela Resolução nº 749/2021, com a pretensão de servir como uma solução de gestão sustentável a longo prazo para a organização.

A referida norma previu regras e diretrizes para o retorno gradual às atividades presenciais, sem desconsiderar os avanços e benefícios do trabalho remoto. Dentre as modalidades de trabalho, previu-se a forma híbrida, aquela em que as atividades laborais podem ser realizadas de forma presencial em alguns dias e externa ao Tribunal em outros. A norma definiu que cada unidade administrativa

poderia ter até 40% do seu quadro de servidores em trabalho remoto ou híbrido, observada a compatibilidade da modalidade com o papel ocupacional do servidor e garantida a manutenção do atendimento presencial aos públicos interno e externo. Esse percentual pode ser aumentado para até 80%, caso a unidade administrativa tenha aprovados e implementados os instrumentos relativos ao Modelo de Gestão Operacional.

Atualmente, 15 unidades do Tribunal tiveram aprovação para o aumento do percentual de servidores em trabalho remoto ou híbrido para até 80% da sua força de trabalho; e 610 servidores do Tribunal estão em modalidade híbrida ou remota de trabalho, o que representa cerca de 50% da força de trabalho total do STF atuando nessas modalidades.

EVOLUÇÃO DO TRABALHO REMOTO/HÍBRIDO NO STF



4.3.4 Transição do Modelo de Gestão Integrada das Atividades (MGA) para o Modelo de Gestão Operacional (MGO)

> “Deveras, o Poder Judiciário conta com um tesouro humano que lhe dá vida e o transforma, pela dedicação e senso de inovação do seu corpo exemplar de juízes, servidores e colaboradores diversos. Nenhum êxito aqui mencionado teria sido alcançado sem o esforço hercúleo desse time.
>
> Por isso mesmo, ressalto, aqui, a nossa preocupação em formular **um novo modelo de organização** do trabalho, a ser aplicado pós-pandemia, quando tivermos segurança para o retorno gradual das atividades presenciais.”
>
> Ministro Luiz Fux, na abertura do ano judiciário de 2021.

O Modelo de Gestão Operacional (MGO) foi construído com a experiência de mais de um ano de aplicação do Modelo de Gestão Integrada das Atividades (MGA) e as contribuições recebidas dos servidores e dos gestores na pesquisa realizada em outubro de 2020 e nos dois encontros **Juntos na Gestão** (realizados em março e em setembro de 2021), que tiveram como tema o MGA.

Assim como o MGA, o MGO traz o senso de equidade entre os servidores em diferentes modalidades de trabalho, na medida em que todos devem elaborar os mesmos instrumentos e prestar contas dos resultados gerados pelo seu trabalho.

O QUE MUDOU? **MODELO DE GESTÃO OPERACIONAL**

Como era o Modelo de Gestao das Atividades
Resolução nº 728/2021

Gerente	Servidor
PREPARAÇÃO DO PLANEJAMENTO	
Definir a duração do ciclo Levantar e priorizar as atividades que farão parte do ciclo	
REUNIÃO DE PLANEJAMENTO	
Alinhar e detalhar entregas, prazos e prioridades	
REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO (mínimo duas vezes por semana)	
	• Comuniccar o andamento das atividades • Expor desafios e dificuldades
Indicar ações para sanar as dificuldades apresentadas	
	Realiar registro diário
Atestar resumo semanal no SEI	Inserir resumo semanal no SEI
REUNIÃO DE RETROSPECTIVA	
Avaliar os resultados e identificar oportunidades de melhoria para o próximo ciclo	

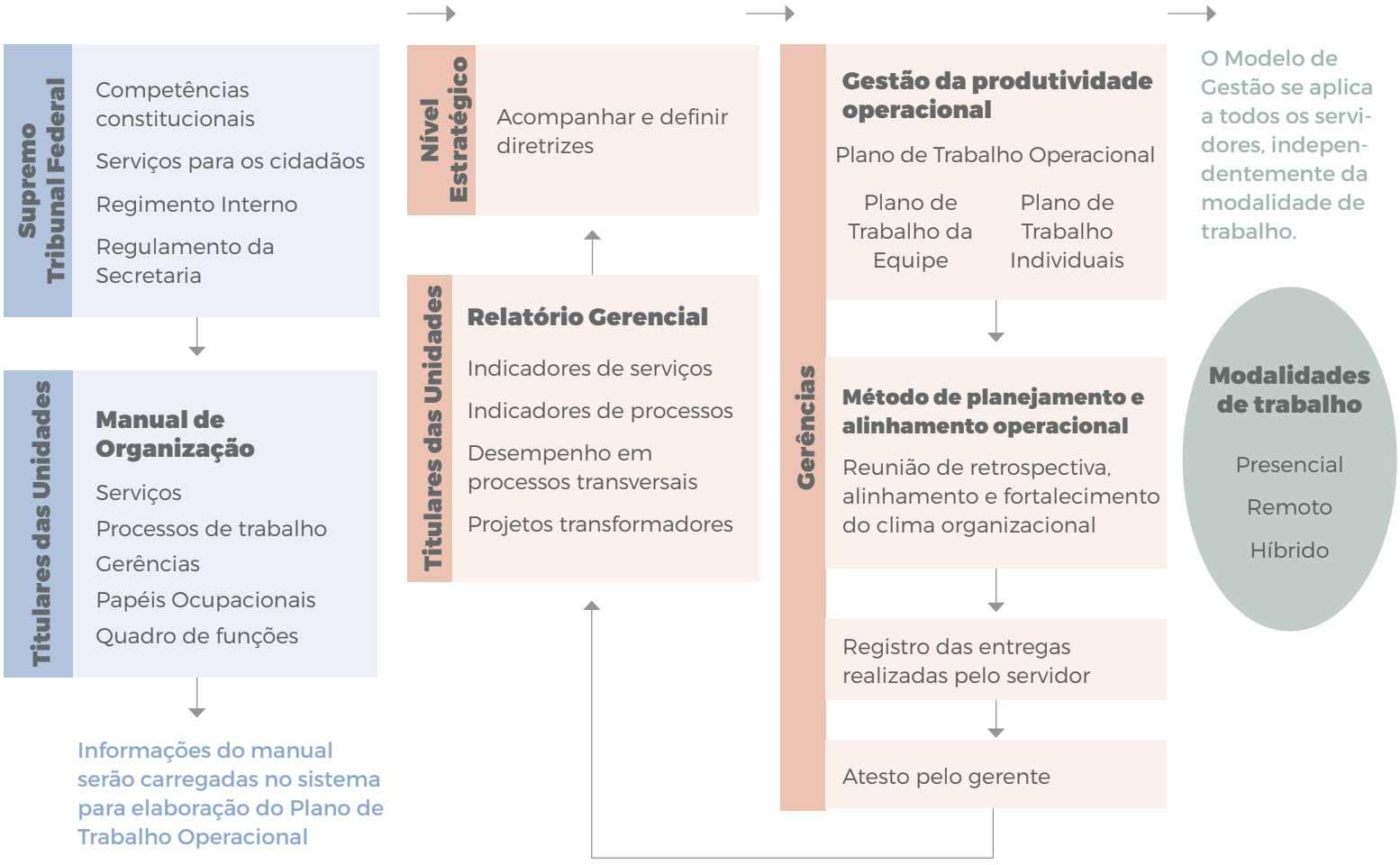
Comunicação constante e integração da equipe

Como é o Modelo de Gestão Operacional
Resolução nº 749/2021

Gerente	Servidor
PLANO DE TRABALHO OPERACIONAL	
Elaborar Plano de Trabalho da Equipe Elaborar Plano de Trabalho Individual Definir o ciclo de acompanhamento	
REUNIÃO DE RETROSPECTIVA, ALINHAMENTO E FORTALECIMENTO DO CLIMA ORGANIZACIONAL (no início do mês)	
1ª etapa: Retrospectiva • Avaliar o que funcionou bem, não funcionou e o que pode ser melhorado. • Avaliar os indicadores dos serviços e dos processos.	
2ª etapa: Alinhamento • Distribuir projetos, definir as metas, definir as ações de melhoria, nivelar expectativas, discutir ajustes de planejamento e esclarecer dúvidas.	
3ª etapa: Fortalecimento do clima organizacional • Promover a integração entre os membros da equipe e a aproximação dos servidores.	
REGISTRO E ATESTO DA PRODUTIVIDADE INDIVIDUAL	
Atestar registros do servidor eGesp	Registrar entregas realizadas no sistema eGesp

Como se nota, trata-se de um modelo que visa a estabelecer conexões entre o nível estratégico e o operacional. Além disso, busca facilitar a compreensão de todos quanto aos serviços e às entregas de cada unidade, bem como quanto à importância da colaboração individual de cada um para o cumprimento dos objetivos de sua respectiva unidade e do STF como um todo.

MODELO DE GESTÃO OPERACIONAL



4.3.5 Projeto Organização Administrativa: análise de desempenho

O projeto **Organização Administrativa** foi desenvolvido com o objetivo de evidenciar as entregas das unidades que compõem o STF e o modo como cada uma divide e coordena o trabalho e suas equipes para o alcance dos objetivos organizacionais. Busca também promover o acesso fácil e organizado às informações sobre todos os serviços disponibilizados pelo Tribunal e a compreensão dos papéis desempenhados em cada secretaria/assessoria.

O projeto serviu de subsídio para a elaboração do Modelo de Gestão Operacional e foi incorporado pelo projeto que visa à implementação deste.

GANHOS COM O PROJETO ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

1

Modernização do Manual de Organização

2

Organização das atribuições das Secretarias

3

Clareza quanto aos serviços oferecidos

4

Identificação dos responsáveis pelas entregas

5

Compreensão dos processos de trabalho

6

Entendimento de como as Secretarias se organizam

7

Visualização da divisão dos trabalhos pelas gerências

8

Aprimoramento da gestão por resultados

9

Gestão de oportunidades de melhorias

10

Fortalecimento de uma cultura voltada a evidências

11

Melhoria na eficiência e na eficácia da gestão do Tribunal

12

Compreensão dos caminhos para se atingir as finalidades das unidades e a missão constitucional do STF

4.3.6 Parceria com a Universidade de Oxford – pesquisa sobre o trabalho remoto

O STF e a Universidade de Oxford firmaram acordo de cooperação técnica visando desenvolver colaborativamente pesquisas dedicadas ao aprimoramento da gestão e ao desenvolvimento de pessoas no setor público.

Uma primeira pesquisa, desenvolvida em caráter piloto, teve como finalidade compreender quais são os impactos, as vantagens e os desafios organizacionais do trabalho remoto em organizações públicas, especificamente considerando o cenário imposto pela pandemia. Para isso, foram avaliados os efeitos de intervenções cujo foco era o aumento da produtividade e do bem-estar dos servidores do STF em trabalho remoto.

No Brasil, a coleta de dados teve início em junho de 2021. Participaram do projeto, além do STF, o Ministério da Economia, o Tribunal de Contas da União e o Tribunal Superior Eleitoral. Em nível mundial, outros países também tomaram parte, como o Chile (Departamento de Função Pública; Gabinete de Procuradores Públicos) e o Reino Unido (*UK Civil Service*, distribuído a todos os departamentos ministeriais e não ministeriais).

STF *WORKPLACE*

Em abril de 2022, o Tribunal implementou seu espaço compartilhado de trabalho – o **STF *Workplace***, ambiente alternativo a ser utilizado em situações pontuais e de forma rotativa, mediante agendamento, pelos servidores do STF que estão em trabalho presencial, remoto ou híbrido.



Trata-se de uma nova forma de pensar o ambiente de trabalho, onde se possibilita a participação de servidores em videoconferências ou em ações de capacitação virtuais ao vivo fora do posto de trabalho usual, contribuindo para o aumento do foco e do desempenho. Além disso, o espaço também pode ser utilizado para a realização de reuniões, fomentando a interação entre os participantes e o compartilhamento de conhecimentos e ideias. A ideia é criar uma atmosfera acolhedora e humanizada, favorecendo a produtividade e o bem-estar dos usuários e contribuindo para a redução de custos com a manutenção de postos fixos.

4.4 Novas metodologias e ferramentas de gestão

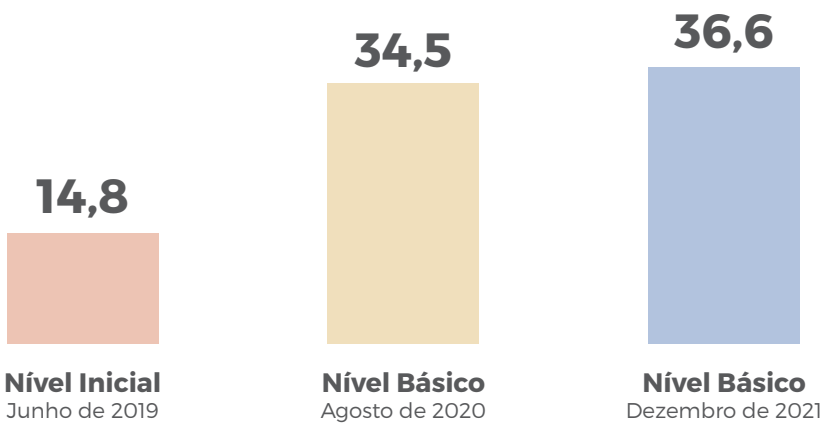


4.4.1 Incremento do nível de maturidade em gestão de riscos do STF

Com a finalidade desenvolver, disseminar e implementar metodologias que promovam tomadas de decisões mais responsáveis, baseadas em evidências, e melhorias contínuas nos processos organizacionais, serviços, projetos e iniciativas, o STF apresentou a todas as unidades a sua nova **Política de Gestão de Riscos (PGR-STF)**.

A política estabelece princípios, objetivos, estrutura, responsabilidades e competências aplicáveis à prática, buscando conferir uma eficácia ainda maior aos processos de tomada de decisão nos níveis estratégico, tático e operacional.

A evolução no nível de maturidade organizacional em relação à gestão de riscos contribui para o alcance dos resultados e objetivos institucionais. No biênio, foram mapeados os riscos principais de seis objetos prioritários definidos pelo Comitê de Governança Organizacional (CGO-STF).



4.4.2 Solução integrada de gestão de pessoas – Sistema e-Gesp

Em 2020, ainda na gestão do Ministro Dias Toffoli, foi implementada a solução integrada de gestão de pessoas denominada **sistema e-Gesp**, visando à manutenção da cultura da excelência e do foco no desempenho mais eficiente, na otimização dos recursos e na modernização da tecnologia utilizada.

O sistema é uma ferramenta *web*, altamente parametrizável e customizável, cuja implantação já tem proporcionado enormes ganhos para a área de gestão de pessoas, notadamente pela simplificação e automação dos seus processos de trabalho, possibilitando mais eficiência e produtividade, maior transparência dos dados financeiros e cadastrais dos servidores, com ganho na integração com os demais sistemas do STF que utilizam banco de dados de pessoal, e favorecendo a elevação da segurança nas informações, a redução de custos e a diminuição do retrabalho.

No ano de 2021, os esforços foram direcionados para a revisão da base de dados de alguns módulos/dossiês e ajustes de regras de funcionalidades da folha de pagamento. Foi iniciado, também em 2021, a implementação da Fase 1 do *e-Social* (cadastro do empregador e tabelas), bem como a análise e os ajustes das inconsistências da fase de qualificação cadastral dos servidores.

Em 2022, em continuidade à implantação do *e-Social* no *e-Gesp*, foi finalizada a Fase 1 e procedido o envio dos eventos não periódicos (dados cadastrais e de benefícios previdenciários dos servidores, aposentados, pensionistas e estagiários), no prazo previsto. A implantação do *e-Social* garantirá maior confiabilidade, agilidade e simplificação das rotinas para a prestação de informações financeiras, trabalhistas, previdenciárias e fiscais. Além disso, foi realizada a implementação do cadastro e da folha de pagamento dos estagiários do Tribunal, com a disponibilização do serviço de marcação e atesto da frequência pelo Portal do Servidor, na intranet.

2020

Implementação do *e-Gesp*.

2021

Revisão da base de dados, dos módulos penalidades disciplinares, comissões e ajustes das funcionalidades da folha de pagamento.

2022

Implantação do *e-Social*, do cadastro e da folha de pagamento dos estagiários.

Desenvolvimento de sistema para instrumentalização da gestão da produtividade operacional (MGO) e adesão ao trabalho remoto/híbrido.

BENEFÍCIOS DO SISTEMA E-GESP

Simplificação e automação dos processos de gestão de pessoas

Maior eficiência e produtividade

Maior transparência de dados financeiros

Maior transparência de dados cadastrais dos servidores

Integração com outros sistemas do STF

Maior segurança das informações

Redução de custos e de retrabalho

4.5 Servidores

> “Por sua vez, também não poderia deixar de mencionar que os expressivos resultados entregues nesta gestão são também fruto do empenho e do esforço dos competentes magistrados auxiliares e instrutores, secretários, assessores, servidores e colaboradores que integram o Supremo Tribunal Federal. Todos pertencem a grupo seleto e qualificado de cidadãos brasileiros que trabalham com espírito republicano, responsabilidade social e inquestionável probidade.”
>
> Ministro Luiz Fux, em pronunciamento de balanço do primeiro ano de gestão.

TABELA 11 – QUANTITATIVO DA FORÇA DE TRABALHO DO STF

Força de Trabalho	2018	2019	2020	2021	2022
Ministros	11	11	11	11	11
Juízes Auxiliares e Juízes Instrutores convocados	28	27	29	31	35
Servidores efetivos do STF *	1.010	1.000	1.010	1.002	1.065
Servidores de outros órgãos cedidos ao STF	81	90	98	104	106
Servidor de outro órgão em exercício provisório no STF	1	1	1	1	1
Servidores sem vínculo com a Administração	38	42	45	46	39
Total	**1.169**	**1.171**	**1.194**	**1.195**	**1.257**

Fonte: Coordenadoria de Registros Funcionais e Pagamento (CRFP / SGP) – Sistema eGESP. Dados extraídos em 11.8.2022.
Nota: * Entre os servidores efetivos, há cedidos, em exercício provisório e em licenças.

4.5.1 Cursos e capacitações

A distância física imposta pela pandemia de Covid-19 não impediu que a Corte continuasse a fornecer capacitação aos servidores e colaboradores. Por meio de palestras e cursos oferecidos virtualmente, o público interno pôde aprimorar ou adquirir novos conhecimentos em variadas áreas.

Projeto de capacitação em ações originárias

Capacitar os servidores que atuam em gabinetes de ministros sobre as diversas ações que compõem a competência originária do STF, apresentando os principais aspectos teóricos e práticos que circundam o tema.

6 cursos concluídos.
2 previstos.

Programa de capacitação para a Nova Lei de Licitações e Contratos

Capacitar os servidores que desempenham atividades relacionadas às aquisições e contratações do Supremo Tribunal Federal para atuarem sob a égide do novo normativo.

3 cursos concluídos.
6 previstos.

STF Educa

Aproximar o STF da sociedade por meio da oferta de cursos a distância gratuitos, autoinstrucionais e de qualidade, desenvolvidos por instrutores internos do Tribunal.

13 cursos disponibilizados, aproximadamente **75 mil inscrições recebida**s e quase **27 mil cidadãos com cursos concluídos.**

Projeto Trilhas de Aprendizagem

Implementar conjunto integrado e diversificado de soluções educacionais capazes de ampliar a capacidade e a velocidade de aprendizagem dos servidores, para o alcance dos objetivos estratégicos do Tribunal.

Em 2022, está sendo elaborada a primeira trilha de aprendizagem do STF "Liderança e Gestão", prevista para ser lançada no segundo semestre de 2022.

Programa de bolsas de estudo

Incentivar a realização de cursos de pós-graduação e o estudo de outros idiomas.

9 servidores contemplados em 2021.
14 servidores contemplados em 2022.

Produção de cursos *on-line*

Ofertar cursos a distância produzidos internamente sobre diferentes temáticas.

9 cursos *on-line* produzidos no biênio.

Identificação de competências a serem desenvolvidas (ICD)

Metodologia participativa de levantamento de lacunas de competências a serem desenvolvidas.

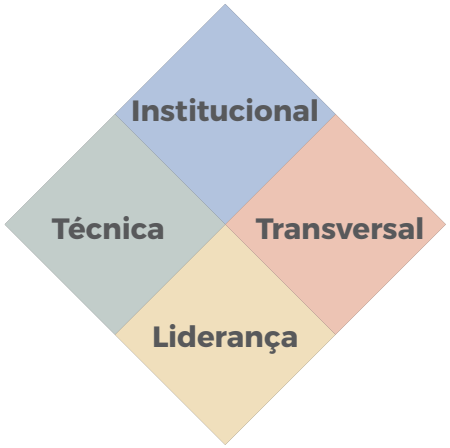
5 oficinas para disseminação da metodologia.
12 unidades participantes.
102 servidores concluintes do curso com aproveitamento.

Projeto Semeando Novos Líderes (SNL)

Desenvolver servidores com potencial de liderança, de forma a favorecer um planejamento sucessório no STF.

427 servidores concluintes de um ou mais módulos do projeto com aproveitamento.

4.5.2 Plano de capacitação



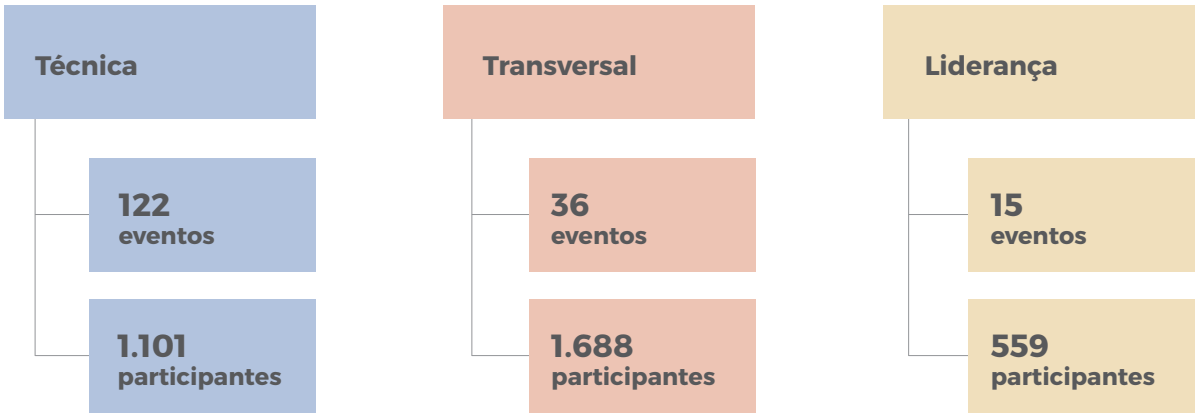
O plano de capacitação do STF, norteador das ações de capacitação e desenvolvimento, tem como propósito o aperfeiçoamento dos servidores, visando alcançar os objetivos estratégicos e as metas do Tribunal.

As ações do plano são estruturadas em 4 linhas de atuação:

- **Transversal:** temas comuns a todos os servidores do Tribunal, independentemente de sua área de atuação ou processo de trabalho;
- **Técnica:** temas voltados ao desenvolvimento ou fortalecimento de competências relacionadas aos processos de trabalho das unidades;
- **Liderança:** eventos vinculados ao Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG);
- **Institucional:** eventos voltados à sensibilização e compreensão da estrutura orgânica do Tribunal, do planejamento estratégico e das ferramentas de gestão utilizadas.

No período de setembro de 2020 a agosto de 2022, foram oferecidas **173 ações de capacitação e desenvolvimento, que contaram com 3.348 participantes aprovados**, com a seguinte distribuição por linha de atuação.

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E PARTICIPAÇÕES POR LINHA DE ATUAÇÃO
De 10.9.2020 a 11.8.2022



Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CDPE/SGP) – Dados extraídos em 11.8.2022.

Quanto ao tipo de evento, o Tribunal promoveu **77 ações de capacitação** *in company*, todas na modalidade a distância — sendo 45 eventos virtuais ao vivo (síncronos) e 32 cursos *on-line* (assíncronos) — e custeou **96 eventos externos**.

4.5.3 Projeto estratégico Potencialize – nova sistemática de gestão de desempenho

O objetivo do **Potencialize** é oferecer uma metodologia de gestão de desempenho que retrate a realidade de trabalho e promova o potencial humano, de maneira a atingir o engajamento e a alta *performance*, impactando positivamente os resultados organizacionais. Substituiu o atual **Programa de Gestão de Desempenho do STF** (PROGED), implementado em 2008.

Nesse sentido, passou-se a conceber uma nova sistemática de gestão de desempenho, abarcando quatro fatores: talentos, metas, comportamentos e contexto de trabalho. Foram construídos os respectivos instrumentos para compor três etapas a serem realizadas consensualmente entre gestor e servidor: planejamento, acompanhamento e avaliação.

No ano de 2022, objetivando a preparação para a implementação do programa, deu-se início às estratégias de divulgação, orientação, sensibilização e capacitação.

4.5.4 Política de seleção com base em perfis profissionais predefinidos e documentados

Essa política objetiva a descrição e documentação dos perfis profissionais desejados para cada ocupação ou grupo de ocupações do STF, considerando-se as atividades a serem desempenhadas, o conjunto de competências profissionais e outras características que influenciam o desempenho, com vistas a subsidiar a política de alocação de servidores e de seleção interna do Tribunal.

4.6 Promoção da saúde e do bem-estar

4.6.1 Bem-estar e qualidade de vida dos servidores

O programa de qualidade de vida do STF Viva Bem corresponde a um conjunto de atividades cujo objetivo é contribuir para a saúde e o bem-estar, por meio da valorização das pessoas, da humanização do ambiente de trabalho e do incentivo a um estilo de vida saudável. Desde 2018, o Viva Bem vem atuando, à luz da psicologia positiva, em quatro dimensões de bem-estar: ocupacional, físico e psicológico, interpessoal e financeiro.

2020

- **14 eventos virtuais** ao vivo, sendo 13 palestras/ oficinas e 1 curso, com a participação de 598 servidores e colaboradores;
- **20 publicaçõe**s na página criada no Ambiente Virtual de Aprendizagem do STF.

2021

- Palestra **Felicidade Feminina** 57 participantes;
- Pesquisa sobre o Modelo de Gestão das Atividades e Trabalho Remoto;
- Campanha **Esperançar** 196 participantes;
- **19 publicações** da Campanha Esperançar, que alcançaram **3.118** acessos.

2022

- Primeira etapa da Campanha **Conecte-se ao seu potencial – mapeamento de talentos** mais de 250 participantes;
- Evento **STF em Movimento**, realizado no Parque da Cidade, com a participação de 24 pessoas;
- Doação de sangue: Campanha **Junho vermelho**, com 10 participantes.

ASSISTÊNCIA E PREVENÇÃO À SAÚDE



Assistência à saúde

- 17.591 atendimentos
- 4.695 pronto atendimentos
- 10.227 atendimentos remotos
- 7.364 atendimentos presenciais



Teste rápido para Covid-19

- 5.849 testes



Avaliação de posto de trabalho

- 25 avaliações de postos de trabalho



Perícias e juntas oficiais em saúde

- 1.412 licenças apresentadas
- 731 licenças avaliadas administrativamente (52%)



Avaliação de riscos ocupacionais

- 50 avaliações



Ginástica laboral

- 1.863 aulas
- 7.584 participantes

Campanhas

- 17 campanhas

AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À COVID-19

Oferta de serviços da SIS

- Reorganização dos processos de trabalho

Manuais, Protocolos e Diretrizes

- 7 Manuais e protocolos
- 3 Diretrizes

26 Avaliações de riscos ocupacionais

Plano de retomada das atividades presenciais

Campanha "Trabalho Presencial Seguro"

- Cartazes
- Cartilha "Boas Práticas do Trabalhador"
- Curso "Preparação para o retorno ao trabalho presencial"

Testes rápidos de Covid-19

- 5.318 testes de IgG e IgM
- 530 testes rápidos de diagnóstico

Vigilância epidemiológica

- 3.475 atendimentos remotos em saúde
- 38 boletins epidemiológicos
- Questionário de triagem para Covid-19 e Previna
- Inquérito vacinal: 4.062 respostas FAQ Covid-19

Ações de comunicação

- Especial Covid-19
- 13 eventos virtuais com 1.229 participantes
- 115 matérias

16 Avaliações por juntas oficiais em saúde

PROGRAMAS DE SAÚDE

Avaliação Periódica em Saúde (APS)

- 335 atendimentos presenciais ou remotos

Programa de Assistência a Pessoa com Necessidades Especiais (PAPNE)

- 22 pessoas acompanhadas

Programa "Sorria STF""

- 1.193 monitoramentos remotos
- 209 consultas presenciais

Berçário

- 13 bebês

Programa "Saúde da Boquinha

- 197 monitoramentos remotos
- 43 consultas presenciais

AÇÕES DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE

Bate-papos com a SIS

18 eventos com **1.778** participantes: temáticas relacionadas à pandemia e às medidas de prevenção e controle da Covid-19.

Roda de Terapia Comunitária Integrativa (TCI)

78 rodas com **907** participantes: objetiva promover um espaço de cuidado em grupo, que, a partir do acolhimento e da ajuda mútua, contribui para a saúde emocional dos participantes.

Projeto Ser Integrado

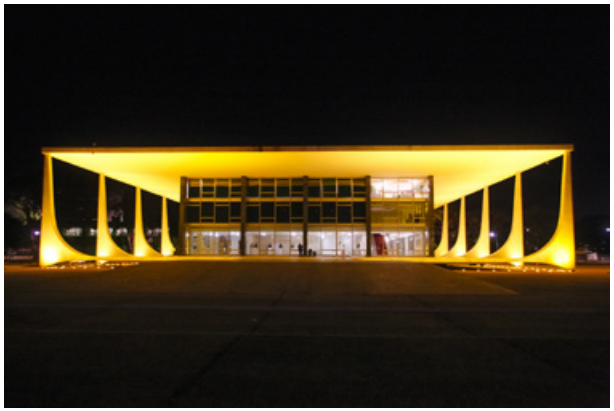
Iniciado em 2022, objetiva promover um espaço de diálogo sobre Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), incentivando debates e troca de conhecimentos.

Publicação do boletim epidemiológico para ampliar a comunicação e transparência diante da crise sanitária mundial.

CAMPANHAS DE SAÚDE

As campanhas de saúde visam divulgar informações sobre assuntos relevantes em saúde e promover ações preventivas de alcance coletivo.

- **Campanha de prevenção à gripe**
- **Campanha de prevenção à dengue e a arboviroses**
- **Dia mundial da saúde e da atividade física**
- **Sua saúde começa pela boca**
- **Alimentação saudável: do rótulo ao prato**
- **Dia mundial da alimentação**
- **Agosto dourado**
- **Setembro amarelo**
- **Outubro rosa**
- **Novembro azul**
- **Semana de prevenção ao câncer de boca**



3.8.2020 – Supremo Tribunal Federal adere à campanha *Agosto Dourado* em incentivo ao aleitamento materno.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



2.10.2020 – Supremo Tribunal Federal adere à campanha **Outubro Rosa** em incentivo à prevenção do câncer de mama.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

4.6.2 Plano de Logística Sustentável (PLS)

Em julho de 2022, foi aprovado o **Plano de Logística Sustentável do STF** (PLS), ferramenta de planejamento que contempla objetivos, responsabilidades, ações, metas e prazos, para o estabelecimento de práticas de sustentabilidade e de racionalização dos gastos institucionais e dos processos administrativos, a fim de minimizar os impactos causados ao meio ambiente decorrentes das atividades do órgão.

O plano contempla os seguintes objetivos:

1. reduzir o consumo de papel A4 e assegurar a aquisição de material de consumo sustentável;
2. promover a aquisição e a contratação de soluções de TI verde;
3. reduzir o consumo de energia elétrica;
4. reduzir o consumo de água tratada;
5. promover a gestão de resíduos sólidos;
6. impulsionar a qualidade de vida e o bem-estar;
7. promover a saúde e a prevenção de doenças;
8. garantir a acessibilidade; e
9. estimular a capacitação socioambiental.

Atrelados a esses objetivos, há 13 indicadores e metas.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL



Vidro é vida

- 156 frascos de vidro
- 105 frascos nas Campanhas de Vacinação



Coleta de medicamentos

- 38,5 kg de medicamentos



Arrecadação de alimentos não perecíveis

- 520 kg de alimentos

Atendimento odontológico aos colaboradores

- 7 encontros presenciais com 77 colaboradores

ACESSIBILIDADE

A Resolução nº 778/2022, publicada em 21 de junho de 2022, instituiu a política de acessibilidade e inclusão social das pessoas com deficiência no Supremo Tribunal Federal, estabelecendo uma diretriz para as atividades de promoção de acessibilidade no STF.

Nesse escopo, o programa **STF sem Barreiras** busca promover a eliminação das diversas barreiras existentes, entre elas as atitudinais, físicas, arquitetônicas, comunicacionais, informacionais e tecnológicas; incentivar o respeito às diferenças e à diversidade; e defender os direitos das pessoas com deficiência no âmbito institucional.

Ações implementadas na gestão do Ministro Luiz Fux:

- Parcerias internas com o objetivo de garantir um Portal com acessibilidade, a partir da adequação aos requisitos necessários para atender as pessoas com deficiência que acessam o *site*;
- Participação ativa da Rede de Acessibilidade, com proposta de novo projeto – curso de especialização em acessibilidade;
- Capacitação da equipe de acessibilidade do Tribunal em audiodescrição e tecnologia assistiva, essencial para pessoas com deficiência visual;
- Capacitação da equipe de assistentes sociais e médicos quanto à avaliação da deficiência, com aplicação do instrumento Índice de Funcionalidade Brasileiro – IFBr;
- Realização de evento "Acessibilidade digital e o direito à comunicação inclusiva", com palestrantes especialistas;
- Lançamento do projeto **Ideia inclusiva**, divulgada quinzenalmente;
- Reforma dos banheiros ao lado do Restaurante do Tribunal para adequá-los aos critérios de acessibilidade.

4.7 Orçamentos e contratos

Durante o biênio, foram implementadas, as seguintes melhorias referentes aos processos de gestão orçamentária e contratos:

- Mapeamento e padronização do processo de trabalho de prorrogação de vigência contratual, a fim de conferir mais segurança, agilidade e assertividade no desempenho das atividades relacionadas ao processo de trabalho;
- Adoção de diretrizes e táticas para aprimoramento da pesquisa de preços nas contratações, com o objetivo de promover maior especialização dos servidores da área, melhor orientação às unidades demandantes de contratações na atividade e maior potencialização do uso da ferramenta informatizada de apoio à pesquisa;
- Atualização da Instrução Normativa nº 268, para padronização dos procedimentos de captação de demandas e divulgação dos critérios de priorização;
- Padronização dos procedimentos de descentralização de créditos e otimização do processo, com a implementação de controle e definição de funções e responsabilidades;
- Mapeamento e padronização dos processos internos de trabalho relativos a suprimento de fundos; pagamento da folha de pessoal e pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor (RPV), para a implementação de controles, aperfeiçoamento dos processos e ganhos com eficiência;
- Adoção de indicadores para o controle da gestão orçamentária;
- Criação de um banco de dados com informações orçamentárias, de demandas da captação e emergente, dados de contrato e identificação de unidades e tramitação dos processos, com o objetivo de centralizar as informações a respeito das demandas priorizadas para o exercício e de automatizar a prestação de contas para a sociedade a respeito do plano de contratações do STF.

4.8 Auditoria interna: principais ações e resultados

Nos últimos anos, a unidade responsável pela auditoria interna do Tribunal (AUDI) aprimorou suas atividades, buscando aferir em que medida os resultados das avaliações e consultorias trazem benefícios às atividades de governança e de gestão do STF. Os pilares dessa evolução foram:

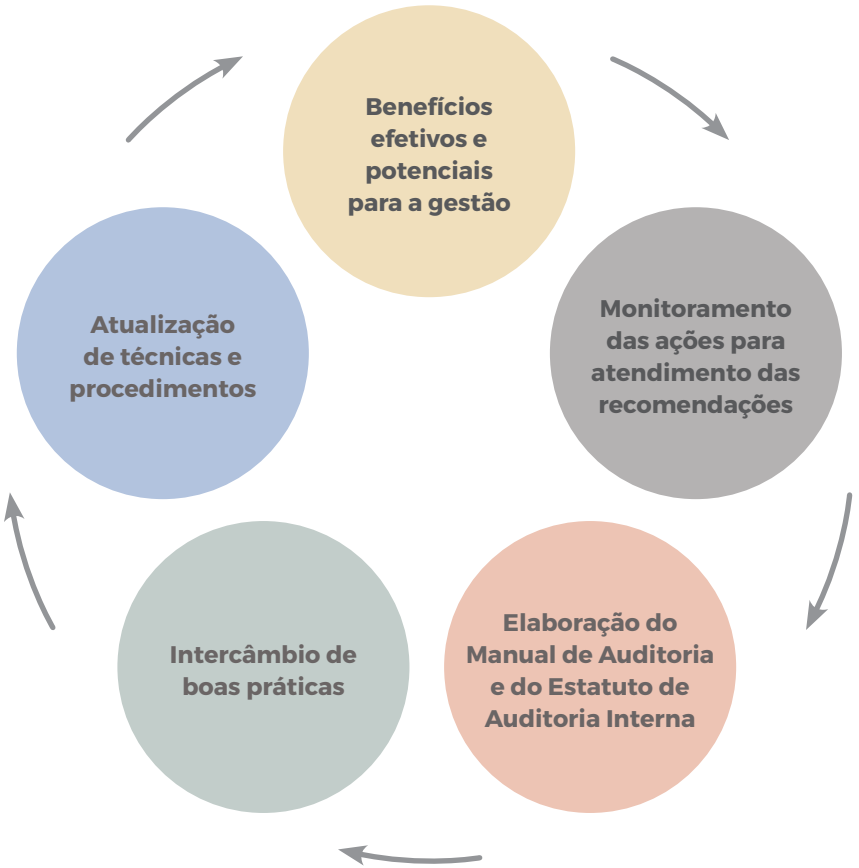


TABELA 12 – ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA NO BIÊNIO 2020-2022

Atividades	Quantidade
Auditoria nas contas anuais do STF (2020 e 2021)	2
Auditoria	5
Levantamento	2
Consultoria	2
Monitoramento	19
Acompanhamento de atos de pessoal	233
Acompanhamentos RGF	6
Cálculos judiciais	80
Total	**349**

Fonte: Auditoria Interna do STF.

Além dessas atividades, a Auditoria realizou as seguintes ações:

- Avaliação da adequação e suficiência dos controles internos implementados na gestão de precatórios e requisições de pequeno valor, de modo a verificar se os riscos relacionados estão sendo mitigados de forma a assegurar a conformidade e a eficiência das operações;
- Avaliação do canal de interlocução do STF com a sociedade em relação aos serviços de ouvidoria e de atendimento à Lei de Acesso à Informação, para verificar se é eficaz e se atende aos preceitos de transparência passiva dispostos na legislação aplicável;
- Avaliação da aderência da prestação de contas do STF ao modelo instituído pelo Tribunal de Contas da União, por meio da IN TCU nº 84/2020, quanto à organização e apresentação das suas informações;
- Avaliação da regularidade dos atos de gestão e da eficácia dos controles internos praticados e implementados no planejamento das contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito do STF;
- Consultoria para avaliar a estrutura de governança corporativa do STF; e
- Levantamento para mensurar a maturidade da gestão de processos no âmbito do STF.

BENEFÍCIOS GERADOS:

Melhoria da transparência

Informações para tomada de decisão da Alta Administração

Eficiência, qualidade, padronização de processos de trabalho

Melhor aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros

4.9 Relatórios para transparência e prestação de contas

RELATÓRIO DE ENCERRAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO STF RUMO A 2020



Ao descrever a execução e elencar os resultados do Planejamento Estratégico encerrado em 2020, a publicação promove a transparência e atende ao índice de governança e gestão do Tribunal de Contas da União. Relatório disponível no Portal do STF.

“Deveras, não olvidaremos que o Poder Judiciário deve contas à sociedade”.

Ministro Luiz Fux, em seu discurso de posse na Presidência do Supremo Tribunal Federal.



MANUAL DE AUDITORIA

A publicação busca trazer mais clareza, objetividade e transparência às atividades de auditoria, além de propiciar a uniformização dos procedimentos nas fases de planejamento, de execução de atividades, de comunicação dos resultados e de monitoramento das recomendações.





RELATÓRIOS DE GESTÃO DO STF

Exercícios de 2020 e 2021

Com periodicidade anual, o relatório possibilita que o cidadão e o TCU tenham uma visão geral organizacional do Tribunal, conheçam os aspectos relativos a governança, estratégia, transparência, riscos, resultados e desempenho da gestão, bem como consultem as informações contábeis do STF.





RELATÓRIOS DE ATIVIDADES

Exercícios de 2020 e 2021

A publicação apresenta os principais resultados e as ações concretizadas no ano, em cumprimento à exigência do inciso XIV do art. 13 do Regimento Interno do STF.



“Democracia e Articulação Institucional”

5

> **Não nos esqueçamos de que o maior símbolo da democracia é o diálogo. Por isso mesmo, democracia não é silêncio, mas voz ativa; não é concordância forjada seguida de aplausos imerecidos, mas debate construtivo e com honestidade de propósitos.**
>
> Ministro Luiz Fux, em seu discurso de posse como Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Íntegra do discurso de posse



149

audiências e reuniões, totalizando 698 participantes

5.1 Posse



10.9.2020 – Sessão solene de posse do Ministro Luiz Fux na Presidência do STF e do CNJ.
Foto: Nelson Jr/SCO/STF

Com quase quarenta anos de atuação na magistratura, em 10 de setembro de 2020 o Ministro **Luiz Fux** assumiu a Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), juntamente com a Ministra **Rosa Weber** na Vice-presidência.

Em seu discurso de posse, o Ministro destacou os cinco eixos de sua gestão: **1)** a proteção dos direitos humanos e do meio ambiente**; 2)** a garantia da segurança jurídica conducente à otimização do ambiente de negócios no Brasil; **3)** o combate à corrupção, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro, com a consequente recuperação de ativos; **4)** o incentivo ao acesso à justiça digital; e **5)** o fortalecimento da vocação constitucional do Supremo Tribunal Federal.

Ressaltou, ainda, que todos esses eixos se encontram alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

> “Meu norte será a lição mais elementar que aprendi ao longo de décadas no exercício da magistratura: **a necessária deferência aos demais Poderes no âmbito de suas competências, combinada com a altivez e a vigilância na tutela das liberdades públicas e dos direitos fundamentais.** Afinal, o mandamento da harmonia entre os Poderes não se confunde com contemplação e subserviência.”



10.9.2020 – Ministro Luiz Fux na solenidade de posse.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



10.9.2020 – Ministro Luiz Fux assina o termo de posse como Presidente do STF e do CNJ. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

A cerimônia de posse aconteceu ainda no contexto da pandemia do coronavírus. Por isso, para maior segurança dos convidados, o evento seguiu recomendações da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde da Corte. Na Sala de Sessões Plenárias do Tribunal, dos 250 lugares existentes, apenas um quinto foi liberado.

Entre os convidados presenciais, compareceram o Presidente da República, **Jair Bolsonaro**; os então Presidentes do Senado Federal, **Davi Alcolumbre**, e da Câmara dos Deputados, **Rodrigo Maia**; o Procurador-Geral da República, **Augusto Aras**; o então Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), **Felipe Santa Cruz**; os Ministros da Casa; familiares e amigos mais próximos. Toda a solenidade foi transmitida virtualmente.



10.9.2020 – Ministro Luiz Fux profere o discurso de posse. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Como primeiro gesto simbólico de sua gestão, o Presidente Luiz Fux prestou um tributo às milhares de vítimas fatais do coronavírus em nosso país e aos seus familiares, lembrando a todos que os cidadãos e as instituições demonstraram admirável capacidade de resiliência e de superação no enfrentamento à pandemia.



10.9.2020 – Cantor Leonardo Gonçalves saúda os presentes com cântico de paz em hebraico. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



10.9.2020 – Raimundo Fagner canta o hino nacional na sessão solene. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



10.9.2020 – Ministra Rosa Weber assina o termo de posse como vice-presidente do STF e do CNJ. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Em nome da Corte, o Ministro **Marco Aurélio** homenageou os empossados. "Distinguem-se pela defesa da Constituição e das leis, pelo apego à liturgia do cargo e pela equidistância das paixões cotidianas que tanto assediam aqueles que detêm o poder", declarou.

Pelo Ministério Público, **Augusto Aras** destacou que o "Ministro Fux alia a mente de Atenas à força de Esparta. Sabe cultivar bem o espírito, a inteligência, sem se descuidar da saúde e do gosto pelas mais distintas e singelas alegrias com que a vida nos agracia".

Já **Felipe Santa Cruz**, da OAB, ressaltou a importância da missão dos Ministros do STF como guardiões da Constituição Federal, especialmente em tempos desafiadores, marcados pela intolerância.



10.9.2020 – Ministro Dias Toffoli transmite a Presidência do STF e do CNJ ao Ministro Luiz Fux. Foto: Nelson Jr/SCO/STF



10.9.2020 – Ministro Marco Aurélio, em nome do STF, prestou homenagem ao Ministro Luiz Fux e à Ministra Rosa Weber.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

5.2 Defesa da democracia e das instituições

“A nossa Carta Magna, enunciada sob a proteção de Deus como ideário da nação, permanece como a âncora do nosso Estado Democrático de Direito e a bússola que guia as nossas aspirações de presente e de futuro.

Ouso definir que a Constituição Federal é, a um só tempo, símbolo e norma; esperança e autoridade; projeto e realização. Ela é holística sem ser paradoxal, justapondo e equilibrando todas as identidades cidadãs no bojo de nossas diversidades étnicas, culturais e políticas; atemporal sem ser anacrônica, ora se preservando, ora se ressignificando para garantir estabilidade à vida impermanente; onipresente sem ser totalitária, funcionando simultaneamente como ponto de partida, como caminho e como ponto de chegada das indagações nacionais.

Nós, Juízes do Supremo Tribunal Federal, somos os guardiões desse mais sagrado documento democrático pertencente ao povo brasileiro. (...)

É cediço que, numa sociedade democrática, o direito de discordarmos uns dos outros deve ser reconhecido como requisito essencial para o aprimoramento do ser humano e das instituições.

Em tempos de pós-verdade, profetizada por Gadamer em seu clássico *Verdade e Método*, o dissenso expõe os excessos de cada lado do debate e convida a coletividade a enxergar as diversas perspectivas de um mesmo mundo. É somente através da justaposição entre os diferentes que construímos soluções mais justas para os problemas coletivos.”

Ministro Luiz Fux, em seu discurso de posse como Presidente do Supremo Tribunal Federal



24.8.2022 – Ministro Luiz Fux no gabinete da presidência do STF. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Ao longo dos dois anos da gestão do Ministro Luiz Fux à frente da Presidência da Corte, o Plenário foi palco de diversas manifestações de seus membros em defesa da democracia, das instituições e da liberdade de imprensa, além de demonstrações de solidariedade às vítimas da Covid-19.



2.8.2021 – Ministros entram no Plenário para a sessão de abertura do semestre judiciário.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF

> **“No que compete constitucionalmente ao Poder Judiciário, posso afiançar que esta Corte Federal, o Conselho Nacional de Justiça e todos os tribunais do País permanecerão ao lado do cidadão brasileiro e de suas instituições, para a reconstrução do País e para a manutenção da democracia brasileira.”**
>
> Ministro Luiz Fux, em pronunciamento de 1º de fevereiro de 2021.



1º.2.2021 – Abertura do Ano Judiciário. Ministro Fux pediu um minuto de silêncio em respeito às vítimas da Covid-19 e enalteceu o trabalho da ciência pela busca da vacina.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF



2.8.2021 – Abertura do segundo semestre judiciário de 2021.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF

> **“Porém, harmonia e independência entre os poderes não implicam impunidade de atos que exorbitem o necessário respeito às instituições. Permanecemos atentos aos ataques de inverdades à honra dos cidadãos que se dedicam à causa pública. Atitudes desse jaez deslegitimam veladamente as instituições do país; ferem não apenas biografias individuais, mas corroem sorrateiramente os valores democráticos consolidados ao longo de séculos pelo suor e pelo sangue dos brasileiros que viveram em prol da construção da democracia de nosso país.”**
>
> Ministro Luiz Fux, em pronunciamento de 2 de agosto de 2021.



1º.2.2022 – Abertura do ano judiciário de 2022.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

> **“Tendo legado à história mais de 5 milhões de vidas perdidas no mundo, das quais mais de 600 mil no Brasil, o enfrentamento da pandemia nos fez enxergar que, para além das nossas diferenças, todos nós somos integrantes da mesma teia social e dependemos radicalmente uns dos outros não apenas para sobrevivermos, mas também para sermos livres e autônomos como cidadãos de sociedades democráticas.”**
>
> Ministro Luiz Fux, em pronunciamento de 1º de fevereiro de 2022.



1°.8.2022 – Abertura do segundo semestre judiciário de 2022 .
Foto:Nelson Jr./SCO/STF

> **“É que, a despeito de nossas ricas e salutares diferenças de ideias, opiniões e perspectivas, lembremos que todos somos um só povo e um só país. Nesse contexto de pluralidade e de interdependência, a prosperidade do nosso amado Brasil – seja qual for o resultado das urnas – exige que, ao longo de todo esse processo, sejamos capazes de exercer e de inspirar nos nossos concidadãos os valores do respeito e do diálogo.”**
>
> Ministro Luiz Fux, em pronunciamento de 1°.8.2022.

O posicionamento em defesa da atuação dos integrantes da Corte foi reforçado com maior veemência também na véspera (6.9.2021) e no dia após (8.9.2021) as celebrações do Dia da Independência do Brasil.



8.9.2021 – Sessão plenária do STF. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

> **Num ambiente democrático, manifestações públicas são pacíficas; por sua vez, a liberdade de expressão não comporta violências e ameaças. O exercício da nossa cidadania pressupõe respeito à integridade das instituições democráticas e de seus membros.**
>
> Ministro Luiz Fux, em pronunciamento de 2 de setembro de 2021.



> **“Estejamos atentos a esses falsos profetas do patriotismo, que ignoram que democracias verdadeiras não admitem que se coloque o povo contra o povo, ou o povo contra as suas instituições. Todos sabemos que quem promove o discurso do ‘nós contra eles’ não propaga democracia, mas a política do caos. Em verdade, a democracia é o discurso do ‘um por todos e todos por um’, respeitadas as nossas diferenças e complexidades.”**
>
> Ministro Luiz Fux, em pronunciamento de 8 de setembro de 2021.



8.12.2020 – Em mensagem de vídeo dirigida a todo o Poder Judiciário nacional em razão do Dia da Justiça, comemorado em 8 de dezembro, o Presidente Luiz Fux ressaltou que "a Justiça é o grande pilar da democracia". Print de tela

25.2.2021 – Na sessão de comemoração dos 130 anos do STF na República, o Presidente ressaltou que ministros, ministras, servidores, colaboradores e cidadãos que vão ao STF em busca de justiça são coautores dessa obra, "responsáveis por perpetuar essa virtuosa história institucional, firmes em nossa nobre função de guardar a Constituição Federal e de zelar pelos direitos fundamentais e pelos valores democráticos". Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF





1°.7.2021 – No fechamento dos trabalhos do primeiro semestre, Luiz Fux ressaltou a união do Tribunal ao longo do período de crise sanitária, apesar dos diferentes pontos de vista de seus ministros.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF



2.9.2021 – Ministros na sessão por videoconferência.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF



17.12.2021 – Na sessão de encerramento do Ano Judiciário, Fux lembrou que, em 2021, o STF e o Judiciário como um todo enfrentaram ameaças retóricas, que foram combatidas com a união e a coesão de seus ministros, e ameaças reais, enfrentadas com posições firmes e decisões corajosas da Corte.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF





5.5.2022 – "Restrições à imprensa tornam a democracia uma mentira e a Constituição uma mera folha de papel". Palavras do Ministro Luiz Fux na abertura de exposição sobre liberdade de imprensa. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF





11.5.2022 – Entidades entregam ao Ministro Luiz Fux manifesto em defesa da democracia.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

1°.7.2022 – No encerramento das atividades do semestre no STF, o Presidente Fux declarou que a Corte segue vigilante em sua preciosa missão "de guardar a Constituição Federal, com zelo pela segurança jurídica e com atenção para os anseios da população brasileira".
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

5.3 Audiências públicas

> **“Todos nós, cidadãos brasileiros, somos igualmente intérpretes, partícipes e executores dos desígnios da Carta Maior. Ultrapassando uma visão autocentrada da atividade judicial, a presente audiência pública permite que o processo decisório da Suprema Corte seja executado a muitas mãos e mentes, viabilizando a construção de decisões judiciais mais legítimas e efetivas, atentas aos diversos sentimentos constitucionais que permeiam a nossa sociedade.”**
>
> Ministro Luiz Fux, em pronunciamento de abertura da 35° audiência pública do STF, destinada a debater a figura do juiz das garantias e outros pontos do “Pacote Anticrime”.



26.10.2021 - Ministro Luiz Fux preside a 35° audiência pública do STF, destinada a debater a figura do juiz das garantias e outros pontos do "Pacote Anticrime". Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Durante o biênio 2020-2022, os Ministros do Supremo Tribunal Federal convocaram **sete audiências públicas**. Em conformidade com as medidas restritivas e de distanciamento impostas pelo combate à pandemia de Covid-19, tais atos processuais instrutórios ocorreram na modalidade híbrida, em que o Relator conduziu os trabalhos a partir do espaço físico do Corte, ou na modalidade integralmente virtual, em que o Relator figurou como partícipe da sala de videoconferência.



21.9.2020 – Ministro Roberto Barroso encerra a audiência pública Audiência Pública sobre a ADPF 708.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

30ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Processo: ADPF 708

Relator: Ministro Roberto Barroso

Tema: Funcionamento do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) e políticas públicas em matéria ambiental

Data: 21 e 22 de setembro de 2020

Formato: Híbrido. O Ministro Relator e parte dos expositores participaram de forma presencial. Outra parte dos expositores participou de forma virtual, inclusive participantes internacionais.



23.10.2020 – Ministra Rosa Weber durante a audiência pública sobre Fundo Amazônia. Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF.

31ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Processo: ADO 59

Relatora: Ministra Rosa Weber

Tema: Funcionamento do Fundo Amazônia e a implementação de políticas públicas em matéria ambiental

Data: 23 e 26 de outubro de 2020

Formato: Híbrido. A Ministra Relatora e sua equipe participaram presencialmente, no STF, e todos os expositores e autoridades participaram virtualmente.

32ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Processo: ADPF 635

Relator: Ministro Edson Fachin

Tema: Redução da letalidade policial

Data: 16 e 19 de abril de 2021

Formato: Virtual. O Ministro Relator também participou de forma remota.



19.4.2021 – Audiência pública convocada pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin para debater estratégias de redução da letalidade policial no estado do Rio de Janeiro. *Print* de tela.



14.6.2021 – Audiência pública do monitoramento do sistema prisional. Ministro Gilmar Mendes, relator do Habeas Corpus (HC) 165704. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



24.8.2021 – Audiência Pública sobre Politica Nacional de Educação Especial. Foto: Nelson Jr. /SCO/STF

33ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Processo: HC 165.704

Relator: Ministro Gilmar Mendes

Tema: Monitoramento Prisional

Data: 14 e 16 de junho de 2021

Formato: Híbrido. O Ministro Relator e a sua equipe estavam nas dependências do STF, e os expositores participaram de forma remota.

34ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Processo: ADI 6.590

Relator: Ministro Dias Toffoli

Tema: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida – PNEE (Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020)

Data: 23 e 24 de agosto de 2021

Formato: Híbrido. o Ministro Relator e a sua equipe estavam nas dependências do STF, e os expositores participaram de forma remota. No segundo dia de audiência, o Ministro Alexandre de Moraes compareceu presencialmente.



25.10.2021 – Ministro Luiz Fux preside audiência pública para discutir a implementação da figura do juiz das garantias, o acordo de não persecução penal e os procedimentos de arquivamento de investigações criminais previstos no Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019). Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

35ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Processos: ADI 6.298, ADI 6.299, ADI 6.300 e ADI 6.305

Relator: Ministro Luiz Fux

Tema: Juiz de garantias e institutos correlatos, o acordo de não persecução penal e os procedimentos de arquivamento de investigações criminais.

Data: 25 e 26 de outubro de 2021

Formato: Híbrido. O Ministro Relator e a sua equipe estavam nas dependências do STF, e os expositores participaram de forma remota.

AUDIÊNCIA Nº 1/2022/SCO

Relator: Ministro Luiz Fux

Tema: Novas Soluções e Modelos de Negócio da TV e Rádio Justiça

Data: 9 de junho de 2022

Formato: Híbrido.



9.6.2022 – Ministro Luiz Fux, Presidente do STF, na abertura da audiência pública Novo modelo de negócio da TV e da Rádio Justiça. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

5.4 Agenda internacional

> **“O sistema judicial brasileiro está a mostrar que é possível inovar.”**
>
> António Guterres, Secretário-Geral da ONU, em pronunciamento no *webinar* Cortes Supremas, Governança e Democracia: Contribuições da Sociedade Civil para o Aprimoramento da Governança do STF.

Durante a gestão do Ministro Luiz Fux, o STF reforçou a interlocução com diversas Cortes estrangeiras, representações diplomáticas e academias de outros países. Além da celebração de acordos de cooperação, da recepção de pesquisadores estrangeiros e da tradução de documentos oficiais (veja mais no Capítulo 6 – Compromisso com o Conhecimento), o Presidente representou a Corte em diversos encontros e conferências internacionais:

Em uma de suas primeiras agendas como Presidente da Corte, o Ministro Luiz Fux proferiu palestra, por videoconferência, na **13ª Conferência Ibero-americana de Justiça Constitucional**, em Bogotá (Colômbia). O encontro reuniu as cortes constitucionais de 21 países e teve como objetivo analisar o papel da democracia e dos direitos fundamentais nos Estados de exceção, o impacto da pandemia da Covid-19 e as medidas adotadas pelos governos.



24.9.2020 – Presidente do STF e CNJ participa de encontro de países ibero-americanos. *Print* de tela

Ao apresentar o painel "A restrição do componente democrático do estado constitucional na declaração dos estados de exceção na Ibero-américa", o Ministro destacou que os laços históricos e culturais que tornam irmãs as nações ibero-americanas servem de contexto para a união ante a pandemia de Covid-19 – a qual não diferencia nacionalidades e fronteiras.

Em outubro de 2020, o STF realizou, em conjunto com a Organização das Nações Unidas (ONU) e o *Latin American Centre (LAC)*, da Universidade de Oxford (EUA), o webinário **Cortes Constitucionais, Democracia e Governança.**

Na abertura do evento, o Presidente do STF abordou as inciativas da Corte para promover um diálogo cada vez mais colaborativo com lideranças científicas, jurídicas e políticas, nacionais e internacionais. O encontro contou com a participação do Secretário-Geral das Nações Unidas, **António Guterres**, e com especialistas em temas como governança, democracia, participação social e novas tecnologias aplicadas ao Judiciário.





22.10.2020 – António Guterres, Secretário-Geral da ONU, faz pronunciamento na abertura do *webinar* "Cortes Supremas, Governança e Democracia". *Print* de tela

22.10.2020 – Ministro Luiz Fux, presidente do STF, faz a conferência de abertura do *webinar* "Cortes Supremas, Governança e Democracia". *Print* de tela





16.12.2020 – Assinatura de acordo de cooperação internacional entre o STF e a universidade de Oxford para realização de pesquisas acadêmicas relacionadas ao arranjo de cortes constitucionais, direitos humanos e governança democrática. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

12.4.2021 – Ministro Luiz Fux fala sobre a democracia brasileira no encerramento dos debates da "*Brazil Conference*", evento promovido por estudantes de Harvard, do MIT e de outras universidades de Boston (EUA). *Print* de tela





12.11.2021 – Ministro Luiz Fux discursa na abertura do "1º Webinar STF-Universidade de Münster: Covid-19 e seus impactos nos direitos fundamentais", parceria entre o STF e a universidade alemã. *Print* de tela

2.6.2021 – Ministro Luiz Fux participou, por videoconferência, do painel de encerramento da conferência anual promovida pelo Programa de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford, na Inglaterra. Fux tratou da atuação da Corte durante a pandemia da Covid-19 e respondeu perguntas sobre o federalismo brasileiro e a desinformação no contexto da crise sanitária e econômica. *Print* de tela



28.4.2022 – Presidente Fux recebeu, no Salão Branco do STF, o comissário europeu para o Ambiente, Oceanos e Pescas, Virginijus Sinkevicius.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

5.5 Homenagens aos Ministros de hoje e de sempre

Após 31 anos de serviços prestados à Suprema Corte, os Ministros **Celso de Mello** e **Marco Aurélio** se aposentaram em 13 de outubro de 2020 e em 12 de julho de 2021, respectivamente.

Para homenageá-los, o Plenário celebrou o legado deixado pelos Ministros.

Sobre o Ministro Celso de Mello, o Presidente Luiz Fux enalteceu seu perfil de juiz visionário, republicano e progressista: "Um homem à frente de seu tempo". Destacou ainda sua postura serena e seu perfil conciliador, que o transformaram em:

"Um decano singular desta Corte: ponto de equilíbrio nos momentos de instabilidade e farol nas situações de escuridão".



11.12.2019 – Ministro Celso de Mello durante sessão do STF.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Acesse o *hotsite*





25.2.2021 – Ministros Luiz Fux e Marco Aurélio na sessão plenária do STF. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

O Plenário exaltou também a trajetória do Ministro Marco Aurélio na última sessão plenária que contou com sua participação. Na ocasião, o Ministro Luiz Fux disse que atuar na Corte ao lado do homenageado foi uma das maiores honras da sua vida:

"Sua presença marca a história do STF e suas contribuições para a vida pública brasileira são fundamentais para a construção de nossa democracia e para a institucionalização de nosso país".



Acesse o *hotsite*

Durante a gestão do Ministro Fux na Presidência, o Supremo Tribunal Federal empossou os novos membros que sucederam os Ministros Celso de Mello e Marco Aurélio.







Em 5 de novembro de 2020, o Ministro **Nunes Marques** assina termo de posse como Ministro do STF. Em 16 de dezembro de 2021, é empossado o Ministro **André Mendonça.**



Em 30 de setembro de 2021, o Plenário prestou homenagem ao centenário de nascimento do Ministro **Oscar Dias Corrêa**, que integrou a Suprema Corte de 26 de abril de 1982 a 17 de janeiro de 1989.



A Corte também prestou homenagem ao Ministro **Celio Borja**, por ocasião de seu falecimento em 27 de junho de 2022, na cidade do Rio de Janeiro. Em nota, o Ministro Luiz Fux destacou que Celio Borja, que permaneceu no Tribunal de 1986 e 1992, deixou, como legado, "o exemplo de dignidade com o qual se portou mesmo em momentos difíceis da história do Brasil".



Os 20 anos de atuação do Ministro **Gilmar Mendes** na Corte também foram comemorados pelo Plenário do Supremo. As celebrações reuniram discursos, a exibição de um documentário produzido pela TV Justiça e uma exposição sobre a trajetória do decano, relembrando momentos importantes desde sua posse como Ministro em 20 de junho de 2002.

5.6 Homenagens recebidas

Na sessão plenária de 3 de março de 2021, o Ministro Luiz Fux foi homenageado pelos demais Ministros da Corte em virtude da celebração de seu décimo aniversário de posse no Tribunal.

Na ocasião, o Ministro **Alexandre de Moraes** ressaltou que a chegada do homenageado ao STF "coroou uma carreira maravilhosa no Poder Judiciário", lembrando que sua indicação para o cargo recebeu "uma das maiores votações em aprovação: 68 votos".



3.3.2021 – Ministro Luiz Fux recebe homenagem pelos 10 anos de STF, em sessão por videoconferência.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF





O Presidente Luiz Fux recebeu ainda homenagem da embaixada israelense, que o agraciou com a medalha **Jerusalém de Ouro**. Trata-se de uma condecoração pela contribuição ao fortalecimento da comunidade judaica brasileira e ao estreitamento da relação com Israel.

Da embaixada da Itália, o Ministro recebeu também a condecoração de Comendador da *Ordine della Stella d'Italia* **(Ordem da Estrela da Itália)**. A honraria é concedida a pessoas que se destacam na promoção de ações de amizade e colaboração de seus países com a nação italiana.

14.10.2020 – Presidente do STF recebe Medalha Jerusalém de Ouro entregue pelo Embaixador Yossi Shelley. Foto Rosinei Coutinho/SCO/STF

6.6.2022 – Ministro Fux recebe a condecoração do Embaixador italiano, Francesco Azzarello, na Embaixada da Itália, em Brasília.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF



22.10.2020 – Cerimônia de imposição de Insígnias da Ordem de Rio Branco, no Palácio Itamaraty.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



25.2.2021 – Presidente recebe do Comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, William Augusto Bomfim, a Ordem do Mérito Bombeiro Militar do DF. Foto: Nelson Jr./SCO/STF



24.2.2021 – Ministro Luiz Fux recebe homenagem da Faculdade de Tecnologia Jardim - FATEJ/FADISA. Foto: Nelson Jr./SCO/STF



19.4.2021 – Ministro Luiz Fux recebe, ao lado Ministro Nunes Marques, a Ordem do Mérito Militar durante solenidade Cívico-Militar comemorativa do Dia do Exército. Foto: Nelson Jr./SCO/STF





12.7.2021 – Recebimento da Medalha do Mérito Judiciário do Tribunal Regional Federal da 2° Região. Foto: TRF2

2.7.2021 – Recebimento da Medalha Ordem do Mérito no Grau Grã-Cruz pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.
Foto: Marco Aurélio Martins Gonçalves/ACE/STF





17.9.2021 – Recebimento da Medalha do Mérito Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rêgo Santos (MPMG). Foto: Defensoria/MG

17.11.2021 – Ministro Luiz Fux recebe medalha Mérito da Procuradoria-Geral do DF. Foto: Nelson Jr./SCO/STF





17.11.2021 – Minitro Luiz Fux recebe do Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais, Gustavo Machado Tavares, o Prêmio Raymundo Faoro. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

25.11.2021 – Presidente do STF, Ministro Luiz Fux, recebe do Desembargador Fernando Armando Ribeiro, presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, o Colar do Mérito Judiciário Militar. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF





1˚.12.2021 – Ministro Luiz Fux recebe a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho 2021, medalha na categoria Grau Grão-Colar. Foto: Dimmy Falcão/TST

25.3.2022 – Recebimento da condecoração da Ordem do Mérito do Ministério da Justiça no Grau Grã-Cruz. Foto: Alan Santos/PR





10.6.2022 – Recebimento da Medalha de Alta Distinção Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Foto: Érika Miranda/TJPA





22.6.2022 – Ministro Luiz Fux recebe homenagem de militares da Academia Militar das Agulhas Negras. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

5.8.2022 – Ministro é agraciado com o Colar do Mérito do Tribunal de Contas do Estado do Piauí. Foto: TCE/PI

5.7 Articulação institucional

> **“As nossas relações com os demais Poderes serão harmônicas, porém litúrgicas, consoante a essência do mandamento constitucional.”**
>
> Ministro Luiz Fux,
> em seu discurso de posse.

Em busca do diálogo e observando a independência e harmonia entre os Poderes, o Presidente Luiz Fux manteve agenda com representantes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, bem como com entidades de classe, advocacia e representantes da sociedade civil.

Um dos primeiros compromissos realizados foi a reunião por videoconferência com os presidentes dos Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunais Regionais do Trabalho. No encontro, o Ministro Fux reforçou a importância do trabalho integrado entre os tribunais.



29.9.2020 – Ministro Luiz Fux participa de reunião por videoconferência com magistrados de todas as regiões do Brasil.
Print de tela TV Justiça

O Ministro também representou a instituição em diversos eventos realizados em outras instituições e estados pelo país, como na abertura do Ano Legislativo, no Congresso Nacional, ao lado do Presidente da Câmara, Arthur Lira, do Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e do Presidente da República, Jair Bolsonaro.



3.2.2021 – Ministro Luiz Fux na sessão solene destinada à inauguração da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura. Foto: Michel Jesus/Câmara dos Deputados

> **"O Poder Judiciário brasileiro atuará sempre em harmonia com os Poderes Executivo e Legislativo, sem se olvidar do espaço de independência conferido a cada um dos braços de Estado. É dizer: devemos construir soluções dialógicas para o fortalecimento da democracia constitucional e para o desenvolvimento nacional."**
>
> Ministro Luiz Fux, em discurso na Abertura do Ano Legislativo de 2021 no Congresso Nacional.



3.2.2021 – Luiz Fux e Rodrigo Pacheco assinam ato de instalação da comissão de juristas.
Foto: Pedro Gontijo/Agência Senado

Em conjunto com o Presidente do Senado, o Ministro Luiz Fux assinou ato que instituiu comissão de juristas responsável por apresentar proposições legislativas para "dinamizar, unificar e modernizar o processo administrativo e tributário nacional".

O Ministro explicou que o objetivo da comissão é aperfeiçoar a legislação para garantir o direito constitucional à duração razoável dos processos.

"O escopo maior é exatamente a simplificação e a efetivação da cláusula pétrea da duração razoável dos processos."



29.6.2022 - Café da manhã com lideranças da Câmara dos Deputados.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Participação do Presidente e de dirigentes do Tribunal em **114 reuniões e audiências com parlamentares ou autoridades relacionadas ao parlamento**, como o café da manhã, no Salão Nobre do STF, com o Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e outros 21 líderes partidários e representantes da bancada feminina.

Além de promover o constante diálogo institucional com os demais poderes, o STF também publicou normativo que dispõe sobre a **cooperação judiciária** da Corte com os demais órgãos do Poder Judiciário.

Resolução nº 775, de 31.5.2022, que dispõe sobre a cooperação judiciária nacional no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

1.116

proposições legislativas acompanhadas

1.221

Reuniões no Congresso Nacional acompanhadas, dentre sessões do plenário, de comissões e audiências públicas





20.8.2020 – Ministro Luiz Fux entrega convite da posse ao Presidente da República, Jair Bolsonaro.
Foto: Marcos Corrêa/PR

27.10.2020 – Presidente do STF recebe em audiência o Governador do Estado do Rio de Janeiro, em exercício, Claudio Castro. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF





5.11.2020 – Ministro Luiz Fux e o Presidente da República, Jair Bolsonaro, na solenidade de posse do Ministro Nunes Marques. Foto: Marcos Corrêa/PR.

20.11.2020 – Presidente do STF profere palestra no XXVI Congresso Nacional de Registro Civil. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF





16.12.2020 – Assinatura de acordo entre STF/CNJ/Universidade de Oxford. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

4.3.2021 – Audiência com o então Advogado-Geral da União, José Levi Mello. Foto: Nelson Jr./SCO/STF





24.3.2021 – Ministro Luiz Fux participa de reunião com o Presidente da República, Jair Bolsonaro, o Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, o Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, e outras autoridades da República.
Foto: Marcos Corrêa/PR

18.2.2021 – Presidente do STF recebe em audiência os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF





8.4.2021 – Ministro Fux recebe o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF

8.4.2021 – Audiência por videoconferência em que o Ministro Luiz Fux recebeu a "Carta à Humanidade: Vida acima de tudo" de diversos intelectuais brasileiros, e a "Manifestação da Frente pela Vida ao STF e Congresso Nacional". Print de tela



28.4.2021 – Reunião com as Deputadas Federais Margarete Coelho, Luiza Canzini e Celina Leão.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF





28.4.2021 – Audiência com Onyx Lorenzoni, então Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

28.4.2021 – Encontro com Paulo Guedes, Ministro de Estado da Economia. Foto: Nelson Jr./SCO/STF





28.4.2021 – Ministro Luiz Fux recebe o então Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

28.4.2021 – Audiência com o Delegado da Polícia Federal Paulo Gustavo Maiurino, então diretor-geral da PF. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF





29.4.2021 – Audiência com a Senadora Soraya Thronicke. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

5.5.2021 – Reunião entre os presidentes do STF, Luiz Fux, e do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Gilson Soares Lemes.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF

12.5.2021 – Audiência com o então Presidente do Superior Tribunal Militar, Ministro Luis Carlos Gomes Mattos. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



13.5.2021 – Audiência com o Ministro do Tribunal de Contas da União Augusto Nardes. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF







13.5.2021 – Reunião com o Presidente do Banco do Brasil, Fausto de Andrade Ribeiro, no Salão Branco do STF.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

19.5.2021 – Ministro Luiz Fux recebe o Governador do Pará, Helder Barbalho. Foto: Nelson Jr./SCO/STF







2.6.2021 – Ministro Luiz Fux e o Ministro das Comunicações, Fábio Faria. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

2.6.2021 – Ministro Luiz Fux recebe o Deputado Federal João Campos de Araújo. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

2.6.2021 – Ministro Luiz Fux faz palestra na Conferência Anual do Programa de Estudos Brasileiros promovido pelo Centro Latino-Americano da Universidade de Oxford. Mosaico. *Print* de tela







9.6.2021 – Audiência do Presidente Luiz Fux com o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

9.6.2021 – Assinatura de termo de cooperação técnica entre o STF e o STJ. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

9.6.2021 – Audiência com o então Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF







10.6.2021 – Audiência com o Desembargador Otávio Leão, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

21.6.2021 – Participação dos Ministros do STF no *webinar* "Suprema Corte e Diálogos sobre a Agenda 2030". *Print* de Tela

16.6.2021 – Ministro Luiz Fux e o Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Juiz Luiz Antonio Colussi. Foto: Nelson Jr./SCO/STF



30.6.2021 – Audiência com o Procurador-Geral da Justiça Militar, Antônio Pereira Duarte. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

12.7.2021 – Ministro Luiz Fux e o Presidente da República, Jair Bolsonaro, concedem entrevistas após audiência no Supremo. Foto: Nelson Jr./SCO/STF











4.8.2021 – Audiência com os Governadores Romeu Zema Neto, de Minas Gerais, e Helder Ramalho, do Pará. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

4.8.2021 – Ministro Luiz Fux com o então Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, Eduardo André Brandão.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF

6.8.2021 – Audiência com Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



17.6.2021 – Reunião com Rogério Portugal Bacellar, Presidente da Confederação Nacional de Notários e Registradores. Foto: Nelson Jr./SCO/STF



18.8.2021 – Presidente do STF, Ministro Luiz Fux, recebe Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF







18.8.2021 – Audiência com Ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Ciro Nogueira. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

25.8.2021 – Audiência com Rogério Portugal Bacellar, Presidente da Confederação Nacional de Notários e Registradores. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

18.8.2021 – Audiência do Ministro Luiz Fux com o Ministro do Superior Tribunal Militar José Barroso Filho. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF





24.8.2021 – Audiência com o Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

25.8.2021 – Ministro Luiz Fux recebe o Desembargador Voltaire de Lima Moraes, presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça. Foto: Nelson Jr./SCO/STF



26.8.2021 – Audiência com Presidente do Tribunal Regional da 4ª Região (TRF4), Desembargador Ricardo Teixeira do Valle Pereira.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

2.9.2021 – Encontro com o Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Alvaro Pereira Leite.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF







6.9.2021 – Reunião com a Ministra do STF Ellen Gracie. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

8.9.2021 – Audiência com a Deputada Federal Bia Kicis. Foto: Nelson Jr./SCO/STF



22.9.2021 – Presidente do STF, Ministro Luiz Fux, e a então Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ministra Maria Cristina Peduzzi, assinam o acordo de cooperação entre a TV Justiça e o TST.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



30.9.2021 – Encontro com representantes do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Gerais (CONDEGE).
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF





7.10.2021 – Ministro Luiz Fux durante audiência com os Deputados Federais Diego Andrade, Margarete Coelho e Leonardo Picciani. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

13.10.2021 – Audiência com o Senador Izalci Lucas. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF







20.10.2021 – Audiência com o Senador Álvaro Dias.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

20.10.2021 – XXX Solenidade de Outorga dos Troféus Dom Quixote e Sancho Pança e recebimento da medalha "Centenário de Orpheu Salles". Foto: STJ

21.10.2021 – Ministro Luiz Fux em audiência com o Coronel Alex Alexandre de Mesquita e cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras. Foto: Nelson Jr./SCO/STF







21.10.2021 – Audiência com o Senador Eduardo Braga.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

25.10.2021 – Ministro Luiz Fux recebe representantes de comunidades indígenas do Médio Xingu (PA) atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

26.10.2021 – Audiência com a Governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF







28.10.2021 – Audiência com os Senadores Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Humberto Costa para entrega do Relatório da CPI-Covid. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

4.11.2021 – Audiência com o Advogado-Geral da União, Bruno Bianco Leal, o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e Izabel Vinchon, Secretária-Geral de Contencioso da AGU.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

8.11.2021 – Reunião com o Deputado Arthur Lira, Presidente da Câmara dos Deputados. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF









12.11.2021 – Ministro Luiz Fux faz palestra de encerramento do Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC). Foto: IRB

17.11.2021 – Ministro Luiz Fux recebe os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

17.11.2021 – Audiência com os Deputados Federais Baleia Rossi e Isnaldo Bulhões. Foto: Nelson Jr./SCO/STF





17.11. 2021 – Ministro Luiz Fux recebe os Deputados Federais Cezinha de Madureira e João Campos de Araújo.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF

17.11.2021 – Ministro Luiz Fux e o Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Foto: Nelson Jr./SCO/STF







19.11.2021 – Presidente do STF reúne-se com Desembargadores do Tribunal de Justiça do Amazonas, em Manaus. Foto: Chico Batata/TJAM

24.11.2021 – Audiência com o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

24.11.2021 – Audiência com o Deputado Federal Denis Bezerra. Foto: Nelson Jr./SCO/STF







1º.12.2021 – Ministro Luiz Fux em audiência com Rodrigo Maia, Secretário de Projetos e Ações Estratégicas do Governo de São Paulo. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

25.11.2021 – Audiência com o Senador Rodrigo Cunha. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

2.12.2021 – Ministros participam da inauguração do Museu do STF. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



7.12.2021 – Ministro Luiz Fux participa da cerimônia de premiação no formato virtual da 18° edição do Prêmio Innovare. *Print* de tela

15.12.2021 – Presidente Luiz Fux recebe em audiência o então Governador João Dória (SP) no Salão Branco do STF.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF





2.2.2022 – Presidente Luiz Fux na inauguração da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.
Foto: Marina Ramos/Câmara dos Deputados





23.2.2022 – Audiência do Ministro Luiz Fux com a Diretora-geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Desembargadora Cristina Tereza Gaulia. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

9.2.2022 – Ministro Luiz Fux em audiência com o então Governador em exercício do Estado do Tocantins, Wanderlei Barbosa. Foto: Carlos Moura/SCO/STF







8.3.2022 – Ministro Luiz Fux defende atuação do Judiciário para correção de erros históricos contra as mulheres, durante evento no STJ para comemorar o Dia Internacional da Mulher. Foto: Gustavo Lima/STJ

9.3.2022 – Audiência com Olga Vishnevsky Fortes, Presidente da Associação Brasileira dos Magistrados do Trabalho (ABMT). Foto: Nelson Jr./SCO/STF

9.3.2022 – Ministro Luiz Fux recebe integrantes da Comissão Ajufe Mulheres. Foto: Nelson Jr./SCO/STF



9.3.2022 – Audiência com o Desembargador Fábio Dutra, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

16.3.2022 – Lançamento da nova campanha "A Turma da Mônica e o Poder Judiciário". Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF











16.3.2022 – Audiência com o Conselheiro Otávio Minervino da Silva Filho, Presidente do Conselho Distrital de Fernando de Noronha.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

17.3.2022 – Audiência com os Advogados Marcus Vinicius Furtado Coêlho e Luiz Gustavo Bichara.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

17.3.2022 – Audiência com os Ministros da saúde, Marcelo Queiroga, e da AGU, Bruno Bianco.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF





19.4.2022 – Presidente Luiz Fux participa da solenidade comemorativa do Dia do Exército no Quartel-General do Exército. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

3.5.2022 – Ministro Luiz Fux em audiência com o Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF



6.5.2022 – Palestra do Ministro Luiz Fux no XVII Encontro Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal, em Florianópolis. Foto: Cristiano Andujar (PMF)



12.5.2022 – Ministros do STF no XXIV Congresso Brasileiro de Magistrados. Foto: AMB



18.5.2022 – Audiência com o Conselheiro Edilson de Sousa Silva, Vice-presidente executivo da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).
Foto: Nelson Jr./SCO/STF



18.5.2022 – Audiência com o Deputado Federal Arthur Oliveira Maia. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



18.5.2022 – Ministros Luiz Fux, Edson Fachin e Alexandre de Moraes na apresentação das parcerias do Programa de Combate à Desinformação (PCD) no âmbito da Corte. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



25.5.2022 – Ministros participam de cerimônia dos 15 anos da Repercussão Geral. Foto: Nelson Jr./SCO/STF







26.5.2022 – Ministros Luiz Fux e Emannuel Pereira (TST) durante assinatura de Termo de Execução Descentralizada entre STF, TST e CSJT.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF

1º.6.2022 – Ministro Luiz Fux recebe em audiência Sebastião Santos e Everardo Aguiar, representantes do Viva Rio.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF





2.6.2022 – Ministro Luiz Fux, Presidente do STF, acompanhado do Secretário-Geral da Presidência do STF, Pedro Felipe de Oliveira Santos, em audiência com Daniel Macedo, Defensor Público-Geral Federal.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF

8.6.2022 – Ministro Luiz Fux em audiência com representantes do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF



9.6.2022 – Visita de cortesia ao STF dos novos procuradores da Procuradoria-Geral do Rio de Janeiro. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

21.6.2022 – Presidente do STF recebe líderes do Senado Federal para um café da manhã, no Salão Nobre do STF. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF





22.6.2022 – Ministro Luiz Fux recebe Raul Jungmann.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



22.6.2022 – Presidente Luiz Fux com Dario Durigan, diretor de Políticas Públicas para o *WhatsApp* no Brasil, e dirigentes da Meta Platforms Inc.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF







29.6.2022 – Encontro entre o Ministro Luiz Fux e representantes da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT).
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

29.6.2022 – Audiência do Ministro Luiz Fux com o Juiz Cristiano Vilhalba. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

30.6.2022 – Audiência com Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais, Jarbas Soares Júnior. Foto: Nelson Jr./SCO/STF



5.8 Principais acordos de cooperação técnica firmados durante a gestão

Acordo de cooperação técnica com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES),

para o desenho de soluções voltadas ao aumento da eficiência na gestão dos recursos econômico-financeiros da TV e da Rádio Justiça, canais que divulgam as atividades do Poder Judiciário.

Acordo de cooperação técnica com o Superior Tribunal de Justiça (STJ),

para a adoção de boas práticas e o compartilhamento de informações e dados, objetivando reduzir a litigiosidade e a atuação jurisdicional repetitiva de ambas as Cortes por intermédio da identificação mais célere e eficiente de questões jurídicas para submissão à sistemática de julgamento de precedentes qualificados

Acordo de cooperação técnica firmado com a Universidade de Oxford,

por meio da *Blavatnik School of Government*, com o objetivo de realizar pesquisa para avaliar o efeito de intervenções propostas na rotina de servidores do STF durante o trabalho remoto.

Acordo de cooperação técnica com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE),

para combater *fake news* envolvendo o Judiciário e divulgar informações sobre as eleições deste ano.

Acordo de cooperação técnica com a Universidade de Oxford,

por intermédio do seu *Latin American Center* (LAC), para realização de pesquisas acadêmicas relacionadas ao arranjo de cortes constitucionais, direitos humanos e governança democrática.

Acordo de cooperação técnica com a Universidade Federal do Paraná (UFPR),

com a finalidade de promover o desenvolvimento científico no País nas áreas da Justiça e dos Direitos Humanos.

Acordo de cooperação técnica com a Rede Governança Brasil (RGB),

visando o desenvolvimento de ações de fomento à adoção de governança colaborativa por entidades e órgãos públicos do Sistema de Justiça.

Acordo de cooperação técnica com a Universidade de Münster (Alemanha),

objetivando o desenvolvimento de pesquisas científicas conjuntas, a construção e a difusão do diálogo acadêmico e do conhecimento.

Acordo de cooperação técnica com a Secretaria-Geral da Presidência da República, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam),

para integração das três bases fundamentais à divulgação do direito brasileiro: o *site* de pesquisa de legislação do Planalto, mantido pela subchefia para assuntos jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República; o Sistema "Corpu 927", desenvolvido em conjunto pela Enfam e pelo STJ, que organiza as jurisprudências dos tribunais superiores; e o sistema "A Constituição e o Supremo".

Acordo de cooperação técnica firmado com o Senado Federal e a Câmara dos Deputados,

para utilização compartilhada do Centro de Transmissão de Rádio e Televisão, possibilitando a otimização dos recursos providos pelos três órgãos partícipes do pacto.

Acordo de cooperação técnica com o Conselho da Justiça Federal (CJF),

para serviços gráficos.

Acordo de cooperação técnica com o Conselho Nacional de Justiça,

para desenvolvimento de cooperação técnico-científica entre o STF e o CNJ para intercâmbio de informações, conhecimentos específicos, bases de dados, publicações e demais atividades voltadas para estruturação e desenvolvimento da biblioteca digital do CNJ.

Acordo de cooperação técnica com o Instituto Justiça & Cidadania,

para digitalização, sem nenhum custo para o STF, de 4.656 fitas de vídeo do acervo da TV Justiça e 798 fitas VHS da Gerência de Gestão Documental.

Acordo de cooperação técnica celebrado com o Google LLC,

cujo objeto é o ajustamento das obrigações para adesão ao Projeto Arte e ao Projeto Maravilhas do Mundo, plataformas *on-line* para que museus, arquivos e instituições culturais enviem seus acervos para exibição na Internet.

Acordos de cooperação técnica firmados com a Rádio e Televisão Record S/A; a Novus Mídia S/A,

(empresa de mídia brasileira licenciada pela CNN Internacional para operar sob a marca CNN Brasil); a **Globo Comunicação e Participação S/A**; e **a Empresa Brasil de Comunicação S/A,** para possibilitar que o público tenha maior acesso às programações da TV Justiça e, assim, às principais decisões do STF.



“Compromisso com o Conhecimento”

6

“

Logo no início desta Presidência, propus aos Eminentes Ministros deste Tribunal a transformação da então Secretaria de Documentação na Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação (SAE), com a ampliação de seu escopo de competências e objetivos polivalentes para: **(i)** fomentar a memória institucional do Tribunal, com obras historiográficas sobre os seus membros e os eventos que o moldaram; **(ii)** estimular a produção de pesquisas empíricas sobre temas de alta complexidade e de alto interesse por todo o sistema de justiça, inclusive mediante termos de cooperação técnica com centros de excelência nacionais e internacionais; **(iii)** dialogar com a academia nacional e internacional, assim como outras Supremas Cortes, produzindo estudos e obras que retratem o STF por lentes inovadoras. (...)

Essas iniciativas representam um passo crucial em direção à abertura dos canais institucionais e da governança de nossa Corte às múltiplas perspectivas e experiências dos atores da academia, da sociedade civil e do próprio sistema de Justiça.

Sem deixar de agir com prudência e responsabilidade, o Supremo Tribunal Federal se firma como uma instituição de vanguarda, aberta à inovação. ”

Ministro Luiz Fux, em pronunciamento no seminário internacional Cortes Supremas, Governança e Democracia, realizado pelo STF em parceria com o *Brazilian Studies Programme* da Universidade de Oxford.



24.8.2022 - Ministro Luiz Fux no Museu do STF. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

6.1 Produção e difusão do conhecimento

Em setembro de 2020, logo no início da gestão do Ministro Luiz Fux, foi instituída a **Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação** (SAE), a partir da restruturação da Secretaria de Documentação (SDO). Essa mudança decorreu de um processo natural do amadurecimento institucional da SDO como espaço de produção de conhecimento e da assunção de uma nova missão, consistente no desenvolvimento de estudos avançados e de projetos de pesquisas sobre temas de alta indagação.

Nesse contexto, foram previstos os seguintes objetivos no plano de implementação da nova secretaria:

1 MEMÓRIA INSTITUCIONAL

APRIMORAR O PROCESSO DE CURADORIA DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA CORTE

2 DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO

AMPLIAR A DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO

3 CONHECIMENTO JURÍDICO

SER REFERÊNCIA EM PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTO JURÍDICO-INSTITUCIONAL

4 DIÁLOGO INSTITUCIONAL

AMPLIAR O DIÁLOGO INSTITUCIONAL

5 PESQUISA CIENTÍFICA

AMPLIAR A PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA QUANTITATIVA E QUALITATIVA

> “Assumiu-se o desafio de alçar o STF como ponto de referência em governança de informações jurídicas e institucionais, a partir da institucionalização de um espaço de produção de conhecimento que permitisse à instituição uma saudável interlocução com a academia, com a sociedade civil e com *think tanks* públicos de excelência, e instituições públicas notórias.
>
> A SAE, portanto, além de conservar e preservar a memória documental da Corte, projetou-se como um espaço cultural de produção e circulação de conhecimentos atuais, com o objetivo de manter o STF como uma instituição altiva, sempre pronta para o futuro. É exatamente nesta toada que passado, presente e futuro encontraram-se na SAE.”

Pedro Felipe de Oliveira Santos, Secretário-Geral da Presidência.
Alexandre Reis Siqueira Freire, Secretário de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação.

No processo de restruturação, a SAE foi organizada em quatro coordenadorias:

- Coordenadoria de Biblioteca (CBIB);
- Coordenadoria de Difusão da Informação (CODI);
- Coordenadoria de Gestão da Informação, Memória Institucional e Museu (CGIM); e
- Coordenadoria de Pesquisas Judiciárias (COPJ).

Para executar essa nova missão institucional, as referidas coordenadorias atuam em processo colaborativo entre si e – ainda – de forma conjunta e complementar às atividades desenvolvidas por outras áreas do Tribunal, como a **Assessoria de Assuntos Internacionais da Presidência** (AIN) e a **Secretaria de Comunicação Social** (SCO).

Nessa perspectiva, são apresentadas a seguir algumas das principais iniciativas que, tecidas em ação integrada entre essas diversas unidades do STF, espelham o compromisso da Corte com a produção e a difusão do conhecimento.

6.2 Ações no âmbito internacional

> **“É preciso construir um conhecimento criativo e aprender com as experiências dos diferentes países em relação ao acesso e à proteção dos direitos fundamentais das pessoas, para garantir que eles não sejam diminuídos.”**
>
> Ministro Luiz Fux, na palestra de abertura do 1º *Webinar* STF – Universidade de Münster: Covid-19 e seus impactos nos direitos fundamentais.

Buscando intensificar as trocas de experiências e de boas práticas – e, em consequência, estimular o contínuo aprimoramento da Corte – a gestão do Ministro Luiz Fux empenhou-se em estreitar os canais de diálogo internacional do Supremo Tribunal Federal.

Além da participação do Ministro Presidente da Corte em diversas reuniões, encontros e conferências internacionais (veja mais no Capítulo 5 – Democracia e Articulação Institucional), o Tribunal reforçou sua interlocução com Cortes estrangeiras, representações diplomáticas e universidades de outros países por intermédio da celebração de acordos de cooperação, da recepção de pesquisadores estrangeiros, da tradução de documentos e do desenvolvimento de linhas editoriais em inglês para difundir as principais decisões da Corte.

6.2.1 Acordos de cooperação

Em dezembro de 2020, o Ministro Luiz Fux assinou acordo de cooperação internacional entre o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e a Universidade de Oxford, da Inglaterra, representada pela Diretora do Centro de Estudos sobre o Brasil da instituição britânica. .

Já em novembro de 2021, houve a formalização do **Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade de Münster** (WWU), da Alemanha.

Os acordos objetivam promover a cooperação acadêmica e científica entre as instituições para a realização de eventos e intercâmbios de servidores, magistrados e acadêmicos, em prol da realização de pesquisas sobre as práticas jurídicas locais e sobre direito comparado.

Acesse notícia sobre o acordo de cooperação com a Universidade de Oxford

Acesse notícia sobre o acordo de cooperação com a Universidade de Münster

6.2.2 Cátedra Victor Nunes Leal (CVNL) Internacional

> **A Cátedra Victor Nunes Leal consiste em um espaço institucional de cultura que viabiliza a conexão de pesquisadores de diversas instituições e a produção de estudos e pesquisas de excelência acerca de temáticas das mais diversas, especialmente aquelas relacionadas ao direito constitucional e às Cortes Supremas.**
>
> Ministro Luiz Fux, em discurso por ocasião do lançamento do programa.



Lançada durante a gestão do Ministro Fux, a Cátedra Victor Nunes Leal (CVNL) é um programa que abre as portas do STF para pesquisadores, professores e estudantes de pós-graduação nacionais e estrangeiros que desejam desenvolver pesquisas teóricas e empíricas sobre temas de interesse da Corte.

Em sua primeira edição internacional, realizada entre julho e setembro de 2021, a Corte recepcionou três estudantes da Universidade de Oxford.

6.2.3 Conferências internacionais organizadas pelo STF

Cortes Supremas, Governança e Democracia: Universidade de Oxford. Contribuições da sociedade civil para o aprimoramento da governança do Supremo Tribunal Federal. Realizada em 22 e 23.10.2020.



1.446

de visualizações no *YouTube*

O primeiro *webinar* internacional realizado pelo STF, em parceria com o Centro Latino-Americano (*Latin American Centre – LAC*) da Universidade de Oxford, contou com os seguintes palestrantes internacionais:

Assista ao primeiro dia do evento

Acesse o *hotsite* do evento



Tom Ginsburg

- Professor na Universidade de Chicago;
- Doutor em direito e em teoria do direito e políticas sociais pela Universidade da Califórnia.



Rosalind Dixon

- Professora na Universidade da Nova Gales do Sul;
- Doutora em direito pela Universidade de Harvard.



Andreza Aruska de Souza Santos

- Professora no Centro Latino-Americano da Universidade de Oxford;
- Doutora em antropologia social pela Universidade de St. Andrews.



Richard Susskind

- Consultor para assuntos de inteligência artificial e inovação tecnológica do Presidente da Alta Corte de Justiça da Inglaterra e País de Gales;
- Professor na Universidade de Oxford;
- Doutor em direito e computação pela mesma instituição.



Richard Albert

- Professor na Universidade do Texas;
- Doutor em direito pela Universidade de Yale.



António Guterres

- Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.

O acordo de cooperação técnica com a Universidade de Münster resultou também em uma série de três webinários, os quais tiveram o objetivo de promover o diálogo e a troca de experiências sobre temas relevantes e atuais no mundo jurídico entre estudiosos e operadores do direito de

1º *WEBINAR* STF – UNIVERSIDADE DE MÜNSTER
COVID-19 E SEUS IMPACTOS SOBRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Realizado em 12.11.2021





Assista ao vídeo no *YouTube*

ambos os países (Brasil e Alemanha). Os temas foram: “Covid-19 e seus impactos sobre os direitos fundamentais”; “Cortes Constitucionais e Proteção Contramajoritária”; “Constitucionalismo Digital e Democracia”.

2º *WEBINAR* STF – UNIVERSIDADE DE MÜNSTER
CORTES CONSTITUCIONAIS E PROTEÇÃO CONTRAMAJORITÁRIA

Realizado em 11.3.2022



Assista ao vídeo no *YouTube*



4.440

visualizações no *YouTube*
(número total referente
às três edições do evento)

3º *WEBINAR* STF – UNIVERSIDADE DE MÜNSTER CONSTITUCIONALISMO DIGITAL E DEMOCRACIA

Realizado em 3.6.2022





Assista ao
vídeo no
YouTube

6.2.4 Projeto Supremo internacional

O projeto Supremo internacional tem por escopo o desenvolvimento de linhas editoriais em inglês de temas relevantes sobre a jurisprudência da Corte, com a estruturação de uma estratégia de difusão internacional da informação.

Durante a vigência do projeto, foram lançadas as linhas editoriais ***Case Law Compilation*** e ***STF Bulletin***.

CASE LAW COMPILATION

A coletânea ***Case Law Compilation*** visa à conversão para a língua inglesa de decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, resumidas e organizadas em conjuntos temáticos.

O objetivo da iniciativa é ampliar a inserção dos julgamentos do STF no âmbito de discussão da comunidade internacional, para que pesquisadores e juízes de outras realidades constitucionais possam conhecer e utilizar os julgados da Corte como balizas interpretativas em julgamentos e pesquisas em outros países.

A estrutura da obra apresenta resumos dos entendimentos da Corte (*headnotes*), com apresentação concisa dos fatos (*facts*) e dos principais fundamentos das decisões (*holdings)*. São incluídas ainda informações adicionais (*additional information*) correlatas às matérias, que ampliam o conhecimento do leitor sobre a jurisprudência do Tribunal.

Os julgados são classificados segundo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e, ao final de cada tópico, é inserido *Qr Code* para acesso ao inteiro teor do acórdão.

“Publicação inédita em língua inglesa com as principais decisões do STF sobre o enfrentamento ao coronavírus.”



Pedro Felipe de Oliveira Santos
Secretário-geral da Presidência

“Material relevante para estudos sobre a atuação judicial neste momento tão desafiador.”



Ministro Luiz Fux
Presidente do Supremo Tribunal Federal

“Fonte inestimável de pesquisa para acadêmicos de todo o mundo.”



Professor Richard Albert
Universidade do Texas em Austin

Os dois primeiros volumes da coletânea trataram das reações do Supremo Tribunal Federal no enfrentamento à pandemia da Covid-19. Ambas as publicações tiveram grande repercussão entre renomados professores estrangeiros, com citações em artigos de revistas internacionais, contribuindo, desse modo, para ampliar a difusão de informação sobre a atividade jurisdicional do Supremo perante a comunidade internacional.

CASE LAW COMPILATION: COVID-19 – Vol. 1, 1ª Edição – Out/2020



CASE LAW COMPILATION: COVID-19 – Vol. 1, 2ª Edição – Maio/2021



CASE LAW COMPILATION: FREEDOM OF SPEECH – Vol. 2 – Nov/2021



CASE LAW COMPILATION: FUNDAMENTAL RIGHTS – Vol. 3 – Set/2022



Em 2021, duas novas edições foram lançadas: ***Freedom of speech*** e ***Fundamental rights***, esta última com eixos temáticos relacionados ao acesso à justiça e devido processo legal, igualdade, liberdades, privacidade e segurança, propriedade, vida e integridade física.

Além de ampliar a difusão de informação sobre a atividade jurisdicional do Supremo perante a comunidade internacional, as publicações do ***Case Law Compilation*** contaram com um projeto gráfico inovador, com conteúdo objetivo e linguagem acessível, além do uso de infográficos, ícones e elementos visuais que contribuíram para uma compreensão intuitiva dos julgamentos. Essas inovações foram idealizadas com base na metodologia do *Legal Design* e de técnicas de *Visual Law*, de modo a colocar o leitor no centro das soluções e promover uma melhor experiência de acesso às publicações.

Outra importante inovação foi a disponibilização de *hyperlinks* na versão eletrônica das obras para o acesso a vídeos das sessões de julgamento, com a reprodução automática de legendas em inglês.

Na página da Jurisprudência Internacional no Portal do STF, encontram-se as obras da coletânea ***Case Law Compilation***, assim como os boletins e as pesquisas sobre temas específicos decididos por Cortes Constitucionais de países estrangeiros e por órgãos internacionais.

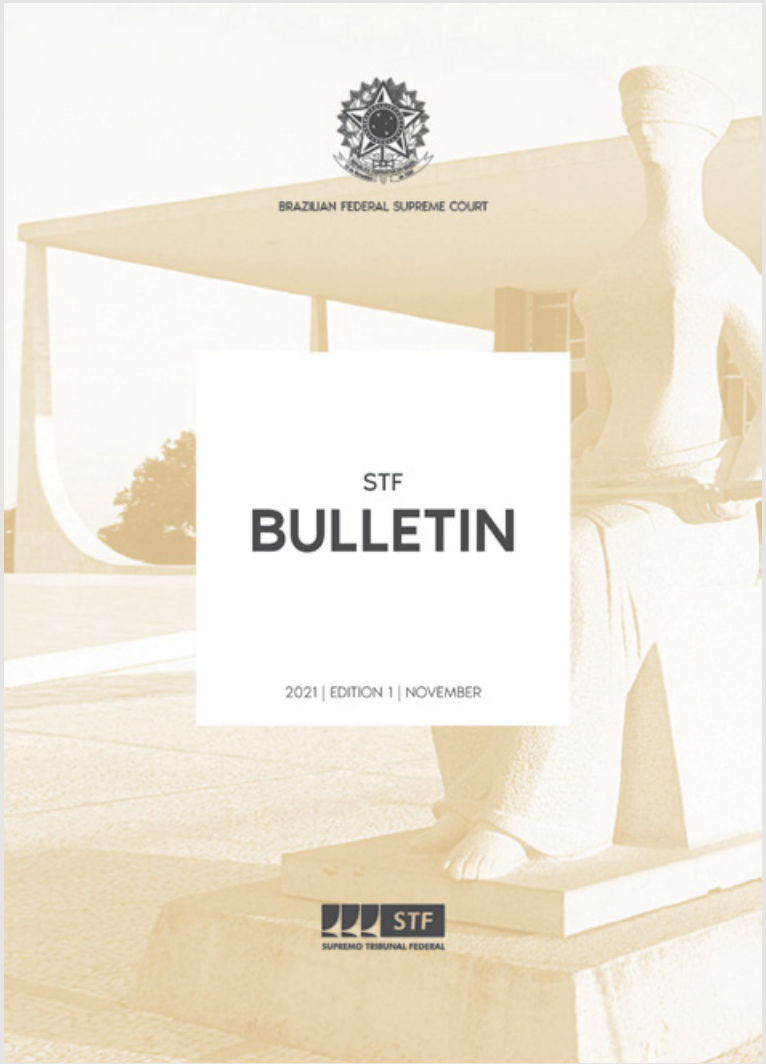
Acesse a página
da Jurisprudência
Internacional

STF BULLETIN

A linha editorial ***STF Bulletin*** (Informativo Internacional em língua inglesa) é uma publicação inédita, de periodicidade quadrimestral, contendo resumos das principais decisões e dos julgamentos proferidos pelo STF, com o objetivo de ampliar a inserção dos entendimentos da Suprema Corte brasileira no âmbito da comunidade internacional, de modo que seus julgados passem a ser usados como balizas interpretativas em outras realidades constitucionais.

A produção jurídica do ***STF Bulletin*** segue a seguinte metodologia:

a. A base de pesquisa é a dos julgamentos divulgados no ***Informativo STF***;



b. As decisões são selecionadas com base nos temas do *Thesaurus* adotados pela Comissão de Veneza (CODICES). Prestigiam-se, ainda, as decisões colegiadas do STF com potencial para impactar o público internacional, em especial aquelas proferidas no julgamento (i) de temas de repercussão geral (mérito de recursos com repercussão geral) e de (ii) processos de controle concentrado (ADI, ADC, ADO e ADPF);

c. Após a seleção, os conteúdos são vertidos para a língua inglesa.

Além da divulgação na página eletrônica do STF e no Portal Internacional do Tribunal, a publicação é enviada para instituições e autoridades com as quais a Corte mantém diálogo institucional, como embaixadas, universidades estrangeiras, representantes dos países-membros e associados à Comissão de Veneza, Supremas Cortes e Cortes Constitucionais de outros países. Com o objetivo de ampliar a acessibilidade, a publicação contém também o áudio das notícias, com tecnologia assistiva em inglês.



1ª edição

Julgados de junho a outubro de 2021.
Em inglês



2ª edição

Julgados de outubro de 2021 a janeiro de 2022.
Em inglês



3ª edição

Julgados de fevereiro a maio de 2022.
Em inglês

6.2.5 Reativação da conta do *Twitter* internacional do STF e obtenção do selo oficial conferido pela plataforma



Twitter internacional do STF

6.2.6 Comissão de Veneza

A Comissão Europeia para a Democracia pelo Direito (Comissão de Veneza) é o órgão consultivo do Conselho da Europa para questões constitucionais. Foi estabelecida em 1990 apenas com membros do Conselho da Europa, mas passou a permitir a participação de países não europeus a partir de 2002. O Brasil tornou-se o 56° país-membro, incentivado pelo Supremo Tribunal Federal.

Intercâmbio de informações

Durante a gestão do Ministro Luiz Fux, foram encaminhados ao STF, e devidamente respondidos, 34 questionários de diversas Cortes Constitucionais e da própria Comissão de Veneza sobre os mais variados assuntos:

- Discurso de ódio; responsabilidade civil do Estado; adiamento das eleições para o governo local; e prática de *slapp suit* (Corte Constitucional da África do Sul);
- Possibilidade de início de processo no Tribunal Constitucional por servidor, assessor ou membro do próprio Tribunal (Corte Constitucional da Eslovênia);
- Direito à reparação pelo Estado da vítima de erro judicial ou de medida privativa de liberdade (Corte Constitucional da Romênia);
- Recusa dos juízes de tribunal superior em casos de conflito de interesses (Comissão de Veneza);

- Penalidades decorrentes de não pagamentos fiscais; restrições quanto à possibilidade de integrantes das Forças Armadas se envolverem em atividades de natureza política; e prazo para recursos em processos criminais (Corte Constitucional da Letônia);

- Eleições do Governo do Kosovo (Corte Constitucional do Kosovo);

- Amostras de DNA no âmbito de processo penal; reclamações judiciais de terceiros sobre bens transferidos para o Estado; e obrigatoriedade de vacinação contra a Covid-19 (Corte Constitucional da República Tcheca);

- Regras de julgamento de casos no STF; limitação de direitos constitucionais por atos do Governo durante a pandemia; distribuição de recursos para partidos políticos; possibilidade de decisão monocrática em recurso no STF; restrições à liberdade condicional; e quórum para tomada de decisão nas Cortes (Corte Constitucional da Albânia);

- Controle de constitucionalidade no STF de lei aprovada pelo Congresso; proibição de publicidade em programas estrangeiros retransmitidos de TV; e distinção entre ocupantes de função pública e outros cidadãos no tocante à presunção da legalidade na aquisição de propriedade (Corte Constitucional da Moldávia);

- Redução de mandato parlamentar; confisco obrigatório de propriedade; e competências do Procurador-Geral da República (Corte Constitucional da Eslováquia);

- Aplicação retroativa de legislação previdenciária (Corte Constitucional do Azerbaijão);

- Possibilidade de uso de videoconferência para instrução de processo de prisão preventiva (Corte Constitucional da Bulgária);
- Atividades da sociedade civil que comprometem valores fundamentais e democráticos (Conselho de Estado dos Países Baixos);
- Direito à indenização como resultado de delito que tenha causado diretamente danos a outra pessoa (Corte Constitucional da Romênia);
- Liberdade de expressão; e proibição de votação para pessoas presas (Corte Constitucional da Letônia);
- Publicidade de informações em casos de matéria civil (Suprema Corte dos Países Baixos); e
- Veiculação de propagandas eleitorais em época de campanha (Corte Constitucional da Macedônia do Norte).

De outra parte, o STF formulou consulta à Comissão de Veneza para obter informações para a discussão em audiência pública a respeito do tema Educação Especial. Na ocasião, foram recebidas **23 contribuições** de Tribunais Constitucionais e Supremas Cortes de outros países.

DIFUSÃO DE JULGADOS

Também consta, entre as atividades da Comissão, a difusão da jurisprudência constitucional dos países-membros por meio de um boletim periódico e do banco de dados CODICES, que condensa decisões de Supremas Cortes ou Cortes Constitucionais. Nesse particular, algumas decisões recentes do STF encaminhadas ao banco de dados CODICES foram:

1. Plano de combate à letalidade policial no Rio de Janeiro (ADPF 635 ED, julgamento em 3.2.2022);
2. Aplicação de recursos da educação para o combate à pandemia (ADI 6.490, julgamento em 18.2.2022);
3. Proteção de terras indígenas (ADPF 709 MC-segunda-REF, julgamento em 25.2.2022);
4. Decretação de sucessivas ordens de interceptação telefônica (RE 625.263, julgamento em 17.3.2022);
5. Violência doméstica e medidas de proteção aplicadas por delegados e policiais (ADI 6.138, julgamento em 23.3.2022).

PARTILHA DE BOAS PRÁTICAS

Além das respostas aos questionários e do encaminhamento de suas decisões recentes, o STF também apresentou à Comissão de Veneza documento que descreve as medidas administrativas adotadas pelo Tribunal durante a pandemia da Covid-19, com o objetivo de oferecer exemplo para outros tribunais estrangeiros. Tal documento indicou, por exemplo, as adaptações tecnológicas implementadas pela Corte para colocar em trabalho remoto mais de 90% de seus servidores.

6.3 Programas de intercâmbio nacionais

6.3.1 Cátedra Victor Nunes Leal (CVNL) Nacional

Em sua vertente nacional, a Cátedra também constitui um centro de estudos e fomento à troca de conhecimentos, com enfoque voltado à pesquisa, mediante a realização de programas de intercâmbio destinados a receber pesquisadores de instituições de ensino e pesquisa de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), pós-doutores e professores mestres ou doutores de todas as regiões do Brasil. O programa tem abrangência nacional e periodicidade anual.

NACIONAL

CVNL

CÁTEDRA VICTOR NUNES LEAL

Para a primeira edição do programa, em novembro de 2021, foram selecionados seis intercambistas. Os pesquisadores participaram de painéis temáticos com palestras e moderações de assessores, secretários e coordenadores do STF, para aprofundar o conhecimento a respeito da atuação do Tribunal dentro das seguintes linhas anunciadas no edital: Cortes Constitucionais digitais e julgamentos virtuais; governança em Cortes Constitucionais; e atuação das instituições públicas no período da pandemia da Covid-19. Além disso, ao final do programa, foram entregues ao STF relatórios de pesquisas com os diagnósticos produzidos, os quais foram debatidos com *experts* em pesquisa.

















Leia a notícia

6.3.2 Programa de intercâmbio “Por Dentro do Supremo” (PDS)

O programa de intercâmbio **Por Dentro do Supremo** consiste em um projeto de abrangência nacional que tem como objetivo aproximar os estudantes de graduação e de pós-graduação da história e do funcionamento do STF, além de incentivar a pesquisa e a produção acadêmicas, oferecendo uma experiência teórica e prática acerca dos processos de trabalho desenvolvidos na Suprema Corte.



“Foram momentos de muito aprendizado e reflexão sobre o STF e o sistema jurídico. Espero algum dia visitar o espaço da Corte. Não tenho palavras para definir o quanto foi incrível!”

Bianca Silva Matos

Estudante de graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Bahia.

EDIÇÃO 1

- 250 inscritos
- 32 estudantes selecionados provenientes das 5 regiões do Brasil

Leia a notícia



EDIÇÃO 2

- 160 inscritos
- 35 estudantes selecionados provenientes das 5 regiões do Brasil

Leia a notícia

"Participar do Projeto foi uma experiência muito rica. Vivenciei uma mistura de sentimentos: de cidadania, orgulho da instituição STF, pertencimento e admiração! A minha percepção sobre o próprio Estado foi ressignificada."

Otávio Fabrício Lemos Corrêa Maia
Doutorando da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

"Tivemos a oportunidade de conhecer o 'outro lado': o que e quem está por trás do Supremo. Vimos uma diversidade de projetos inovadores para o STF e para o Poder Judiciário brasileiro."

Lucas Gabriel Lopes Pinheiro
Estudante de graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA), Pará.

6.4 Desenvolvimento de pesquisas científicas

A realização de pesquisas científicas envolvendo temáticas de interesse do Supremo Tribunal Federal fomenta a construção de fundamentos técnicos para a elaboração, a implementação, a análise e o aprimoramento de políticas judiciárias, possibilitando o diagnóstico de virtudes e gargalos no procedimento de entrega da jurisdição e a proposição de alternativas e soluções que viabilizem e impulsionem o desenho institucional.

9.521

acessos à página "Pesquisas judiciárias" no *site* do STF.

Conheça a página "Pesquisas Judiciárias"

6.4.1 Suprema – Revista de Estudos Constitucionais

Periódico científico semestral destinado à publicação de artigos, traduções, resenhas e entrevistas inéditos da área jurídica, cuja missão é criar um espaço de troca de conhecimentos e saberes, seguindo os rigorosos critérios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Seu principal objetivo é difundir pesquisas recentes e inéditas do cenário nacional e internacional, a fim de contribuir com a produção científica da área jurídica. A circulação de múltiplos conhecimentos empíricos e teóricos fortalece a construção de uma comunidade jurídica que se pauta em diagnósticos e discussões de elevada qualidade.

13.397

acessos aos resumos dos artigos publicados na Revista.

14.585

acessos ao inteiro teor dos artigos publicados na Revista.

3.11.2020
Lançamento do edital de chamamento de artigos para o primeiro número.

30.6.2021
Publicação do número inaugural, com 2 artigos de autor e autora convidados e 10 artigos aprovados em avaliação *double blind peer review*.

5.8.2021
Lançamento comemorativo da Revista e do edital de chamamento para o dossiê temático do segundo número "A atuação das instituições no enfrentamento à pandemia da Covid-19".

16.12.2021
Publicação do segundo número, com 8 artigos do fluxo contínuo da Revista, 4 artigos do dossiê, uma resenha e uma entrevista com o Professor José Afonso da Silva.

Conheça a página da Revista
e acesse as edições publicadas

REVISTA SUPREMA Volume 1 – Número 1 – Jun/2021



REVISTA SUPREMA Volume 1 – Número 2 – Dez/2021



REVISTA SUPREMA Volume 2 – Número 1 – Jun/2022



REVISTA SUPREMA Volume 2 – Número 2 – Dez/2022

17.12.2021

Lançamento do edital de chamamento para o dossiê temático do quarto número "**O direito a ter direitos**", com organização da Dra. Andreza Aruska de Souza Santos, professora da Universidade de Oxford, diretora do *Brazilian Studies Programme* dessa mesma instituição e integrante do Conselho Editorial Internacional da Suprema.

11.7.2022

173 pareceristas
20 conselheiros internacionais
23 conselheiros editoriais
56 conselheiros científicos
112 artigos submetidos para avaliação

29.6.2022

Publicação do primeiro número do segundo volume, com 12 artigos do fluxo contínuo, uma resenha e uma entrevista com o Professor Tercio Sampaio Ferraz Jr.

2º SEMESTRE

Previsão de publicação do número 2, com o dossiê "O direito a ter direitos".

6.4.2 Dossiê STF na Pandemia – Dez/2021

A obra consiste no registro da atuação do STF no contexto da pandemia, com base na descrição de três eixos:

- eixo de inovação tecnológica;
- eixo de gestão de pessoas; e
- eixo decisório.

O relatório apresenta informações relacionadas às adaptações promovidas pelo Tribunal para manter suas atividades no período pandêmico.

Entre outros pontos, são detalhadas as inovações tecnológicas adotadas pelo Supremo; o histórico de aperfeiçoamento do modelo de trabalho remoto; as iniciativas para capacitação técnica dos servidores; as medidas sanitárias implementadas para garantir a saúde física e mental dos colaboradores; e os aspectos relativos à prestação jurisdicional, ao acesso à informação e às decisões paradigmáticas relacionadas à pandemia.

Além de difundir informações e dados quantitativos e qualitativos sobre as adaptações do STF durante a pandemia de Covid-19, o documento tem o condão de fomentar reflexão sobre o tema, de modo a incrementar o autoconhecimento institucional. O documento também gera o benefício do registro histórico estruturado, importante para o resguardo da memória institucional.

O projeto envolveu múltiplas áreas do STF, como a Secretaria-Geral da Presidência, a Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, a Secretaria de Gestão Estratégica, a Secretaria de Gestão de Pessoas, a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde, a Secretaria de Tecnologia da Informação, a Assessoria de Apoio Gerencial e a Central do Cidadão.

Acesse o Dossiê



6.4.3 Pesquisa empírica O Plenário Virtual na pandemia da Covid-19 – Fev/2022

Em março de 2021, foi iniciada a execução da primeira pesquisa empírica desenvolvida institucionalmente pelo Supremo Tribunal Federal, a partir da cooperação entre a Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação (SAE) e a Secretaria de Gestão Estratégica (SGE).

Seu objetivo era analisar como o mecanismo do Plenário Virtual foi utilizado pelo Supremo Tribunal Federal durante o período de pandemia, tratando-se, portanto, de um estudo descritivo.

Para a extração de suas conclusões, a pesquisa resgatou o perfil de utilização do instrumento desde sua origem, traçando um paralelo com o histórico de alterações normativas que impactaram esse mecanismo decisório ao longo do tempo. De maneira mais detida, observou-se o comportamento dos dados relativos ao Plenário Virtual nos períodos imediatamente anterior e posterior ao início da crise sanitária.

Além de difundir informações e dados quantitativos sobre o uso do Plenário Virtual durante a pandemia de Covid-19, o diagnóstico empírico descritivo apresentado na pesquisa gerou reflexões sobre o tema abordado interna e externamente, de modo a incrementar o autoconhecimento institucional sobre o funcionamento do mecanismo decisório do Plenário Virtual no período estudado. Além disso, contribuiu para o fortalecimento e a difusão do conhecimento empírico na cultura do Tribunal.

Acesse a pesquisa


O PLENÁRIO VIRTUAL NA PANDEMIA DA COVID 19
STF

6.4.4 Encontros acadêmicos de pesquisas judiciárias do STF

Com o objetivo de debater os resultados da pesquisa empírica **O Plenário Virtual na pandemia da Covid-19** com servidores e assessores do STF, profissionais da área jurídica e pesquisadores com interesse na temática do Plenário Virtual, o Tribunal promoveu seis encontros acadêmicos.

Realizado em 19.11.2021



Realizado em 13.12.2021



Realizado em 14.1.2022



Realizado em 14.2.2022



Realizado em 1°.4.2022



Realizado em 9.5.2022



6.4.5 Pesquisa sobre a abstrativização do controle de constitucionalidade em parceria com o Ipea

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Iniciativa inédita no STF de contratação de instituição para a realização de pesquisa científica.

O propósito do estudo é apresentar um panorama quantitativo e descritivo das características do universo dos Recursos Extraordinários (REs) interpostos perante o STF.

Para tanto, o trabalho se propõe a refinar a análise dos dados a partir do conteúdo das decisões monocráticas proferidas e do cotejo do grupo de recursos admitidos (*i.e.*, com o reconhecimento da repercussão geral, requisito essencial de admissibilidade) com o de recursos não admitidos (*i.e.*, com repercussão geral não reconhecida ou por incidência de óbices formais).

Termo de Execução Descentralizado (TED) assinado em julho de 2022. Previsão de conclusão da pesquisa em novembro de 2022.



Acesse notícia sobre o acordo de cooperação com a Universidade de Oxford

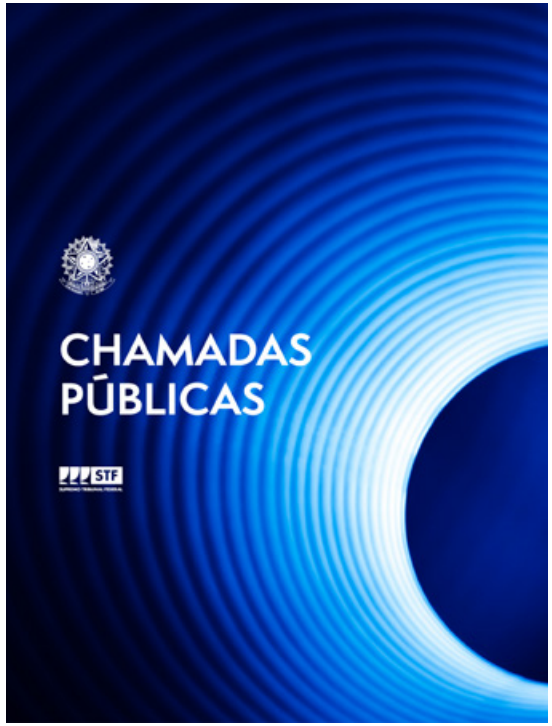
6.4.6 Pesquisa científica sobre mecanismos de participação social

Iniciativa de contratação de instituição para a realização de pesquisa científica sobre mecanismos de participação social.

O estudo a ser desenvolvido irá mapear características relacionadas ao uso de mecanismos de participação social durante a pandemia (em especial, audiências públicas e *amici curiae*) e avaliar a percepção de advogados, entidades da sociedade civil, entes públicos e outros atores sociais em relação à utilização de tais mecanismos nesse período.

Para tanto, além da coleta e análise das percepções, pretende-se o levantamento do perfil das ações em que houve a realização de audiências públicas e a intervenção de *amici curiae*, bem como a investigação das consequências das adaptações adotadas em relação à utilização desses mecanismos na pandemia.

Edital publicado em julho de 2022.
Previsão de conclusão da pesquisa: abril de 2023.



Leia a notícia no Portal do STF

6.5 Outras iniciativas de difusão da informação

6.5.1 A Constituição e o Supremo

O serviço **A Constituição e o Supremo** disponibiliza o texto constitucional anotado com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), favorecendo o amplo conhecimento e a permanente atualização da sociedade acerca dos principais julgamentos e acórdãos da Corte.

O conteúdo – disponível no portal do STF (menu Publicações > Legislação Anotada) – é produzido a partir das seguintes bases de conhecimento:

- acórdãos e decisões monocráticas publicados; e
- notícias do Informativo STF, quando a decisão estiver pendente de publicação.

Os julgados são selecionados com base em critérios de relevância e pertinência temática com os dispositivos constitucionais.



Acesse o serviço

INSERÇÕES DE JULGADOS

setembro/2020 a junho/2022

369

Ações em Controle Concentrado

134

Repercussões Gerais

141

Julgados Correlatos

644

Total de Inserções de Julgados

ACESSOS AO CONTEÚDO PELO PORTAL DO STF

setembro/2020 a junho/2022

367.651

Versão tradicional

1.935.033

Pesquisa tradicional por conectores

217.239

Versão UnB Pesquisa Livre

6.5.2 Informativo STF

Editados desde agosto de 1995, os informativos são periódicos semanais que apresentam, de forma objetiva e concisa, resumos das teses e conclusões dos principais julgamentos realizados pelos órgãos colegiados da Corte (Plenário e Turmas), tanto em ambiente presencial (síncrono) quanto virtual (assíncrono). A seleção dos processos noticiados leva em consideração critérios de relevância, novidade e contemporaneidade da temática objeto de julgamento.

NOVO INFORMATIVO STF

Após a edição comemorativa de nº 1.000 (publicada em dezembro de 2020), o Supremo Tribunal Federal lançou o **Novo Informativo STF**, implementando uma nova fronteira na difusão da informação jurisdicional da Corte. Com projetos gráfico e de comunicação modernizados com base na metodologia do *Legal Design* e com uso de técnicas de *Visual Law*, a publicação segue diretrizes da atual Administração para garantir acesso intuitivo e simplificado aos conteúdos, melhorando a experiência dos leitores.

INFORMATIVO TEMÁTICO

Compilação dos Informativos STF, com resumos organizados por temas e separados por ano.

AUDIOLIVRO

12 coletâneas temáticas.

CONIP

Apresentação do projeto no Congresso de Inovação no Poder Judiciário.


EDIÇÃO 1001/2020
INFOR
MATIVO
DE 30 DE NOVEMBRO A 4 DE DEZEMBRO
DATA DE DIVULGAÇÃO: 11 DE DEZEMBRO DE 2020
STF



PLANILHA

Com os dados estruturados de todos os Informativos já disponibilizados ao público, devidamente atualizada conforme a última edição publicada.



CALENDÁRIO DE PUBLICAÇÕES

Disponibilização do "Calendário de Publicações" dos Informativos semanais.



JULGAMENTOS DE ESPECIAL RELEVÂNCIA

Acessível na opção **"pesquisa" > "julgamentos especiais"** da aba lateral esquerda. Apresenta os principais julgamentos proferidos pelo Plenário e pelas Turmas do STF, separados por ano, dentre os casos divulgados nos Informativos semanais.

PLENÁRIO VIRTUAL EM EVIDÊNCIA

Além de noticiar os julgamentos realizados na semana anterior à da publicação do **Informativo STF**, o Tribunal passou a disponibilizar o serviço **Plenário Virtual em evidência**, que apresenta resumos dos principais processos agendados para julgamento no ambiente do Plenário Virtual (PV), com destaque para as ações de controle de constitucionalidade e processos submetidos à sistemática da repercussão geral.

RESULTADOS 2020-2022

71

Publicações (Edições 990/2020 a 1061/2022)

440

Julgamentos noticiados

676

Processos do PV divulgados

4

Edições especiais – (Informativos Temáticos 2020, 2021 e 2022 e Dossiê STF na Pandemia de Covid-19).

Acesse a página do *Informativo STF*

INFORMATIVO ESTRATÉGICO

Na página do periódico, passaram a ser difundidos também infográficos que apresentam, de maneira simples e didática, a evolução do ambiente virtual e o passo a passo das sessões virtuais.

INTERATIVIDADE E INOVAÇÃO

- Painel de pesquisa interativo
- Personalização das consultas pelos usuários
- Todos os Informativos STF | + 10.000 notícias
- Gestão orientada a dados de 1995 até hoje

PARCERIA COM A SECRETARIA DE GESTÃO DE PRECEDENTES

- Integração da base de dados com a Pesquisa de Jurisprudência



LEITURAS EM PAUTA

A partir da edição nº 1.000 do **Informativo STF**, a Biblioteca passou a disponibilizar estudo bibliográfico relacionado aos processos divulgados no mencionado periódico. O serviço é veiculado mensalmente com o objetivo de sugerir a leitura de títulos relevantes do seu acervo bibliográfico, com destaque para processos julgados no Plenário Virtual.

Artigos e capítulos de livros indicados podem ser solicitados diretamente à Biblioteca (biblioteca@stf.jus.br).



EDIÇÕES

5

2022

7

2021

1

2020

6.5.3 Bibliografias temáticas

SETEMBRO 2022



Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temática

Amplitude da cobertura dos Planos de Saúde e rol de procedimentos da ANS

JULHO 2022



Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temática

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

MAIO 2022



Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temática

Repercussão Geral 15 anos Origens e perspectivas

MARÇO 2022



Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temática

Produção de Mulheres em Direito Constitucional

NOVEMBRO 2021



Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temática

Colaboração Premiada

OUTUBRO 2021



Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temática

Juiz das Garantias

SETEMBRO 2021



Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temática

Precedentes Qualificados

AGOSTO 2021



Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temática

Política Nacional de Educação Especial

JUNHO 2021



Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temática

Monitoramento Prisional

ABRIL 2021



Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temática

Repercussão Geral (2013-2021)

FEVEREIRO 2021



Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temática

Redução da Letalidade Policial

DEZEMBRO 2020



Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temática

Competência Legislativa da União, dos Estados e dos Municípios

OUTUBRO 2020



Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temática

Funcionamento do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) e do Fundo Amazônia

SETEMBRO 2020



Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temática

Direito ao Esquecimento

6.5.4 Plaquetas de sessões solenes

6 Atas de sessões solenes diagramadas em formato de livreto e publicadas no *site* do STF:



Sessão Solene de instalação do Judiciário de 2022

Sessão realizada em 1º de fevereiro de 2022



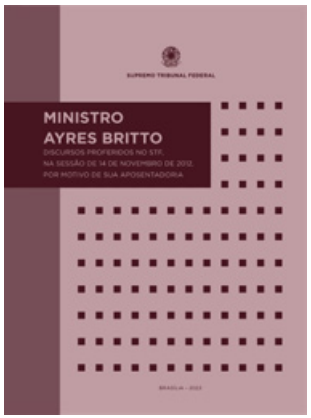
Ministra Ellen Gracie

Discursos proferidos no STF, na sessão de 10 de agosto de 2011, por motivo de sua aposentadoria



Sessão em homenagem ao centenário de nascimento do Ministro Oscar Dias Corrêa

Sessão realizada em 30 de setembro de 2021



Ministro Ayres Britto

Discursos proferidos no STF, na sessão de 14 de novembro de 2012, por motivo de sua aposentadoria



Ministro
Celso de Mello

Discursos proferidos no STF, na sessão de 7 de outubro de 2020, por motivo de sua aposentadoria



Ministro
Marco Aurélio

Discursos proferidos no STF, na sessão de 1º de julho de 2021, por motivo de sua aposentadoria

6.5.5 Atualizações e versões da Constituição Federal

AGOSTO 2022



Atualização da Constituição da República Federativa do Brasil, versões em português e em inglês, até a **EC nº 125/2022**

MAIO 2022



Atualização da Constituição da República Federativa do Brasil, versão em português, até a **EC nº 122/2022**

ABRIL 2022



Atualização da Constituição da República Federativa do Brasil, versão em português, até a **EC nº 117/2022**

FEVEREIRO 2022



Atualização da Constituição da República Federativa do Brasil, versão em português, até a **EC nº 116/2022**

DEZEMBRO 2021



Atualização da Constituição da República Federativa do Brasil, versão em português, até a **EC nº 112/2021**

MARÇO 2021



Atualização da Constituição da República Federativa do Brasil, versão em português, até a **EC nº 108/2020**

6.6 Biblioteca em números

10.396

pesquisas para atendimentos aos Gabinetes de Ministros e Secretários

9.272

pesquisas para servidores e usuários externos

1.635

livros novos adquiridos

8.253

indexação de material bibliográfico na Rede RVBI

90

livros de autoria de mulheres adquiridos[1]

1 Desde abril de 2022, quando o Tribunal passou a quantificar, no acervo da Biblioteca, a produção de livros por mulheres.

407

obras digitalizadas e publicadas nas coleções do repositório digital

54.156

cópias de páginas digitalizadas para atender a demandas de usuários

245.605

acessos à biblioteca digital em 2021

6.7 Difusão da memória institucional

museu
do supremo
tribunal
federal

6.7.1 Acervo institucional do STF

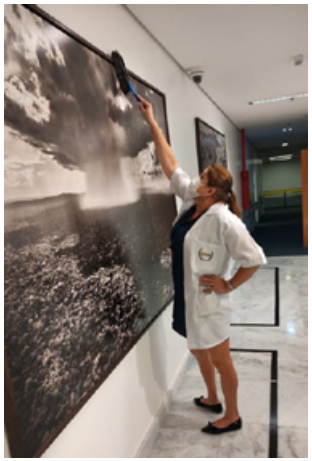
Durante a gestão do Ministro Luiz Fux, deu-se sequência ao projeto de redimensionamento do **Museu do Supremo Tribunal Federal**, iniciado na gestão do Ministro Dias Toffoli.

O projeto de redimensionamento, seguido dos processos internos de gestão do Museu, incluiu:

1. seleção de acervo fotográfico, documental e mobiliário;
2. pesquisa histórica;
3. criação do projeto expográfico, com programação visual e diagramação de textos e legendas;
4. organização de exposições museológicas;
5. produção de textos informativos sobre os elementos trazidos para a exposição inaugural;
6. movimentação e higienização dos artefatos; e
7. inventário e coleta de itens históricos sob a posse de outras unidades do Tribunal.

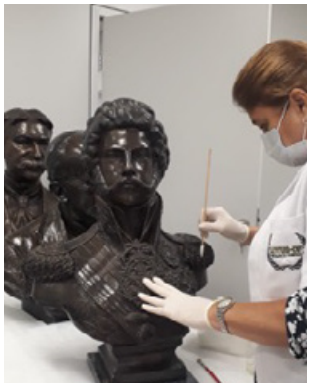
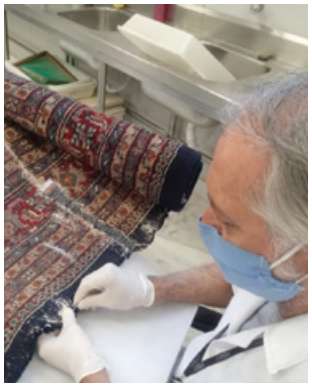
DOCUMENTAÇÃO E AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DE ITENS DO ACERVO INSTITUCIONAL

Higienização e conservação preventiva do acervo histórico do STF

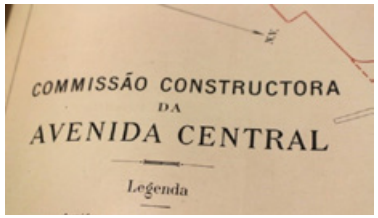



Restauraçao de objetos do acervo histórico do STF




Restauração do álbum "Avenida Central: 8 de março de 1903 – 15 de novembro de 1906" de Marc Ferrez. Construção da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, RJ.





Restauração de mobiliário com valor histórico





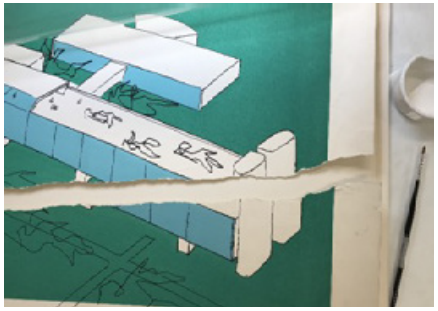
Restauração de documentos com valor histórico



Restauraçao de acervo documental do STF











Restauração de processos históricos e de obras raras





Diagnóstico do acervo documental e museológico do STF







INAUGURAÇÃO DO MUSEU DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

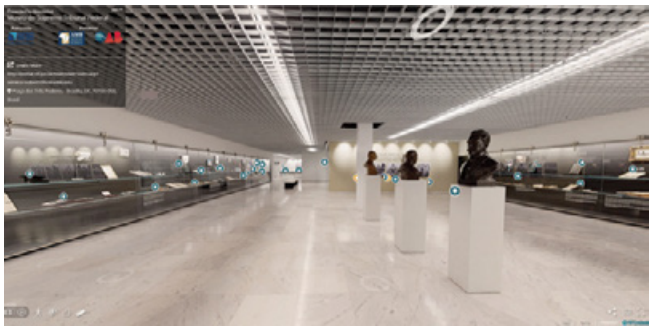


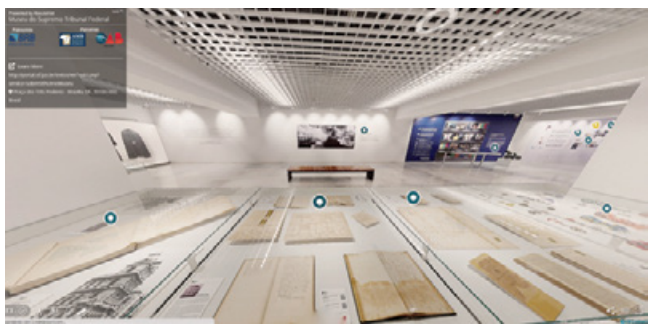
Esses esforços culminaram na reinauguração do Museu – totalmente revitalizado e expandido – em 2.12.2021.





TOUR VIRTUAL NO MUSEU





Acesse o
Museu virtual

As restrições à circulação e reunião de pessoas, em razão das medidas de prevenção à Covid-19, não impediram o primeiro contato dos interessados com esse valoroso acervo. Na mesma data da inauguração das novas instalações físicas, o Tribunal disponibilizou link para o tour virtual nas dependências do Museu, com opção de assistir a programas da TV Justiça relacionados a itens do *tour* e de visitar os prédios que abrigaram o Supremo Tribunal Federal.

A fim de promover a democratização do acesso e em atenção à meta de virtualização dos serviços, o Museu já (re)nasceu virtual na era digital.

Em abril de 2022, o novo espaço físico do Museu foi finalmente aberto para visitação do público externo.

EXPOSIÇÕES

Do Solar do Lavradio à Praça dos Três Poderes

Em comemoração aos 130 anos de experiência republicana do STF, a mostra inaugural do Museu do STF trouxe a ata da instalação da Corte no ano de 1891; exemplares originais das Constituições de 1934, 1946, 1967 e 1988; processos históricos e fotografias, além de outros itens que retratam a história do Tribunal.



Liberdade & Imprensa – O Papel Do Jornalismo Na Democracia Brasileira

“Num país onde a imprensa não é livre, num país onde a imprensa é intimidada, num país onde a imprensa é amordaçada, num país onde a imprensa é regulada, sendo a imprensa um dos pilares da democracia, nesse país, com tantas restrições à liberdade de imprensa, a democracia é uma mentira e a Constituição Federal é uma mera folha de papel.”

Ministro Luiz Fux, na inauguração da exposição *Liberdade & Imprensa: o papel do jornalismo na democracia brasileira*.



Como forma de valorização e de defesa da imprensa livre, o Museu do Supremo Tribunal Federal abrigou a exposição **Liberdade e imprensa: o papel do jornalismo na democracia brasileira**, promovida pela Associação Nacional de Jornais (ANJ).

Realizada no período de 3 de maio a 4 de julho de 2022, a mostra expôs anúncios publicados nos últimos anos sobre a importância do jornalismo para a construção do País e sobre o combate à desinformação, tanto nas eleições quanto durante a pandemia da Covid-19.

Espaços, Memórias e Avanços Tecnológicos

Como parte das comemorações dos 130 anos do Supremo Tribunal na República, foi inaugurada a exposição virtual **Espaços, memórias e avanços tecnológicos**. Desenvolvida pela SAE, a exposição foi uma das iniciativas que possibilitou a manutenção da difusão da memória institucional, por meio de recursos expográficos, não obstante a suspensão da visitação pública ao Tribunal em razão das medidas de prevenção à Covid-19.

Criada e disponibilizada no aplicativo ***Artsteps***, a mostra permitiu ao usuário navegar em galerias 3D, com acesso a mais de 100 itens do acervo, tais como reproduções fotográficas, documentos digitalizados e recursos multimídia, que ressaltam a trajetória da Corte em três eixos temáticos: as sedes e os ambientes de atuação do STF; os avanços do Tribunal na era da modernização tecnológica; e os modos de atuação, desde o processamento das atividades jurisdicionais até as iniciativas de aproximação da Corte com a sociedade.







Exposição *Espaços, memórias e avanços tecnológicos*

PROJETOS EDUCATIVOS

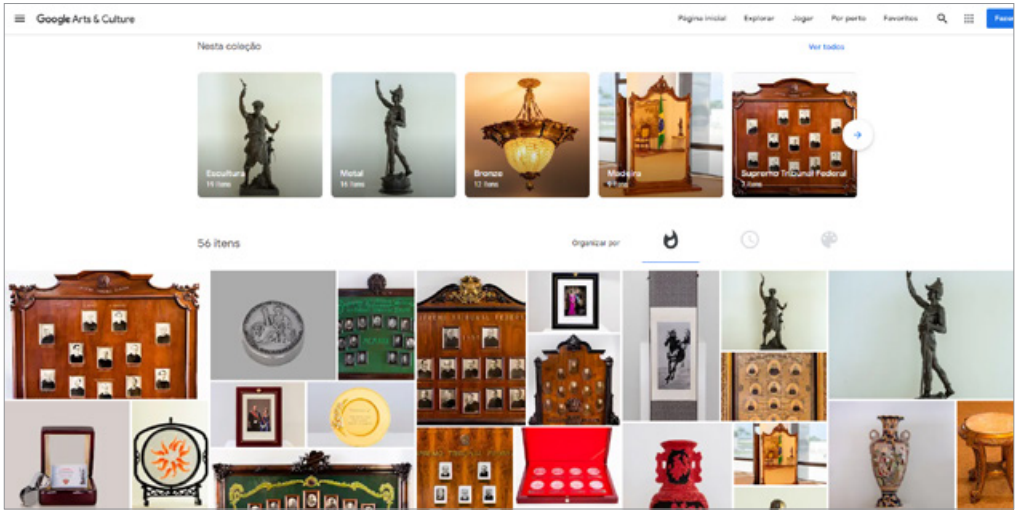
Reuniões e trocas de experiências com o **Museu Nacional – GDF** para a expansão de conhecimentos. Junho/2022.

DIVULGAÇÃO DO ACERVO

Exposição virtual do acervo do STF no ***Google Arts & Culture***

Ações para virtualização e difusão do acervo na exposição *on-line* da plataforma *Google Arts and Culture*. Foram selecionados, registrados e documentados itens das seguintes coleções:

- presentes oficiais;
- obras de arte;
- mobiliário histórico;
- acessórios de interior diversos.



Google Arts & Culture

PUBLICAÇÃO DO CATÁLOGO DO MUSEU DO STF – SET/2022



ARQUIVO DIGITAL JOAQUIM NABUCO

Além de concluir a conversão de 100% do acervo judicial do Tribunal para o formato digital (veja mais na página 148), a gestão do Ministro Luiz Fux lançou o projeto **Supremo histórico – arquivo digital Joaquim Nabuco**.

Trata-se de um espaço virtual em que são disponibilizados documentos de valor histórico custodiados pela Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação do STF.



A plataforma utilizada para o acesso e divulgação do acervo é o **AtoM**, um *software* de código-fonte aberto, gratuito, que utiliza descrição arquivística e é integralmente voltado para a rede mundial de computadores.

OBJETIVOS

- Ampliar o acesso ao acervo histórico do Tribunal;
- Preservar o acervo histórico do Tribunal;
- Melhorar a experiência de acesso dos usuários aos conteúdos sobre a atuação jurisdicional do STF;
- Ampliar a disseminação da informação.

6.7.2 Comemoração dos 130 anos do Supremo Tribunal Federal: projeto Celebrar a história para concretizar o futuro



No dia 28 de fevereiro de 2021, o Supremo Tribunal Federal celebrou 130 anos de história republicana. Nesse mesmo dia no ano de 1891, foi realizada a primeira sessão do Tribunal, instaurado pela Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891.

Num esforço de entregar produtos e serviços que valorizem, preservem e divulguem a memória institucional do Supremo Tribunal Federal, foi lançado o projeto **Celebrar a história para concretizar o futuro**, o qual homenageou os 130 anos da Corte com a narração dos principais acontecimentos que a marcaram essa trajetória, com ênfase nos grandes julgamentos proferidos pelo STF e nos personagens que contribuíram para a construção de sua identidade institucional.

No contexto desse projeto, merecem destaques as seguintes iniciativas encampadas pela Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação e pela Secretaria de Comunicação Social.

HOTSITE COMEMORATIVO

Compilação de declarações, reportagens, dados insitucionais, processos históricos e registros fotográficos conectados com a história republicana brasileira.



Acesse o *hotsite*

PROGRAMAS ESPECIAIS NA TV JUSTIÇA

Documentário **STF: 130 anos de muitas conquistas e evoluções** e diversos programas especiais referentes ao tema.



Assista ao documentário no *YouTube*

MARCADOR DE LIVROS *130 ANOS DA BIBLIOTECA DO STF*

Traz o *QR Code* do livro mais antigo da Biblioteca, recentemente digitalizado.





Leia a notícia sobre a iniciativa



DIFUSÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL NAS REDES SOCIAIS DO STF

Resultados das ações de comunicação:

32

textos publicados no Portal do STF, com 53 mil acessos às notícias

213

postagens nas redes sociais, com 50 mil curtidas

40

reportagens para a TV e 2 documentários

45

***spots* de rádio e 3 radionovelas**



6.7.3 Celebração dos 200 anos da Independência do Brasil: projeto Liberdades



Para celebrar o bicentenário da Independência do Brasil, o STF lançou o projeto **Liberdades**, em parceria com o Instituto Justiça e Cidadania (IJC).

A iniciativa compreendeu o lançamento de um livro acadêmico que reunirá artigos dos 11 ministros da Corte – cada qual referente a um dos tipos de liberdade previstos na Constituição Federal – além do lançamento de uma cartilha, voltada aos jovens, que traz um resumo desses artigos e ilustrações de artistas de grafite, inspiradas em cada uma dessas liberdades.

O livro tem prefácio redigido pelo professor e advogado Bernardo Cabral, presidente de honra do Conselho Editorial da Revista Justiça e Cidadania, e apresentação escrita pelo presidente do Instituto Justiça e Cidadania, Tiago Salles. Além dos textos dos onze ministros, a obra inclui ainda artigo escrito pelo advogado Marcus Vinicius Furtado Coêlho, que é membro honorário vitalício do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e pelo professor de Direito Penal Pierpaolo Bottini, livre docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Já a cartilha tem apresentação escrita pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Beto Simonetti.

> Além dos textos acadêmicos, o projeto envolve também o lançamento de uma cartilha – cuja linguagem mais acessível, acrescida de inspiradoras ilustrações de grafite, ajuda a projetar o conteúdo dos artigos para toda a sociedade brasileira [...].
>
> Espero que os artigos, a cartilha e os quadros que serão expostos ao final desta solenidade possam contribuir para despertar em todos e em todas o orgulho e o sentimento de pertencimento a uma nação independente e livre, que nunca se deixou abater em prol do sonho denominado democracia.

Ministro Luiz Fux, no lançamento do projeto em 3.8.2022.





3.8.2022 - Projeto Liberdades: STF apresenta livro com artigos dos ministros sobre liberdades constitucionais.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

> **“Esse reconhecimento é importante após muita dificuldade que tivemos para que a nossa arte fosse, realmente, valorizada e reconhecida.”**
>
> Rafael Araújo dos Santos Barbosa, fundador da Escola Carioca de Graffiti e do Museu do Graffiti do Rio de Janeiro, ao discursar no lançamento do projeto, em 3.8.2022.





17.5.2022 - Artistas urbanos ilustram projeto do STF do IJC sobre liberdades.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

6.7.4 Homenagens institucionais

SÉRIE DE PUBLICAÇÕES MEMÓRIA JURISPRUDENCIAL

A série **Memória Jurisprudencial** visa a recuperar a memória institucional, política e jurídica do Supremo Tribunal Federal (STF) por meio do resgate da vida e da obra de ministros que marcaram sua história. A série foi iniciada em 2006.

Cada volume da coleção é organizado em quatro partes principais:

(1) nota do autor, **(2)** dados biográficos, **(3)** desenvolvimento e **(4)** apêndice. Em linhas gerais, ao pesquisador convidado a produzir o perfil cabem a seleção de acórdãos e decisões para o apêndice e a elaboração dos textos da nota do autor e do desenvolvimento.

Entre os autores dos volumes já publicados, figuram juristas, advogados, professores universitários e outros expoentes do Direito e do meio acadêmico.

Durante a gestão do Ministro Luiz Fux foram publicados dois volumes:

Ministro
Leitão de Abreu 2020



Ministro
Hermes Lima 2022



HOMENAGEM AOS MINISTROS DE ONTEM E DE SEMPRE

Livros comemorativos com os principais julgados dos ministros (31 votos selecionados) e *hotsite* com fatos históricos, trajetória institucional, depoimentos, obras jurídicas, estatísticas de decisões e outros destaques dos homenageados.



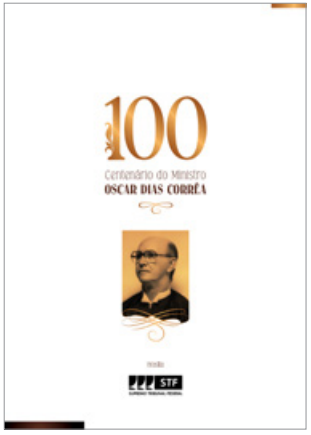
Ministro
Celso de Mello
2020

31 anos de Jurisdição Constitucional do Ministro Celso de Mello.



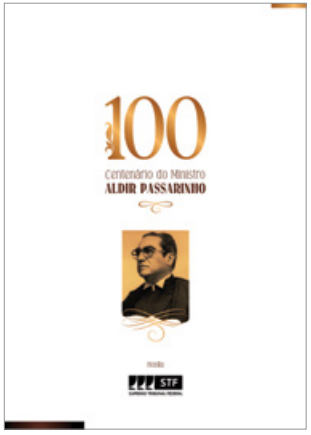
Ministro
Marco Aurélio
2021

31 anos de ciência e consciência constitucionais do Ministro Marco Aurélio.



Ministro
Oscar Dias Correa
2021

Livro comemorativo de 100 anos de nascimento.



Ministro
Aldir passarinho
2021

Livro comemorativo de 100 anos de nascimento.

6.8 Eventos

6.8.1 Encontro Nacional de Precedentes Qualificados

Realizado de 22 a 24 de setembro de 2021, o **III encontro nacional sobre precedentes qualificados** foi promovido pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça como objetivo ampliar a integração entre o STF, o STJ, o TST, os tribunais regionais do trabalho, os tribunais regionais federais, os tribunais de justiça e as turmas recursais dos juizados em prol da melhor gestão dos casos repetitivos e da repercussão geral.



13.607

de visualizações no *YouTube*

6.8.2 Biblioteca com vida

Com o objetivo de fomentar o conhecimento na área da Ciência da Informação, foram organizadas as duas primeiras edições do projeto **Biblioteca com vida**, que tem como objetivo convidar profissionais da informação para debater temas da área.

Biblioteca e Gênero

Autor convidado: **ELTON MÁRTIRES PINTO**
Convidada debatedora: MARIA TEREZA WALTER
Realizado em 26.11.2021



Biblioteconomia e Ação

Autora convidada: **THALITA GAMA**
Convidada debatedora: IZA ANTUNES ARAÚJO
Realizado em 21.3.2022



6.8.3 Autor em foco

Lançado em março de 2021, o projeto **Autor em foco** tem como objetivo aproximar autores de livros jurídicos dos usuários da Biblioteca do STF. Desde então, foram realizadas oito edições, contemplando diversos ramos do Direito.








AUTOR EM FOCO
13/8 | SEXTA | 17H
DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO
PROFESSOR ASSOCIADO DA USP
OTÁVIO LUIZ RODRIGUES JR.
>> ABERTURA >>
LÍVIA GIL GUIMARÃES
>> MODERADORA >>
SOLANGE DE OLIVEIRA JACINTO
Direito Civil Contemporâneo
STF


AUTORA EM FOCO
29 DE ABRIL DE 2022
SEXTA-FEIRA ÀS 18H
FUNDAMENTOS PARA UMA TEORIA JURÍDICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
MARIA PAULA DALLARI BUCCI
>> Abertura >>
LIVIA GIL GUIMARÃES
>> Moderação >>
SOLANGE DE OLIVEIRA JACINTO
STF


AUTOR EM FOCO
6 DE MAIO DE 2022
SEXTA-FEIRA ÀS 18H
2ª EDIÇÃO
COMENTÁRIOS AO PACOTE ANTICRIME
PROFESSOR MARCOS PAULO DUTRA SANTOS
>> Apresentação >>
ALEXANDRE FREIRE
>> Mediação >>
SOLANGE DE OLIVEIRA JACINTO
ACESSE AQUI
STF


AUTOR EM FOCO
8 DE JULHO DE 2022
SEXTA-FEIRA ÀS 17H
A TUTELA COLETIVA DE INTERESSES INDIVIDUAIS
PROF. SÉRGIO CRUZ ARENHART
>> Abertura >>
ALEXANDRE FREIRE
>> Moderação >>
SOLANGE DE OLIVEIRA JACINTO
ACESSE AQUI
STF


AUTOR EM FOCO
13 | 6 | 22 • 17h
SEGUNDA-FEIRA
PROCESSO LEGISLATIVO CONSTITUCIONAL
JOÃO TRINDADE CAVALCANTE FILHO
APRESENTAÇÃO
ALEXANDRE FREIRE
MEDIAÇÃO
SOLANGE DE OLIVEIRA JACINTO
STF


AUTOR EM FOCO
15 de julho de 2022
Sexta-feira às 17h
Local: STF
INTRODUÇÃO AOS RECURSOS CÍVEIS
Professor Pedro Miranda de Oliveira
>> Abertura >>
Alexandre Freire
>> Moderação >>
Solange de Oliveira Jacinto
STF

6.8.4 SAE TALKS

O projeto **SAE TALKS – ideias que aprimoram o Supremo** promove periodicamente *workshops*, seminários e eventos temáticos. A iniciativa objetiva o intercâmbio de experiências e a produção de conhecimento no STF acerca de temas relacionados às atividades, aos produtos e serviços do Tribunal.

16

edições

14.105

de visualizações no *YouTube*






SAETALKS
IDEIAS QUE APRIMORAM O SUPREMO
26/3/21
16h sexta-feira
A IMPORTÂNCIA DA JURIMETRIA PARA A PESQUISA EMPÍRICA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Uma iniciativa SAE e SGE
MARCELO GUEDES NUNES
Professor de Direito Comercial na PUC-SP. Doutor e Mestre em Direito pela PUC-SP. Presidente da Associação Brasileira de Jurimetria - ABJ. Advogado. Autor do livro Jurimetria - Editora Thomson Reuters
>> Abertura >>
ALEXANDRE FREIRE
Secretário de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação do STF
PLATAFORMA ZOOM
STF


SAETALKS
IDEIAS QUE APRIMORAM O SUPREMO
21/5/21
16h sexta-feira
AGENDA 2030
EMBAIXADOR RONALDO COSTA FILHO
O Embaixador formou-se no Instituto Rio Branco em 1987. Serviu em Nova York, Quito, Genebra e Bruxelas. Foi Diretor do Departamento de Negociações Comerciais Extrarregionais e Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros. Desde 2020, é o Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova York.
>> Abertura >>
PEDRO FELIPE DE OLIVEIRA SANTOS
Secretário-Geral do STF, Juiz Federal
ENTRAR NA REUNIÃO ZOOM
STF


SAETALKS
IDEIAS QUE APRIMORAM O SUPREMO
11/6/21
17h
REGISTROS HISTÓRICOS EM PERÍODOS DE PANDEMIA: UM OLHAR PARA A COVID-19
LILIA SCHWARCZ
Lilia Moritz Schwarcz é professora senior do Departamento de Antropologia da USP e Visiting Professor em Princeton. Publicou inúmeras obras, como "Bailarina da morte: a gripe espanhola de 1918", e recebeu diversos prêmios literários, entre eles o Jabuti (sete vezes). Escreve regularmente em jornais de ampla abrangência nacional e desde 2015 é curadora adjunta para histórias do MASP.
>> Abertura >>
ALEXANDRE FREIRE
Secretário de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação do STF
http://bit.ly/SAETALKS_LiliaSchwarcz
STF


SAETALKS
IDEIAS QUE APRIMORAM O SUPREMO
17/9/21
16h
PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS E MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO
PROFESSORA TERESA ARRUDA ALVIM
Professora Livre-Docente da PUC-SP. Autora do livro "Modulação na alteração da jurisprudência firme ou de precedentes vinculantes", da editora Revista dos Tribunais.
>> Mediação >>
ALEXANDRE FREIRE
Secretário de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação do STF
STF


SAETALKS
IDEIAS QUE APRIMORAM O SUPREMO
28/7/21
17h
ZONA DE PENUMBRA ENTRE O STF E O STJ
PROFESSOR LUIZ GUILHERME MARINONI
Professor Titular da UFPR. Pós-Doutor pela Universidade de Milão. Visiting Scholar na Universidade de Columbia. Advogado
>> Mediação >>
Dra. PAULA PESSOA
Assessora de Ministra do STF
ENTRAR NA REUNIÃO ZOOM
https://us02web.zoom.us/j/81600135682
ID da reunião: 816 0013 5682
STF


SAETALKS
IDEIAS QUE APRIMORAM O SUPREMO
27/10
18h30
CONSTITUCIONALISMO DIGITAL
MINISTRO GILMAR MENDES
Ministro do Supremo Tribunal Federal
>> Mediação >>
VICTOR OLIVEIRA FERNANDES
Chefe de Gabinete de Ministro do STF
LINK DO WEBINAR
https://us02web.zoom.us/j/87020592125
STF


SAETALKS
IDEIAS QUE APRIMORAM O SUPREMO
3/12/21
17h
COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL
PROFESSOR FREDIE DIDIER
Professor Titular da UFBA. Professor Livre-docente pela USP. Pós-doutor pela Universidade de Lisboa. Doutor pela PUC-SP. Advogado e Consultor Jurídico.
>> Mediação >>
ALEXANDRE FREIRE
Secretário de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação do STF
STF


SAETALKS
IDEIAS QUE APRIMORAM O SUPREMO
18|3|2022
17h
A NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO
Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça
>> Moderador >>
RODRIGO CRELIER ZAMBÃO DA SILVA
Professor e Procurador do Estado do Rio de Janeiro
ACESSE AQUI
STF


SAETALKS
IDEIAS QUE APRIMORAM O SUPREMO
11/2/2022
17h
O PAPEL DO AMICUS CURIAE NA FORMAÇÃO DE PRECEDENTES QUALIFICADOS NO STF
PROFESSOR
CASSIO SCARPINELLA BUENO
Professor Livre-docente na PUC-SP.
Advogado e Consultor Jurídico.
>> Mediador >>
MARCELO MARCHIORI
STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL


SAETALKS
IDEIAS QUE APRIMORAM O SUPREMO
8|4|2022
sexta-feira
17h
NOVO REGIME JURÍDICO DOS PRECATÓRIOS
LEONARDO CARNEIRO DA CUNHA
>> Moderador >>
DR. PEDRO JÚLIO D'ARAÚJO
ACESSE AQUI
STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL


SAETALKS
IDEIAS QUE APRIMORAM O SUPREMO
20|5|2022
17h
A POLÍTICA É PARA TODOS?
GABRIELA PRIOLI
Apresentadora e escritora
Moderadora
MARIANA ARAÚJO DE OLIVEIRA
Transmissão ao vivo pelo canal do STF no YouTube
STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL


SAETALKS
IDEIAS QUE APRIMORAM O SUPREMO
24|6|2022
sexta-feira
17h
DISCRIMINAÇÃO ETÁRIA E DIREITOS HUMANOS DOS IDOSOS
MARÍA ESTHER MARTÍNEZ QUINTEIRO
Professora da Universidade de Salamanca
>> Moderador >>
JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO
ACESSE AQUI
STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL


SAETALKS
IDEIAS QUE APRIMORAM O SUPREMO
1|7|2022
17h
JUIZ ROBÔ: POSSÍVEL? ACEITÁVEL?
JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO
Professor da Universidade de São Paulo
Moderadora
BRUNA DE BEM ESTEVES
Gerente na Coordenadoria de Pesquisas Judiciárias da Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação.
ACESSE AQUI
STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL




SAETALKS
IDEIAS QUE APRIMORAM O SUPREMO
19|8|2022
17h
MEMÓRIAS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE E O DESENHO DO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO
MINISTRO NELSON JOBIM
Ministro do STF (aposentado)
Moderador
ALEXANDRE FREIRE
Secretário de Altos Estudos, Pesquisas Jurídicas e Gestão da Informação do STF
Transmissão ao vivo pelo canal do STF no YouTube
STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

6.9 Programa de Combate à Desinformação (PCD)

“A desinformação mina a confiança nas instituições e prejudica a democracia ao comprometer a capacidade dos cidadãos de tomarem decisões bem informadas, com impactos sociais, políticos, econômicos e jurídicos de cunho negativo.”

Trecho da Resolução nº 742/2021, que institui o Programa de Combate à Desinformação (PCD) do Supremo Tribunal Federal.

Instituído durante a Presidência do Ministro Luiz Fux pela Resolução nº 742/2021, o Programa de Combate à Desinformação no Âmbito do Supremo Tribunal Federal – PCD tem como objetivo enfrentar os efeitos negativos provocados pela desinformação, que: **(i)** afeta a confiabilidade na Instituição, em seus membros, servidores e demais colaboradores; e **(ii)** distorce o significado das decisões da Corte no exercício de sua função jurisdicional ou administrativa.

Para concretizar esse objetivo, o projeto é centrado em estratégias multissetoriais **informativas**, **educativas** e **transparentes,** alicerçadas nos seguintes fundamentos:

1. a **pluralidade informativa**, por meio da criação e da disseminação de informação verdadeira e do estabelecimento de redes de confiança para a distribuição de conteúdos de qualidade (combater desinformação com informação);

2. a **ação educacional**, por meio da disponibilização de ferramentas educativas, meios para capacitação e mecanismos necessários para que os cidadãos possam compreender o fenômeno da desinformação, ampliar a sua capacidade crítica, reconhecer conteúdos falsos e fraudulentos, e acessar fontes de informação confiáveis (combater desinformação com capacitação); e

3. a **integridade e a transparência**, por meio da ampla publicização de suas finalidades, protocolos de atuação e resultados alcançados, a fim de certificar que as atividades serão plenamente desenvolvidas dentro dos estreitos limites da ética e das capacidades institucionais do Supremo Tribunal Federal e de viabilizar o acompanhamento e a permeabilidade do programa a todos os cidadãos e demais instituições (combater desinformação de modo transparente).

O programa é executado em dois eixos. O primeiro eixo, relativo à **atuação organizacional**, envolve ações de organização interna, reuniões de monitoramento, aproximação com instituições públicas e privadas e aperfeiçoamento de tecnologias para identificação das práticas de desinformação. Já o segundo eixo contempla **ações de comunicação externa**, como a capacitação de funcionários, jornalistas e influenciadores digitais e a contestação de notícias falsas mediante apresentação de informações verdadeiras.

Acesse o *hotsite* do programa

6.9.1 Parceiros institucionais

O programa já conta com mais de 40 parceiros para o desenvolvimento de projetos sem custos adicionais para a Corte – entre os quais estão universidades públicas, entidades de classe, associações da sociedade civil organizada e *startups*.

ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS



UNIVERSIDADES PARCEIRAS

As primeiras parcerias do programa foram apresentadas no evento “Combate à desinformação: desafios para o Poder Judiciário, para o Brasil e para o mundo”, ocorrido nos dias 18 e 19 de maio de 2022. Nos dois dias do seminário, Ministros, servidores do Tribunal, jornalistas e representantes dos diversos parceiros se reuniram em painéis e rodas de conversas para discutir estratégias e formas de combater a circulação de notícias falsas e o discurso de ódio que afeta a confiabilidade dos cidadãos nas instituições democráticas.

6.9.2 Ações do Programa

CAMPANHA "TURMA DA MÔNICA E PODER JUDICIÁRIO"



16.3.2022 – Lançamento da campanha "Turma da Mônica e o Poder Judiciário". Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

"É fundamental que a sociedade tenha cada vez mais informações sobre o funcionamento e a atuação da Justiça brasileira. A cidadania se fortalece quando informações verdadeiras são difundidas de maneira acessível."

Ministro Luiz Fux, no lançamento da campanha "Turma da Mônica e Poder Judiciário".

Uma das primeiras iniciativas do Programa de Combate à Desinformação foi o lançamento da nova campanha "Turma da Mônica e o Poder Judiciário", com o objetivo de aproximar a Justiça também de crianças e adolescentes, explicando-lhes melhor o funcionamento do Poder Judiciário brasileiro.

Em sua quarta edição, o projeto envolveu o lançamento de uma revista em quadrinhos (impressa e digital), quatro vídeos animados e 16 tirinhas para as redes sociais. O conteúdo foi produzido pelos Estúdios Mauricio de Sousa com o patrocínio de Associação dos Juízes Federais (Ajufe), Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), sem custo aos cofres públicos.

LANÇAMENTO DO *CHATBOT* STF

Em julho de 2022, graças a uma parceria com o *WhatsApp* Brasil e a *Robbu*, firmada no âmbito do PCD-STF, a Corte lançou seu primeiro *Chatbot*, isto é, um assistente virtual, via *WhatsApp*, que possibilita amplo acesso a serviços e informações institucionais do Tribunal de modo célere e confiável (veja mais na página 156).

Entre suas várias funcionalidades, o *Chatbot* possibilitará ao cidadão, por exemplo, acessar as estatísticas do Tribunal, conhecer melhor seu funcionamento, checar informações processuais, receber alertas quando há andamentos de processos e ser direcionado à página de emissão de certidões judiciais.



PODCASTS, CURSOS E CAPACITAÇÕES

25.7.2022

Supremo na Semana entrevista **Dario Durigan**, diretor de políticas públicas para o *WhatsApp* no Brasil.



Link para episódio

20.7.2022

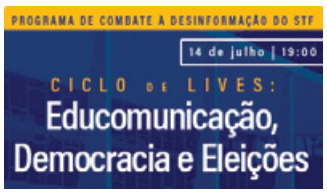
Seminário "Os desafios da desinformação e as tecnologias para combatê-la".



Link para evento

14.7.2022

Ciclo de Debates "Educomunicação, Democracia e Eleições".



Link para evento

21.7.2022

Seminário "Paz e respeito às instituições nas campanhas políticas".



Link para evento





Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

“

Senhoras e senhores. É hora de findar.

Quero deixar um testamento de fé – como magistrado e como ser humano.

Como magistrado, meu olhar sobre o Brasil e sobre o Poder Judiciário é otimista. As boas mudanças são geracionais. Por vezes, elas não ocorrem no tempo e no ritmo que desejamos. Em algumas situações, visualizamos retrocessos pontuais. No entanto, mesmo em face dos graves conflitos que se descortinam na política, na economia e na vida social, nos recusamos a adotar uma postura de pessimismo. Afinal, sou magistrado de carreira, e um juiz sem esperanças deixa em perigo a Constituição a que serve.

Não há milagres nem subterfúgios. O motor da história é olhar para frente, sempre com prudência, responsabilidade e a consciência de que devemos honrar e preservar os ideais de futuro que a Constituição da República Federativa do Brasil prometeu.

Como ser humano, fortaleço meu incondicional desejo e certeza de que dias melhores virão. Por isso, concito a todos que lavemos as mãos, não como Pilatos, mas para com elas, imunes da pandemia, segurarmos nas mãos de Deus para que nos conduza ao caminho da Luz, do Amor ao bem e ao próximo, e à divindade da Justiça.”

Ministro Luiz Fux, em seu discurso de posse como Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Secretário-Geral da Presidência
PEDRO FELIPE DE OLIVEIRA SANTOS

Gabinete da Presidência
PATRÍCIA ANDRADE NEVES PERTENCE

Diretoria-Geral
EDMUNDO VERAS DOS SANTOS FILHO

Supervisão
GABRIELA BERBERT BORN
PAMELLA SADA DIAS EDOKAWA

Redação
BÁRBARA NOGUEIRA DA SILVA
EULER RODRIGUES DE ALENCAR
GABRIEL CAMPOS S. DA FONSECA
GABRIELA BERBERT BORN
JANAÍNA BERNO LOPES WERNECK LIMA
PAMELLA SADA DIAS EDOKAWA
VICTOR MENESES DE CARVALHO COÊLHO

Secretaria de Comunicação Social
MARIANA ARAUJO DE OLIVEIRA

Secretaria de Altos Estudos,
Pesquisas e Gestão da Informação
ALEXANDRE REIS SIQUEIRA FREIRE

Coordenadoria de Difusão da Informação
THIAGO GONTIJO VIEIRA
HENRIQUE DOS SANTOS BONA

Coordenadoria de Gestão da Informação,
Memória Institucional e Museu
ANA PAULA ALENCAR OLIVEIRA

Revisão de texto e de provas editoriais
JULIANA SILVA PEREIRA DE SOUZA
MÁRCIA GUTIERREZ ABEN-ATHAR BEMERGUY
ROSA CECILIA FREIRE DA ROCHA

Produção editorial
DAVID DUARTE AMARAL
JORGE LUÍS VILLAR PERES

Capa, projeto gráfico e diagramação
FLÁVIA CARVALHO COELHO

Esta obra foi impressa e encadernada, em setembro de 2022, em papel *offset* 90 g/m² (miolo), no formato 240 x 220 mm, pela Coordenadoria de Gestão da Informação, Memória Institucional e Museu, vinculada à Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação do Supremo Tribunal Federal. Foi projetada e composta na fonte Montserrat.


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
15 de Novembro
de 1889